



Júlia Petek de Figueiredo

**Novos fluxos de imigrantes para o Sul do Brasil:
O caso dos senegaleses em Porto Alegre**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Maria Celina Soares D'Araujo

Rio de Janeiro
Abril de 2020



Júlia Petek de Figueiredo

**Novos fluxos de imigrantes para o Sul do Brasil:
O caso dos senegaleses em Porto Alegre**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Maria Celina Soares D'Araujo

Orientador

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

Profa. Maria Alice Rezende de Carvalho

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

Profa. Olivia Nogueira Hirsch

Departamento de Ciências Sociais - PUC-Rio

Prof. Rickson Rios Figueira

UFRR

Prof. Helion Póvoa Neto

UFRJ

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Júlia Petek de Figueiredo

Possui graduação em Ciências Sociais pela PUC-Rio (2012). Integrou pesquisa sobre elites dirigentes nos governos Fernando Henrique, Lula da Silva e Dilma Rousseff financiada pela Fundação Ford. Mestre em *Sciences de la Population et du Développement* pela *Université catholique de Louvain* (UCL) na Bélgica, onde desenvolveu pesquisa sobre imigrantes brasileiras em Bruxelas e sua inserção no mercado de trabalho. Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-Rio, bolsista CAPES.

Ficha Catalográfica

Figueiredo, Júlia Petek de

Novos fluxos de imigrantes para o Sul do Brasil : o caso dos senegaleses em Porto Alegre / Júlia Petek de Figueiredo ; orientadora: Maria Celina Soares D'Araujo. – 2020.

346 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2020.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Migração. 3. Imigrantes - Brasil. 4. Senegal – Emigração e imigração. 5. Senegaleses. 6. Categorias migratórias. I. D'Araujo, Maria Celina Soares. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Para meus pais, Plínio e Cristina,
pelo apoio e confiança.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à minha orientadora Maria Celina Soares D'Araujo por mais de uma década de trabalho e parceria, desde meu segundo semestre da graduação em Ciências Sociais. Obrigada por me legar a paixão pela pesquisa, por me acompanhar e incentivar, mas acima de tudo por transmitir seu vasto conhecimento de maneira paciente e generosa.

À CAPES, pelo auxílio concedido, sem o qual a tese não poderia ter sido efetuada. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

À minha família agradeço pelo apoio e por acreditar na minha capacidade de concluir um projeto de tamanha responsabilidade quanto a realização de uma Tese de Doutorado. Os laços familiares, o apoio incondicional e a leveza dos momentos de descontração foram fundamentais para chegar até aqui. Às minhas irmãs de sangue, Maria Eduarda, e de coração, Isabela e Gabriela, o amor e carinho de vocês foi combustível do meu trabalho.

Um agradecimento especial aos meus amigos de dentro e fora da academia. Aos colegas afirmo que não seria possível ter passado por todos os desafios sem o companheirismo de vocês. Cada café, almoço, cinema e mesa de bar, regados de carinho e incentivo mútuo me deram força para seguir em frente. Aos amigos da vida prévia a aventura de fazer um Doutorado, muito obrigada pela compreensão e por estarem comigo nos momentos de maior exaustão e estresse.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora, muito obrigada. Foi uma honra ter meu trabalho avaliado por vocês.

À Helion e Rickson, peças fundamentais na composição do trabalho. Ministrando o curso de Políticas de Imigração no Brasil pelo IPPUR/UFRJ, me permitiram navegar por vasta literatura que sempre tive curiosidade de estudar. O mesmo se

estende aos colegas do NIEM – Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios, sorte a minha encontrar um grupo de pesquisadores de tamanha qualidade e apaixonados pelo mesmo tema que eu.

Aos membros da banca vinculados ao PPGCIS/PUC-Rio. À Maria Alice, sempre elegante e atenciosa, agradeço por me transmitir a paixão por Tocqueville desde a graduação. À Olivia, jovem professora, por servir de exemplo em sua dedicação ao ensino das Ciências Sociais.

A todos os demais professores do Departamento pelos ensinamentos e pela ajuda. Ângela Paiva, Eduardo Raposo, Felipe Sussekind, Fernando Lima, Werneck Vianna, Marcelo Burgos, Sarah Telles, Ricardo Ismael, Sonia Giacomini e Valter Singer, cada um de vocês contribuiu de forma única para a realização da tese. Um agradecimento especial aos funcionários do PPGCIS/PUC-Rio, Aline, Mônica, Felipe, Iracema e Ana, pelo suporte atento todos esses anos e pela amizade desenvolvida no período.

Ao mestre e amigo Professor Roberto DaMatta, não tenho palavras para agradecer todo carinho e atenção. Com você aprendi imensamente, desde técnicas de escrita e pesquisa, leituras de obras clássicas e narrativas empolgantes sobre sua incrível biografia. Muito obrigada por me ensinar de forma tão generosa a dar asas aos meus pensamentos e ideias, e por me incentivar a ter coragem de colocá-las no papel.

Ao meu amor, pelas conversas intermináveis sobre o tema, mas também pelas leituras atentas e constantes questionamentos. Obrigada por me reconfortar e incentivar nos momentos de maior dificuldade, por acreditar no meu potencial e valorizar meu trabalho.

Finalmente, à comunidade senegalesa em Porto Alegre. Foi incrível poder trabalhar com vocês. Muito obrigada por me permitir entrar e conhecer sua cultura. Sem a generosidade dos interlocutores e sua disponibilidade voluntária, esse trabalho não poderia ter sido concluído.

Resumo

Figueiredo, Júlia Petek de; D'Araujo, Maria Celina Soares. **Novos fluxos de imigrantes para o Sul do Brasil: o caso dos senegaleses em Porto Alegre.** Rio de Janeiro, 2020. 344p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O atual estudo investigou quais categorias formais e sociais estariam envolvidas no processo migratório recente de imigrantes senegaleses em Porto Alegre. O objetivo é demonstrar a dificuldade de se definir um “imigrante” de maneira homogênea, visto que há fatores sociais, culturais e jurídicos em jogo. Baseando-se em extenso trabalho de campo junto à comunidade, a tese trata de temas como o perfil dos imigrantes, razões de saída do Senegal, projeto migratório, escolha do Brasil como destino, inserção no mercado de trabalho brasileiro, além de questões de moradia, associativismo civil e religião. Conclui que diversas categorias estão envolvidas no processo migratório para além das relevantes questões políticas, humanitárias e econômicas. Os novos fluxos Sul-Sul diferenciam-se daqueles tradicionalmente destinados ao Brasil. A chegada de imigrantes negros, senegaleses e muçulmanos, traz à tona antigos preconceitos e estigmas vinculados ao imaginário brasileiro e novas possibilidades para refletir, por exemplo, sobre a noção de uma “cultura de emigração” em tempos de globalização. O estudo de caso aqui apresentado permite perceber de que maneira os diversos fluxos de imigrantes merecem atenção em suas realidades migratórias específicas, visto que há categorias sociais e formais envolvidas no processo dependendo “de quem é”, “de onde vem” e “para onde vai”.

Palavras-Chave

Migração; Imigrantes - Brasil; Senegal – Emigração e Imigração; Senegaleses; Categorias migratórias;

Abstract

Figueiredo, Júlia Petek de; D'Araujo, Maria Celina Soares (Advisor). **New flows of immigrants to the south of Brazil: the case of senegalese to Porto Alegre city.** Rio de Janeiro, 2020. 344p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The current study investigates formal and social categories involved in the recent migration process of Senegalese migrants in Porto Alegre. The objective is to demonstrate the difficulty of defining a “migrant” in a homogeneous way, since there are social, cultural and legal factors at stake. Based on extensive fieldwork with the community, the thesis deals with topics such as: migrant’s profile, reasons for leaving Senegal, migration project, choosing Brazil as a destination, insertion in the Brazilian labor market, housing issues, civil associations and religion. Concludes that a number of categories are involved in the migration process beyond political, humanitarian and economic issues. The new South to South migration flows to Brazil differ from those traditionally historical ones. The arrival of black, Senegalese and Muslim migrants brings to the fore old prejudices and stigmas linked to the Brazilian imagination and therefore new possibilities for reflection, like the notion of a “culture of emigration” in times of globalization. The case study allows us to understand how the different migration flows deserve attention in their specific migration realities, since there are social and formal categories involved in the process depending on “who they are”, “where they come from” and “where they are going”.

Keywords

Migration; Immigrants - Brazil; Senegal - Emigration and Immigration; Senegalese; Migration Categories;

Sumário

Introdução	14
Objetivo e questão de pesquisa	16
Tema da pesquisa: migração como fato social	18
Construindo um objeto de estudo	22
Metodologia	27
Descrição do campo de pesquisa	29
Metodologia posta em prática	36
Principais desafios e limites da pesquisa	43
1. Teorias das migrações internacionais revisadas	48
1.1. O imigrante econômico: questão econômica e laboral das migrações	60
1.2. Refugiados e a questão política da migração: sua relação com o Estado-Nação	75
1.3. Afinal, globalização para quem? Migrantes desejados e indesejados	95
2. Múltiplos contextos: contexto histórico e geográfico da pesquisa	110
2.1. Migrações internacionais no mundo atual: imigração Sul-Sul e a questão dos refugiados	123
2.2. Breve comentário sobre migrações nos continentes africano e latino-americano	125
2.3. Sobre o país de origem	133
2.4. Brasil, país tradicional de imigração	152
3. A pesquisa, o estudo de caso: senegaleses imigrantes em Porto Alegre	164
3.1. Perfil dos imigrantes senegaleses em Porto Alegre	164
3.1.1. Uma comunidade de aparência “machista”?	167
3.1.2. Relação entre escolaridade e religiosidade no Senegal	176
3.1.3. Breve constatação sobre idioma	187
3.2. A emigração	190
3.2.1. Contexto da emigração: cidades de origem	191
3.2.2. Razões de saída	199
3.2.3. Projeto migratório	209

3.3. Brasil como destino	221
3.3.1. Destino Brasil e a importância das redes migratórias	221
3.3.2. Trajeto e chegada	225
3.3.3. Regularização	227
4. A imigração	248
4.1. Trabalho, moradia e principais desafios em solo brasileiro	248
4.1.1. Mercado de trabalho para senegaleses em Porto Alegre	252
4.1.2. Questões de moradia: vida comunitária adaptada ao contexto imigratório	261
4.1.3. Sociedade brasileira: entre afastamento e proximidade	268
4.2. Solidariedade senegalesa: entre associativismo civil e religiosidade	276
4.2.1. Associação dos senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA)	278
4.2.2. Dahir: grupo religioso mouride em Porto Alegre	286
4.2.3. Magal de Touba em Porto Alegre: relatos sobre a festa de 2019	300
5. Conclusão	312
6. Bibliografia	327

Lista de tabelas

Tabela 1 - População Total do Senegal entre 1950-2017	135
Tabela 2 - Estoque internacional de emigrantes senegaleses no mundo entre 1990 e 2017, distribuição por região mais desenvolvida e menos desenvolvida	138
Tabela 3 - Estoque total de imigrantes no Brasil entre 1990-2019 (em milhares)	155
Tabela 4 - Estoque Imigrantes no Brasil, 25 principais nacionalidades	155
Tabela 5 - Perfil imigrantes senegaleses (N=22)	165
Tabela 6 - Sistema educacional Senegal entre 2000 e 2018	177
Tabela 7 - Taxa Bruta de Escolarização por setor de ensino no Senegal entre 2000 e 2018 (%)	178
Tabela 8 - Porcentagem de jovens senegaleses em idade escolar (6-16 anos) dentro e fora do sistema nacional de ensino em 2016 (%)	179
Tabela 9 - Regiões e cidades de origem dos imigrantes senegaleses em Porto Alegre	193
Tabela 10 - Ocupação dos imigrantes no Senegal antes da emigração	202
Tabela 11 - Solicitação de refúgio (entradas por ano) Departamento da Polícia Federal	230
Tabela 12 - Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado ativas (ou seja, aguardando decisões do Conare) em 09 de outubro de 2019, de senegaleses que solicitaram entre 2013 e 2019	232
Tabela 13 - Casos de solicitação de refúgio de senegaleses analisados pelo Conare (1997 - 2019)	234
Tabela 14 - Tipos de visto e residência no Estatuto do Estrangeiro e na Lei da Migração	236

Lista de Ilustrações

Mapa 1: Centro da cidade de Porto Alegre	35
Figura 1: Categorias <i>formais</i> relacionadas ao fenômeno migratório internacional identificadas pela autora	49
Gráfico 1: Estimativa do estoque de refugiados no mundo segundo as Nações Unidas entre 1990-2019 (incluindo demandantes de asilo)	116
Mapa 2: Densidade da população no Senegal, segundo a região em 2013	134
Mapa 3: Região do Vale do Rio Senegal	140
Mapa 4: Regiões principais de emigração Senegal	150
Gráfico 2: Evolução da porcentagem de imigrantes em relação à população brasileira entre 1990-2019 (%)	155
Gráfico 3: Solicitações de refúgio por ano (2011-2018)	157
Gráfico 4: Principais nacionalidades com solicitações em trâmite (2007-2019)	159
Gráfico 5: Refugiados reconhecidos no Brasil por nacionalidade (2007-2019)	160
Gráfico 6: Evolução da porcentagem de refugiados e solicitantes de refúgio em relação ao estoque de imigrantes internacionais no Brasil entre 1990 e 2019	160
Mapas 5 e 6: Cidades de origem dos imigrantes senegaleses que emigraram para Porto Alegre	195
Imagem 1: Jantar na casa dos imigrantes senegaleses em apartamento no centro de Porto Alegre	263
Imagem 2: Desenho no caderno de campo, esboço da planta do apartamento que visitei em setembro de 2018	264
Imagem 3: Prato servido em jantar com imigrantes senegaleses no apartamento no centro de Porto Alegre	266
Imagem 4: Folder de convite para o Festival de Arte e Cultura Senegalesa (1) Foto do voucher para comida típica do evento (2)	285
Imagem 5: Encontro Dahirra em Porto Alegre, confraternização	292

Lista de Siglas

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ADSPOA – Associação dos Senegaleses de Porto Alegre
ALC – América Latina e Caribe
ANSD – Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie
CEASA – Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIg – Conselho Nacional de Imigração
COMPAS – Centre on Migration Policy and Society
CONARE – Comitê Nacional para Refugiados
CPE – Coordenação de Promoção Econômica
GPI – Global Peace Index
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MNE – Ministério da Educação do Senegal
MRE – Ministério das Relações Exteriores
NU – Nações Unidas
OIM – Organização Internacional de Migrantes
RDC – República Democrática do Congo
RNE – Registro Nacional de Estrangeiro
RNM – Registro Nacional Migratório
RNSE – Rapport National Sur la Situation de l'éducation au Senegal
SMDE – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SMDH – Secretaria Municipal de Direitos Humanos
SMIC – Secretaria Municipal de Indústria e Comércio
SONACES – La Société Nationale de Commercialisation des Semences
TBS – Teux Brut de Scolarisation (Taxa Bruta de Escolarização)
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura
UNHCR – United Nations High Commissioner for Refugees

Introdução

Meu interesse pela questão da imigração senegalesa começou há alguns anos, mais precisamente em dezembro de 2014. Em uma noite entre primos na Cidade Baixa, bairro boêmio de Porto Alegre, passou a pé na rua um grupo de imigrantes que caminhava com destino à zona central da cidade. Negros, altos, provavelmente senegaleses, andavam juntos, quietos, sem dar muita atenção ao que acontecia ao redor. Chamou minha atenção. Minha prima logo avisou: “*são africanos que vieram por causa da copa e ficaram*”. Aquela imagem permaneceu na minha cabeça. Pensei que o Rio Grande do Sul, estado que possui uma história de fluxos de imigrantes italianos e alemães, agora recebia novos contingentes. Mas dessa vez negros, africanos, “diferentes”. Isso definitivamente muda o cenário.

A segunda vez que percebi a presença dos imigrantes senegaleses foi logo na sequência, ao passar a virada do ano no litoral do Rio Grande do Sul, na cidade que frequento desde os cinco anos: Capão da Canoa, cidade pequena, sazonal, enche durante o período de férias escolares pelos “veranistas” gaúchos. Desde a infância frequento a região, tendo marcado em minha lembrança as tardes e noites no pequeno centro da cidade, com a sorveteria Gelf’s, o fervoroso comércio local que misturava lojistas da região, fabricantes de malha e outras roupas do interior do estado e as pequenas lojas de roupas e acessórios falsificados de imigrantes coreanos.

Os senegaleses estavam presentes como vendedores ambulantes tanto nas ruas do centro, quanto na beira da praia. Eu os via vendendo diversos acessórios e conversando em pequenos grupos. A venda de produtos na areia da praia dava uma nova cara ao tradicional comércio de roupas de praia, redes e toalhas de mesa de vendedores que vêm há 20 anos das regiões Norte e Nordeste do país durante o período de férias.

Na época cursava mestrado na Bélgica e estava desenvolvendo pesquisa sobre as imigrantes brasileiras em Bruxelas e sua inserção como empregadas domésticas, trabalho concluído em meados de 2015. Pela minha curiosidade e interesse nos estudos migratórios comecei a fazer contatos com os imigrantes. Eles vendiam óculos e outros objetos na rua principal do centro da cidade, conhecida pelos “camelôs”, ou seja, casinhas de madeira no meio da praça com todo tipo de produto. Tive sorte de conversar com dois que falavam francês. Explicaram-me que

eram senegaleses e estavam em uma casa alugada enquanto eram vendedores na cidade durante as férias de verão. Isso foi em 2015. Voltei todos os anos, na mesma época, e a presença deles na cidade continuava, mas inseridos de diferentes maneiras. O movimento era sazonal e acompanhava aquele dos gaúchos veranistas que partem para as cidades do litoral entre os meses de dezembro e março. Em janeiro de 2018, conversei com alguns na praia que vendiam produtos para os banhistas na areia. Outros dois estavam trabalhando como cozinheiros em um restaurante tradicional da cidade, local de encontro entre jovens. Em janeiro de 2019, não vi mais vendedores ambulantes no centro, pois a polícia estava fazendo um choque de ordem nas ruas, mas encontrei com um senegalês instalado no shopping, em seu stand de roupas e acessórios. Os shoppings das fábricas são grandes salões com stands de venda separados por divisórias removíveis nas quais os lojistas organizam seus produtos durante o verão. Além dele, outros continuavam vendendo seus produtos na beira da praia.

Em 2016 comecei o curso de doutorado em Ciências Sociais na PUC-Rio. O projeto inicial era estudar as imigrantes bolivianas em São Paulo, com o intuito de fazer uma comparação com o caso das trabalhadoras brasileiras em Bruxelas. Apesar disso, o caso dos imigrantes senegaleses no Sul do Brasil foi ganhando meu interesse. A presença em Porto Alegre estava cada vez mais marcada e, depois que comecei a pesquisar sobre o assunto, percebi que havia senegaleses por todo lado na cidade¹. Em diversos bairros estavam na rua como vendedores ambulantes, mas também presentes nas conversas com porto-alegrenses. Cabelereiro, motorista de aplicativo, vizinho etc. cada um citando seu contato ou experiência com os imigrantes, em geral no ambiente de trabalho e na maioria dos casos relatando experiências positivas. Dessas conversas iniciais indiretas, sobre os senegaleses, aumentou meu interesse em entender a questão em seu processo histórico e como tema sociológico.

Uma primeira alternativa foi pensar o lugar desses novos fluxos na longa história de imigração do estado Rio Grande do Sul, baseada praticamente em imigrantes europeus. Apesar de essa não ser minha questão específica, despertou-me para uma temática mais geral que considere importante de ser estudada e entendida.

¹ Deixo claro que descrevo minhas impressões baseada nas visitas à cidade e na percepção inicial que tinha sobre a questão e não em dados quantitativos.

Objetivo e questão de pesquisa

Quando comecei o projeto, tinha por objetivo unir em uma única pesquisa a teoria mais geral sobre migrações internacionais a um estudo de caso. Esse objetivo era baseado em uma dupla curiosidade. A primeira, era ter a capacidade de obter maior entendimento sobre as teorias das migrações internacionais. Campo amplo e multidisciplinar, que dialoga com praticamente todas as ciências humanas. As análises podem partir de diversas perspectivas e estar vinculadas a uma infinidade de saberes, como por exemplo: geografia, história, direito, psicologia, demografia, economia, relações internacionais e as ciências sociais. Por ser vasto, sentia falta de uma revisão da literatura sobre a temática que me permitisse questionar de maneira mais geral questões pontuais que encontrava nos meus estudos anteriores sobre o tema. Minha dissertação já havia sido um estudo de caso de imigrantes brasileiras na Bélgica, e o curso de mestrado como um todo, nesse país, foi uma imersão nos estudos sobre a temática da migração. Mesmo assim sentia a necessidade de percorrer essa literatura e fazer um esforço para compreendê-la de forma mais significativa.

Para minha qualificação, desenvolvi estudo sistemático sobre as teorias das migrações internacionais e de que forma elas vinham sendo retratadas pela literatura, mas também pelos principais órgãos e instituições internacionais. Essa revisão, que resultou no primeiro capítulo da tese, foi muito esclarecedora em termos de entendimento das teorias, mas também me permitiu abrir precedentes para questionar algumas ideias consideradas pelo status quo. Uma delas, que vou tratar aqui, é o desafio de categorizar um imigrante internacional como uma categoria homogeneizante, estática e bem definida.

A ideia é mostrar que existe uma dificuldade de categorizar de maneira simplificada os imigrantes. Em termos de categorias formais, identifico duas principais: os imigrantes econômicos e os refugiados. Apesar da tentativa dos órgãos responsáveis, estatais ou humanitários, e de parte da literatura para classificar e categorizar o fenômeno baseado nessa dualidade, percebe-se que as categorias de imigrantes não são estáticas e podem ir além dessas divisões. Não estou defendendo que o esforço dessa categorização não seja legítimo, pois é necessário conceituar para entender os fenômenos sociais e gerir os fluxos. Acredito, contudo, que a realidade seja mais complexa e mais difícil de definir. Por

essa razão, as categorias de migrante econômico e refugiado podem ser pensadas e problematizadas na prática, sem deixar de reconhecer a importância da sua concepção.

Além dessa dualidade clássica, existem outras categorias, ditas sociais, que ajudam a entender melhor um fenômeno assim complexo. Sayad (1991) já nos chamava atenção para esse fato. Nem todo imigrante no mundo é igual: carrega, por exemplo, sua nacionalidade. Além disso, defendo que outros marcadores raciais, sociais e de gênero devem ser levados em conta ao analisar os casos. Essas categorias estão vinculadas tanto à sociedade de origem quanto à sociedade de destino. Por isso, acredito que a categoria imigrante não deva ser tratada como algo homogêneo, visto que as condições variam dependendo de “quem é”, “de onde vem” e “para onde vai”.

Uma vez colocado o problema, meu segundo interesse foi desenvolver um estudo de caso que me permitisse pensar em termos práticos as questões que haviam surgido na minha revisão teórica. Como mencionei, meu interesse pela questão dos imigrantes senegaleses no Sul do Brasil foi aumentando com o passar do tempo. Optei então por estudar esse grupo, de maneira mais aprofundada, mas sem deixar de lado as questões teóricas que haviam florescido ao longo das leituras e dos últimos anos de estudo dedicados à temática das migrações internacionais.

Minha questão de pesquisa é: **“Quais categorias, formais e/ou sociais, identifico no processo de imigração dos senegaleses em Porto Alegre?”**. Para responder a tal questão pus em prática um estudo aprofundado junto à comunidade senegalesa na capital gaúcha, buscando entender quais categorias estavam em jogo no seu processo de emigração, ou seja, na decisão de saída, mas também no seu processo de imigração, mais precisamente seu contato e inserção na sociedade brasileira como um todo. O que significa ser um “emigrante senegalês” para os migrantes foi uma das preocupações, além de uma tentativa de compreender como foi o encontro com o “outro”, no caso, porto-alegrenses. Na sequência, apresento considerações sobre a construção do meu objeto de estudo, além de discorrer sobre a forma como a metodologia foi construída e uma descrição do campo da pesquisa.

Tema da pesquisa: migração como fato social

O tema da pesquisa é a imigração recente de senegaleses para a cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. Por imigração recente entende-se os novos fluxos de migrantes a partir da primeira década do século XXI. Sendo a história do Brasil marcada por diversos fluxos migratórios, hoje assistimos dois novos fenômenos dessa natureza. O primeiro é o aumento da emigração de brasileiros para o exterior, mais especificamente para países do Norte como os Estados Unidos e alguns países europeus. Como segundo, apontamos a existência de novos fluxos migratórios de países do Sul Global² com destino a diversas cidades brasileiras. Neste trabalho, vamos nos interessar pelos fluxos daqueles imigrantes inseridos na base do mercado de trabalho brasileiro ocupando cargos em setores específicos ou que buscam inserção no comércio informal como vendedores ambulantes em Porto Alegre (OIM, 2010; OIM, 2014).

Enquanto outros coletivos migratórios tradicionais, como os imigrantes da Europa do Sul e do Japão, praticamente foram encerrados em meados do século XX, o número de imigrantes de origem do continente africano para o Brasil não cessou de aumentar (HERÉDIA, 2015; UEREL, 2016). Por isso mesmo, o tema da pesquisa é pertinente por se enquadrar nos novos estudos da dinâmica de migrações internacionais entre países do Sul Global, ampliando aqueles estudos tradicionais sobre fluxos migratórios do Sul para o Norte. A Organização Internacional para as Migrações, OIM (2014) em artigo chamado *Migration sud-sud: nouer des partenariats strategiques pour le developpement* ressalta a importância de estudar as migrações Sul-Sul, assunto ainda pouco tratado pela comunidade internacional (OIM, 2014, p. 11). De uma maneira geral, esses fluxos são caracterizados por migrantes jovens pouco qualificados o que os colocaria em situação de

² Nos dados sobre World Migration Stock, especificam-se os termos empregados da seguinte forma: Following common practice, the more developed regions are **referred to as the “North”**, while the less developed regions are **referred to as the “South”**. “The designation “more developed” and “less developed” regions are intended for statistical purposes and do not express a judgment about the stage reached by a particular country, territory or area in the development process. The term “country” as used in this publication also refers, as appropriate, to territories or areas. **More developed regions comprise all sub-regions of Europe plus Northern America, Australia/New Zealand and Japan. Less developed regions comprise all sub-regions of Africa, Asia (excluding Japan), and Latin America and the Caribbean as well as Melanesia, Micronesia and Polynesia.** Countries or areas in the more developed regions are designated as “developed countries”. Countries or areas in the less developed regions are designated as “developing countries”. (UN, 2019).

vulnerabilidade. Destaco que a imigração é tratada aqui como um fato social, nos termos de Durkheim (2012). Por fato social entende-se:

É fato social toda maneira de fazer, fixa ou não, capaz de exercer sobre um indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral na extensão de uma dada sociedade que tem existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2012, p.40).

Além do nosso objeto ser visto como um fato social, nos dizeres de Sayad (1998), ele deve ser concebido enquanto um “fato social total”, sendo um itinerário epistemológico baseado em diversas disciplinas que se encontram no cruzamento das ciências sociais (história, geografia, direito, demografia, economia, psicologia, sociologia, antropologia, linguística, ciências políticas). O autor afirma:

“Fato social total”, é verdade; falar da imigração é falar da sociedade como um todo, falar dela em sua dimensão diacrônica, ou seja, numa perspectiva histórica [...] e também em sua extensão sincrônica, ou seja, do ponto de vista das estruturas presentes da sociedade e de seu funcionamento; mas com a condição de não tomarmos deliberadamente o partido de mutilar esse objeto de uma de suas partes integrantes, a parte relativa à emigração (SAYAD, 1998, p.16).

Vale ainda fazer a distinção conceitual entre migrante, imigrante e emigrante. A categoria de migrante internacional engloba os emigrantes e os imigrantes. A combinação dos dois formam padrões globais de migração que de certa forma ligam países de destino e de origem em um único fenômeno (GIDDENS, 2012). Ou seja, por emigrante entende-se o cidadão nacional que deixou seu país de origem e partiu para outro, enquanto por imigrante internacional entende-se aqueles estrangeiros que se instalam de forma temporária ou permanente no país de destino. Estudamos assim os emigrantes que deixaram o Senegal e escolheram o Brasil como destino, formando novos fluxos de imigrantes para o país.

Sayad (1998) destaca a necessidade de observar a trajetória do migrante desde o seu início, ou seja, de se analisar também as condições da emigração desse sujeito. Afirmo que essa ordem cronológica de analisar o problema se deve à própria lógica do movimento migratório.

Com efeito, todo o itinerário do emigrante (emigrante de lá...) e do imigrante (imigrante aqui...) presta-se a um recorte em diferentes etapas que se constituem como outros tantos momentos e objetos privilegiados para a reflexão. A ordem linear que se desenrola o movimento de emigração e de imigração, em sua dupla dimensão de fato coletivo e de itinerário individual (a trajetória e a experiência singulares do emigrante e imigrante), comanda, assim, a constituição dos diferentes temas, impondo-os desta forma na ordem cronológica em que aparecem e desta maneira, comanda também a ordem cronológica das publicações (SAYAD, 1998, p.13).

Ele justifica seu método afirmando:

Necessidade de ordem cronológica, sem dúvida, pois na origem da imigração encontramos a emigração, ato inicial do processo, mas igualmente necessidade de ordem epistemológica, pois o que chamamos de imigração, e que tratamos como tal em um lugar e em uma sociedade dados, é chamado, em outro lugar, em outra sociedade ou para outra sociedade, e emigração; como duas faces de uma mesma realidade, a emigração fica como uma outra vertente da imigração (SAYAD, 1998, p.14).

Dentro dessa ordem cronológica, devemos começar pelo estudo da emigração, ou seja, as condições sociais que engendram esse movimento, e das transformações dessas condições. Ao estudo da emigração, se segue aquele da imigração. Segundo o autor, esses são mais “abundantes e diversificados”, dizem respeito às condições de vida e trabalho dos imigrantes no país de destino, e referem-se ao estudo dos diferentes problemas sociais que foram constituídos como “os problemas da imigração”. O autor afirma que esses estudos se relacionam a maneira como o próprio estatuto do imigrante trata a questão, vinculando-os aos problemas aos quais estão associados. Assim como assinalou Sayad (1998), é fundamental entender a questão da migração em sua totalidade (unindo o fenômeno de emigração e de imigração) para se fugir de um etnocentrismo existente nos estudos em geral. O imigrante para a sociedade de destino “nasce” a partir do momento em que atravessa suas fronteiras, e em muitos casos este já “nasce” enquanto um “problema”. Essa forma de etnocentrismo resulta naquilo que Sayad chama de “problemática imposta”:

Quanto mais a sociedade de imigração inclina-se, coisa que entendemos facilmente, a abordar o fato da imigração durante sua realização - é para ela uma questão de ordem pública ou, em outros termos, uma necessidade de vida prática -, tanto mais ela

é indiferente, de pleno direito segundo ela, às condições e às circunstâncias que governam a emigração, considerando-se totalmente estranha, de modo algum envolvida e ainda menos interessada por esse tipo de preocupação” (SAYAD, 1998, p.16-18).

Ele ainda complementa explicando que quando sociedades, com caráter etnocêntrico, são levadas a se questionarem quanto ao “nascimento” dessa imigração, tendem a buscar explicações para o fenômeno nas suas próprias estruturas internas, como por exemplo: as estruturas econômicas e sociais, o mercado de trabalho ou as questões demográficas³. Apesar de não considerar esse modo de explicação errado, o autor o considera incompleto, visto que não leva em conta que antes de “nascer” o imigrante, esses atores foram emigrantes. No caso dos emigrantes senegaleses pesquisados, destaco a presença de uma “cultura de emigração” apontada pelos interlocutores como uma das razões de deixar o país de origem.

Gabriele Rosenthal (2014) também fala sobre essa questão de analisar a questão da migração a longo termo, observando as condições históricas do contexto em que o emigrante deixou seu país. Por essa razão, apresento os resultados da pesquisa seguindo essa ordem cronológica. Infelizmente não tive oportunidade de conhecer esse contexto pessoalmente, visto que não houve recursos para tal passo fundamental da pesquisa, isto é, uma viagem de campo ao Senegal. Apesar disso, é feito um esforço para compreender as condições de emigração do grupo estudado, mesmo reconhecendo que o conteúdo apresentado é uma visão transmitida pelos próprios migrantes. Deixando claro essa questão, destaco que os dados em si são relevantes visto que transmitem a visão dos indivíduos que deixaram sua terra e rumaram ao Brasil.

³ O autor lista as seguintes “causas” sinaladas pelos países: déficit demográfico (ligado a baixas taxas de natalidade ou em momentos de guerra para suprir a falta de mão de obra para indústria), forte expansão econômica em certos períodos que mudam a estrutura do mercado de trabalho gerando maior oferta em certos setores da economia, elevação global da qualidade de vida econômica e cultural, que afasta a mão de obra nacional de setores socialmente desvalorizados e desagradáveis de serem executados, etc. (SAYAD, 1998, p.17).

Construindo um objeto de estudo

O objeto de estudo são os imigrantes senegaleses em Porto Alegre. O Rio Grande do Sul recebeu várias levas de imigrantes ao longo de sua história, destacando-se as colônias de imigrantes europeus, em especial italianos e alemães, no final do século XIX e início do século XX. Ainda hoje o estado se destaca pela presença de imigrantes. Segundo Oliveira (2015a), em estudo baseado nos censos demográficos de 2000 e 2010, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul concentravam juntos 71,2% e 63,8% dos imigrantes internacionais do país, respectivamente. O RS registrava a presença de 27.431 imigrantes no ano de 2000, passando para 24.717 em 2010 (queda que acompanha a tendência nacional para o período).

Apesar de ter uma tradição histórica de chegada de imigrantes europeus na região, a partir de 2010, novos fluxos de imigrantes são percebidos, entre eles haitianos e senegaleses (DE CÉSARO, BARBOSA e ZANINI, 2017). Objeto de estudo neste trabalho, os senegaleses, que imigraram para o sul do Brasil, suscitam perguntas e questionamentos em relação à sua presença no estado. Alguns estudos foram desenvolvidos sobre o tema, e apresentados resumidamente a seguir.

O Brasil como destino parece estar relacionado com crescentes dificuldades de migrações para Europa e América do Norte, regiões tradicionais de imigração da comunidade, fazendo com que procurem novas opções no Sul Global. Em termos de efetivos, há desafios na identificação da proporção da diáspora senegalesa. Jung (2019) afirma que as estatísticas apenas fornecem uma estimativa da comunidade senegalesa no Brasil. Os números são baseados em dados sobre solicitantes de refúgio, imigrantes oficialmente registrados e dados de integração no mercado de trabalho. Há um aumento significativo entre 2010 e 2017. Os dados das Nações Unidas (2017), por exemplo, vinculados a dados oficiais dos governos nacionais citam somente 227 senegaleses regularizados no Brasil em 2017 (UN, 2017). Por outro lado, o Conare, órgão responsável pela questão do refúgio no Brasil, aponta cerca de 11.000 solicitações de refúgio de senegaleses em trâmite em 2017 (JUNG, 2019).

Trabalhando com estimativas, e levando em conta a alta mobilidade da comunidade, Jung (2019) separa os fluxos em três fases. A primeira, que começa por volta do ano 2000 e se estende até 2012, é marcada pela chegada de cerca de

1.000 senegaleses pioneiros que se instalam no país. O fluxo está relacionado com aquele mais antigo presente na Argentina. A segunda começa entre 2012/2013 e se estendendo até fins de 2015. É caracterizada por um aumento expressivo, representado nos dados sobre solicitações de refúgio no Conare. Se os primeiros chegavam de avião, esses utilizaram rotas alternativas passando em geral pelo Equador, seguindo o caminho de imigrantes haitianos que entravam pelo Acre. Dessa segunda onda, a grande maioria instalou-se nas regiões Sul e Sudeste do país, com destaque para os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. A rota foi dificultada quando, ainda em 2015, Equador terminou com a política de não regulamentação de visto para senegaleses. A terceira fase começa no final de 2015 até os dias atuais, na qual observamos a redução das solicitações de refúgio e a forte diminuição da chegada de imigrantes senegaleses. Como causa dessa redução o autor destaca, além da mudança no regime de vistos do Equador, a crise política e econômica do Brasil, deixando de ser um destino desejado (JUNG, 2019).

No caso específico do estado do Rio Grande do Sul, Uebel (2016) fez trabalho sobre o panorama e o perfil da imigração senegalesa para o estado compilando dados do Ministério do Trabalho e Emprego, IBGE e Polícia Federal. Afirma que é o estado de maior concentração de senegaleses no Brasil. Segundo o autor, até dezembro de 2015 o estado contava com 3.173 senegaleses, que chegaram principalmente depois de 2013, sendo antes de 2010 muita baixa. O artigo de De César, Barbosa e Zanini (2017) que também fala sobre os fluxos para região sul do Brasil, por sua vez, cita 536 senegaleses com registro de imigração no Rio Grande do Sul para o período de 2007 a 2014.

Estudos vem sendo desenvolvidos sobre a temática. Sobre imigrantes senegaleses no Rio Grande do Sul, destacamos aqueles de Herédia (2015), Uebel (2016) e De César, Barbosa e Zanini (2017). Além disso, existem trabalhos para regiões específicas do estado. Dentre eles os de Menin (2016) e de Herédia e Golçalves (2017) em Caxias do Sul, Tedesco e Grzybovski (2013), Tedesco e Mello (2015) e Tedesco (2017) em Passo Fundo, Benincá e Pinheiro (2014) em Erechim, além de Mocellin (2015, 2017) e De Cesário e Zanini (2018) em Santa Maria, entre outros. Além de pesquisas no Rio Grande do Sul, os imigrantes senegaleses também são objeto de estudo na cidade do Rio de Janeiro (HEIL, 2018) e na Argentina (ZUBRZYCKI, 2011, 2012). Sobre a cidade de Porto Alegre

especificamente ainda não constam muitas publicações, apesar de existirem pesquisas em curso.

Uebel (2016) e Herédia (2015) buscaram traçar o perfil e um panorama dos novos fluxos para o estado do Rio Grande do Sul. Dos 3.173 senegaleses estimados por Uebel (2016), 98,4% eram homens. Esse fato pode ser explicado por ser um país majoritariamente muçulmano, no qual as mulheres praticamente não fazem parte da população economicamente ativa - no sentido de que restringem suas muitas e árduas atividades laborais ao âmbito doméstico. Os imigrantes, maioria entre 30 e 50 anos, sendo o segundo grupo mais importante entre 19 e 30 anos, emigraram sozinhos. Nas estimativas do autor não havia até dezembro de 2015 registro de menores de idade. Em relação ao nível de estudo, somente 4% possuíam nível superior (UEBEL, 2016).

O autor também busca formular um panorama da distribuição dos imigrantes senegaleses no Estado. Uma característica interessante é que não há concentração em uma única cidade. Apesar disso, ao observar sua distribuição pelo território rio-grandense, identificam-se dois polos médios de atração considerados cidades com oportunidade de empregos. O primeiro, a região da cidade de Caxias do Sul (englobando as cidades de Nova Araçá, São Marcos e Garibaldi, estendendo-se também a Novo Hamburgo e Porto Alegre) contava com 52% dos senegaleses que trabalham em indústrias moveleira, metalúrgica e automotiva, ou com prestação de serviço. Nos casos de Porto Alegre e Caxias do Sul, também atuam no comércio informal. O segundo, região noroeste do estado, com destaque para a cidade de Passo Fundo (engloba cidades, Não-Me-Toque, Marau, Tapejara, Getúlio Vargas e Erechim) onde 48% da população estaria instalada e as principais ocupações estariam relacionadas a empresas agroindustriais, ou de capital oriundo da agricultura e pecuária, neste caso, em frigoríficos, curtumes e abatedouros da região (UEBEL, 2016).

Herédia (2015), por sua vez, afirma que os senegaleses seguiram as rotas dos haitianos para entrar no Brasil. Como há a necessidade de visto para entrar no país, a grande maioria deles optou por uma rota de mais de 10 mil quilômetros, em geral passando por Madrid, com destino a Quito, no Equador. A escolha da chegada pelo Equador se dava em razão de o país não exigir visto de imigração aos senegaleses até 2015. O país possuía até então uma política de portas abertas que não exigia visto de entrada para imigrantes. Essa regra mudou, o que impactou

diretamente as rotas de imigração. De lá utilizavam transporte terrestre ou aéreo com destino a Lima no Peru (rodovia interoceânica) e entravam no Brasil pelo Acre. Uma vez no Brasil, passam em geral por São Paulo, antes de chegarem ao destino final, o Rio Grande do Sul (HERÉDIA, 2015).

De César, Barbosa e Zanini (2017) trazem um panorama das migrações internacionais para o sul do Brasil, apresentando o caso dos haitianos e dos senegaleses. Corroborando Herédia (2015) e Uebel (2016) afirmam que em geral a motivação de partir é econômica. Uma vez no estado são inseridos no mercado de trabalho formal especialmente na indústria frigorífica, metalúrgica e na construção civil ou no comércio informal de rua como vendedores ambulantes, dependendo da região em que se encontram. Outro estudo que faz uma comparação entre os casos de imigrantes haitianos e senegaleses é aquele de Gonçalves e Sangalli (2018), mas este baseia-se em uma abordagem biográfica das migrações transnacionais.

Tedesco (2017) fez um trabalho específico sobre a relação entre a religião muçulmana, o mercado de trabalho dos frigoríficos e imigração de senegaleses na região Centro-Norte do Rio Grande do Sul. Mostra a importância da demanda de mão-de-obra na região, visto que as condições de trabalho no setor são muitas vezes precárias. Além disso, relaciona a presença de trabalhadores senegaleses muçulmanos em relação ao sistema de Halal de produção, ou seja, produção com certificação para consumo de muçulmanos.

Os estudos de Tedesco e Grzybovski (2013) em Passo Fundo e Zubrzycki (2011), este último sobre os senegaleses na Argentina, também buscaram traçar o perfil e as características desses imigrantes. Ambos ressaltam que a emigração senegalesa é um empreendimento familiar e coletivo, e que mesmo longe os imigrantes mantêm laços fortes com a família na cidade de origem. O envio de remessas para as famílias é regular e um dos objetivos principais dos imigrantes.

A questão religiosa aparece como central para se pensar a diáspora. Autores tais como Tedesco e Mello (2015) e Brignol e Costa (2017) falam da centralidade que os laços religiosos e solidários da confraria *mouride* têm entre os imigrantes senegaleses. O mouridismo, confraria (irmandade) muçulmana nasceu no final do século XIX no Senegal, foi criada pelo Cheikh Ahmadu Bamba Mbacké também fundador da cidade sagrada de Touba. A confraria é baseada em organizações móveis chamadas *dahiras* que são pequenos grupos que se reúnem para orações e discussões. A confraria domina grande parte da produção de amendoim do país e,

com a crise dos anos 1960, buscou soluções estimulando a emigração de seus membros para o exterior. A imigração assim se tornou um fator de desenvolvimento econômico da confraria, que recebe remessas e investe no país de origem. Grande parte dos imigrantes, que faz parte da confraria, mantém *dahiras* nos países de destino. As reuniões servem como lugares de oração, discussão, mas também como acolhimento de recém-chegados, apoio e resolução de problemas relacionados à migração. A religião termina por manter valores, laços com a sociedade de origem e a identidade do próprio grupo. Assim, a confraria além de estimular o processo de emigração serve como modelo de organização transacional nas sociedades de destino.

Outro ponto interessante que apareceu na literatura é a relação dos senegaleses com o comércio informal. Se uma parte da diáspora escolhe trabalhar em empregos formais, tem uma outra que opta pela ocupação de vendedor ambulante. Heil (2018), Mocellin (2015) e De Cesário e Zanini (2018) produziram trabalhos etnográficos sobre os senegaleses que trabalham no comércio informal. De Cesário e Zanini (2018) fizeram uma etnografia sobre vendedores de rua em Santa Maria apontando que, após terem trabalhado um período na área da construção civil, alguns optam pelo comércio de rua. Entre as motivações estariam os salários baixos no setor e o tratamento recebido por colegas de trabalho. De Césaro, Barbosa e Zanini (2017) complementam que essa opção de ocupação informal estaria relacionada às jornadas exaustivas de trabalho e à falta de oportunidade em empregos formais, mas também por uma questão de fundo religioso e cultural. Segundo os autores, a prática de compra e venda estaria relacionada a práticas do mesmo tipo no país de origem, Senegal. Uebel (2016) corrobora essa questão e, baseando-se em estudos de Golub e Mbaye (2009) e Driessen (1998), afirma que o comércio ilícito no Senegal é uma das práticas mais comuns incorporada por imigrantes senegaleses em países na União Europeia. Apesar de tais afirmações, destacamos que o comércio informal também é prática recorrente em território brasileiro.

Por último, alguns autores buscam entender a inserção e as dificuldades encontradas pelos senegaleses nas suas cidades de destino. Benincá e Pinheiro (2014) afirmam em pesquisa sobre Erechim/RS que os imigrantes reclamavam de situações de racismo e discriminação, além de dificuldades financeiras. Menin (2016), por sua vez, ressaltou as desilusões dos migrantes senegaleses em Caxias

do Sul/RS em relação ao imaginário que tinham do Brasil e do povo brasileiro, e também citam situações de preconceito e discriminação.

Essa breve revisão da literatura mostra como o objeto vem sendo tratado pelos pesquisadores. Recapitulando, destaco que os estudos atuais buscaram traçar um perfil dos novos fluxos e um panorama da sua distribuição nas regiões do estado. As relações específicas, entre migração e religião e migração e mercado de trabalho, também vêm sendo exploradas pela literatura. Por último, temos a presença de abordagens etnográficas que buscam descrever e compreender a situação dos imigrantes inseridos no comércio informal, e sua inserção e relações pessoais nas cidades de destino. Vale ressaltar que, por ser um tema recente, tomei conhecimento de outros estudos que vêm sendo desenvolvidos sobre o tema ainda no curso da confecção da tese.

Em relação ao tipo de abordagem, além da preocupação com o perfil dos imigrantes e sua relação com a sociedade de origem e destino, fiz esforço em relacionar meu trabalho com uma literatura mais extensa sobre teorias em migrações internacionais e fluxos de migração global Sul-Sul. Em relação ao perfil dos imigrantes, busquei abordagem sobre a sociedade de emigração, questões sobre o percurso e o trânsito, inserção na sociedade de destino como um todo, bem como planos para o futuro. Além dos imigrantes, percebemos os estados nacionais como atores nesse processo, interferindo nos projetos e na realidade dos imigrantes por meio de regulamentações, políticas e leis. Em última instância são os estados nacionais que definem quem tem direito ou não de se tornar cidadão ou estrangeiro regularizado e portador de mínimos direitos. Os imigrantes por sua vez traçam estratégias, que também são exploradas, para lidar com essas limitações.

Metodologia

Desde a época da concepção do projeto, a metodologia exigiu muita reflexão. Dentro do meu percurso acadêmico trabalhei com pesquisas de tipo quantitativo nas ciências sociais. Acredito que tal método também permitiria produção de material científico relevante sobre o tema. Apesar disso, por ser um estudo de caso exploratório não o senti, de início, como uma opção viável. Ao começar o projeto, ainda não tinha contato significativo com a comunidade senegalesa e não sabia quais desafios poderia enfrentar. No caso de uma pesquisa

quantitativa, o grande desafio seria alcançar um número de respostas considerado relevante estatisticamente para formar uma amostra significativa. Hoje, já mais integrada com meu objeto de estudo, tenho conversas com o presidente da Associação dos Senegaleses em Porto Alegre (ADSPOA) sobre a possibilidade de fazer um levantamento quantitativo da “diáspora”. Essa questão ficará para trabalhos futuros.

Assim sendo, optei por aplicar o método de pesquisa social qualitativa e interpretativa. Uma autora chave para o desenvolvimento da metodologia é Gabriele Rosenthal (2014). A autora define o método de pesquisa qualitativo diferenciando-o do método de tipo quantitativo:

A denominação “métodos qualitativos” compreende variados modos de levantamento e análise, assim como posições bastante diversas quanto às bases teóricas. Entretanto, é possível distinguir entre aqueles métodos que, em suas regras e critérios, ainda se orientam segundo a lógica quantitativa – que busca generalização estatística –, e os procedimentos qualitativos que, em suas teorizações e interpretações, não estão fundamentalmente preocupados em identificar a frequência da ocorrência de determinados fenômenos sociais, mas que tomam por base uma lógica da generalização realizada a partir do caso particular (seja esse caso uma determinada biografia, uma instituição ou meio específico) ou – com a mesma pretensão generalizante – uma lógica da descrição microscópica e densa (GEERTZ, 1983, p.37), do domínio do mundo cotidiano que configura objeto de interesse (ROSENTHAL, 2014, p.19).

A grande diferença entre os métodos quantitativos e qualitativos estaria no fato de que as pesquisas de tipo quantitativo trabalham com uma hipótese fechada desde o início e com padronização de instrumentos metodológicos, enquanto as pesquisas de tipo qualitativo trabalham com procedimentos abertos e permitem uma lógica de generalização, descoberta e verificação de hipóteses ao longo da investigação de um caso particular. Essa segunda permite que o pesquisador ponha em prática uma abertura de procedimento adaptando seus métodos no decorrer da pesquisa. Considerei-o, assim, o método mais adequado para explorar meu objeto de estudo.

Rosenthal (2014) afirma também que teríamos dois tipos de pesquisa qualitativa: aquele que busca a verificação da ocorrência de fenômenos sociais e aquele comprometido com a descoberta de hipóteses. Na prática, grande número de

pesquisas oscila entre os dois polos, combinando métodos de observação participante, entrevista aberta, produção de notas de campo, gravações de áudio e vídeos de situações cotidianas, pequenas conversas, entrevistas em grupo e familiares. A autora complementa:

Todos esses procedimentos têm por objetivo investigar práticas de ação social na complexidade do dia a dia e apreender o mundo a partir da perspectiva dos agentes no cotidiano, não do ponto de vista do cientista sociais (ROSENTHAL, 2014, p.22).

A pesquisa é identificada com a metodologia acima descrita. Está em consonância também com o método de Kristin G. Esterberg (2002) (« Qualitative Methods in Social Reserach ») chamado de “*approche par triangulation*”. Nele diferentes métodos são combinados para dar um maior entendimento ao objeto de pesquisa. No caso da atual pesquisa, foram combinados revisão da literatura, observação participante, conversas e diálogos abertos e informais, além do preenchimento de um diário de campo extenso e detalhado. A seguir apresento a descrição do trabalho de campo e como esses métodos listados foram incorporados.

Descrição do campo de pesquisa

O trabalho de campo foi realizado ao longo dos três últimos anos. Nesse período visitei diversas cidades e conversei com senegaleses em diferentes ocasiões. Foram abordados imigrantes senegaleses em Passo Fundo, Cambará do Sul, na região litorânea do Rio Grande do Sul (Atlântida e Capão da Canoa) e em Santa Catarina, tanto em Florianópolis quanto em praias na região Norte do estado. Mas, se no começo conversei pontualmente com senegaleses em diversas cidades do estado do Rio Grande do Sul e algumas em Santa Catarina, ao final decidi focar meu trabalho de campo na capital gaúcha. Foi em Porto Alegre onde fiz uma imersão maior em termos de tempo e contatos com a comunidade.

Minha escolha em focar no caso da cidade de Porto Alegre deveu-se à minha percepção de que a questão da imigração senegalesa merece outras reflexões. O material aqui produzido pode vir a servir de comparação para outros casos e regiões e até mesmo para outros grupos de imigrantes. Pretendo, também, como demonstrei ao apresentar meus objetivos e a questão de pesquisa, buscar a produção de um

material que, mesmo baseado em um estudo de caso, possa ajudar a pensar as teorias das migrações internacionais como um todo.

Em Porto Alegre tive cinco períodos de imersão no centro da cidade: o primeiro entre maio e julho de 2018, na sequência mais um entre agosto e outubro do mesmo ano, por último três períodos mais curtos, em janeiro, maio e setembro/outubro de 2019. Meu primeiro contato com a comunidade foi pelo Facebook, na página da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre - ADSPOA. Mandeí uma mensagem explicando minha pesquisa e assinalando meu interesse em conversar com algum membro da associação. A resposta foi solícita e fui convidada a assistir ao jogo de futebol da Copa do Mundo Senegal x Japão em um bar na Cidade Baixa. Fui ao encontro e fiquei impressionada com a quantidade de imigrantes concentrados. O presidente da associação estava dando entrevistas para jornalistas de algumas redes de televisão - Band, RBS (Globo no RS) e Record. O clima era de euforia, até porque a seleção senegalesa ganhou da japonesa. Participei da festa praticamente como observadora e conversei pontualmente com o presidente da associação ao final.

O primeiro imigrante com quem tive contato trabalhava como vendedor ambulante em uma esquina movimentada. Foi com ele também que tive as mais longas conversas. Desde o primeiro momento, apresentei-me como pesquisadora interessada na questão da imigração senegalesa na cidade. Conversamos durante dias e horas a fio. Até hoje mantemos contato e sempre que vou a Porto Alegre conversamos um pouco mais. Foi no relato dele que um mundo se abriu para mim. A sua trajetória, como veremos ao logo do trabalho, é uma constante entre os imigrantes senegaleses na cidade. Explicou que tem mãe doente no Senegal e que ainda sustenta a família. No Senegal estava desempregado, alegou que lá “*não ter dinheiro*”, enquanto no Brasil “*tem dinheiro, mas é complicado*” (DIÁRIO DE CAMPO, 26 jun. 2018).

A frase “*é complicado!*” ou “*Brasil complicado*” é uma constante entre os imigrantes senegaleses com quem tive contato. Questionei inúmeras vezes o que eles queriam dizer com essa frase, e diferentes respostas apareceram. Em geral reclamavam das condições de emprego, das dificuldades com a língua e das condições de acolhimento. A mistura desses fatores todos os coloca em uma situação que consideram “complicado, complicado”. No caso do primeiro jovem com quem conversei, essa situação já se apresentava de forma embrionária. No

momento trabalhava como vendedor ambulante. Tentou emprego formal, trabalhando em um restaurante, mas depois dos três meses de experiência foi mandado embora. Seu desafio maior, assim como de outros senegaleses, é o não domínio da língua. Como precisava enviar dinheiro para família, não podia ficar procurando um novo emprego a cada três meses e por essa razão resolveu vender produtos como ambulante na rua. O trabalho como vendedor ambulante o deixa exposto a diversas situações de vulnerabilidade, afirma que “*aqui muito racista*”, mas também embates com a fiscalização (DIÁRIO DE CAMPO, 26 jun. 2018).

Durante nossas conversas, no seu ponto de venda, na porta de um mercadinho tradicional, muitos foram os curiosos que pararam para escutar o que estávamos falando. Os funcionários do estabelecimento são chamados por ele de “*meus amigos*” e foram os primeiros a ficar atentos ao que se passava. A curiosidade foi tamanha que senti a necessidade de entrar no mercadinho para me apresentar e explicar meu trabalho. A relação do imigrante com os funcionários era positiva, inclusive um guarda noturno do prédio permitia que guardasse suas mercadorias à noite sem cobrar pela gentileza. Apesar disso, em determinado momento presenciei uma mudança de local de venda, no caso, para o outro lado da calçada. Me explicou que tem um morador do prédio em frente ao qual trabalhava que “*é muito racista*”, fala francês e incomoda todo dia, chamando a fiscalização diariamente para perturbar. Apesar de ter apresentado uma autorização dos órgãos responsáveis em determinada ocasião os fiscais levaram sua mercadoria. Para recuperar precisava pagar uma multa, um boleto nas casas lotéricas no valor de 600 reais, recebendo de volta somente parte dos produtos. Depois de muita incomodação mudou de lugar após dois anos trabalhando no ponto de vendas (DIÁRIO DE CAMPO, 26 jun. 2018).

Essas e outras dificuldades enfrentadas pelos imigrantes serão apresentadas no decorrer do trabalho. No caso desse jovem, a situação ficou insuportável a ponto de ele trocar de bairro. Em visita a Porto Alegre em maio de 2019 ele tinha mudado de lugar, e estava trabalhando no Centro da cidade, dessa vez cercado de dezenas de outros senegaleses.

O objetivo dessa seção não é descrever trajetórias, mas demonstrar de que maneira fiz minha entrada no campo. Meu segundo desafio foi marcar um encontro com a Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA). A ADSPOA é uma associação da sociedade civil senegalesa apolítica e não religiosa formada por mais

ou menos 500 membros. Foi fundada em 2014 quando o número de senegaleses chegando à cidade de Porto Alegre começou a aumentar. Uma parte do capítulo 4 é dedicado à descrição do trabalho da associação. Tem prestígio junto à comunidade imigrante senegalesa, mas também é muito respeitada pelas autoridades e instituições municipais. O presidente é muito ocupado e foi difícil encontrar um momento para me atender. No final das contas, fui, com o primeiro senegalês com quem conversei, para minha visita inicial. Ele precisava ir à associação para receber mais informações de como reconhecer sua carteira de motorista de caminhão senegalesa no Brasil, para ter uma opção além de trabalhar como ambulante. Pelas informações que tinha não era algo difícil, desde que uma taxa de mais ou menos R\$600,00 fosse paga, notícia que o desanimou. Fomos até lá para esclarecer essas dúvidas.

Uma vez na associação, expliquei mais detalhadamente minha pesquisa e meus objetivos. A partir desse primeiro contato passei a frequentar a associação. Tive inúmeras conversas com os membros que ali passavam ao longo do dia para buscar informações, documentos e auxílio no escritório. O contato mais longo foi com o presidente, pessoa íntegra e muito séria, que me acolheu de forma significativa. Por ser alguém que está no Brasil há mais de 10 anos, antes do fluxo de imigrantes senegaleses tomar a proporção que tomou entre 2014 e 2015, acompanhou toda evolução e me ajudou a entender questões-chave sobre a comunidade. Ofereci-me para fazer um trabalho voluntário na instituição quando retornasse a Porto Alegre. Mantivemos contato durante o período, e o projeto de voluntariado realizou-se a partir de agosto de 2018.

A sede da associação fica em uma sala no prédio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH) de Porto Alegre, na Av. dos Andradas, Centro Histórico. Foi lá que passei parte importante do meu trabalho de campo, não só pela associação em si, mas pelo fato de a maioria dos senegaleses em Porto Alegre estar concentrada no Centro histórico da cidade.

Retornei, como combinado, em meados de agosto de 2018 para continuar a pesquisa e começar o trabalho voluntário na associação. No início basicamente acompanhei o trabalho do presidente que recebia cerca de 4 a 6 senegaleses por dia em sua sala. Alguns tinham reuniões marcadas, outros simplesmente passavam para resolver questões pontuais. Além dos senegaleses, repórteres, membros de ONGs e representantes oficiais do governo também passaram pelo escritório. No intervalo

entre as visitas e reuniões conversávamos sobre a comunidade senegalesa, a vida no Senegal e a adaptação à realidade brasileira. Esse período, que durou até final de outubro de 2018, foi fundamental para entender a dinâmica da comunidade. Como voluntária, procurei ajudar o presidente no que fosse necessário. Uma das atividades foi a atualização de uma lista de mais de 150 passaportes vencidos que precisava ser enviada para a Embaixada Senegalesa em Brasília para renovação. Outra foi a composição de um documento, mais especificamente uma ficha técnica das atividades que deveriam acontecer na semana cultural senegalesa organizada pela comunidade.

Em paralelo ao posto na associação, desenvolvi meu trabalho de campo nas ruas da região central de Porto Alegre. Essa escolha se deu por constatar em observações preliminares a concentração de imigrantes no centro histórico da cidade, principalmente de vendedores ambulantes. Minhas notas de 23 de junho e de 21 de setembro de 2018 registram como me ative ao tamanho do contingente:

Diário de campo: No sábado, dia 23 de junho de 2018, fui caminhar no centro da cidade e observar os vendedores ambulantes senegaleses. Cheguei por volta do meio dia ao Mercado Público. Fiquei impressionada com a quantidade de senegaleses vendedores ambulantes. Contei mais de 100 pelas ruas. Estavam lado a lado, em geral homens jovens. Comentaram que durante a semana ficam em diferentes pontos da cidade, enquanto no final de semana se concentram na região central. (DIÁRIO DE CAMPO, 23 jun. 2018)

Todos vendendo os mesmos produtos praticamente. Caixinhas de som, acessórios para celular, fios e fones, cadarços, capinhas, tênis e abrigos de marcas esportivas. Eles se misturam a outros vendedores ambulantes. Ficavam em grupos de três ou quatro conversando. São muito atenciosos com os clientes (DIÁRIO DE CAMPO, 21 set. 2018).

O centro de Porto Alegre é também um bairro histórico. Em geral a região caracteriza-se como área comercial e de comércio popular, além dos prédios de escritórios e sede órgãos públicos. A maioria dos senegaleses com quem tive contato, além de trabalhar na região também mora lá. As ruas de intenso comércio são cheias de passantes. Durante o dia há muito movimento. Quando o comércio fecha, por volta das 19h30, as ruas ficam desertas. O centro não é mais um bairro residencial e em dias e horários não comerciais é quase inexistente o movimento de pessoas. Apesar disso, a comunidade senegalesa faz sua rotina na região. Seja à

noite, ou aos domingos quando o comércio está fechado, os imigrantes circulam pelo bairro, fazem encontros, visitam as casas de amigos e frequentam a mesquita que fica também no centro da cidade.

Somados aos encontros nas ruas do centro da cidade e na associação, fui convidada pelo presidente para diversos encontros formais e informais com a comunidade senegalesa. Todos os locais também estavam situados na região central da cidade. Destaco a Mesquita de Porto Alegre e uma cafeteria, chamada Aladdin, próxima ao prédio da Mesquita, ambas na Rua Dr. Flores no centro, a duas quadras de distância do prédio da associação. Além deles, as residências dos imigrantes.

A Mesquita de Porto Alegre era o ponto de encontro no final da tarde, durante a semana, para reza. Visitei o local algumas vezes, tanto durante a semana quando esperava os jovens rezarem, quanto no domingo para assistir aos encontros religiosos da comunidade *mouride*, chamadas *dahiras*. Explorarei mais detalhadamente esses encontros no capítulo 4, quando descrevo a centralidade da religião muçulmana na vida dos membros da comunidade senegalesa.⁴

Uma parte dos encontros informais se passou na cafeteria Aladdin, Rua Dr. Flores. Como disse, esse era local de encontro pós jornada de trabalho, tanto daqueles que trabalhavam como vendedores ambulantes, quanto daqueles que tinham emprego formal. O lugar é um ponto de confraternização no final da tarde, mas fecha as portas relativamente cedo, entre 19h30 e 20 horas. A cafeteria árabe é propriedade de imigrantes egípcios e sírios, e fica próxima ao prédio da mesquita, ambas a duas quadras da associação. Poucos atendentes falam português, comunicam-se em árabe. Assim que o escritório da ADSPOA fecha às 18 horas eles passam na Mesquita para as orações. O presidente explicou: “*Os meninos sabem que o escritório lá está fechado e a partir das 18 horas encontram comigo aqui, porque sabem que eu estou aqui*”. Enquanto conversávamos, outros senegaleses entraram na cafeteria e o cumprimentaram (DIÁRIO DE CAMPO, 21 set. 2018).

Além dos espaços públicos, fui acolhida em ambiente privados, ou seja, recebida na casa de imigrantes senegaleses sempre mediante convite. Todas que visitei eram no centro de Porto Alegre. Foram servidas refeições compartilhadas regadas a longas conversas sobre a vida como imigrante no Brasil. As casas, como também exploro detalhadamente adiante, eram pequenos apartamentos

⁴ Sobre Religião, comunidade *mourides* e *Dahiras*, ver Capítulo 4, sessão 4.2.

Percebi assim a importância da região central da cidade de Porto Alegre para a comunidade. Outros bairros foram citados no decorrer da pesquisa pela presença de imigrantes senegaleses, como por exemplo Farrapos e regiões do Norte da cidade. Mas é clara a relevância da região central. Local de encontro, de confraternização, de fé, mas também de trabalho e moradia para muitos deles. Não é por acaso que meu trabalho de campo se concentrou nesse território.

[illegible]

⁶ O material não teve fins ilustrativos fidedignos, mas serviu para ajudar na localização da pesquisa.

Metodologia posta em prática

Uma vez delimitado o campo de pesquisa, passei à escolha do tipo de abordagem metodológica. Como mencionado, optei por aplicar uma pesquisa de tipo social qualitativa e interpretativa (ROSENTHAL, 2014) que engloba o chamado “*approche par triangulation*” (ESTERBERG, 2002), permitindo que diferentes métodos de pesquisa sejam combinados para dar maior entendimento ao objeto de estudo. Foram combinados assim observações participantes e aplicação de questionários fechados anônimos. Essa opção metodológica viabilizou adaptar aquelas abordagens consideradas mais eficazes ao longo do trabalho de campo. Permitiu também partir de uma exploração do objeto inicialmente mais geral para, na sequência, ao longo do processo, optar pelos enfoques considerados mais relevantes.

As observações participantes foram feitas em ambiente aberto, principalmente nas ruas do centro histórico, onde vendedores ambulantes senegaleses estão presentes.⁷ Passei longas jornadas junto aos imigrantes, acompanhando a rotina como vendedores, o contato diário com a comunidade senegalesa e a sociedade brasileiras local. Participei do processo de montagem das barracas e exposição dos produtos, escolha diária baseada em diversos fatores climáticos e/ou sociais. Presenciei os momentos de tensão pela rápida retirada dos produtos na presença da fiscalização, mas também momentos de descontração entre amigos. Comuns eram as pausas em grupo para tomar café também comercializados por imigrantes da comunidade. Por último, acompanhei o processo, também diário, de recolhimento dos produtos no final de cada jornada de trabalho. Extremamente organizados, colocados metodicamente em carrinhos improvisados com papelão, sacolas e cordas elásticas, eram finalmente depositados em locais para passar a noite, em geral garagens ou galerias de prédios comerciais no Centro.

Outro local importante de observação foi a sede da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA), na qual prestei trabalho voluntário no segundo semestre de 2018. Foram recorrentes os encontros e conversas na instituição, tanto com o presidente quanto com membros da comunidade. O local

⁷ Destaco as ruas: Av. Borges de Medeiros, R. dos Andradas, R. Dr. Flores, Av. Alberto Bins, R. Voluntários da Pátria, R. Marechal Floriano Peixoto, R. Senhor dos Passos, R. General Andrades Neves e a Praça do Mercado Público.

serviu como ponto de referência para meu trabalho de campo, onde passava, praticamente, todos os dias na chegada e na conclusão da jornada. Esse processo permitiu trazer questões que encontrava no campo externo para dentro da associação, acarretando longas conversas com o principal representante da comunidade. Algumas dessas conversas foram gravadas com autorização do presidente da instituição e serviram para cimentar ideias e questões que surgiam no campo, permitindo reflexões imediatas.

Como segundo método houve o preenchimento de um questionário fechado e anônimo sobre o perfil dos imigrantes senegaleses. Constatando uma falta de dados concretos sobre a população, formulei um questionário composto de 38 questões objetivas sobre estado civil, filhos, nível de estudo, data de partida e de chegada no Brasil, visto de entrada, situação de regularização, projeto migratório, motivações para partir do Senegal, profissão no Senegal, trabalho no Brasil, remessas de dinheiro, dificuldades encontradas e planos a longo prazo.

O questionário foi testado e aprovado pelo presidente da associação dos senegaleses que solicitou somente uma adaptação sobre o “estado civil” dos imigrantes, pedindo que acrescentasse a opção de “uma ou mais esposas” visto que são muçulmanos e poligâmicos. Além disso, apesar de ter sido composto primeiramente em francês, o presidente achou melhor deixá-lo em português. Apesar de o francês ser a língua oficial do Senegal, muitos falam somente a língua *wolof* tendo noções muito básicas do idioma francês. Por essa dificuldade de comunicação, os questionários foram preenchidos na presença da pesquisadora que esteve presente para ajudar e tirar dúvidas.

Antes de começar meu trabalho de campo acreditava que o fato de ter fluência em francês facilitaria minha comunicação com os imigrantes senegaleses, afinal Senegal é um país reconhecido como francófono. Apesar disso, ao ter os primeiros contatos percebi que poucos deles tinham fluência na língua francesa, comunicando-se entre si constantemente em *wolof* (língua senegalesa) e preferindo muitas vezes conversar comigo em português. Senti assim a necessidade de traçar uma estratégia para conseguir explicar de forma clara quem eu era naquela situação e qual meu interesse e finalidade em conversar com eles, ou seja, minha posição como pesquisadora. Uma das minhas principais preocupações era explicar que o questionário e a pesquisa eram feitos com base no total anonimato, além de não ter fins lucrativos ou vínculo com instituições com fins lucrativos.

Como estratégia fundamental para o sucesso do trabalho de campo destaco o pedido que fiz ao presidente da associação ADSPOA, em 21 de setembro de 2018. Perguntei se ele achava que os senegaleses iriam responder e ele disse que alguns sim e outros talvez não, que outras pessoas tentaram fazer pesquisa e muitos não quiseram participar. Pedi então para me ajudar encaminhando um áudio gravado em *wolof* no telefone explicando minha pesquisa e reafirmando que era anônima, além de como a ajuda deles respondendo o questionário era importante para meu trabalho. O áudio de fato foi fundamental no meu primeiro contato com os imigrantes, principalmente para aqueles até então desconhecidos que abordei nas ruas da cidade (DIÁRIO DE CAMPO, 21 set. 2018).

O áudio encaminhado pelo presidente da associação pelo aplicativo de mensagens do celular explicava em *wolof* quem eu era, sobre o que era minha pesquisa e garantia o anonimato de todas as informações. Dessa forma, ao abordar os imigrantes, na rua principalmente, explicava em francês ou em português minha pesquisa e caso eles não entendessem ou ficassem desconfiados da situação entregava o áudio para eles escutarem a mensagem do Presidente da ADSPOA em *wolof* no meu celular.

Essa simples “ação” fez com que tanto eu quanto os imigrantes nos sentíssemos mais à vontade para dialogar e trocar informações. No caso deles, imigrantes muitas vezes em situações vulneráveis, com dificuldades com a língua portuguesa, com documentação em processo de análise e já tendo enfrentado situações de hostilidade por parte de brasileiros, a explicação na língua materna fazia com que se sentissem mais confiantes para conversar sobre suas situações, ainda mais entendendo que o anonimato do questionário e das conversas estaria garantido. No meu caso, como pesquisadora, tive a preocupação ética de me posicionar de forma clara como tal, mas, também, demonstrando como seus relatos e informações seriam de grande importância para meu trabalho individual.

No total 22 questionários foram preenchidos e numerados aleatoriamente para que mantivessem o anonimato. Abordei os imigrantes nos espaços já descritos, durante a jornada de trabalho, mas também em momentos de confraternização. Recebi algumas negativas, mas foram poucas. Alguns imigrantes ficavam desconfiados no início das conversas, mas depois se soltavam e compartilhavam abertamente suas experiências. Em geral me ajudaram muito, foram receptivos e

ficavam lisonjeados por eu estar interessada em escutar o que tinham para dizer. “*Brasileiro não quer saber*”, me disse um deles certa vez.

Como mencionado na metodologia, a pesquisa qualitativa permite que adaptemos nossos métodos ao longo do trabalho de campo. Isso também aconteceu no presente estudo de caso. Se no começo meu objetivo era preencher o maior número possível de questionários fechados de forma rápida e objetiva, para, na sequência, em uma segunda etapa marcar entrevistas semiestruturadas com os imigrantes, na prática tal sequência não foi possível de ser seguida. Os questionários, impressos em folhas de papel frente e verso, tiveram um papel central que foi além da recolha de dados brutos.

Em primeiro lugar, funcionaram como um método de entrada no campo. Ao me aproximar dos imigrantes na rua, com uma prancheta com o questionário e uma caneta na mão, já entendiam que eu não era uma possível cliente e que teria interesse em conversar com eles. Depois de explicar a pesquisa verbalmente ou pedir que escutassem o áudio em *wolof*, o questionário funcionou como a materialização da minha posição como pesquisadora. O questionário impresso foi fundamental para criar um entendimento do meu papel. A partir desse momento, abriu-se um canal de diálogo. À medida que ia fazendo as perguntas, tivemos longas conversas. O preenchimento da maioria dos questionários durou mais de uma hora, tendo alguns casos se desenrolado em conversas por três a quatro horas. Cada questão abria espaço para uma explicação e mais diálogo. Os imigrantes senegaleses que conversei pareciam dispostos a me fazer entender mais sobre sua situação. A partir dos tópicos que apareciam no questionário, que ressaltos eram compostos por 38 questões, inúmeros assuntos e relatos foram trazidos. Esses canais de diálogo, uma vez abertos, perduraram durante todo o trabalho de campo. Reencontrei os imigrantes em vários dias e ocasiões diferentes e os relatos continuavam. Entendi que marcar entrevistas semiestruturadas com a maioria desses imigrantes seria um desafio, principalmente por haver poucos lugares e ocasiões para formalizá-las.

Como expliquei, os questionários foram fundamentais para me posicionar como pesquisadora e para abrir um canal de diálogo com a comunidade, tendo os relatos e conversas decorrido de forma natural e fluida na sequência. A quantidade de informação que passaram me pegou inclusive desprevenida. Se no começo pensava em duas etapas bem definidas de pesquisa, inicial e depois aprofundada,

fui obrigada a me adaptar e procurar métodos para armazenar todas as informações. Passei a ser reconhecida pelos imigrantes do centro, passando o dia inteiro acompanhando a jornada deles. Quando chegava algum imigrante novo, que não me conhecia, muitas vezes os próprios “meninos”⁸ explicavam minha pesquisa e o convocavam para responder ao questionário. “*É minha amiga, responde a pesquisa*”, dizia um deles que me ajudou e muito no trabalho de campo.

No total preenchemos 22 questionários anônimos e conversamos pontualmente com cada um desses migrantes em diversas ocasiões. O número de questionários aplicados poderia ter sido maior, mas parei de aplicar no momento que um padrão nas respostas foi estabelecido. A partir desse momento decidi aprofundar as conversas e questões com os imigrantes com quem já tinha contato e estavam familiarizados com a pesquisa.

Com a grande maioria deles mantive contato direto e acompanhei o dia-a-dia de trabalho e a realidade da vida no país. Foram inúmeros os encontros, confraternizações, conversas, jantares e reuniões. A cada reencontro novas questões surgiam e nosso diálogo aumentava. O tipo de assunto explorado também estava de acordo com o interesse individual dos migrantes. Aqueles mais envolvidos com a religião preferiam conversar e me “ensinar” sobre a religião no seu país. Houve quem tivesse grande interesse na cultura brasileira e os diálogos giravam em torno da situação política, econômica e social do país, tanto para eles quanto para os próprios brasileiros. Um assunto muito discutido também foi a questão do trabalho no Brasil. Os imigrantes fizeram longos relatos sobre suas experiências tanto no mercado formal quanto no mercado informal. Em resumo, alguns dos principais temas abordados nas conversas foram: a sociedade de emigração, motivações para partir, a trajetória do migrante, redes migratórias, relação com a sociedade de origem, sua inserção no mercado de trabalho brasileiro, relações com a comunidade senegalesa na sociedade de destino, principais desafios e dificuldade dos imigrantes

⁸ Vale ressaltar que os imigrantes senegaleses se autodenominam entre eles “meninos” em português. Falam, por exemplo, “vou me encontrar com os meninos” ou “os meninos me contaram que ...”. Por essa razão eu também passei a me referir a eles assim. Apesar da palavra “menino” segundo o dicionário significar “Criança do sexo masculino”, também se refere a “Tratamento familiar afetuoso dado a pessoas do sexo masculino, ainda que adultas”. É nesse segundo sentido que ele é empregado, visto que a maioria dos imigrantes senegaleses são homens jovens, no caso da pesquisa, com uma média de 28.8 anos de idade. Definição disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pesquisa.php?q=menino>> Acesso em: 22 de novembro de 2019.

em Porto Alegre, planos para o futuro, relação com a sociedade brasileira como um todo, entre outros.

Fundamental importância foram também os encontros em grupo com os imigrantes. Seja no espaço público ou no ambiente privado, esses encontros foram interessantes para entender a multiplicidade de questões e posicionamentos dentro da comunidade. Os senegaleses, assim como qualquer outro grupo de migrantes, apesar de apresentarem características comuns em suas trajetórias, formam um grupo heterogêneo com pessoas que possuem experiências e opiniões diversificadas sobre diversos temas. Como encontros no espaço público destaco as conversas com vendedores ambulantes, em geral posicionados lado a lado nas ruas do centro, que faziam pausas para conversar sobre vários temas. Aproveitava esses momentos para expor minhas dúvidas sobre questões que encontrava no campo e eles, sempre muito solícitos, buscavam dar suas opiniões. Um exemplo foi um debate entre dois “meninos” entrevistados sobre a vantagem ou não de ser imigrante casado no Senegal. Enquanto um afirmava que ser solteiro era melhor por não ter a obrigação de enviar todo mês dinheiro para a esposa no Senegal, o outro, casado, criticava a falta de comprometimento do primeiro e o acusava de gastar e desperdiçar todo dinheiro com namoradas no Brasil.

Os encontros no ambiente privado também foram de suma importância para o trabalho. Como quase a totalidade dos imigrantes vivem em grupo, ou seja, compartilham apartamentos com membros da comunidade, os convites para jantares nas residências também foram momentos de grande aprendizado. Enquanto um dos meninos cozinhava e preparava o jantar para o grupo, ficávamos horas e mais horas conversando sobre o Senegal e a vida do imigrante no Brasil. Alguns dos questionários inclusive foram preenchidos nessas ocasiões. Os encontros nas moradias permitiam que os assuntos fossem tratados de forma mais íntima, sem as distrações e desconfianças do espaço externo. Eles também permitiram o despertar de questões relacionadas à cultura senegalesa, os desafios de morar em grupo e questões mais gerais sobre a vida doméstica no país de origem.

Esse contato direto com a comunidade, com uma experiência de total imersão, me permitiu preencher um diário de campo detalhado e extenso que serviu, além das informações obtidas nos questionários, para formular a presente pesquisa e responder à questão para qual o trabalho foi proposto. Explicando minha pesquisa detalhadamente, escutei algo de um dos meus entrevistados que me inspirou: “*De*

pouco em pouco no final vai ser grande conhecimento”. As palavras deles foram de encorajamento, mas, hoje, ao final da pesquisa percebo o quão sábias eram.

Ao final, compus um diário de campo que possui mais de 300 páginas digitalizadas. Descrições, fotos, áudios, vídeos, documentos, conversas formais e informais, permitiram compor o material que serviu de base para a pesquisa. Todos os dias, ao final da jornada ou até durante elas, documentava tudo aquilo que tinha sido discutido. Além disso, em conversas específicas, para evitar a necessidade de anotar as informações no momento exato, pedi autorização para gravar nossos diálogos. Os diálogos mais longos foram gravados, sempre em caráter sigiloso, com o próprio presidente na associação, pois o fato de estar em ambiente fechado, longe dos ruídos externos, permitia a prática de maneira satisfatória.

A etapa seguinte, não menos importante e trabalhosa foi organizar e analisar esses dados. O primeiro passo foi estruturar os dados dos questionários fechados. Apesar da pesquisa não ter fins quantitativos, organizar os dados pontualmente serviu para traçar um perfil transversal daqueles imigrantes que entrevistei. Foram formuladas tabelas no programa Excel com as informações dos 22 entrevistados nas 38 questões. Essa etapa foi fundamental para ter um panorama das questões gerais do objeto de estudo e dar pistas sobre assuntos centrais do trabalho. A combinação das informações permitiu traçar um esboço das temáticas que seriam exploradas e complementadas com os dados do diário de campo.

Após a concepção e averiguação das tabelas e a formulação de diretrizes gerais do trabalho de campo, parti para análise dos dados provenientes dos contatos e observações. Se no começo parecia que os relatos e experiências narradas seriam um mero “complemento” aos dados do questionário, os resultados foram muito mais ricos e surpreendentes do que o previsto. O primeiro passo foi a transcrição dos áudios e recomposição das notas de campo. Muitas das notas eram feitas à mão em um caderno físico e foram transcritas em um documento digital. Outras notas eram compostas diretamente no celular, mais especificamente em um aplicativo chamado Evernote, que conecta os documentos automaticamente no notebook. A compilação de todos os materiais permitiu criar nosso diário de campo, completamente digitalizado.

Após esse processo de organização das notas de pesquisa, comecei o segundo passo da análise. Apesar de ter o material digitalizado, as informações do diário estavam organizadas por ordem cronológica. Ou seja, à medida que as

informações eram colhidas, foram na sequência sendo incluídas no documento. Para facilitar, fiz uma completa varredura do material e o separei por temáticas. As principais temáticas já haviam sido traçadas ao examinar as tabelas dos questionários, e o trabalho resumiu-se em identificar a qual delas estava relacionada cada passagem do diário de campo. No total identifiquei 475 passagens no diário de campo relacionadas a temas que considerávamos importantes para análise. Os temas gerais foram: (1) o perfil dos imigrantes senegaleses; (2) a sociedade e o processo de emigração; (3) a concepção de um projeto familiar; (4) o Brasil como destino dos migrantes; (5) o trajeto e estratégias de regularização; (6) o processo de imigração; (7) principais dificuldades e desafios; (8) a comunidade senegalesa e a solidariedade; (9) a relação com a sociedade brasileira; (10) políticas do Estado senegalês e, por último, (11) planos para o futuro. Os resultados serão apresentados nos capítulos 3 e 4 do atual trabalho.

Principais desafios e limites da pesquisa

Antes de passar para apresentação do quadro teórico, do contexto e dos resultados concretos da pesquisa, é importante descrever os principais desafios e limites do trabalho. O principal desafio no meu caso, com destaque para fase inicial do processo, foi o fato de ser mulher. A comunidade senegalesa em Porto Alegre é majoritariamente composta por homens. No começo senti medo ao me aproximar. Por vivermos em uma sociedade machista e extremamente violenta para com as mulheres, somos ensinadas a estar sempre alertas e desconfiadas. No início também, por não entenderem meu interesse na sua situação, muitos perguntavam prontamente: “*Tem marido?*”. Essa pergunta me deixava desconfortável, pois não entendia na prática o que aquilo significava. Em geral na cultura brasileira uma mulher se declarar como “solteira” é quase o equivalente a uma auto declaração de “disponível”. Esse desafio foi gradualmente superado no decorrer da pesquisa, principalmente quando comecei a aplicar os questionários e minha posição como pesquisadora ficou mais clara para os imigrantes. Ficou mais fácil explicar “quem eu era” e meu trabalho como pesquisadora na área de ciências sociais. Além disso, conhecendo mais de perto a cultura dos senegaleses, me senti cada vez mais à vontade na companhia de grupos de homens. O respeito entre homens e mulheres é algo a ser exaltado, e a amizade entre pessoas de sexo diferente parece ser algo

normal e encorajado. Um dos “meninos” que está no Brasil há mais tempo comentou esse ponto em um jantar: “*Se você estivesse entre brasileiros, duvido que você fosse jantar na casa com seis homens sozinha*”. Tive que concordar.

Como principais limites do trabalho listo três naturezas: escassez de recursos, limite da amostra e obstáculos no trabalho de campo. O fato de não possuir recursos me impediu de fazer algo que considero central no estudo das migrações, conhecer pessoalmente a origem. Como já apontava Sayad (1991), todo imigrante é antes de tudo um emigrante. Para estudar a migração como um fato social completo, é necessário também entender o lugar do emigrante no país de origem. Esse é então um dos principais limites do atual trabalho. Tentei recuperar essa falta ao máximo durante o período do trabalho de campo, insistindo em questões que envolviam a sociedade de emigração em sua estrutura e motivações para partir. Mas os dados colhidos são frutos de relatos daquelas migrantes que já estão aqui, no Brasil, não podendo ser substituídos por visões e impressões das pessoas que permaneceram no país de origem. Reconhecendo esse limite fundamental, foquei o trabalho na situação dos imigrantes senegaleses residentes no Brasil, mas fazendo um esforço constante de conectá-los à realidade de origem. Talvez esse limite possa servir como continuidade para trabalhos futuros, quando houver a possibilidade da alocação de recursos para tal movimento.

Como segundo ponto destaco os limites da amostra. O fato de escolhermos focar em uma cidade e em um grupo específico pode limitar nossa visão do fenômeno como um todo. A escolha metodológica, como assinalei, é feita sabendo que, no momento que optamos por uma pesquisa qualitativa, focada em uma determinada cidade e região, abrimos mão de dar uma visão mais abrangente sobre o tema. Essa escolha permitiu uma imersão na comunidade, mas também limitou o acesso a apenas um grupo. O número de questionários, 22 no total, também pode ser questionado. Por que não 50? Ou 100? É claro que, em tese, quanto mais respostas, melhor. Mas apesar de reconhecer esse limite quantitativo, apliquei questionários até onde as respostas começaram a ficar extremamente repetitivas. Um padrão tomou forma no período, e decidi passar para conversas que permitissem aprofundar questões que tinham surgido ao longo da pesquisa, principalmente com aqueles imigrantes que já tinham respondido ao questionário e estavam familiarizados com o trabalho. Não posso deixar de assinalar que a comunidade senegalesa é bem fechada e unida, e mesmo o presidente da associação

ADSPOA ficou impressionado com a quantidade de respostas aos questionários. Chegou a afirmar que mais estudantes tentaram pesquisas semelhantes e não tiveram resultados satisfatórios.

Por último, destaco os obstáculos no trabalho de campo. Em primeiro lugar as conversas com os imigrantes em sua maioria eram feitas em ambiente externo. Como muitos deles são vendedores ambulantes os questionários eram preenchidos durante o período de trabalho. No início, como já mencionei, gostaria de ter tido a oportunidade de ter promovido entrevistas semiestruturadas em um ambiente mais adequado, que pudessem inclusive ser gravadas e transcritas. Mas o trabalho de campo não me permitiu. Como segundo obstáculo nessa aproximação destaco uma característica dos próprios migrantes. Os senegaleses estão em constante movimento, entre bairros, cidades e estados. Por uma questão, que desconfio ser cultural, “*porque os senegaleses são assim*” como afirmou um dos “meninos”, aquilo que fez sentido hoje na cidade de Porto Alegre, talvez não faça mais sentido em seis meses, visto que a mobilidade na comunidade é dinâmica e os perfis e objetivos podem mudar. A comunidade se renova e muda seus anseios e objetivos constantemente, procurando traçar estratégias para alcançar suas finalidades e projetos. Ter tido a oportunidade de perceber esse movimento, quase constante, foi interessante. Mas ao mesmo tempo pode significar em um limite baseado em características do momento em que o campo foi posto em prática. É claro que todos estamos em constante transformação, mas as mudanças de estratégia na comunidade senegalesa parecem acontecer de forma mais rápida do que estamos acostumados. O último grande obstáculo para nossa pesquisa parece ter sido o idioma. Apesar da fluência na língua francesa, não demorei muito para notar que não era domínio entre os imigrantes. A grande maioria se comunicava em *wolof*, idioma que desconhecia até o momento. Muitos preferiam conversar em português em vez do francês, um português muito básico. Esse pode ter sido um dos grandes limites do trabalho, a comunicação. Esforcei-me para entender, mas senti que em certo momento eles queriam expressar sentimentos e me explicar situações e não conseguiam pela falta de vocabulário e pelos limites impostos pela ausência de um idioma comum.

Apesar dos limites acima descritos estou convencida de que a imersão no grupo me tornou capaz de apreender algo para além das palavras. O contato direto e intenso com a comunidade, permeado de muito diálogo e abertura da parte dos

imigrantes para me explicar os acontecimentos e dinâmicas do campo, permitiu-me ter acesso a informações esclarecedoras. Aspectos culturais e sociais do grupo se sobressaíram, com destaque para a forte solidariedade e sentimento de união em torno da nacionalidade senegalesa. As dinâmicas de uma sociedade baseada em prerrogativas comunitárias foram descritas como o “modo de vida” senegalês no país de origem, mas também reproduzidas no solo brasileiro, percebidas na vida associativa e também no ambiente privado das moradias masculinas compartilhadas. A centralidade da instituição social da “família”, entendida no sentido alargado incluindo avós, tios, irmãos, sobrinhos e filhos, foi passada nos discursos, e apontada como central nos projetos migratórios. Destaco também a centralidade do aspecto religioso muçulmano, fortemente influenciado pela confraria *mouride* e materializado em Porto Alegre pelas *dahiras* e a festa do Grand Magal de Touba. Esses e outros temas serão tratados ao longo da tese, na tentativa de identificar quais categorias estão envolvidas no processo migratório senegalês em Porto Alegre.

O estudo será apresentado da seguinte forma. Em um **primeiro capítulo**, uma revisão da literatura sobre teorias de migrações internacionais. Tem por objetivo ajudar no embasamento teórico da questão de pesquisa. No **segundo capítulo**, trago o contexto mais geral da pesquisa, dados sobre as migrações internacionais no mundo hoje, nos continentes africano e latino-americano, além de uma recapitulação e uma breve história da migração nos países de origem e de destino. Apesar de não ter tido a oportunidade de conhecer a sociedade de origem pessoalmente, busquei o máximo de informações sobre o fenômeno da emigração no local.

Nos dois últimos capítulos, exponho os resultados do trabalho de campo com os imigrantes senegaleses em Porto Alegre. Fiz esforço em separar os dados por temáticas para dar um panorama melhor dos assuntos tratados, apesar de ressaltar que há conexão entre os temas. Os objetivos de partir, de deixar seu país, por exemplo, estão conectados aos projetos dos migrantes, à escolha de destino, à inserção no mercado de trabalho, aos planos para o futuro e aí por diante. Tudo isso faz parte de um universo complexo que chamamos o fenômeno migratório.

Assim, no terceiro capítulo, apresento o **perfil dos imigrantes** com quem tive contato. O perfil é uma conjunção das informações obtidas pelos vinte e dois questionários respondidos e complementados por conversas ao longo do trabalho

de campo. Disponibilizo um quadro com material detalhado, mas ressalto que essa não foi a única fonte de informação, sendo as conversas com os imigrantes fundamentais para interpretar as respostas obtidas nos questionários. Se o primeiro objetivo foi fornecer um panorama mais geral sobre quem são esses imigrantes, na sequência fiz esforço para entender **o processo de emigração dos senegaleses**. Sayad (1991) sinalizou a importância de perceber imigrantes antes de tudo como um emigrante, que deixou sua terra natal por diversas questões dentro de um contexto específico. Apesar de não ter tido a oportunidade de fazer trabalho de campo na origem, busquei entender as condições de emigração pelos migrantes, deixando claro que os dados transmitem a visão dos próprios. Ainda no capítulo 3, penso **o porquê da escolha do Brasil como destino**, mas também quais são os processos e estratégias durante o trânsito, chegada e instalação no país, com destaque para a burocracia e o processo de regularização.

O quarto capítulo concentra-se nas condições da imigração, ou seja, uma vez chegados ao destino. Será dada atenção **à vida como imigrante no Brasil**, buscando descrever sua inserção no mercado de trabalho, suas condições de moradia e principais dificuldades e desafios. Na sequência, discorro sobre **a comunidade senegalesa e sua solidariedade**, a centralidade da ideia de diáspora no processo migratório do grupo, com destaque para questões vinculadas à religião e vida associativa. **Por último a conclusão**, na qual trato sobre **questões relacionadas ao futuro dos migrantes**, seus planos e estratégias, que por sua vez estão ligados a sentimentos de desilusão, esperança pour l'avenir e ideias de retorno.

1. Teorias das migrações internacionais revisadas

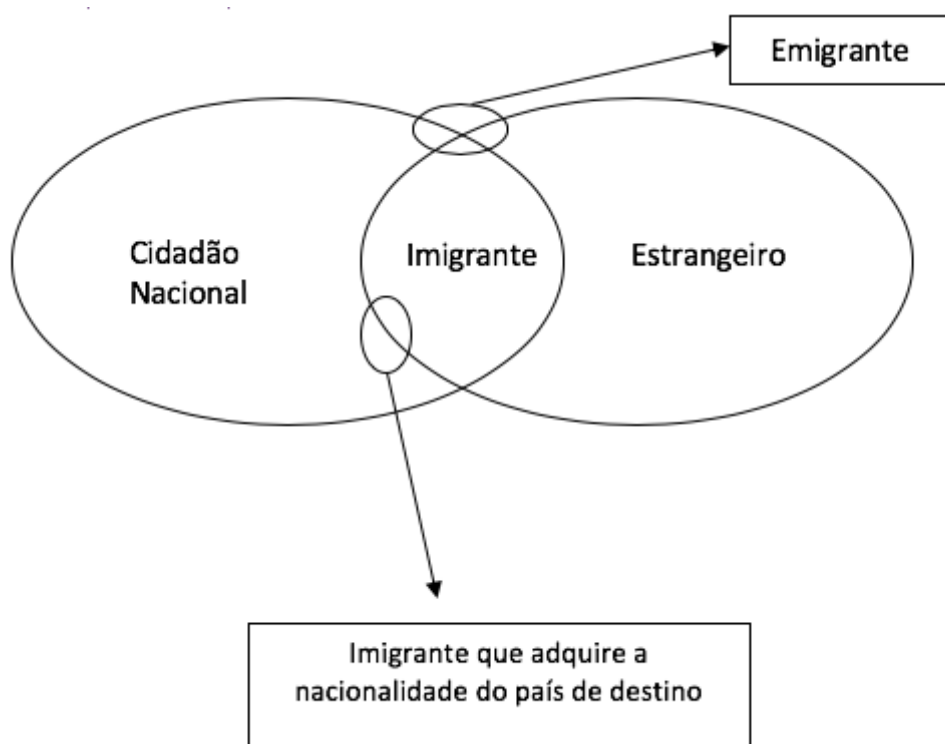
Observa-se a tendência em tratar o imigrante internacional como uma categoria uniformizadora, um conceito que segundo o glossário de OIM (2011) engloba toda e qualquer pessoa que deixa seu país de origem e se instala em um país de destino, onde é um não nacional. Sem deixar de reconhecer a importância e utilidade do conceito, proponho por meio do atual trabalho problematizar um tipo ideal único, que englobaria todos que decidam ou sejam forçados a deixar sua terra natal. Para tanto identifico no atual capítulo duas modalidades de categorias que estão envolvidas no processo, as *categorias formais* e as *categorias sociais*. As categorias formais estão vinculadas em grande parte às categorias jurídicas, e são marcadas por uma dicotomia entre “imigrante econômico” e “refugiado”. Por sua vez, as categorias sociais da imigração, no meu entendimento, levam a consideração de que existem imigrantes “desejados” e “indesejados” no mundo, definições que variam segundo o contexto estudado. Ao identificar os dois tipos de categorias, meu objetivo não é dizer que são as únicas ou que todo processo migratório deva ser pensado dessa forma, mas sim dar inteligibilidade a uma inquietação própria sobre os fenômenos migratórios.

Por *categorias formais* entendo primeiramente as categorias jurídicas, ou seja, um conjunto de coisas, pessoas, fatos ou atos que tenham entre eles traços comuns característicos e que obedeçam a um regime comum (PLACES, 2010). Segundo o mesmo autor, a categorização por sua vez, no âmbito do direito, é um processo intelectual de tentativa de ordenação racional que consiste em transformar uma noção em uma categoria jurídica. Apesar de ser percebida como uma ordenação racional e sistemática, na prática não pode ser entendida como uma ação completamente neutra, principalmente quando se legisla para os estrangeiros, ou seja, “não cidadãos” excluídos dos processos decisórios (PLACES, 2010).

Algumas das *categorias formais*, vinculadas ao processo de migração internacional e identificadas ao longo da pesquisa, estão expostas no quadro a seguir.⁹ Em geral, utilizei as definições do Glossário sobre Migração da OIM (2011) como base.

⁹ Ao apresentar as categorias formais não significa que concorde com todos os termos e definições expostos. O exercício que fiz foi identificar as categorias comumente empregadas na análise do fenômeno migratório com o intuito de problematizá-las.

Figura 1: Categorias *formais* relacionadas ao fenômeno migratório internacional identificadas pela autora



Fonte: Figura elaborada pela autora.

Cinco categorias principais destacam-se: cidadão nacional, estrangeiro, emigrante, imigrante e imigrante naturalizado. Elas se interpelam e em muitos momentos podem confundir aqueles que buscam compreender o fenômeno. Além dessas cinco categorias, expostas na Figura 1, apresento aquela de refugiado e também do migrante em trânsito.

O *cidadão nacional* é o indivíduo reconhecido pelo Estado nação como fazendo parte da sua soberania/jurisdição. Existem duas maneiras principais de se definir a nacionalidade das pessoas: pela nacionalidade dos pais (*jus sanguinis*) ou pelo local de nascimento (*jus soli*). Para se ter a nacionalidade de certos países é necessário que os pais sejam nacionais. Em outros casos, a nacionalidade é concedida para todos aqueles que nasceram no país, independente de os pais terem ou não a nacionalidade daquele Estado. Fora pelo nascimento e filiação, um país pode conceder a nacionalidade pela união marital com um nacional (casamento) ou pelo tempo de permanência (migrantes que tenham permanecido de forma regular

por um período determinado de anos no território nacional). Em geral, nas democracias modernas, ser um cidadão nacional significa ter acesso a direitos civis, políticos e sociais, aqui considerados nos termos de Bendix (1996). Na prática isso significa ter liberdade para circular no território, ter direito de trabalhar, acesso à bens e serviços sociais e direito de votar tanto quanto ser representado politicamente.

Vale destacar que essa equivalência entre cidadão e nacional é uma invenção recente, datando da Era Moderna. Até pouco tempo nem todos nacionais eram considerados cidadãos, como por exemplo, tendo direito a voto. Podemos destacar o caso das mulheres que até o início do século XX não tinham direito a voto. Hoje, nas democracias modernas, essa equivalência é uma realidade ao menos em termos jurídicos formais. Segundo o dicionário da OIM (2011):

National is a person, who, either by birth or naturalization, is a member of a political community, owing allegiance to the community and being entitled to enjoy all its civil and political rights and protection; a member of the State, entitled to all its privileges. A person enjoying the nationality of a given State (OIM, 2011, p.65).

O *estrangeiro* seria aquele que não é um nacional. Por essa razão não é considerado um cidadão quando está fora da jurisdição do seu próprio território nacional. O dicionário da OIM (2011) define como: “*A person belonging to, or owing an allegiance to, another State*” (OIM, 2011, p.40). Um estrangeiro pode entrar em um território nacional que não o seu próprio. Em geral o estrangeiro que entra em um território nacional por um curto período de tempo é considerado um turista. Dependendo da nacionalidade do estrangeiro e dos acordos, em geral bilaterais entre os países, o estrangeiro deve solicitar uma autorização prévia do Estado de destino para entrar em seu território. Essa autorização varia de país para país, e em geral é marcada pela necessidade ou não da concessão de um “visto”. Algumas nacionalidades podem entrar sem visto em certos países, outras devem solicitar. Em geral, por não ser considerado um nacional em outro país, este não tem acesso aos direitos que os cidadãos nacionais possuem. Em termos de direitos políticos, o estrangeiro não pode votar, por exemplo. O estrangeiro em geral não tem acesso a direitos sociais e tem seus direitos civis limitados, como liberdade de circular no território estrangeiro por até 90 dias.

O *emigrante* é aquele cidadão que deixa seu país de origem com a intenção de se fixar em um país de destino. Segundo o dicionário da OIM (2011): “*Emigrant is a person undertaking an emigration*” sendo “*emigration: The act of departing or exiting from one State with a view to settling in another*” (OIM, 2011, p.32).

O *imigrante* é um estrangeiro que permanece por um período mais extenso em outro país. Segundo o dicionário da OIM (2011): “*immigrant is a person undertaking an immigration*” sendo “*immigration a process by which non-nationals move into a country for the purpose of settlement*” (OIM, 2011, p.49). Como vimos a diferença entre o estrangeiro considerado como turista e aquele considerado como imigrante é a intenção ou não de se instalar no país de destino. Além disso, entre os imigrantes a instalação pode ser considerada regular ou irregular. Para que um estrangeiro tenha sua instalação regularizada em um outro território nacional em geral é necessário a autorização do Estado de destino. Esse, por meio de vistos que podem ser temporários ou permanentes, permite que o estrangeiro permaneça em seu território. Um imigrante regularizado tem acesso parcial a direitos, em geral direitos civis e sociais, mas não a direitos políticos. Essa condição depende da legislação de cada país. Segundo OIM (2011), “*regular migration is a migration that occurs through recognized, authorized channels*” (OIM, 2011, p.81).

Por sua vez, o termo *imigrante irregular* designa aquele que se instala em um território estrangeiro sem autorização do Estado.¹⁰ Este em geral não tem acesso a direitos civis, políticos e sociais. Além disso, a imigração não autorizada em muitos países é considerada crime.¹¹ Quando esses têm acesso a algum direito mínimo em geral é o atendimento no sistema de saúde em casos de emergências. A definição de *irregular migrant* da OIM (2011) para essa categoria é mais extensa:

A person who, owing to unauthorized entry, breach of a condition of entry, or the expiry of his or her visa, lacks legal status in a transit or host country. The definition covers inter alia those persons who have

¹⁰ O fato de expor a categoria de “imigrante irregular” no trabalho não significa que concorde com a denominação. Acredito que, antes de tudo, todo e qualquer migrante é considerado um ser humano portador de direitos, e não há a possibilidade de existirem “seres humanos irregulares”. Há outras formas que considero mais aceitáveis para denominar um migrante em condição de irregularidade de documentos, como um migrante “indocumentado” por exemplo. Apesar disso, por ser um termo utilizado de forma recorrente nas análises do fenômeno migratório, considerei relevante apresentá-la junto das categorias formais que identifiquei ao longo do estudo.

¹¹ Vide os efeitos das políticas norte-americanas em meados de 2018, prisão e deportação de imigrantes sem documentos tanto nos Estados Unidos quanto em países Europeus.

entered a transit or host country lawfully but have stayed for a longer period than authorized or subsequently taken up unauthorized employment (also called clandestine/undocumented migrant or migrant in an irregular situation). The term “irregular” is preferable to “illegal” because the latter carries a criminal connotation and is seen as denying migrants’ humanity” (OIM, 2011, p.54).

O glossário da OIM endossa o termo “imigrate irregular” como forma legítima para denominar estrangeiros que se instalaram em países sem autorização, não recomendando utilizar a categoria de “imigrante ilegal” que reforçaria estigmas de criminalização das migrações. No caso da atual pesquisa, não considero nenhuma das duas adequadas, preferindo utilizar o termo de imigrante indocumentado. Como assinalei, considero todo imigrante antes de tudo um ser humano portador de direitos, não sendo possível considerar a existência de “seres humanos irregulares” em qualquer circunstância.

Na prática dos estudos sobre migração, a grande diferença entre os imigrantes considerados em situação regular e aqueles considerados em situação irregular é que na maioria dos casos esses últimos não constam nos registros oficiais, muitas vezes dificultando o trabalho de identificação do efetivo de alguns fluxos migratórios.

Um *imigrante pode adquirir a nacionalidade do país de destino* quando o Estado a concede. Isso acontece, em casos muito específicos. Uma vez adquirindo a nacionalidade do país de destino, o imigrante se torna também um cidadão nacional e passa a gozar de todos os direitos. Nos termos técnicos chama-se de naturalização. Por *naturalization* a OIM (2011) define:

Granting by a State of its nationality to a nonnational through a formal act on the application of the individual concerned. International law does not provide detailed rules for naturalization, but it recognizes the competence of every State to naturalize those who are not its nationals and who apply to become its nationals (OIM, 2011, p.66).

O termo *refugiado* não foi apresentado na Figura 1 por ser englobado na categoria de imigrante. O refugiado, antes de tudo, é um estrangeiro que deixou seu país para buscar proteção em outro. É um migrante que saiu por razões vinculadas a um fundado temor de perseguição, mas se enquadra dentro do fenômeno mais geral das migrações. De acordo com a Convenção de 1951, são refugiados “as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou

participação em grupos sociais, e que não possam (ou não queiram) voltar para casa”.

O termo *onward migration* ou migrante em trânsito traz uma definição que acredito ser central para o atual trabalho. Segundo McGarrigle e Ascensão (2017), por migração de trânsito entende-se um conceito que busca englobar as estratégias complexas das migrações contemporâneas que não poderiam ser explicadas somente em um modelo de origem-destino. Utilizando seu estudo de caso sobre novos fluxos de imigrantes indianos em Lisboa, afirmam:

Our analysis of migrants own local and transnational strategies in the search for new life opportunities has highlighted the importance of the ‘journey’ and of multi-scalar connections in our understanding of processes of settlement and integration. Thus our approach to the study of complex migration processes which transcends origin–destination binaries and the traps of methodological nationalism, involved the examination of the full extension of the migration journey. Such a move challenges, on the one hand, normative assumptions that link emplacement with settlement or permanency and, on the other, the idea that migration is necessarily a planned or completed act (MCGARRIGLE e ASCENSÃO, 2017, p.17).

Acredito ser importante apresentar esse conceito pois leva em conta a complexidade dos movimentos migratório atuais. Os planos, estratégias e roteiros dos imigrantes podem mudar ao longo do processo migratório dependendo das condições e situações que estes encontrarem. Delimitar um momento entre um ponto específico de origem e destino limitaria a compreensão de um fenômeno maior.

Outra categoria utilizada ao se analisar migrações é a *diáspora*. O termo é comumente definido como um grupo de pessoas (e em geral seus descendentes) de uma determinada nacionalidade vivendo no exterior. Segundo o dicionário da OIM (2011):

Diasporas are broadly defined as individuals and members or networks, associations and communities, who have left their country of origin, but maintain links with their homelands. This concept covers more settled expatriate communities, migrant workers based abroad temporarily, expatriates with the nationality of the host country, dual nationals, and second-/third generation migrants (OIM, 2011, p.28).

Segundo a OIM (2018), o termo diáspora é utilizado pela academia como sendo pessoas (e seus descendentes), de um país específico, que estejam vivendo em outro país. Apesar dessa definição ser comumente empregada, não há um consenso. Alguns acreditam que o termo “comunidades transnacionais” seria o mais adequado para descrever a realidade das experiências migratórias atuais, pois os imigrantes mantêm laços com pessoas no país de origem e também como imigrantes em outros países. Assim como OIM (2018), utilizaremos os termos “diáspora” e “comunidades transnacionais” como equivalentes, sem aprofundar uma diferença conceitual entre eles (OIM, 2018, p.20).

No que se refere à classificação das migrações, em geral, os migrantes são agrupados segundo características homogêneas e causas comuns de migração. Algumas das categorias utilizadas são: trabalhadores temporários, migrantes sem documentação, refugiados, apátridas¹², migrantes permanentes, reunificação familiar, emigrantes de retorno (FIGUEIREDO, 2005). Essas classificações mudam de acordo com os diferentes autores e instituições. Por exemplo, *The Migration Observatory of Oxford*¹³ divide a migração em 4 categorias: *Student migration*, *Labor Migration*, *Family Migration* e *Asylum Migration*.

Em relação aos dados sobre migrações é necessário explicar as diferentes categorias existentes. Muitas vezes essas categorias são confundidas quando utilizadas pelo senso comum. Esse tipo de confusão pode abrir espaço para se interpretar de forma errônea os fenômenos migratórios.

Os dados usualmente utilizados para analisar as migrações podem ser de três tipos: *migration stock*, *migration flows* e *migration rates* e não devem ser confundidos. Esses dados são em geral apresentados por organizações internacionais tais quais as Nações Unidas (NU) ou a Organização Internacional de Migrações (OIM), e consideram um migrante internacional como uma pessoa que deixa seu país de origem ou de residência para se instalar permanentemente ou temporariamente em outro país, tendo cruzado alguma fronteira internacional no caminho (OIM, 2011a). As Nações Unidas seguem na mesma direção:

¹² Segundo documento do ACNUR (2012): “Apátridas são todos os homens e mulheres (incluindo idosos, jovens e crianças) que não possuem vínculo de nacionalidade com qualquer Estado, seja porque a legislação interna não os reconhece como nacional, seja porque não há um consenso sobre qual Estado deve reconhecer a cidadania dessas pessoas” (ACNUR, 2012).

¹³ THE MIGRATION OBSERVATORY, University of Oxford COMPAS (Centre on Migration, Policy and Society). Disponível em: <<http://migrationobservatory.ox.ac.uk>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

The United Nations Recommendations on Statistics of International Migration defines an international migrant as any person who has changed his or her country of usual residence, distinguishing between “short-term migrants” (those who have changed their country of usual residence for at least three months, but less than one year) and “long-term migrants” (those who have done so for at least one year). However, not all countries use this definition in practice (OIM, 2018, p.15).

Por estoque de migrantes entende-se o número total de migrantes residentes em um país em um determinado momento do tempo. Como estimativa mais geral para esses dados temos aqueles do *World Population Prospect*, dados fornecidos pelas Nações Unidas sobre *Migrant stock by origin and destination*. O fluxo de migrantes é mais difícil de se identificar. O fluxo seria o número de migrantes que se deslocaram de ou para um lugar específico em um período definido de tempo.

Sendo, assim, segundo o Glossary on Migration (OIM, 2011), enquanto o estoque de migrantes seria: “*The number of migrants residing in a country at a particular point in time*”, o fluxo de migrantes seria: *The number of migrants counted as moving or being authorized to move, to or from a given location in a defined period of time*” (OIM, 2011, p. 62).

Os dados sobre o estoque de migrantes são mais extensos do que aquele sobre fluxos de migrantes. Atualmente existem duas fontes de dados principais sobre fluxos de migrantes internacionais, são elas: *UN DESA's International Migration Flows dataset* e *OECD's International Migration Database*. Os dados das Nações Unidas constam, na última revisão, informações sobre 45 países. Isso se dá pelo fato de a obtenção de dados sobre fluxos de migrantes ser um grande desafio. O principal é que mesmo os fluxos de migrantes englobando *inflows* e *outflow* (entradas e saídas) de e para os países, em geral o foco está na análise dos *inflows*. Ou seja, a grande maioria dos países controla a chegada de migrantes, mas não sua saída. Além disso, a análise dos fluxos de entrada e saída exige recursos consideráveis, infraestrutura e tecnologia, sendo um desafio ainda maior para países em desenvolvimento. Alguns pesquisadores têm buscado soluções para esses desafios em relação aos fluxos de migrantes internacionais analisando as variações no estoque de migrantes (OIM, 2018).

Por último temos dados sobre *net migration rate*. *Net migration* significa a diferença entre o número de pessoas entrando em um determinado território

nacional e o número de pessoas que deixam esse território no mesmo período. Também pode ser chamada de balança migratória. Quando o número de entradas excede o número de saídas chamamos a balança de *net immigration*. Por sua vez, quando o número de saídas excede aquele de entrada, chama-se *net emigration* (OIM, 2011a). O Indexmundi define da seguinte forma:

Definition: This entry includes the figure for the difference between the number of persons entering and leaving a country during the year per 1,000 persons (based on midyear population). An excess of persons entering the country is referred to as net immigration (e.g., 3.56 migrants/1,000 population); an excess of persons leaving the country as net emigration (e.g., -9.26 migrants/1,000 population). The net migration rate indicates the contribution of migration to the overall level of population change. The net migration rate does not distinguish between economic migrants, refugees, and other types of migrants nor does it distinguish between lawful migrants and undocumented migrants (INDEXMUNDI, 2018).

Além dos tipos de dados, há categorias diferentes utilizadas para definir quem são os imigrantes internacionais, em especial duas: *foreign born* e *foreign citizens*. Enquanto a primeira categoria refere-se aos imigrantes como sendo todos aqueles que nasceram em outro país, incluindo aqueles estrangeiros que ao longo de sua vida adquiriram uma nacionalidade do país de destino, a segunda inclui somente aqueles que têm uma nacionalidade estrangeira, excluídos os imigrantes que se naturalizaram no país. Os órgãos internacionais, como as Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional da Migrações (OIM) buscam em geral dados sobre *foreign born* e utilizam a segunda, *foreign citizen* quando os países não podem fornecer os dados dos primeiros.

Sociologicamente falando, também acredito ser relevante utilizar a primeira categoria para falar de “imigrantes”, pois estes em algum momento de suas vidas protagonizaram um movimento de um país de origem para um país de destino. Além disso, em muitos países, o peso dado à categoria social de “imigrante” subjetivamente falando é mais forte que em outros, fazendo com que muitas vezes aqueles que tenham adquirido a nacionalidade do país de destino continuem em sua realidade social ocupando posições, trabalhos e locais de “imigrantes”. Mesmo possuindo um documento de cidadão nacional, na prática, continua sendo tratado pela sociedade como um “estrangeiro”.

As categorias apresentadas podem ser problematizadas. Parte pioneira de literatura vem discutindo questões relacionadas aos limites das categorias jurídicas migratórias vigentes, baseadas em uma dicotomia central de uma oposição entre os “imigrantes econômicos” e os “refugiados”. Wenden (2010) afirma que pela diversificação dos fluxos e perfis, além de um mundo em constante transformação, o direito que categoriza o status migratório é desconectado das realidades complexas. A dicotomia entre “trabalhador estrangeiro” e “refugiado” erodiu quando os estereótipos dos refugiados do pós guerra no contexto europeu, principalmente formados por dissidentes soviéticos, mudaram e demandantes de refúgio do Sul Global que passaram a chegar se pareciam muito com trabalhadores migrantes. Além disso, os perfis são complexos, uma mesma pessoa pode ser um imigrante indocumentado, um estudante, turista, ou seja, diferentes tipos ideais ao mesmo tempo, buscando estratégias e vias para se regularizar em um contexto em que os canais são escassos.

Segundo a literatura, há um esforço das autoridades em separar os imigrantes entre os de tipo econômico, que protagonizam movimentos voluntários, e aqueles políticos, materializados em refugiados, que seriam imigrantes forçados. Apesar de reconhecer a importância das definições, principalmente para pessoas que estão em situações típicas de perseguição e violência, reconheço que a divisão envolve também discurso de poder em um mundo que fecha suas fronteiras. Os imigrantes de tipo econômico são definidos como os que teriam feito uma opção voluntária de sair de sua terra natal. Se no passado a mão-de-obra estrangeira foi utilizada em diversos países do mundo, com destaque para Europa no pós guerra, ou mesmo o Brasil no final do século XIX e início do XX, hoje a categoria é vista de forma mais hostil. Quando há uma necessidade econômica no país de destino, são aceitos, mas, quando não, são tratados no imaginário como inimigos que vão disputar o mercado de trabalho com os nacionais, além de criarem uma imagem de que buscam usurpar os direitos sociais das sociedades de destino. Por outro lado, os refugiados, há uma questão moral em relação aqueles que são forçados a deixarem seus lares por questões políticas, materializada em uma convenção internacional a qual vários países são signatários. A categoria de refugiado, formulado em um contexto pós Segunda Guerra na Europa, foi pensada para imigrantes do Leste Europeu que fugiam dos regimes comunistas. Despertava uma questão de compaixão, em relação aos perseguidos políticos do Leste. Porém os

tempos mudaram, e os candidatos a refúgio que chegam hoje na Europa são outros, a hostilidade para com a categoria também (FASSIN, 2015; APOSTOLOVA, 2015a, 2015b).

As categorias jurídicas foram absorvidas pelo senso comum, que propaga discursos baseados na dicotomia acima exposta. Hoje vivemos em um contexto de criminalização das migrações, no qual há uma construção social do imigrante como sujeito ilegal (GUIA e PEDROSO, 2015; MARINUCCI, 2015; DOMENECH, 2015; BIANCO, 2015). O clima é de hostilidade, inclusive com a categoria dos refugiados, que precisam provar que são “verdadeiros”. Há uma predominância do discurso na Europa e nos Estados Unidos, mas que influencia outros países, como o Brasil. Os candidatos a refúgio do Sul Global encontraram um clima de hostilidade e xenofobia. Essa dicotomia produzida socialmente opõe imigrantes econômicos voluntários, tratados de maneira pejorativa como uma ameaça aos nacionais e, por outro lado, os “verdadeiros” refugiados, aqueles que fugiram de suas casas por perseguição política e merecem ser acolhidos. Os falsos refugiados são imigrantes econômicos travestidos de perseguidos políticos, tentando entrar nos territórios nacionais por uma das únicas vias de regularização ainda disponíveis (APOSTOLOVA, 2015a, 2015b).

Além das questões jurídicas e da percepção do senso comum, a dicotomia imigrantes econômicos e refugiados, muitas vezes é incorporada nas análises e pesquisas. Em texto sobre questões relacionadas à categorização, Martiniello e Simon (2005) apontam que a ação é uma fonte de poder que delimita quem está dentro e quem está fora. Esse poder passa pelas mãos da administração pública, mas também pelas ciências sociais. Ao observar e compreender a sociedade, as ciências sociais participam na formulação de identidades coletivas e no enquadramento de populações em etiquetas sociais. Se percebemos a categorização como um jogo de poder estratégico que define quem vai ter o direito de fazer parte ou não da sociedade, é responsabilidade também dos pesquisadores repensarem suas categorias, fazendo um esforço de não propagar estereótipos do senso comum e nem incorporar categorias de outros países sem ter um olhar crítico do contexto estudado.

Para questionar as categorias formais envolvidas no processo, em especial a dicotomia imigrante econômico (voluntário) x refugiado (forçado), acredito ser fundamental olhar o contexto de cada fluxo. Em nenhum momento estou afirmando

que as categorias formais não possuem função, ou que devam ser extintas, o que estou defendendo é que deve-se ter atenção e analisar os casos levando em conta as suas especificidades. Wenden (2001) assinalou a necessidade de classificar as formas de mobilidade internacional de acordo com o contexto estudado. Na mesma linha, Almeida e Baeninger (2013) afirmam que a definição das modalidades migratórias precisa estar de acordo com as particularidades do fenômeno em cada contexto de investigação. Em um mundo globalizado, em que os movimentos são múltiplos e heterogêneos, reafirma-se a importância de se contextualizar os fenômenos estudados, levar em conta o ponto de vista dos próprios agentes envolvidos, mas, também, as percepções da origem e do destino, são fundamentais. Perceber as especificidades de cada fluxo e dos contextos envolvidos pode ser um caminho para sair da dicotomia das categorias formais que separam os imigrantes em econômicos, não justificados, e políticos, quando “verdadeiros” acolhidos.

Ademais da dualidade clássica, existem outras categorias, ditas sociais, que ajudam a entender melhor um fenômeno assim complexo. Sayad (1998) já nos chamava atenção para o fato de que nem todo imigrante no mundo é igual: carrega, por exemplo, sua nacionalidade. Outrossim, defendo que os imigrantes carregam também outros marcadores raciais, sociais, culturais e de gênero que devem ser levados em conta ao analisar os casos. Essas categorias estão vinculadas tanto à sociedade de origem quanto à sociedade de destino. Assim a categoria “imigrante” não deva ser tratada como algo homogêneo, visto que as condições variam dependendo de “quem é”, “de onde vem” e “para onde vai”. As categorias sociais, além das formais, envolvem outras dimensões. Há uma percepção por parte da literatura, a qual concordamos, da existência dos chamados imigrantes “desejados” e “indesejados”.

Sayad (1998), grande pensador do complexo fenômeno migratório, também mostrou a importância de pensar o imigrante antes de tudo como um emigrante, alguém que deixou sua terra natal por certos motivos e em um determinado contexto. Acredito que esse emigrante sai de uma dinâmica específica, e traz consigo várias “bagagens” além dos seus pertences. Traz sua nacionalidade, como apontou Sayad (1998), mas também sua religião, sua cor da pele, expectativas, sonhos, planos, sua cultura como um todo dentro de si. Seyferth (2011) ao analisar os teuto-brasileiros já assinalava a importância da dimensão cultural da imigração, apontando que nem sempre as teorias de migração contemplam as questões

culturais. Corroborando com a autora, acredito que a questão cultural tem lugar importante nas análises das migrações.

Defendo que o próprio ato de migrar é permeado de imaginários sociais distintos que estão vinculados aos contextos. Emigrar no Senegal pode não ter o mesmo significado que emigrar na França, por exemplo. Ao mesmo tempo, o destino escolhido tem pesos sociais diferentes nas sociedades de origem, alguns mais prestigiosos do que outros. Imigrantes de diferentes nacionalidades podem ter acesso ao mesmo tipo de visto em um dado país de destino, mas isso não significa que enfrentarão os mesmos desafios. Um imigrante, sendo negro e africano, pode não ser tratado da mesma forma que um imigrante branco europeu, mesmo que ambos tenham imigrado para buscar oportunidades econômicas. Há estigmas, estereótipos e expectativas em todos os encontros, vinculados muitas vezes ao imaginário da sociedade de destino em relação a imigrantes considerados desejados e indesejados. Mais uma vez as categorias sociais variam de contexto para contexto, e por isso merecem atenção para serem analisadas caso a caso.

Na sequência, apresento o quadro teórico da seguinte forma: Primeiramente no **ponto 1.1** busco explorar a categoria do “imigrante econômico”, fazendo uma análise da relação entre imigração e a questão econômica, além das críticas destinadas ao conceito. Na sequência, no **ponto 1.2** trago reflexão sobre a categoria do “refugiado”, que envolve a relação do Estado-nação e imigração, incluindo a aparente “não arbitrariedade” na concessão de vistos. Por último, no **ponto 1.3** defendo que existem imigrantes considerados desejados e indesejados dentro das categorias formais, o que pede uma análise mais profunda de cada caso de imigração estudado. O fato de apresentar uma revisão bibliográfica sobre as categorias acima mencionadas não significa que concorde com a separação radical entre elas, em especial a dicotomia imigração voluntária e imigração forçada como algo claro e facilmente definível.

1.1. O imigrante econômico: questão econômica e laboral das migrações

Uma forma comum de abordagem teórica sobre a migração é estudar sua relação com o desenvolvimento econômico, capitalismo e o mercado de trabalho. A problemática da relação entre migração e progresso econômico na literatura

parece ter como categoria principal de análise os chamados “migrantes econômicos”. Este é o tipo de migrante “tradicional” que marcou grande parte dos movimentos populacionais da era moderna. O migrante econômico, segundo a literatura, é aquele que deixa seu local de origem em busca de melhores condições de vida em outro lugar. Afirmam que em geral protagonizam uma migração voluntária. Utilizando Castles (2000), identifiquei três tipos incluídos na definição de “migrantes econômicos”:

1. ***Highly skilled and business migrants***: Migrantes altamente qualificados e profissionais. São pessoas que atuam como gerentes, executivos, profissionais, técnicos ou similares, e se movem dentro dos mercados de trabalho internos de corporações transnacionais e organizações internacionais, ou que procuram emprego através de mercados de trabalho internacionais para habilidades escassas. Muitos países acolhem esses migrantes e têm programas especiais de “migração qualificada e empresarial” para incentivá-los a migrar.
2. ***Temporary labour migrants (also known as guest-workers or oversea contract workers)***: Migrantes trabalhadores temporários são homens e mulheres que migram por um período limitado (de alguns meses a vários anos) para, uma vez empregados, enviarem dinheiro às suas famílias nos países de origem (remessas).
3. ***Irregular migrants***: Migrantes “irregulares”, também conhecidos como migrantes indocumentados ou “ilegais”, são pessoas que entram num país, geralmente em busca de emprego, sem os documentos e autorizações necessárias. Muitos fluxos migratórios de mão-de-obra consistem predominantemente em migrantes indocumentados. Nos mesmos casos, os países de imigração toleram tacitamente tal migração, uma vez que essa permite a mobilização de mão-de-obra necessária em resposta às demandas do empregador, sem custos ou medidas para a proteção dos migrantes¹⁴.

¹⁴ Mais uma vez reafirmo que o fato de apresentar as categorias vinculadas aos “imigrantes econômicos” baseando-se nas definições de Castles (2000), não significa que esteja de acordo com a totalidade dos termos. Considero adequado o termo “imigrantes indocumentados” para definir estrangeiros que protagonizaram movimentos não autorizados pelos países de destino, visto que “imigrante irregular” e “imigrante ilegal” reforçariam estigmas e conseqüentemente o fomento da ideia de criminalização das migrações.

Observando essas categorias, apesar de todos serem considerados migrantes econômicos, é perceptível uma diferença grande entre aqueles profissionais altamente qualificados e os outros dois. Se os primeiros fazem parte de programas dos governos para mão-de-obra, principalmente para áreas em que há uma escassez de profissionais, os outros que ocupam trabalhos não qualificados terminam por ser temporariamente “tolerados” sem que se vise a uma integração, ou ainda, proibidos de estarem presentes. Além disso, como assinalou Castles (2000), muitas vezes os imigrantes “irregulares” que migram em resposta a demandas do mercado de trabalho são ignorados propositalmente revelando uma verdadeira distinção entre discurso e prática por parte dos governos nacionais receptores. Se na prática eles se mostram necessários e muitas vezes ignorados na sua presença, no discurso há uma radicalização e uma desqualificação da sua presença. Apesar dessas diferenças é interessante notar que a definição do imigrante tradicional econômico, que busca melhores condições de vida em outros países, relaciona-se, em geral, à busca de emprego e ao mercado de trabalho. Diversas teorias discorreram sobre a questão. Apresento a seguir as principais.

Principais teorias que envolvem a imigração e a questão econômica

As teorias econômicas que buscam explicar a migração têm o migrante econômico como centro de sua análise. Em geral falam da sua relação com o mercado de trabalho e utilizam como base o migrante enquanto indivíduo e não suas relações sociais. Podem ser de tipo micro, focando na questão da escolha individual de partir ou da migração como uma estratégia familiar, ou de tipo macro, que se interessam por questões estruturais do mercado de trabalho e da economia mundial. Essas teorias em geral se cruzam e se sobrepõem em vários pontos, mas aqui darei um panorama daquelas consideradas principais.

Teoria do push and pull factors

Primeiramente, há teorias de tipo micro, que privilegiam a decisão individual de migração. Essas teorias são ligadas à ideia da existência de fatores de Repulsão e Atração (*Push and Pull*). A teoria de “*Push and Pull factors*” (LEE, 1966) foi uma

das primeiras desenvolvidas para explicar os movimentos migratórios. Os fatores de repulsão referem-se a dinâmicas dentro dos países que influenciam pessoas a emigrarem. Podem ser de origem econômica, social ou política, como a falta de oportunidades econômicas ou perseguições políticas. Os fatores de atração são aqueles presentes nos países de destino que atraem os imigrantes. Podem ser representados por uma série de vantagens comparativas no país de destinação, como oportunidades no mercado de trabalho e liberdade política, por exemplo. Essas teorias são criticadas por utilizarem uma maneira de explicação simplista para justificar a migração (GIDDENS, 2012; FIGUEIREDO, 2005).

Everett Lee (1966) escreveu texto clássico sobre migração. O autor lembra que os estudos teóricos sobre migrações vêm se desenvolvendo ao longo do século XX, tendo como seu pioneiro Ravenstein (1885, 1889) que fez um esforço para definir as leis da migração. Este sofreria muitas críticas na sua tentativa de generalizar e encontrar similitudes em processos tão complexos. O autor apresenta sete leis em relação às migrações, mas ressalta que teríamos a dominância dos motivos econômicos.

Dominance of the Economic motive: "Bad or oppressive laws, heavy taxation, an unattractive climate, uncongenial social surroundings, and even compulsion (slave trade, transportation), all have produced and are still producing currents of migration, but none of these currents can compare in volume with that which arises from the desire inherent in most men to 'better' themselves in material respects (LEE, 1966, p.48).

Por migração Lee (1966) entende uma mudança permanente ou semipermanente de residência. Além disso, independentemente do tipo de migração, se de longa ou curta duração, todo ato de migrar envolve uma origem, um destino e obstáculos intervenientes. Em todas essas etapas existem fatores de atração e repulsão. O autor além de reconhecer a existência dos fatores de atração e repulsão, reconhece a complexidade desse tipo de estudo das migrações demonstrando que os mesmos fatores podem ser aprendidos de forma diferente por diferentes pessoas, assim como existem pessoas que terão maior facilidade de vencer os obstáculos do que outras dependendo de seus recursos e condições físicas e psicológicas. Afirma:

In every area, there are countless factors which act to hold people within the area or attract people to it, and there are others which

tend to repel them. These are shown in the diagram as + and - signs. There are others, shown as O's, to which people are essentially indifferent. Some of these factors affect most people in much the same way, while others affect different people in different ways. Thus a good climate is attractive and a bad climate is repulsive to nearly everyone; but a good school system may be counted as a + by a parent with young children and a - by a house owner with no children because of the high real estate taxes engendered, while an unmarried male without taxable property is indifferent to the situation. Clearly the set of +'s and -'s at both origin and destination is differently defined for every migrant or prospective migrant. Nevertheless, we may distinguish classes of people who react in similar fashion to the same general sets of factors at origin and destination. Indeed, since we can never specify the exact set of factors which impels or prohibits migration for a given person, we can, in general, only set forth a few which seem of special importance and note the general or average reaction of a considerable group. Needless to say, the factors that hold and attract or repel people are precisely understood neither by the social scientist nor the persons directly affected. Like Bentham's calculus of pleasure and pain, the calculus of +'s and -'s at origin and destination is always inexact (LEE, 1966, p.50).

Além de explicar a existência dos fatores de repulsão e atração, o autor traz mais algumas questões complementares. Primeiramente existiria uma diferença importantes entre os fatores das áreas de origem e de destino. As pessoas, por passarem grande parte da vida nas áreas de origem, teriam conhecimento das vantagens e desvantagens de tal lugar, mas o mesmo não aconteceria na área de destino. Assim, sempre vai existir um elemento de ignorância e mistério em relação aos fatores do destino, que podem ser traduzidos em idealizações por parte dos migrantes. Um segundo ponto interessante é a relação com os momentos do ciclo de vida de cada um. Para muitos migrantes a área de origem foi o local de formação e juventude. Isso pode gerar uma supervalorização dos elementos positivos do lugar e uma sub valorização de seus aspectos negativos. Por outro lado, as dificuldades de assimilação no local de destino podem gerar o efeito contrário.

Outra questão interessante em relação aos fatores levantada pelo autor é o fato de que as mesmas situações podem ser apreendidas de forma diferentes pelas pessoas. Lee (1966) leva a situação individual nas migrações ao extremo sinalizando por exemplo que os mesmos obstáculos podem ser superados ou não dependendo de quem os enfrenta. Algumas coisas que podem ser vistas como triviais por alguns, como a distância por exemplo ou o custo do transporte, para outros pode ser um desafio insuperável. Dessa forma os efeitos dos obstáculos para

alguns migrantes por condições pessoais, físicas, familiares ou psicológicas podem permitir ou não que pessoas migrem. As migrações assim dependem dos recursos e condições de cada pessoa. Indo mais além, as migrações vão depender do próprio perfil e personalidade das pessoas, que em uma mesma situação escolhem ou não migrar.

O autor assim nos traz um panorama da migração do ponto de vista microindividual muitas vezes negligenciado pelas teorias mais gerais. Este pode ser importante para o atual trabalho, assim como para as teorias migratórias em geral, na hora de traçar o perfil daqueles que migram, levando em consideração não somente as questões externas dos ambientes, mas também a forma como cada migrante ou candidato à migração entende e apreende aquela situação.

Teoria neoclássica

Outras teorias trazem também a questão microindividual atrelada a questões macroeconômicas. Como primeira há os economistas neoclássicos que procuram explicar a imigração laboral em um contexto de desenvolvimento econômico (LEWIS, 1954; RANIS e FEI, 1961; HARRIS e TODARO, 1970; TODARO, 1976 *apud* MASSEY et al., 1993). Os autores neoclássicos acreditavam que as migrações seriam causadas por diferenças salariais entres os países de origem e países de destino. Em termos macroeconômicos, os salários seriam determinados pelo equilíbrio entre ofertas e demandas de trabalho nos mercados regionais. Se tivesse uma escassez de mão-de-obra em um mercado e uma abundância de mão-de-obra em outro a tendência seria que os salários fossem maiores naqueles com menor qualidade de trabalhadores. A migração representaria o mecanismo de equilíbrio entre as duas regiões. Os trabalhadores das regiões em que os salários são mais baixos teriam a tendência a migrar para aquelas em que os salários são mais altos. O processo continuaria até que houvesse um equilíbrio salarial entre as duas regiões (MASSEY e al., 1993).

Como questão microeconômica ligada ao processo (SJAASTAD, 1962; TODARO, 1969, 1976, 1989; TODARO AND MARUSZKO, 1987, HARRIS & TODARO, 1970, *apud* MASSEY et al. 1993), os migrantes neste contexto, procurando maximizar seus lucros, calculando os custos e benefícios, decidiriam migrar pela expectativa de alcançarem melhores empregos e salários. Se esses

benefícios fossem considerados maiores do que os custos a curto prazo, eles decidiriam migrar. O movimento migratório aqui é entendido como um movimento de indivíduos em busca de melhores rendas em outros países (MASSEY et al., 1993).

Teorias dos novos economistas

Os novos economistas seriam aqueles principais críticos das teorias neoclássicas. Como autores importantes para essa crítica e a formulação da nova teoria temos Massey (1990, 1993 et al., 1997 et al.) e Stark e Bloom (1985 *apud* SASAKI e ASSIS, 2000). Segundo os autores, apesar da expectativa de se alcançar salários maiores ser um incentivo, ela não é uma condição essencial para os movimentos migratórios. Outras questões influenciam na decisão de migrar, entre elas destacamos a migração como estratégia familiar, na qual membros da mesma família escolhem diferentes destinos com o objetivo de ter uma maior seguridade nos projetos migratórios. Nessas condições a decisão de migrar não seria uma questão de indivíduos isolados, mas uma decisão de unidades familiares, que buscariam não somente maximizar sua renda, mas também minimizar os riscos dos projetos migratórios. O Massey (1993) afirma:

A key insight of this new approach is that migration decisions are not made by isolated individual actors, but by larger units of related people- typically families or households-in which people act collectively not only to maximize expected income, but also to minimize risks and to loosen constraints associated with a variety of market failures, apart from those in the labor market (MASSEY et al., 1993, p.64-68).

Nessas condições, segundo o autor, as demandas nos mercados de trabalho dos países de destino muitas vezes podem ser mais importantes como atrativos do que meramente um nível salarial maior. Assim os salários maiores são um dos fatores dentre muitos outros que incentivam os migrantes a partir (MASSEY, 1990).

Teoria do mercado de trabalho dual

Enquanto as teorias do *push and pull factors*, dos neoclássicos e dos novos economistas divergem sobre as origens e a natureza dos fluxos migratórios internacionais, todas focam nos modelos de decisão dos níveis micro. As três teorias apostam nas questões da escolha racional dos migrantes enquanto indivíduos ou unidades familiares para colocarem em prática, ou não, seus projetos migratórios em razão de um cálculo que seja em termos de melhores salários ou em uma redução dos riscos (MASSEY et al., 1993).

A teoria do mercado de trabalho dual difere dessas três últimas por deixar de lado a decisão individual dos migrantes e focar na imigração internacional como resposta a uma demanda de mão-de-obra das modernas sociedades industriais. Segundo essa teoria, a imigração de trabalho internacional dependeria do recrutamento por parte de empregadores nas sociedades desenvolvidas ou por governos que colocariam em prática políticas públicas para tal finalidade. Além disso, a demanda de trabalhadores estrangeiros estaria ligada mais às políticas econômicas dos governos do que determinada pelas ofertas de salários, diferenciando-se nesse ponto da ideia central defendida pelos neoclássicos (MASSEY et al., 1993).

Teorias Marxistas

Sasaki e Assis (2000) afirmam que segundo as teorias marxistas o capitalismo necessitaria de uma reserva de trabalhadores para funcionar. Em termos de migrações isso se afirmaria pela enorme quantidade de trabalhadores migrantes temporários em países Europeus, como a França e a Alemanha. Os autores apontam três outros que defenderiam essa teoria:

Segundo Richmond (1988, p.34), os trabalhadores nativos nas sociedades industriais são hábeis em se beneficiar dos sindicatos e do *welfare state*. Eles formavam uma ‘aristocracia de trabalho’ que não estava preparada para ser pouco remunerada em trabalhos duros que requeriam trabalho manual pesado e longas horas. Empregadores encorajavam, portanto, a migração de outros países de menor desenvolvimento para encarregá-los de serviço subalternos e menos remunerados. Entretanto, tais empregadores não encorajavam os imigrantes a permanecerem e esses últimos eram desprovidos de benefícios maiores de cidadania nos países receptores. Castles e Kosak (1973)

aplicaram esta teoria na Europa e Portes (1981) aplicou aos Estados Unidos (SASAKI e ASSIS, 2000, p.5).

Teorias da segmentação do mercado de trabalho

Seguindo nesta mesma direção um outro tipo de teoria levaria em conta uma divisão do mercado de trabalho em classes específicas de trabalhadores ligados à sua nacionalidade, etnia ou gênero. Essas teorias apontariam uma segmentação do mercado de trabalho nas sociedades desenvolvidas industriais. Imigrantes, minorias étnicas e mulheres tenderiam a ocupar postos de trabalho marginais e secundários, não qualificados, enquanto os trabalhadores nacionais ocupariam os postos de trabalho mais bem remunerados por se beneficiarem de uma série de direitos adquiridos, como por exemplo a possibilidade de formarem sindicatos e se protegerem de tais situações. Sasaki e Assis (2000) afirmam:

Uma outra contribuição teórica é a compreensão da migração a partir de estudos da sociologia e economia nos Estados Unidos, com ênfase na estratificação e divisão ou segmentação do mercado de trabalho nas sociedades industriais avançadas. Imigrantes, assim como as minorias étnicas e as mulheres, tenderiam a permanecer em indústrias marginais e mercado secundário de trabalho, sem qualificação para conseguir remuneração melhor do que os trabalhadores nativos, que por sua vez, são protegidos pelos sindicatos, licença de trabalho e mercado de trabalho interno gerado por grandes corporações. Neste contexto, as redes sociais e discriminação institucional servem para excluir o migrante e colocá-los no emprego menos remunerado e temporário. Imigrantes não documentados tendem a ser particularmente mais vulneráveis a este respeito. Mulheres e minorias étnicas podem sofrer uma dupla ou tripla exploração face à discriminação dentro do mercado secundário. A análise que enfatiza a estratificação étnica e mercado de trabalho segmentado, combina características do conflito de classe e modelos de pluralismo cultural (Sasaki e Assis, 2000, p.5).

Sasaki e Assis (2000) apontam autores que denominam “Os teóricos da segmentação”. São eles Piore e Doeringer (1971) e Gordon et al. (1982, 1964). Esses autores acreditariam haver uma complementaridade entre os trabalhadores nacionais e os imigrantes. Os primeiros ocupariam os postos de trabalho primários, ou seja, ocupações em empresas capitalistas caracterizadas por uma alta qualificação, maiores salários e uma possibilidade de ascensão via postos mais altos na hierarquia. Os migrantes, as minorias e as mulheres por sua vez ocupariam

postos de trabalho secundários. Estes trabalhos mais precários exigiriam baixa qualificação e seriam caracterizados por baixos salários, alta rotatividade e pouca possibilidade de ascensão. Por ocuparem postos de trabalhos distintos, os autores da segmentação não viam os trabalhadores migrantes como uma concorrência para com os trabalhadores nacionais.

World systems theory

Como última teoria sobre a relação entre economia e migração, temos aquela do “*World systems theory*”, ou teorias do sistema mundial. Segundo Massey et al. (1993), as teorias do sistema mundial baseiam-se no trabalho de Wallerstein (1974) que ligou a migração internacional à estrutura do mercado mundial que se expandiu desde o século XI afastando-se das teorias apresentadas anteriormente que explicavam os fluxos migratórios internacionais como respostas a demandas específicas do mercado de trabalho de países com uma industrialização avançada. Dentre os autores citados temos Portes e Walton, (1981), Petras, (1981), Castells (1989), Sassen (1988, 1991) e Morawska (1990), e Bauman (2005, 2017). A teoria é explicada por Massey et al. (1993) da seguinte forma: a penetração das relações econômicas capitalistas em sociedades periféricas e não capitalistas cria uma população móvel propensa a migrar para o exterior. De acordo com a teoria dos sistemas mundiais, a migração é uma consequência natural de rupturas e deslocamentos que inevitavelmente ocorrem no processo de desenvolvimento capitalista. À medida que o capitalismo se expandiu do centro da Europa Ocidental, América do Norte, Oceânia e Japão, porções cada vez maiores do globo e partes crescentes da população humana foram incorporadas à economia de mercado mundial. Como a terra, as matérias-primas e o trabalho nas regiões periféricas estão sob a influência e o controle dos mercados, os fluxos migratórios são inevitavelmente gerados, sendo alguns desses fluxos direcionados para o exterior.

A teoria dos sistemas mundiais argumenta, portanto, que a migração internacional segue a organização política e econômica de um mercado global em expansão. Sassen (1988), seguindo a mesma linha de pensamento, afirma que essa ruptura da estrutura tradicional do emprego que se torna mais flexível está ligada não só às questões do mercado de trabalho locais, mas a uma questão mundial que

ela chama de internacionalização das produções. Piché (2013) complementa as contribuições da autora sobre o mercado de trabalho:

Saskia Sassen (1988) présente les formulations les plus explicites des facteurs qui influent sur la demande de main-d'oeuvre immigrante. Selon elle, l'immigration est un phénomène essentiellement urbain et concerne en particulier les grands centres urbains du monde développé. C'est à Sassen que revient le mérite d'avoir développé le concept de ville mondiale depuis laquelle l'économie mondiale est gérée. Elle traite de la réorganisation de la production industrielle, dont témoigne en particulier la prolifération des ateliers exploitant une main-d'oeuvre clandestine ainsi que le travail à domicile. Cette nouvelle économie a également provoqué une explosion de l'offre d'emplois peu rémunérés. Comme elle l'affirme, « la croissance dynamique de ces secteurs joue un rôle décisif dans l'expansion d'un secteur économique informel » susceptible d'être occupé par des travailleurs étrangers non qualifiés. Ainsi, l'arrivée massive d'immigrants de pays à faibles revenus depuis une quinzaine d'années ne peut être interprétée en dehors de ces transformations (PICHÉ, 2013, p.159).

Melhores condições de vida?

As teorias que unem migração e a questão econômica, como vimos, podem ser focadas no microindividual, no macroestrutural ou nos dois. Assim como outros autores já afirmaram, acredito que muitas dessas teorias podem ser usadas em paralelo para explicar os diferentes fluxos migratórios, tão diversos quanto qualquer outro fenômeno que tenha tomado escala global. Mas o interessante se notar é que todas elas buscam explicar as migrações econômicas, daquele migrante tradicional que “busca melhores condições de vida” em função da sua relação com o mercado de trabalho. Esta pode ser uma busca por melhores trabalhos por parte dos migrantes, das oportunidades e demandas no mercado de trabalho de destino ou em relação a questões macroeconômico, tais quais o processo de exclusão massiva de boa parte da população acentuado pelo capitalismo e a globalização com o intuito de que o sistema se mantenha. Sendo o foco na escolha do migrante na busca por melhores salários tendo em vista as demandas que o capitalismo, sistema de construção destrutiva e excludente, gera nas sociedades industrializadas, o migrante econômico é visto como um indivíduo ou família que busca “melhores condições de vida” em um outro país. Agiriam por meio de uma escolha racional se os benefícios do país de destino fossem suficientes para haver um movimento.

Essas migrações dependeriam assim de condições “favoráveis” tanto no país de origem quanto no de destino. No país de origem precisa haver condições de insatisfação com suas possibilidades de vida, ligadas a um imaginário social da vida em países escolhidos como destino. Quanto ao país de destino, normalmente aqueles com índices de desenvolvimento maiores, nota-se uma necessidade de mão-de-obra para postos de trabalho mais precários no mercado de trabalho, aqueles postos aos quais os trabalhadores nacionais, inclusive os desempregados, não gostariam de ocupar e por isso estão vagos. Como principais características, temos aqueles casos clássicos dos estudos sobre migração, migrações do Sul para o Norte, busca de melhores condições de vida, imigrantes que se posicionam ou são posicionados em nichos do mercado de trabalho e ficam restritos a tais postos. Temos vários exemplos desse tipo de migração, já muito estudado e explorado, mas longe de ser totalmente compreendido, tamanha sua complexidade.

Mas essa busca de “melhores condições de vida”, baseada na ideia do migrante que procura um emprego, entra em choque com a realidade que esses migrantes, ditos econômicos, encontram nos países de destino. Como vimos, diversos estudos expõem um fato recorrente nos fluxos migratórios: migrantes ocupando os postos de trabalho mais vulneráveis nas sociedades de destino. Tanto aqueles considerados trabalhadores temporários quanto os irregulares que têm a presença negligenciada pelo Estado, em geral ocupam postos de trabalho precários, com baixos salários, baixa estabilidade, dificuldade de ascensão, e uma quase completa ausência de meios políticos para reivindicar direitos por serem estrangeiros.

Para demonstrar essa tendência e, poderíamos dizer, esse paradoxo do “migrantes econômicos”, temos o exemplo magistral de Sayad (1998). O livro de Abdelmalek Sayad (1998) intitulado “*L’Immigration et les paradoxes de l’alterité*” retrata uma análise profunda sobre o fenômeno, baseando-se em seu trabalho sobre a imigração de argelinos para França. O estudo é completo, passando pela análise das condições de emigração e de imigração e adaptação no país receptor. A história da imigração argelina, segundo o autor, é fruto de um processo de colonização que começou por volta de 1830 e, segundo o qual, as questões migratórias atuais são uma consequência. Dentro dos estudos e categorias formais, o fluxo é caracterizado como marcado pela presença de imigrantes econômicos, ou seja, aqueles argelinos que imigraram para trabalhar em postos vagos no mercado de trabalho francês.

O autor tem a capacidade de ir além das concepções mais gerais sobre os imigrantes econômicos e entender as dinâmicas e categorias sociais por traz da categoria do “imigrante” argelino na França. No caso define que: “[...] *Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma **força de trabalho provisória**, temporária, em trânsito*” (SAYAD, 1998, p.54). O estudo do autor permite entender categorias sociais envolvidas no processo. Ou seja, um imigrante é um trabalhador provisório. Dentro do sistema identificado a segmentação dos imigrantes no mercado de trabalho é central. Em muitas atividades existe uma identificação quase completa entre a condição de imigrante e a condição de operários sem especialização, tornando-se uma dupla condição de uma mesma pessoa, indissociáveis uma da outra. Nessas condições a definição de operário sem qualificação deixa de ser somente técnica e vira uma definição social.

O autor ainda destaca um ponto muito importante em relação à imigração observado em diversos estudos de caso. Há uma não conformidade entre direito e prática. No caso dos argelinos na França existe uma dupla contradição: não se sabe se sua condição é um estado provisório que se gosta de prolongar indefinitivamente ou se se trata de um estado duradouro que se vive em um intenso sentimento de provisoriedade. Assim há uma contradição entre um estado provisório de direito e uma situação duradoura de fato. Ainda segundo o autor essa dupla representação contraditória faz parte da própria lógica da imigração. Essa ilusão contraditória é usada por todos os atores envolvidos. Em primeiro lugar, os próprios imigrantes acreditam nessa provisoriedade como que para suportar viver em uma sociedade hostil à sua presença. Em segundo, as comunidades de origem que fingem considerar seus emigrantes como meros ausentes provisórios, e que, por mais que leve tempo, um dia retornarão aos seus locais de origem idênticos ao que eram antes da partida. Por último, a sociedade de imigração que trata o migrante como provisório, como uma presença meramente tolerada, mas que dependendo das suas necessidades pode manter esse status de provisório por tempo indeterminado.

Por ter essa dupla interpretação possível, que constitui a sua própria base enquanto fenômeno social, dependendo das condições econômicas e dos interesses da sociedade de destino, a imigração pode ser sentida como provisoriedade somente no direito ou efetivamente de fato, por ser avaliada como “vantagens” (econômicas principalmente) e “custos” (notadamente o custo social e cultural). Desde seus primórdios, a imigração e os imigrantes só teriam sentido e razão de ser se a relação

entre os dois tiver um saldo positivo. Nessas circunstâncias revela-se a função objetiva da regulamentação aplicada aos imigrantes, que o autor chama de “*verdade objetiva da imigração*”.

Todas essas especificações que definem e identificam o imigrante se justificariam no estatuto político do próprio migrante visto como “não-nacional”, ou seja, excluído do campo político. Essa oposição de direito fundamental entre “nacional” e “não nacional” gera uma distinção legal no plano político servindo como justificativa para todas as outras distinções. O fato de não ser um elemento nacional justifica a sua não igualdade de tratamento em relação à lei e à prática, sendo aceitável fornecer um mínimo para esses migrantes. Esse mínimo se traduz em alojamentos básicos, igualdade salarial, escolaridade mínima para os filhos, mas os mantém em uma posição marginalizada. É o mínimo indispensável para a sobrevivência do imigrante. Condição necessária para a perpetuação da emigração e da imigração é a dissimulação em relação ao caráter político desse fenômeno. Dissimulação de que é possível importar “trabalhadores” sem que se importem “cidadãos”. A questão da imigração complica-se ainda mais por, na prática, não ser puramente política e estar sempre ligada a uma questão moral. Além dos ganhos materiais da sociedade de destino, baseados em uma desleal relação de forças, acrescentam-se vantagens simbólicas. A sociedade de acolhimento, por estar em uma posição de poder, auxiliada por um etnocentrismo, coloca os migrantes como devedores e a si mesma como a grande credora (SAYAD, 1998).

Mas o ponto central que gostaria de destacar é que, esse movimento migratório marcado por paradoxos, principalmente por aquele de uma condição provisória de direito e permanente de fato, faz com que uma imigração de tipo econômica e pensada como tal evolua para uma imigração de povoamento, sem que assim seja reconhecida oficialmente e muito menos desejada pela sociedade de imigração. Vale destacar que essa passagem demonstra como é difícil classificar a imigração somente por uma característica, visto que esse fenômeno passa por diversas transformações e estaria largamente influenciado pela regra que o autor destaca: passar de uma imigração inicial de caráter econômico para uma imigração de povoamento.

Além das categorias sociais envolvidas no processo exposto por Sayad (1998), hoje há uma série de autores que questionam a própria ideia do imigrante econômico ser um movimento completamente voluntário, em oposição a uma

migração forçada dos refugiados. Piché (2015), Sassen (2016) e Wenden (2010) citam em seus trabalhos os efeitos da divisão econômica mundial capitalista, além do aumento da desigualdade econômica e da concentração de renda nos tempos atuais demonstrados por Piketty (2014). Esses fatores macroeconômicos fomentariam uma parte dos imigrantes a sair de sua terra natal, não de maneira voluntária, mas impulsionados por uma degradação dos meios econômicos nos países de origem.

A relação entre migração e a questão econômica como vimos é pensada por muitas teorias. Esta maneira de tratar o problema parece ter sido o mais explorado até o momento pela literatura. Tanto em termos macroeconômicos quanto em termos microindividuais, os migrantes são analisados em termos de oportunidades econômicas e das estruturas e demandas dos mercados de trabalho nas sociedades de origem e de destino. Como ator principal desse movimento temos o “migrante econômico”, aquele que pode migrar regularmente ou irregularmente para ocupar postos de trabalho pouco valorizado ou pouco concorrido entre os trabalhadores nacionais. Em termos individuais, estes migram buscando “melhores condições de vida”.

Essa maneira de tratar o migrante pode nos fornecer, nos termos de Sayad (1998), um paradoxo para pensar esses movimentos. Se a literatura termina por analisar esses migrantes como “trabalhadores em busca de empregos” mais bem remunerados ou estáveis, na prática vemos que em geral, com exceção dos *highskilled*, esses migrantes ocupam postos de trabalho muito precários, que os deixam à margem da sociedade em condições de vida muito vulneráveis. Apesar disso, os dados mostram que esses fluxos não param de aumentar. Esses fatos nos levam a pensar que essa imigração não seria apenas uma busca por trabalho, mas também uma busca por direitos e bem-estar social, liberdades etc. Outras coisas parecem estar em jogo além dos fatores tradicionais descritos por Dumont (2006). Esses seriam os fatores sociais, ou seja, a busca por um Estado de direito não em termos de direitos políticos, mas sim de direitos sociais e acesso a bens e serviços, pode ser um exemplo. Além disso, há fatores culturais que devem ser levados em conta. O significado para sociedade de origem do ato de “imigrar” e os imaginários sociais envolvidos também.

O fato de os fluxos continuarem aumentando, mesmo havendo uma precarização mundial das condições de trabalho e uma tendência maior à

concentração de renda, nos mostraria que essas “melhores condições de vida”, não dependem do tipo de trabalho vulnerável que ocupam. Ter como destino um país mais “desenvolvido” que o seu pode significar não somente uma melhora em termos quantitativos econômicos, mas também acesso à segurança física e estabilidade financeira, poder de compra, acesso a bens sociais e à educação, que certos Estados, por uma série de razões sócio históricas e econômicas, garantem a seus cidadãos enquanto outros não.

Nosso objetivo aqui não é desconsiderar as teorias que utilizam os aspectos econômicos para explicar as migrações, mas demonstrar a complexidade do fato social que estudamos. Muitos migrantes aceitam migrar para ocupar postos de trabalho precários, sem chance de ascensão financeira, muitas vezes uma classe média que cai em termos de classe social, sem grandes objetivos de riqueza, mas aceitando viver nessa condição incompleta de “imigrante”, aquele que não é nem nacional e nem estrangeiro, para poder usufruir de direitos sociais que aquela sociedade fornece. A globalização e o acesso à informação fariam com que esses migrantes se conscientizassem do modo de vida e dos direitos das pessoas que vivem principalmente no Norte global. Essa questão pode ser percebida principalmente nos fluxos tradicionais Sul-Norte costumeiramente estudados pela literatura. Essas causas não são simples e devem ser compostas e justapostas para se entender um fluxo migratório e seu projeto. Há também questões culturais em jogo. Ser um emigrante pode ter significados diferentes em diferentes sociedades, ou seja, as razões de emigrar podem ir além de uma simples e objetiva busca de melhores emprego e melhores condições de vida.

1.2. Refugiados e a questão política da migração: sua relação com o Estado-Nação

Uma segunda abordagem teórica da migração é aquela que relaciona o fenômeno com a questão do Estado-Nação. Os Estados, por meio de políticas de concessão de vistos, controlam as migrações e as permanências legais de estrangeiros em seus territórios. Esses vistos envolvem categorias, que, em geral, são definidas pelos Estados de destino levando em conta seus interesses nacionais. A categoria de refugiado é central para a discussão, pois teoricamente está vinculada a uma legislação internacional e não envolveria as vontades e

arbitrariedade dos Estados, o que não acontece na prática.

Até o início do século XX, as questões das migrações eram tratadas pelos Estados em bases nacionais ou bilaterais, tendo com o passar do século virado uma questão cada vez mais multilateral. Após a Primeira Guerra Mundial, os deslocamentos de populações passaram a ser discutidos pela Liga das Nações, criando em 1938 o Comitê Intergovernamental de Refugiados (IGCR) para se ocupar de minorias perseguidas em países europeus. Em seguida, após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas criou uma agência especializada não permanente chamada Organização Internacional de Refugiados (IRO) que buscava enfrentar o problema dos deslocados e pessoas refugiadas no pós-guerra. A IRO foi substituída pela UNHCR (em português Acnur) em 1951, uma nova organização com a responsabilidade específica pela proteção dos refugiados (OIM, 2004). Essa organização permanente é incumbida de supervisionar a implementação da Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados como sendo a responsável por uma primeira abordagem efetiva da definição internacional a categoria.

A questão dos migrantes refugiados envolve, a meu ver, três categorias diferentes apresentadas por Castles (2000) a serem exploradas: o refugiado, o demandante de asilo/solicitante de refúgio e o migrante forçado.

1. **Refugiado:** De acordo com a Convenção de 1951 o termo “refugiado” se aplica a qualquer pessoa que se encontra fora do país de sua nacionalidade por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não pode (ou não quer) voltar para casa. Segundo Acnur (2018), atualmente outras definições mais amplas podem também ser utilizadas para definir os refugiados, dentre eles: “*as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos*” fruto de documentos tais a Declaração de Cartagena de 1984.
2. **Solicitantes de refúgio (Asylum Seekers)**¹⁵: os demandantes de asilo ou solicitantes de refúgio são aquelas pessoas que cruzam alguma fronteira em

¹⁵ Em inglês a categoria Asylum seeker se refere a solicitantes de refúgio, também chamados de solicitantes de asilo na tradução literal, sem distinção entre as categorias. Porém no Brasil, assim como em outros países da América Latina, há uma diferença entre a categoria de “asilo” e “refúgio”. O refúgio é vinculado à legislação internacional e regulamentado pela Lei nº 9.474, de 22 de julho

busca de proteção. Estes podem ou não ser enquadrados nas definições da Convenção de 1951. Segundo Castles (2000), a complexificação dos conflitos contemporâneos faz com que exista uma dificuldade de se distinguir pessoas perseguidas que se enquadrariam como refugiados e as migrações causadas pela destruição da infraestrutura social e econômica necessária para a sobrevivência. O Acnur (2018) afirma que, em termos gerais, as pessoas solicitantes do status de refúgio terão seu pedido analisado individualmente, tendo estes que comprovar sua situação de perseguição política. Caso estes tenham o status negado, após recurso, os mesmos podem ser tratados como migrantes indocumentados.

3. **Migração forçada:** a migração forçada é definida em um sentido mais amplo, incluindo refugiados, demandantes de asilo e também pessoas que migram por questões ambientais ou por catástrofes naturais. O Acnur (2018) diferencia essa categoria dos refugiados afirmando que esse termo é generalista, ou seja, mais amplo e sem respaldo legal, ficando na mesma circunstância do termo “migração”. Por sua vez, “refugiado” é um conceito definido pelo direito internacional e possui uma definição universalmente aceita.

Observa-se assim que o Acnur (2018), órgão responsável especificamente pela questão dos refugiados, se esforça para definir claramente aqueles que protege. Defende que uma confusão com outros termos como “migrantes econômicos” ou “migrantes forçados” pode colocar os refugiados, ou seja, aqueles que sofrem uma perseguição política e precisam migrar por uma questão de vida ou morte, em uma situação de perigo quando mais precisariam de ajuda. Afirma:

Os **refugiados** são pessoas que escaparam de conflitos armados ou perseguições. Com frequência, sua situação é tão perigosa e intolerável que devem cruzar fronteiras internacionais para buscar segurança nos países mais próximos, e então se tornarem um ‘refugiado’ reconhecido internacionalmente, com o acesso à assistência dos Estados, do Acnur e de outras organizações. São

de 1997. O Conare (Comitê Nacional para os Refugiados) é o órgão responsável pelo refúgio no Brasil, vinculado ao Ministério da Justiça. O conceito jurídico de asilo na América Latina, por sua vez, é vinculado ao Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideu, de 1889, mas também a Convenção sobre Asilo Territorial e a Convenção sobre Asilo Diplomático de Caracas, de 1954. O asilo pode ser diplomático ou territorial. Enquanto o refúgio é um instituto jurídico internacional, o asilo é um instituto jurídico regional e não comporta os mesmos direitos e nem procedimentos similares. Por essa razão ao me referir aos Asylum seekers no Brasil preferi utilizar o conceito de “solicitante de refúgio” para evitar confusão com a categoria de “asilo”.

reconhecidos como tal, precisamente porque é muito perigoso para eles voltar ao seu país e necessitam de um asilo em algum outro lugar. Para estas pessoas, a negação de um asilo pode ter consequências vitais (Acnur, 2018).

Os **migrantes** escolhem se deslocar não por causa de uma ameaça direta de perseguição ou morte, mas principalmente para melhorar sua vida em busca de trabalho ou educação, por reunião familiar ou por outras razões. A diferença dos refugiados, que não podem voltar ao seu país, os migrantes continuam recebendo a proteção do seu governo (Acnur, 2018).

Assim é perceptível a preocupação, que não deixa de ser legítima, da organização em garantir os direitos dos refugiados enquanto perseguidos políticos, e em diferenciar esses migrantes daqueles que migram por questões de desastres naturais, pela fome ou pela extrema pobreza, os quais não são considerados legalmente como refugiados pelo direito internacional. O órgão ainda afirma que os migrantes merecem proteção, mas esses são protegidos pela lei internacional dos direitos humanos e não por aquela da convenção de 1951. O esforço de definição dos conceitos e categorias é fundamental, principalmente se tratando de um grupo de pessoas que tem sua vida ameaçada em sua sociedade de origem. Porém, a literatura demonstra que há outros níveis de análise em torno da categoria refugiado que devem ser levados em conta. Primeiramente, como apontado, há uma questão moral em relação à categoria, que na sua formação no pós Segunda Guerra estava vinculada a um tipo ideal de refugiado europeu que fugia de regimes comunistas. Esse imaginário social do refugiado parece entrar em colapso quando novos tipos de demandantes de refúgio chegam, em especial provenientes de países pobres do Sul Global. Nesse novo contexto há uma formação do discurso da necessidade de identificar os “verdadeiros e falsos refugiados”, ou seja, aqueles imigrantes econômicos travestidos de perseguidos políticos e moralmente condenável por várias sociedades receptoras que tendem a criminalizar as migrações (APOSTOLOVA, 2015a, 2015b). Isso leva a uma segunda questão: a discricionariedade do Estado Nação na identificação e concessão de vistos de refúgio.

Centralidade do papel do Estado-Nação e o caso da categoria refugiado

O Estado-Nação tem o poder de incentivar ou não certos fluxos migratórios dependendo da maneira como trata a migração em diferentes contextos. A história

moderna da migração foi marcada por diferentes fluxos. Nesses, a maneira como o Estado interferiu também não foi homogênea. Se em grande parte da Era Moderna, entre os séculos XVI e XIX mais especificamente, notamos um incentivo de alguns Estados aos fluxos em geral Norte-Sul, de europeus para as colônias com intuito de povoamento e, após a independência destas, como fruto de mão-de-obra e branqueamento das populações, a partir de meados do século XX há uma mudança de paradigma. Assim apesar de, em um primeiro momento, observarmos políticas de Estado de larga escala para o incentivo das migrações (de um tipo específico de migrantes é claro), hoje essas políticas são muito mais restritas.

Vale ressaltar que o Estado nacional continua sendo a instituição central no momento de classificar quem tem o direito de estar dentro e fora da sua jurisdição. Um tema importante que coloca o Estado nação novamente no centro dos debates sobre migrações é aquele do refúgio. A atual “crise dos refugiados”, entre outras por ser termo questionável, nos traz questões sérias a esse respeito. Junto do tradicional “imigrante econômico”, se soma a categoria do migrante forçado, nesse caso por questões políticas, como o exemplo dos imigrantes e refugiados sírios no contexto atual. O Estado Nação é central nessa discussão.

Bauman (2005) fala sobre a questão trazendo a ideia do “refúgio da construção da ordem”, ou seja, uma demonstração do papel central que tem o Estado nação na definição daquilo que seria considerado “lixo” ou não. Visto que a modernidade é caracterizada por uma produção compulsiva de projetos e, sempre onde há projetos, há refúgio, no momento em que o Estado visa a construir uma ordem do convívio humano será produzido um refúgio humano. Por meio da lei, o Estado possui o monopólio exclusivo de definir quem é útil e faz parte da ordem, e quem é refúgio e será excluído. No caso do refúgio humano, aqueles que serão considerados cidadãos e terão acesso a permanecer no território, e aqueles estrangeiros que serão excluídos. Cita inclusive Giorgio Agamben trazendo o conceito de *homo sacer*, afirmando em seu trabalho que a lei se nutre da exceção. Isso significa que é a lei que dá a existência a anarquia e divide o que está dentro do que está de fora. Esse “ser” denominado por ele de *homo sacer* é aquele excluído que não possui uma lei que se aplique a ele. O autor assim reafirma a centralidade do Estado na construção dessa ordem na qual o conceito de povo está diretamente vinculado. Em toda era moderna, o Estado Nação tem proclamado o direito de fazer uma distinção entre lei e anarquia, cidadão e *homo sacer*, entre pertencimento e

exclusão, entre aqueles que são úteis e o refugio humano.

Na caracterização de Agamben, o modelo ideal-típico de pessoa excluída é oferecido pelo *homo sacer*, categoria do antigo direito romano “estabelecida fora da jurisdição humana sem ser trazida para o domínio divino”. A vida de um *homo sacer* é desprovida de valor, ou seja, na perspectiva humana ou divina. Matar um *homo sacer* não é um delito passível de punição, mas sua vida não pode ser tirada num sacrifício religioso. Privada da significação humana e divina que só a lei pode conferir, a vida do *homo sacer* é inútil. Matar um *homo sacer* não é crime nem sacrilégio, mas, pela mesma razão, não pode ser uma oferenda. Traduzindo tudo isso em termos seculares contemporâneos, diríamos que, na versão atual, o *homo sacer* não é nem definido por um conjunto de leis positivas nem portador dos direitos humanos que precedem as normas jurídicas (BAUMAN, 2005, p.44).

Bourdieu (1998) relaciona a questão entre Estado, nação e imigração no prefácio para o livro clássico de Abdelmalek Sayad (1998). Afirma que a imigração nos obriga:

[...] a repensar completamente a questão dos fundamentos legítimos da cidadania e da relação entre o Estado e a Nação ou a nacionalidade. [...] ele nos obriga a questionar não só as reações de rejeição, que, ao considerar o Estado como uma expressão da Nação, justificam-se pretendendo fundar a cidadania na comunidade de língua e de cultura (quando não de “raça”), como também a “generosidade” assimilacionista, que, confiante em que o Estado, armado com uma educação, saberá produzir a Nação, poderia dissimular um chauvinismo do universal (BOURDIEU, 1998, p.12).

Gerard Noiriel (2001) também relaciona imigração, Estado-nação e nacionalismo. Falando sobre o caso francês demonstra de que maneira o nacionalismo nasceu como uma opção ao desencantamento com a política francesa após uma série de revoluções e a implementação da terceira república no final do século XIX. A ideologia do nacionalismo apareceu como uma solução eficaz para esse problema, que ameaçava a própria ideia de civilização francesa, colocando a burguesia e a classe trabalhadora em defesa de um interesse comum: a proteção do comércio e do mercado de trabalho nacional contra um inimigo também comum, o estrangeiro. Na França, segundo o autor, a cristalização do nacionalismo estaria ligada a um momento de aumento da xenofobia em relação aos trabalhadores estrangeiros, que, reforçando uma ideia de nação, teriam reduzido o senso de luta

de classes (NOIRIEL, 2001). É interessante notar, comparando com o contexto atual, como esse uso da imigração como o inimigo número um das nações vem sendo utilizado hoje por políticos, em geral de direita. Isso mostra que o uso político identificado pelo autor continua uma realidade.

Após demonstrar de que maneira a imigração foi utilizada na França como um capital político para fomentar a “união nacional”, o autor propõe uma análise da relação entre Estado-Nação e imigração baseada nos termos de “representação” e “categorização”. O autor se diferencia de outras correntes por não considerar “grupos sociais” e “categorias sociais” como equivalentes no tema da imigração. Os imigrantes são fruto de um trabalho jurídico burocrático de “categorização” que não resulta de um processo de mobilização social e não possui um porta voz (NOIRIEL, 2001).

Por “grupos sociais” entende-se uma formação pela mobilização de atores que se traduz em uma “representação” de um conjunto social considerado na cena política. A identidade coletiva resulta da identificação subjetiva dos membros do grupo a um porta voz e aos símbolos que lhe conferem uma ideia de unidade. As “categorias sociais”, por sua vez, se constituíam graças a um trabalho burocrático *d'assignation identitaire* que necessita de uma identificação “objetiva” de indivíduos que pertencem a entidades arbitrárias definidas por lei. Os membros dessas categorias compartilham uma mesma identidade coletiva na medida em que interiorizam a relação de poder em que encontram, ou seja, a definição de si dada por aqueles responsáveis pela autoridade soberana a aplicar a lei. Pode-se dizer assim que enquanto um grupo social é resultado de um processo duplo de reagrupamento político e de categorização jurídico-administrativa, as categorias sociais não são necessariamente consequência de um processo de mobilização política de atores. As categorias não possuem uma representação política e nem meios de construir imagens públicas coletivas de si. Sendo assim esses que não têm acesso à representação política, como é o caso dos estrangeiros, ficam incapacitados de se opor às imagens públicas negativas construídas sobre si (NOIRIEL, 2001).

Como exemplo fala sobre uma categoria social específica, os refugiados. O termo refugiado está ligado desde o início da era moderna ao conceito de Estado e no dicionário descreve aquele indivíduo que fugiu de algum perigo. A questão do direito de asilo assim nasce junto com a ideia de soberania, que ligaria os súditos ao monarca, e se caracterizou pela separação entre cidadão (nacionais) e estrangeiro

dentro de um território nacional. Noiriel (2001) apresenta a maneira pela qual a questão do refugiado foi construída no caso francês. Se em um primeiro momento a questão dos imigrantes e refugiados não era central para o Estado moderno francês, a partir do final do século XIX, com a afirmação do nacionalismo como central para ideia de nação, passa a ser objeto de políticas de acesso e controle (NOIRIEL, 2001).

A questão do refúgio passa a ser tratada de forma internacional após a Primeira Guerra Mundial, quando surgem alguns órgãos internacionais de proteção aos refugiados como o HCR (*High Commissioner for Refugees*), comissariado dos refugiados. Apesar desse início, o marco institucional internacional da afirmação da categoria refugiado foi a convenção de Genebra em 1951 após a Segunda Guerra Mundial. Essa convenção assegurou o refugiado como uma verdadeira “categoria social”. Por refugiado entende-se toda pessoa estrangeira que deixou seu país, acreditando, com razão, ser perseguido por sua raça, religião, sua nacionalidade, seu pertencimento a um grupo social, por suas opiniões políticas e que não pode ou não quer viver nesse país. Ocorre assim uma universalização da categoria refugiado, que passa a ter suas reivindicações garantidas por organizações internacionais e ONGs de direitos humanos.

Apesar dessa universalização, Noiriel (2001) nos mostra que os estados-nação continuam tendo papel central no processo administrativo de identificação e categorizarão desses refugiados. Os órgãos internacionais em si não podem garantir os direitos dos refugiados, porque não representam um Estado mundial com uma soberania mundial. Eles não podem impor suas leis aos estados nacionais. Por essa razão, os refugiados ainda ficam dependentes dos representantes dos povos soberanos nas sociedades de origem e de chegada que, em geral, querem “proteger” suas soberanias. Apesar da convenção de Genebra, os interesses nacionais são mantidos. Os Estados continuam como responsáveis pelo processo de refúgio e pela definição de seus interesses nacionais. Assim, apesar de a categoria dos refugiados ser universal, ela é ao mesmo tempo arbitrária. Os processos administrativos nacionais de identificação têm importância central, pois são eles que darão o conteúdo social à categoria. Os Estados-nação interpretam de maneira favorável a si, fazendo com que o interesse dos refugiados fique subordinado ao interesse do povo soberano, pois é a administração interna que define quais demandantes/solicitantes de asilo têm o direito a pertencer à categoria de

refugiados.

Além disso, os Estados têm o poder de interpretar os conceitos redigidos pela convenção, abrindo espaço para ações que privilegiem um certo tipo de refugiado. Por exemplo, o conceito de “perseguição”, em geral, é caracterizado como violência de caráter político, o que gera uma série de consequências. Se perseguição é vista pelo seu caráter político, os funcionários investigam as condições políticas do Estado de origem dos demandantes de asilo, terminando por favorecer aqueles aos quais há uma perseguição por parte da instituição Estado deixando de levar em conta casos de perseguições de outras naturezas locais ou por grupos não reconhecidos institucionalmente. Além disso, em geral, os próprios refugiados precisam comprovar que são perseguidos políticos, situação que se agrava para aqueles mais vulneráveis.

Além de definir o tipo de refugiado que será levado em conta, as autoridades também definem a quantidade de refugiados que irão receber segundo seus interesses. Essa margem permite que funcionários, buscando o interesse nacional de seus países, reduzam o número de vistos: ao mesmo tempo que respeitam a Convenção de Genebra as perseguições no mundo aumentam. Esse processo de identificação administrativa é a arma central do Estado-nação para garantir o interesse do povo soberano que desde a década de 1980¹⁶ vem tratando a questão dos imigrantes e refugiados com bastante hostilidade.

Outro ponto central apresentado pelo autor é o problema da despolitização dos refugiados que constituem uma “categoria social”, mas não são um “grupo social”. Para que os refugiados pudessem se constituir em um grupo social seria necessário que estivessem representados na cena política nacional, mas são considerados pelo povo soberano, antes de tudo, como estrangeiros. Representam então apenas uma categoria social por não terem a possibilidade de contribuir diretamente na construção coletiva. Apesar de não poderem defender seus próprios interesses, são objeto de discussão política e são apresentados no senso comum francês como um problema. Os cidadãos nacionais assim oscilam entre uma versão administrativa que visa a identificar os “falsos” refugiados e uma visão humanitária que visa a cuidar dos “pobres” refugiados, noção que tem por consequência a completa despolitização da questão do direito de asilo, apesar de ser uma das noções

¹⁶ Ainda mais a partir da década de 1980 quando em função das crises econômicas a opinião pública passou a olhar esses demandantes de asilo com bastante desconfiança (NOIRIEL, 2001).

mais políticas da história da construção europeia.

Por último, a maneira com que os Estados buscam identificar os refugiados dentre os fluxos de migrantes também pode ser vista como um problema. As autoridades, reconhecendo a dificuldade de basear os processos em documentos, terminam por analisar os “*récits*”, ou seja, as histórias de vida narradas pelos solicitantes de refúgio buscando atestar a veracidade dos fatos para comprovar que são “autênticos refugiados”. Isso os coloca em uma situação de vulnerabilidade e completamente reféns daquilo que as autoridades nacionais consideram ou não como uma “perseguição”. Por sua vez, vêm-se na obrigação de produzir uma imagem de si que coincida com a percepção daqueles que os julgam. Terminam por não trazer suas verdadeiras histórias ou sentimentos, mas sim construir histórias de vida conforme aquilo que eles acreditam que devem contar para parecer um “verdadeiro” refugiado aos olhos das autoridades do país de acolhimento, acentuando nas suas histórias de vida narradas aqueles elementos sobre os quais repousam as imagens mais estereotipadas do refúgio.

O exemplo dos refugiados ilustra perfeitamente a lógica dupla de ajuste que Michel Foucault (2011, 2015) usou em sua análise da “estatização das relações de poder”. Os demandantes de asilo procuram desesperadamente se conformar com as normas daquele que detém poder, com o objetivo de obter um status, nesse caso, uma nova identidade civil e coletiva que abre as portas para uma nova existência. Assim, a centralidade do Estado-nação para se pensar as questões de imigração, e definir quem tem o direito de estar dentro ou fora de sua jurisdição (ou território), mostra-se ainda mais relevante quando levamos em conta a questão dos refugiados. Definidos internacionalmente como portadores de direitos humanos por uma convenção ratificada por uma grande parte das nações de destino, na prática vemos uma predominância ainda dos interesses nacionais em detrimento das necessidades reais das pessoas perseguidas.

Outros trabalhos também fazem crítica nesse sentido. Zetter (2007) cita a arbitrariedade do Estado-nação na definição da categoria refugiado confluindo na direção das ideias de Noiriell (2001). Além disso, na sequência, considero que em termos micro, a teoria das redes sociais de imigração também ajudam a pensar as questões que envolvem migração e sua relação com os Estados-nação. As redes sociais podem ser encontradas entre os diversos tipos de migração e colocam em questão o total controle dos estados nacionais em relação aos fluxos migratórios.

Refugee labelling

Zetter (2007) criou o conceito central de “*refugee labelling*” para demonstrar o impacto que os poderes institucionais e burocráticos tem na vida dos refugiados em uma era de globalização, de transformações sociais transnacionais e de fluxos mistos crescentes de imigrantes no mundo, tanto de refugiados como de outros tipos de migração. Segundo o autor, o processo de *labelling* dos refugiados por parte de agências internacionais, e mais recentemente pelos governos nacionais, tem consequências diretas na vida e no acesso a direitos por parte dos refugiados. Em seu trabalho, o autor demonstra como o termo, criado por ele nos anos 80, continua atual para se pensar o processo burocrático e institucional de definição de *labels* que, apesar de parecer um processo apolítico, não o é. Duas mudanças, porém, foram assinaladas pelo autor ao compararmos com o momento atual. Em primeiro lugar, se no passado eram as agências internacionais que cuidavam do processo de *labelling* dos refugiados, hoje são os estados nacionais que concentram essa função. Além disso, a maneira de tratar o processo mudou. Apesar da distribuição continuar no centro da análise do processo de *labelling*, se anteriormente o foco era a maneira e as circunstâncias nas quais os direitos e a assistência humanitária seriam distribuídos e acessados pela população de refugiados, baseados em conceitos de consequências distributivas e inclusão, hoje a preocupação central passa a ser como esse estatuto será distribuído entre os demandantes e de que maneira as instituições vão distinguir esse status de outras categorias de migrantes, ou seja, a exclusão e a restrição de acesso de migrantes que aspiram tal *label*. Se antes se pensava em uma rotulação dos refugiados (*labelling*), hoje se pensa em termos de uma “desrotulação” dos refugiados (*delabelling*) (ZETTER, 2007).

É possível questionar o que é esse conceito e porque é considerado central para pensar a questão da relação entre Estado-nação e imigração. O seu conceito de *labelling* é baseado em três axiomas principais: formação, transformação e politização das identidades que ajudarão a elucidar as mudanças assinaladas pelo autor.

A **formação** do *label* de refugiados revela causas e padrões de migração forçada muito mais complexos do que no passado. Se antes havia uma visão mais homogeneizada e estereotipada do rótulo de refugiados, hoje com a globalização há

uma complexificação desses rótulos. Em um mundo em que ocorre uma globalização das migrações, que aumentam tanto entre os migrantes voluntários e aqueles forçados, a questão dos refugiados e de sua definição enfrenta uma série de desafios e dilemas. O contexto é marcado por uma tensão entre um movimento de pessoas fruto da liberalização da economia e o desenvolvimento de políticas protecionistas em relação às migrações, principalmente em países do Norte global. Os países de destino, que buscam formas de “administrar a migração”, veem em geral com hostilidade essa crescente diversidade de “outros” batendo à sua porta e terminam por dificultar sua entrada e incorporação. Observa-se países colocando em prática controles nacionais em termos de migração e fechando seus mercados nacionais para a presença de estrangeiros. O estatuto de refugiados nesse contexto de fechamento de fronteiras virou um possível acesso sistemático para migração em escala global, e os mais diversos imigrantes que têm o Norte como destino muitas vezes acabam se posicionando como demandantes de asilo (ZETTER, 2007).

Nesse contexto, a definição entre aqueles que seriam considerados refugiados ou não é desafiada por essa complexificação e pelo aumento de fluxos migratórios mistos. As migrações forçadas assim são um tipo dentre muitas outras populações de migrantes que podem migrar por razões sociais e econômicas complexas. Os desafios do contexto atual são muitos.

Essa complexificação dos fluxos traz dificuldades para se definir os migrantes. Como vimos anteriormente a Convenção de Genebra de 1951, preocupada em definir quem são os refugiados, terminou por considerar as formas mais tradicionais de violência. Apesar disso muitas perseguições no mundo contemporâneo não se enquadram nesse rótulo tradicional. Existem novas formas que se diferenciam da perseguição política direta, como por exemplo, minorias excluídas socialmente, economicamente e politicamente que podem não sofrer uma violência explícita e por essa razão têm dificuldade para se enquadrar nos rótulos de refugiados tradicionais. Exclusões socioeconômicas prolongadas entre minorias, Estados falidos economicamente e politicamente, ambientes hostis, geram condições de insegurança e tipos diferentes de perseguições que levam pessoas a buscarem melhores condições de vida em outros países. Esse contexto dificulta a identificação de quem seriam migrantes econômicos e refugiados por parte dos governos, gerando tensões no momento em que os próprios migrantes acreditam ter

razões suficientes para partir enquanto refugiados, mas não conseguem convencer os funcionários da administração dos países receptores responsáveis que se enquadrariam no rótulo de refugiado (ZETTER, 2007).

Apesar dessas mudanças aparentes, as políticas continuam utilizando uma visão tradicional do refugiado, gerando uma série de paradoxos. Esse processo da presença de migrantes em maior número e mais diversos entre si criam desafios aos governantes que pretendem “administrar a migração”. Por exemplo, para os formuladores de políticas e as autoridades de migração dos países de acolhimento é necessário se criar rótulos e divisões claras entre as categorias de migrantes econômicos e refugiados, ou asilo e migração, o que é um desafio visto que, como mencionado, muitas vezes as razões que fizeram os migrantes migrar são complexas e múltiplas.

A **transformação** acontece em resposta a um processo de fracionamentos dos rótulos de refugiados em consequência da busca do Estado e de suas autoridades de administrar esses novos fluxos migratórios. Sendo os rótulos representações tangíveis de políticas que são formados e transformados em processos burocráticos administrados pelos estados, estes podem institucionalizar as diferentes categorias segundo seu interesse. Assim, o conceito de rotulação (*labelling*) revela e contesta a subjetividade e a arbitrariedade na construção desses rótulos.

Desde a década de 1980, o mundo vem restringindo o acesso a migrantes e refugiados por meio de uma série de políticas de controle de fluxos, dificuldades burocráticas no acesso de certas categorias e mais recentemente com o nascimento de um discurso de “refugiados legítimos”. Nesse contexto criam-se rótulos fragmentados em relação aos refugiados. A título de exemplo, temos o solicitante de asilo como uma categoria institucionalizada entre outras categorias de proteção temporária que se fazem presentes. Esses rótulos de condição temporária se mostram duradouros e dificultam o acesso dos migrantes à categoria de refugiado. Os solicitantes de refúgio são alocados em centros de detenção à espera de terem seus processos analisados, local que os coloca em uma condição de completa exclusão e alienação, vivendo em condições de pobreza controlada. No Brasil, ao contrário dessa política, os solicitantes de refúgio têm o direito de circular e trabalhar livremente no território nacional.

Há junto desse processo uma clara criminalização por parte dos governos dos refugiados que solicitam refúgio. Criam-se novos rótulos como migrantes

clandestinos, ilegais ou falsos solicitantes de asilo, o que reafirma uma visão negativa da sua categoria. Essa situação é agravada por um intenso controle dos Estados que dificultam a chegada e a permanência dos refugiados em seu território, impulsionando-os a buscarem estratégias e práticas ilegais para ter acesso a direitos. Como exemplo mais claro temos a impossibilidade de os solicitantes de asilo trabalharem em certos países, o que os leva a buscar os empregos não regulados/ilegais (trabalho ilegal pela restrição do direito ao trabalho).

Por último temos a questão da **politização**. Nessa transformação são os governos, principalmente aqueles do Norte, que passam a assumir o papel de rotular os migrantes transformando o rótulo de refugiado em algo politizado. Esse processo tem dois pontos. De um lado um processo burocrático de fracionamento que se mostra pejorativo em relação aos migrantes, ao mesmo tempo que se pretende meramente um conjunto apolítico de categorias burocráticas.

No geral as burocracias precisam de rótulos para identificar categorias que receberão a atenção de certas políticas públicas. Apesar disso, o “*labelling*” apresentado pelo autor demonstra que as práticas burocráticas estão longe de ser apolíticas. Os rótulos revelam o político dentro da imagem de burocratização apolítica. A criação de novos rótulos tais como solicitantes de refúgio ilegais, refugiados econômicos, imigrantes ilegais, migrantes traficados, “*overstayers*” e imigrantes indocumentados, demonstram a formação de uma série de rótulos burocráticos dos migrantes que passam uma imagem de marginalidade e ilegalidade materializando a transformação política que o rótulo de refugiado adquiriu.

Esses novos rótulos são criados e utilizados pelo discurso público e nas práticas políticas, tendo como consequência principal uma criminalização dos solicitantes. O refúgio deixa de ser visto como um direito básico e passa a ser encarado como um privilégio que poucos demandantes terão a honra de alcançar. Essa visão da existência de “falsos refugiados” e a necessidade de identificá-los reforça o discurso de combate à migração como conceito de “securização da migração”. Nesse contexto de criminalização e do direito ao refúgio tido como um privilégio para poucos, somente aqueles com mais recursos e capitais adquirem tal direito de migrar.

As políticas governamentais europeias mostram-se contraditórias. Se de um lado temos a problemática da definição dos refugiados e os solicitantes de refúgio, por outro temos o desafio maior da migração de trabalho internacional em uma era

de globalização econômica. Nesse contexto, a mão-de-obra barata é uma precondição essencial para as economias neoliberais continuarem competitivas no mundo, mas apesar disso não há atualmente políticas voltadas para essa questão de gestão de migrantes. Os países terminam por usar a política dos refugiados e suas categorias depreciativas para gerir toda a migração. Castles (2000) afirma que os governos usam os solicitantes de refúgio e os imigrantes indocumentados como forma de obter a mão-de-obra não qualificada que eles necessitam sem tirar essa demanda pública.

Observa-se assim que em um contexto de aumento e complexificação dos fluxos migratórios fruto do processo de globalização contemporâneo, os governos nacionais visando a “administrar a migração”, ou seja, a controlar os fluxos, terminam por empregar uma rotulação dos refugiados de forma a alcançar seus objetivos políticos. Como prática percebe-se uma fragmentação do rótulo de refugiado e o surgimento de novas rotulações depreciativas e, na teoria, temporárias em relação aos migrantes que reforçam uma política de controle e restrição de acesso ao direito dos refugiados impulsionado por um sentimento nacional de ameaça e necessidade de controle dos fluxos. A questão dos refugiados deixa de ser vista como um direito à assistência humanitária e passa a ser uma questão de identificação de quem seriam os “refugiados legítimos” que podem ter o privilégio de alcançar esse rótulo. Para estes últimos, que migram em busca de proteção, cada vez é mais difícil se adaptarem à categoria refugiado visto que os modos de perseguição no mundo são muito mais diversos do que aquelas categorias estereotipadas nas quais as autoridades de migração dos países de acolhimentos baseiam sua análise.

Teorias das redes

A teoria das redes é muito importante para os estudos das migrações. Focada na questão micro, mostra de que forma as redes sociais de migrantes são centrais na constituição do problema. Grupos sociais, mais que indivíduos isolados, produziram e sustentariam processos migratórios. Esta abordagem teórica é fundamental para complexificar as análises puramente econômicas que veem os indivíduos como pessoas agindo por conta própria, e passam a considerar a importância das relações sociais nos processos migratórios.

Tilly (1986) inaugura a questão das redes sociais de migração estudando a sociedade americana como destino de migrantes. Segundo o autor, a unidade das migrações não seria o indivíduo ou sua família (*households*) mas grupos de pessoas ligadas a um mesmo destino. Essas redes organizadas forneceriam informações, ajuda mútua e alocação de oportunidades que fariam com que as decisões individuais e das famílias sejam interdependentes com elas. Mesmo sendo uma migração individual os migrantes buscam informações com as pessoas que já estão nos locais e recebem ajudas desses já estabelecidos, minimizando os riscos ligados ao processo. Sobre essas redes o autor destaca três ideias: (1) redes sociais migram, (2) categorias se mantêm e (3) redes sociais criam novas categorias.

Em relação a ideia de que as redes sociais migram, o autor demonstra que redes sociais de um local de origem podem ser transplantadas para um destino. As redes sociais assim se movem, e nesse caminho podem sofrer modificações. Ao se moverem elas mudam de formato, criando novas raízes sem ter se desfeito completamente das raízes antigas. Na prática, vemos, por exemplo, os envios de dinheiro por parte dos migrantes para as sociedades de emigração, ou também, a quantidade expressiva de migrantes que viajam com o trajeto sendo financiado pelos imigrantes que já se encontram no destino.

O segundo ponto é que as categorias podem continuar estáticas, não migrando completamente. A questão das categorias depende muito da sociedade de destino, pois as identidades coletivas não são completamente transplantadas sem que ocorram modificações. Dessa forma, fazer parte de uma identidade ou de uma nacionalidade na origem não quer dizer que a pessoa continuará fazendo parte da mesma no destino. As categorias e subdivisões que vão sobreviver à viagem dependem muito da destinação e das categorias estabelecidas previamente em relação às pessoas que já estavam organizadas no destino. Como exemplo, europeus do Leste que trazem consigo sua nacionalidade, croatas, polacos, eslovenos, checos ao migrarem para os Estados Unidos.

O terceiro ponto apresentado pelo autor é que as redes sociais criam novas categorias. Muitos grupos de imigrantes que não tinham uma identidade comum no ponto de origem, adquirem uma nova identidade ou identificação ao longo de sua interação com os outros e a sociedade de destino. Dessa forma, napolitanos, romanos e sicilianos viram italianos nos Estados Unidos. Isso não é uma regra geral, dependendo do tamanho da rede, sua densidade e relação com outros grupos.

Assim para o autor deve-se analisar a migração da mesma forma que se analisa a estrutura das comunidades, que não pode ser reduzida às características e intenções individuais. Essa análise das redes seria importante não somente no período de trânsito, mas também no estabelecimento dos migrantes no país de destino. Elas serviriam de base para solidariedade e ajuda mútua. Muitos grupos de migrantes se especializam em certos tipos de trabalho e acumulam capital social e econômico na área, tendo uma variação de grupo para grupo. Mas, além de criar solidariedade, as redes também podem gerar divisões e conflitos de interesse, podendo inclusive criar e perpetuar desigualdades. Em relação a isso o autor expõe dois pontos. Em primeiro lugar, membros de um mesmo grupo de imigrantes muitas vezes exploram seus iguais de uma forma que não explorariam os nacionais (do país de destino) (*native-borns*). Além disso, a especialização por parte dos grupos em um tipo de trabalho pode gerar ao mesmo tempo inclusão e constituir uma exclusão. Essa dialética de inclusão e exclusão constitui-se não somente entre estrangeiros e nativos, mas também entre grupos étnicos que passam a dominar certos mercados e a excluir outros grupos destes. O ponto central do autor, assim, é demonstrar que as redes sociais moldam as migrações e os projetos migratórios, devendo ser parte da análise dos fluxos.

Massey (1990) fala das redes como questões sociais do fenômeno migratório. Explicariam porque em determinadas situações de estabilidade salariais ou baixo crescimento econômico, além de momentos de extremo controle da migração por parte de autoridades estatais, muitos fluxos continuam a crescer. Afirma que, com o desenvolvimento dos mecanismos de redes sociais migratórias, os fluxos passam a ficar mais autônomos em relação a condições econômicas que podem ter influenciado o seu início. A definição de redes migratórias para o autor seria:

Migrant networks are sets of interpersonal ties that link together migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and destination areas through the bonds of kinship, friendship, and shared community origin. They increase the likelihood of Migration because they lower the costs of movement and therefore increase the expected net returns to migration. Migrants costs include the direct monetary costs of making a trip, the information and search costs paid to obtain a new job, the opportunity costs of income forgone while searching for work, and the psychic costs of leaving a familiar environment and moving to a strange setting. All of these costs are reduced when a prospective migrant has a personal tie to someone with prior

experience in a particular destination area (MASSEY, 1990, p.78).

Com o passar do tempo e o aumento das redes de migração entre uma área de origem e de destino torna-as autossuficientes, pois independente das condições a rede cria uma estrutura social que sustenta os fluxos migratórios. Dessa forma, cada pessoa que migra torna o custo das migrações subsequentes mais baixos. À medida que as redes se desenvolvem, os riscos ligados ao movimento diminuem para os próximos migrantes, que poderão encontrar com maior facilidade uma inserção no mercado de trabalho, por exemplo. Essas redes assim criam estruturas sociais sólidas que permitem que os fluxos se mantenham com certa autonomia em relação aos ciclos econômicos e às políticas de controle migratório dos países de destino.

As afirmações de Massey (1990) vão ao encontro do que acredito ser importante para pensar as migrações em tempos de centralidade dos Estados-nação, que buscam controlar os fluxos, mostrando que uma vez que redes sociais de migração estejam estabelecidas, podem colocar em questão esse controle. Como exemplo central, temos a existência de uma série de redes de migrantes “irregulares”, que, utilizando-se de diversas estratégias, mantêm fluxos independentes da proibição dos estados de destino.

Como segundo ponto, temos a questão dos refugiados em relação às redes sociais de migração. Estes criam redes migratórias que fazem com que a visão tradicional dos refugiados como pessoas isoladas sejam repensadas. O exilado, cada vez mais, se distancia da visão corrente do desconectado de relações sociais e econômicas na região de origem e com outras partes do globo. Os refugiados, assim, também formam redes que os conectam entre si e com seu local de origem.

Estado e suas decisões arbitrárias *versus* estratégias dos imigrantes

Ao analisar a relação entre migração e política, surgiram outras questões importantes para se pensar a migração além daquelas de caráter econômico. Como ator central dessa análise, destaco o papel do Estado-nação e sua relação com o fenômeno das migrações. Este tem o poder de definir quem são aquelas pessoas consideradas nacionais ou não, mas também quais pessoas podem ter acesso às diferentes categorias de imigrantes. Hoje, apesar da existência de organizações

internacionais que defendem os direitos humanos e os direitos dos refugiados, ainda assim os estados têm o poder de definir quem vai ter “direito a ter direitos” nos termos de Hannah Arendt (2010).

Observa-se, também, que existe uma relação de poder desigual entre aqueles nacionais, que têm sua soberania representada politicamente, e os imigrantes estrangeiros, que enquanto não-nacionais não são representados na esfera política da nação onde vivem. Apesar disso, cada vez mais o tema das migrações vira moeda política. Se os estrangeiros foram importantes na formação dos Estados-nação, e ajudaram que um “outro” justificasse o nacionalismo como propulsor da união de um povo soberano, nota-se que hoje essa ideia que parecia “retrograda” se faz presente. Mais uma vez, o clássico livro de Hannah Arendt, *Origens do Totalitarismo* (2007), nos mostra como a modernidade contém traços perigosos que podem, mesmo em pleno século XXI, utilizar a hostilidade perante um grupo de “outros” como moeda política. O aumento dos partidos e posicionamentos públicos xenófobos na Europa e nos Estados Unidos, que têm utilizado “imigrantes” e “refugiados” como vilões para conseguirem votos, nos colocam frente a frente com características “modernas” que talvez não exaltemos no discurso.

A essa questão do uso político do discurso anti-migratório, soma-se um contexto no qual cada vez mais pessoas deixam seus países de destino e buscam soluções para seus problemas e anseios de vida em outros territórios nacionais. Como os diversos autores demonstraram nesta seção, o aumento e diversificação dos fluxos somado a um discurso mais hostil, dificulta a “classificação” dos imigrantes. Essa preocupação em definir os tipos de migrantes está relacionada diretamente à questão dos direitos dos refugiados definidos na convenção de Genebra após a Segunda Guerra Mundial. Segundo a UNHCR (2018), os refugiados seriam na prática aqueles perseguidos políticos que não possuem uma proteção dos seus estados nacionais. Estes teriam o direito de buscar asilo em outros países, diferentemente de pessoas que migram para fugir da fome ou da extrema pobreza. Dessa forma, os Estados nacionais, como vimos, buscariam meios de identificar quem seriam esses “refugiados legítimos”, tendo na prática consequências severas para todos os migrantes. Agravando a situação, os autores nos mostram que essa classificação e identificação que se auto proclamam apolíticas, meramente burocráticas e institucionais, são na prática escolhas políticas, arbitrárias e subjetivas.

Às questões da tentativa do controle por parte dos Estados-nações e do uso político do tema migratório, se somam àquelas das estratégias dos migrantes nesse contexto de aumento de controle das fronteiras nacionais. Os imigrantes buscam estratégias para alcançar seus objetivos. Dentre elas observa-se no Brasil uma estratégia principal: o uso do canal do refúgio, um dos únicos disponíveis, para ter acesso à regularização uma vez no território nacional. Muitos são os migrantes que veem nessa categoria a única maneira de regularização possível, virando solicitantes de refúgio. O processo, que pode demorar anos, é analisado caso a caso. Os solicitantes buscam então destacar na sua biografia fatos que os aproximem do “estereótipo” do refugiado em geral, utilizado pelas autoridades para conceder ou não o visto de refugiado. Como exemplo, cito o caso de uma imigrante da Guiné¹⁷, que migrou para buscar melhores condições de vida no Brasil. Esta, uma vez chegada, pediu um visto de refúgio. Apesar de não ser uma perseguida política, em sua narrativa passada às autoridades destacou o fato da sua família querer forçá-la a fazer uma mutilação genital. Aquele fato em sua biografia, que pode permitir que ela tenha o direito de ter um visto de refugiado aqui, não era o motivo de sua migração, sendo um fato secundário na narração que fez sobre sua vida. Baseando-se nesse exemplo, ressalto o fato de que quanto mais complexo os fluxos, mais difícil controlá-los, e mais os migrantes buscam estratégias utilizando-se das categorias disponíveis.

A essa estratégia de uma busca de se enquadrar nas categorias definidas pelos estados de destino, destaco também outra. As redes sociais mostram-se centrais como formas de driblar os controles dos fluxos migratórios por parte dos estados. Em um mundo de redes, como demonstra Castells (2002), as redes migratórias mostram-se centrais. A literatura mostrou que após uma rede estabelecida, os fluxos ficam menos dependentes das políticas de controle dos Estado e dos ciclos econômicos. Essa ideia corrobora aquela apresentada na conclusão da primeira parte que relaciona migração e questão econômica. Apesar de um clima político de hostilidade para com os migrantes e de uma série de crises econômicas sofridas pelos países desde 2008, os fluxos continuam a aumentar. Redes sociais sólidas podem ser uma forma de explicar o fenômeno. O que é interessante destacar é que se os imigrantes fossem meros indivíduos econômicos,

¹⁷ Entrevista realizada pela autora em dezembro de 2016.

não migrariam para economias em crise, ainda mais sabendo que, ao menos nos primeiros anos, ocuparão aqueles postos de trabalho precários destinados aos migrantes. As redes podem nos mostrar que talvez as motivações de partir não sejam somente uma maneira de obter um ganho econômico. Acredito que possamos olhar com maior cuidado o que chamamos de uma “busca por melhores condições de vida”, incluindo uma busca talvez por direitos, liberdade e bem-estar social, decisões baseadas em prerrogativas culturais e até de curiosidade sobre o mundo e de aventura.

1.3. Afinal, globalização para quem? Migrantes desejados e indesejados

Parece haver um consenso entre autores da modernidade de que a globalização é uma marca da nossa era, que deverá se expandir nos próximos anos. Como parte do fenômeno, além de uma maior circulação financeira, de mercadorias e de informação, teríamos maior circulação de pessoas. Em um mundo globalizado, assim como demonstrou Castles e Miller (2003), os fluxos migratórios estão aumentando e se diversificando. Mas apesar desse aumento, na seção que segue penso quem são os cidadãos que têm direito de migrar no mundo, levando em conta os paradoxos que envolvem os fluxos migratórios na era atual apresentados anteriormente.

A seguir exploro a questão de quem são as pessoas que fazem parte ou que são incentivadas a fazer parte desses fluxos no mundo globalizado. Para tal, mobilizo algumas categorias de migrantes já apresentadas. Essas categorias são em grande parte definidas por instituições formais tais quais os organismos internacionais e os Estados nacionais, mas há também certas categorias mobilizadas pela academia para dar inteligibilidade ao fenômeno migratório. Apesar de aqui, na conclusão do quadro teórico, mobilizar essas categorias, não pretendo simplificar o conceito de migrantes, reconhecendo-os como agentes que têm a capacidade de usar de diferentes maneiras as categorias que lhe são impostas ao longo dos seus percursos migratórios.

A grande pergunta dessa seção é: globalização para quem? Quem são os “cidadãos globais”? Quem tem o direito de circular no mundo globalizado?

Para começar, os movimentos de pessoas podem ser “regulares” ou “irregulares”. Em uma grande maioria dos países democráticos não ocorre um controle na saída das pessoas, existe um direito de ir e vir, sendo diferente somente em casos de ditaduras. Por sua vez, na quase totalidade dos casos, ocorre um controle na chegada. Um movimento é considerado “irregular” em geral quando não é autorizado pelo território de destino. Este movimento irregular pode ser temporário ou até duradouro dependendo da situação. Por sua vez, um movimento é considerado regular quando o Estado de destino autorizou a entrada/permanência do estrangeiro em seu território. Em geral, essas questões são reguladas em termos de necessidade ou não de vistos para o acesso, deliberados pelos estados em função principalmente da nacionalidade da pessoa que circula.

Levando isso em consideração, nota-se que em geral os vistos são baseados em categorias, categorias estas definidas pelos Estado de destino. As pessoas que se movem, devem assim se enquadrar em certas categorias para serem protagonistas de movimentos regulares. Caso isso não ocorra elas protagonizarão movimentos irregulares.

Quando penso em globalização e no movimento de pessoas, uma primeira distinção que pode ser feita é entre “turistas” e “movimentos migratórios”. Um argumento seria que os turistas e aqueles que viajam por responsabilidades de trabalho em um mundo globalizado teriam o direito de circular, enquanto os migrantes não. A principal diferença entre essas duas categorias é que, diferentemente dos migrantes, não teriam a intensão de permanecer por um período maior. Para Castles (2000), por exemplo, a migração significa um tempo de residência mínimo, entre 6 e 12 meses. Porém na prática isso já não se mostra real. Pensar que o mundo é “globalizado”, ou seja, permite uma livre circulação, de “turistas” é esquecer que possuir certas nacionalidades significa a necessidade de uma autorização para visitar um país, mesmo que por um curto período de tempo. Essa autorização é necessária pois deixar um turista de nacionalidade de um país considerado menos desenvolvido significaria permitir a entrada de um “possível” migrante infiltrado.

Ao pensar as migrações, as questões parecem estar ainda mais marcadas e complicadas. Existem pessoas que querem migrar e não podem, pessoas que podem migrar e não querem, e pessoas que querem migrar e podem. Dependendo da nacionalidade ou da categoria em que uma pessoa pode se enquadrar, tem a

possibilidade de migrar de forma regular ou irregular. Castles (2000) fala dessa diferenciação também. Em um mundo onde há o aumento da economia internacional, é um desafio permitir o livre movimento de informações, *comondities* e capitais e barrar o movimento de pessoas. O autor afirma que há uma diferença em relação aos tipos de migrantes:

Most states welcome tourists and students, and favor international labor markets for highly skilled personnel, yet seek to limit flows of manual workers, family members, and asylum seekers. Such distinctions are hard to enforce, and millions of people move irregularly. They are aided by transnational “migration industry” consisting of recruiters, labor brokers, travel agents - working both legally and illegally (CASTLES, 2000, p.279).

Esses fatos mostram que os estados mantêm uma posição central, pois são eles que definem quais vistos vão existir, em que quantidade serão distribuídos, para quem eles serão fornecidos etc. A história mesmo das migrações nos mostrou isso. Além do mais, os estados nacionais são centros de custos contabilmente responsáveis pelas políticas sociais de uma sociedade e esse é um dos principais argumentos para se preferir mitigar a entrada de novas pessoas que ameacem repartir esses montantes. Se durante os primeiros séculos da modernidade grandes movimentos populacionais voluntários e forçados foram incentivados e gerenciados por estados, inclusive em políticas de mão-de-obra temporária e permanente nos países do Sul Global e do Norte, hoje o cenário mudou e políticas de larga escala que incentivem os movimentos migratórios são praticamente ausentes.

Oficialmente há um número grande de categorias apresentadas: imigrantes de trabalho temporário, imigrantes altamente qualificados, refugiados, solicitantes de asilo/refúgio, reagrupamento familiar, estudantes entre outros. Em geral essas categorias estão ligadas a vistos nos países de destino. Ao analisar os casos dos

vistos para os Estados Unidos¹⁸, Portugal¹⁹, Bélgica²⁰ e Brasil²¹ observa-se um padrão: visto de turista, visto de estudante, visto de trabalho, visto investimento/empreendedor, visto de reagrupamento familiar e visto de refugiado.

Os *vistos de turista* são de curta duração, em geral não prorrogáveis, e não permitem exercer um trabalho profissional. Além disso, na prática, os estrangeiros podem ter sua entrada impedida pela autoridade migratória caso desconfiem que pode se tratar de um projeto migratório. Por sua vez, os *vistos de estudante* são fornecidos para aqueles que tenham sido previamente aceitos em instituições. O estudante deve apresentar um comprovante de matrícula, “termo de aceite” ou carta de aceitação da universidade na qual fez o processo seletivo para conseguir o visto junto aos consulados ainda no país de origem. Além disso, é necessário um comprovante de renda para provar que a pessoa tem condições financeiras para se sustentar durante o processo sem precisar trabalhar. Em alguns países o estrangeiro com visto de estudante não pode trabalhar, em outros pode fazer um tipo específico de trabalho de estudante, no qual as horas por semana são limitadas.

Um terceiro tipo identificado são os *vistos de empreendedor ou de investidor* destinados aos estrangeiros que têm por objetivo abrir negócios e empresas no país, ou investir uma quantidade de dinheiro, por exemplo, na aquisição de um imóvel. Para esse tipo de visto é necessário comprovar uma renda elevada e uma capacidade de investimento e renda para se sustentar no país de destino. Como exemplo, no caso português, em 2018, para obter o “*Visto Golden*”, o estrangeiro deveria investir pelo menos 500 mil euros no país para ter direito a permanecer, e nos Estados Unidos para obter o visto EB-5, conhecido como “*The million dollar visa*”, deve-se investir entre 500 mil dólares e 1 milhão de dólares dependendo do tipo de investimento²². Em alguns casos somam-se a esses vistos

¹⁸ PORTO VISTOS. Tipos de vistos para os Estados Unidos. Disponível em: <<https://www.portovistos.com.br/tipos-de-vistos-para-os-estados-unidos/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

¹⁹ EURODICAS, Vistos para Portugal. Disponível em: <<https://www.eurodicas.com.br/visto-para-portugal/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

²⁰ DIPLOMATIE, Visa pour la Belgique. Disponível em: <https://diplomatie.belgium.be/fr/Services/venir_en_belgique/visa_pour_la_belgique>. Acesso em: 17 jun. 2018.

²¹ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Vistos no Brasil. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/permanencia/vistos/vistos>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

²² ORDONES, Arthur. Visto de investidor é o mais requisitado por brasileiros no Consulado Americano. Infomoney, São Paulo, 26 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/onde-investir/acoes/noticia/3704215/visto-investidor-mais-requisitado-por-brasileiros-consulado-americano>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

aqueles destinados a pessoas aposentadas, que comprovem renda, recebendo, assim, o direito de viver no país, sem exercer função profissional.

Os *vistos de trabalho* são na maioria dos casos temporário e atualmente quase inacessíveis. Se no passado existiam políticas de Estado para migrações laborais em massa, hoje o acesso se mostra muito mais restrito e concentrado nos postos de trabalho de tipo qualificado. Em geral, para se obter esse tipo de visto é necessário apresentar um contrato de trabalho assinado com uma empresa na sociedade de destino, ou uma carta convite de empresa, sendo necessário solicitar o visto ainda no país de origem. Além disso, para que uma empresa assine um contrato de trabalho ou convide um trabalhador estrangeiro, instituições responsáveis na sociedade de destino fazem um estudo do mercado de trabalho local para certificar-se que não há trabalhadores nacionais que possam ocupar esses postos. No caso da Bélgica, por exemplo, o visto de trabalho só é fornecido para uma lista de trabalhos considerados em penúria de mão-de-obra. Em geral, os trabalhos não qualificados não são incluídos na lista pelas autoridades, pois estas consideram que os desempregados nacionais poderiam ocupar tais postos. Para ter um visto de trabalho como independente também precisa ter uma autorização prévia, difícil de ser conseguida. Tais políticas nacionais e a maneira com que são aplicadas terminam, na prática, fornecendo vistos de trabalho para empregos que exijam qualificação, sendo que para os empregos tradicionalmente destinados aos migrantes, em geral não qualificados, há uma impossibilidade na obtenção de um visto de trabalho. No caso dos Estados Unidos ainda tem um tipo de *visto de trabalho para “habilidades extraordinárias”* destinado a profissionais que tenham um destaque profissional nas suas áreas de atuação, englobando os esportes, artes e áreas científicas.

Os *vistos de reagrupamento familiar* são utilizados em geral como complementos dos vistos anteriores, para aqueles estrangeiros que se encontram em situação regular e comprovem sua capacidade de sustentar financeiramente os membros da família que pretendem reunir. Por último, temos os *vistos de refugiados*. Como discutido previamente neste capítulo, estes são destinados para os estrangeiros que comprovem uma condição de perigo na sociedade de origem, em geral uma perseguição política. Uma vez chegando no território nacional, os estrangeiros que solicitam o refúgio têm o direito de permanecer no país até terem seus processos julgados. A condição de solicitante de refúgio varia de país para

país. Na Bélgica, os solicitantes são alocados em “*centres fermées*”, recebendo uma ajuda de custo mínima do governo para sobreviver e não tendo acesso ao mercado de trabalho. No Brasil, solicitantes de refúgio têm o direito de trabalhar, mas encontram uma série de dificuldades na prática pelo tipo de documento que recebem²³. Após a análise de cada caso individual, podem receber o visto de refugiado ou ter o pedido negado. Uma vez o pedido negado, se o solicitante permanecer no país, passa a ter as mesmas condições de um imigrante indocumentado. Ao visto de refugiado se somam outros, como *os vistos humanitários* destinados a migrantes em certos tipos de situações de vulnerabilidade. No caso brasileiro, estes foram destinados aos haitianos (CIRÉ, 2016)²⁴. No caso da Bélgica, segundo o Centre Fédéral de Migration em 2017²⁵, dos 1182 vistos humanitários, 854 foram destinados a sírios, em situações, por exemplo, de reagrupamento de família com refugiados (as definições não são claras).

Observando os tipos de visto disponíveis nos países analisados, nota-se que certos “tipos ideais” e perfis de pessoas têm o privilégio de poder migrar. O que mais chama atenção é que, além da nacionalidade, o que mostra se uma pessoa tem o direito a obter esses vistos ou não é uma comprovação de renda suficiente para se sustentar ou investir no país de destino. Os estrangeiros “ricos” que se enquadram nessas categorias serão migrantes sem um custo social para o país de destino, visto que precisam comprovar meios para se sustentar sem ocupar postos de trabalho nacionais. Os trabalhadores somente recebem vistos, em geral temporários, para ocupar postos de trabalho qualificados e considerados em penúria de mão-de-obra, que na prática não significa uma concorrência para o trabalhador nacional. Uma das consequências disso é a chamada “*fuit de cerveux*” que podemos traduzir como “fuga de cérebros”, na qual estrangeiros, que fizeram sua formação educacional e profissional financiada por seus países de origem, migram para exercer sua

²³ Vamos explorar essa questão no capítulo 2 quando explicitarmos o caso da condição dos refugiados no Brasil. Os solicitantes de refúgio recebem um documento chamado Protocolo de refúgio, uma folha de papel, que os dá o direito de tirarem carteira de trabalho e CPF. Porém esse documento provisório é alvo de reclamações por parte dos solicitantes, principalmente por ter validade de um ano, não passando credibilidade para os empregadores.

²⁴ A CIRÉ asbl publicou um relatório intitulado *Centres fermés pour étrangers - état des lieux* em 2016, no qual apresenta a situação dos centres fermés na Bélgica até dezembro do mesmo ano.

²⁵ MYRIABE, Centre Fédéral de Migration en Belgique. Qui peut obtenir un visa humanitaire? Chiffres et analyse de Myria. Disponível em: <http://www.myria.be/files/Myriadocs4_Humanitaire_Visa_communiq  _de_presse.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

profissão em países de destino que lhes pagam maiores salários, mas que não tiveram que investir em sua educação.

Em relação aos refugiados, aqueles que conseguem comprovar sua condição de perseguido político, têm acesso a direitos nos países de destino. A questão é que esses vistos, como vimos, estão cada vez mais restritos e a condição de solicitante de refúgio, que deveria ser momentânea, muitas vezes se torna permanente. Existem casos de solicitantes que levam anos nessa condição esperando ter seus processos analisados pelas autoridades, para no final, em alguns casos, ter seus vistos negados e serem obrigados a retornar aos países de origem ou se tornar imigrantes indocumentados.

Por sua vez, aqueles migrantes que buscam “melhores condições de vida”, quase a maioria da composição dos fluxos, terminam por ocupar postos de trabalho não qualificados. Na prática não possuem visto e consequentemente muitos permanecem sem acesso à regularização. Esses imigrantes pobres ou de classe média que migram para buscar “melhorar suas condições de vida” e ocupar postos de trabalho precários na base do mercado não se encaixam em geral nas opções de vistos formais disponibilizados pelos estados de destino. Tradicionalmente identificados como estrangeiros são aqueles não desejados pelos países, pois representariam uma concorrência no mercado de trabalho com os nacionais. Dentre os tabus ligados a essa migração existe o discurso que esses migrantes, identificados como “migrantes econômicos”, estariam dispostos a fazer os mesmos trabalhos que os nacionais por menores salários. Por essa razão, muitos acabam em situação irregular. O que demonstro no caso das brasileiras domésticas na Bélgica (Petek, 2015,2018), e outros autores haviam assinalado, é que na prática as pessoas migram para responder, em parte, a demandas no mercado de trabalho da sociedade de destino, mas não conseguem regularizar sua situação. Essa realidade faz com que muitos migrantes permaneçam em situações irregulares de extrema vulnerabilidade, ou que tentem estratégias para se enquadrar nas categorias e nos vistos disponibilizados pelos estados.

Somados às questões de tipos de visto e categorias formais de migrantes, há uma arbitrariedade e um poder político por trás da concessão de vistos por partes dos estados. Gerard Noiriel (2001) já havia apontado essa questão na França. Segundo o autor, duas tradições de pensamento coexistem na França em termos de definição sobre migração, uma chamada de “contratual” e outra de “étnica”. A primeira seria

aquela cristalizada, baseada no direito e na noção universalista, materializada nas regras jurídicas, sendo nessas condições que qualquer pessoa que aceite as regras em uma espécie de contrato possa adquirir a nacionalidade francesa. Por outro lado, haveria uma permanência de um pensamento “étnico”. Esse tipo de definição seria aplicado de maneira extraoficial, na qual o critério de origem é levado em conta na gestão da imigração. Oficialmente, a república francesa negava a existência de cotas fundadas na origem dos imigrantes, mas, extraoficialmente, em diversas situações, membros dos governos, como de Gaulle em 1945, recomendaram políticas que beneficiassem a naturalização de imigrantes da Europa do norte, como belgas, suíços e ingleses, em detrimento dos fluxos do mediterrâneo e daqueles orientais “que modificavam profundamente a composição da população francesa” (NOIRIEL, 2001, p.326-328).

Além de questões “étnicas”, Sayad (1998) nos chama atenção para o fato de que o migrante leva consigo sua nacionalidade ao migrar. Ele afirma:

[...] o imigrante, mais do que qualquer outro, é portador, tem sempre consigo ou junto de si a marca do estatuto e da posição atribuídos a seu país na escala internacional dos estatutos e das posições políticas, econômicas, culturais, etc. [...] Um imigrante não é apenas um indivíduo que é; ele é também, através de suas pessoas pelo modo como foi produzido como imigrante, seu país. [...] Assim, a situação atribuída aos trabalhadores oriundos de países que são e que se reconhecem como pares uns dos outros [...] parece mais ciosa de sua conformidade com o direito, mais ciosa de respeito pelos acordos assinados [...] do que se trata dos indivíduos de um país “amigo” da África que também sejam país de emigração.

Sem dúvida, como todos os países da CEE, para retomar esse exemplo, encontram-se, grosso modo, em níveis de desenvolvimento econômico e de poder político sensivelmente iguais [...] a reciprocidade que está inscrita nos contratos e que está no princípio desses contratos ordena que cada país contratante trate seu parceiro e vizinho, esse país estrangeiro que lhe é muito semelhante, sem discriminação de qualquer espécie, enquanto nos casos inversos, em que os contratos são feitos entre parceiros desiguais [...], a mesma reciprocidade que não passa de uma cláusula meramente formal, um dado absolutamente teórico e uma eventualidade das mais improváveis [...], não pode presumir nem contra a tentação de tratar o imigrante como um criado e apenas como um criado, nem contra a tentação de submeter a todas as discriminações este outro estrangeiro radicalmente diferente de si e situado num lugar muito mais distante no espaço, no espaço social, econômico, político, cultural, etc., do que no espaço geográfico (SAYAD, 1998, p.241-243).

Sayad (1998) mostra como existem diferentes classes de migrantes dentro das mesmas condições jurídicas, nesse caso relacionadas a nacionalidades, que relaciono também com outras questões objetivas como o poder aquisitivo, a religião, a língua e a escolaridade, ou subjetivas como a cor da pele e as diferenças culturais. Pode-se assim reafirmar que existem diferenças não declaradas entre aqueles que podem e não podem migrar, que na prática fazem com que o mundo seja globalizado, em termos de liberdade para circular regularmente, para uns, mas não para outros. Criam-se categorias sociais de imigrantes desejados e indesejados, uma questão que vai além dos vistos. Uma globalização só para alguns.

Dentre os migrantes *desejados*, temos aqueles que se enquadram nos vistos disponibilizados pelos Estados nação, na maioria dos casos, estrangeiros que possuem capital financeiro, intelectual e/ou social. Dentro dessa perspectiva, os refugiados, quando “verdadeiros”, seriam aqueles *parcialmente desejados* ou *tolerados* pelas sociedades de destino, visto que gozam de um estatuto específico, definido pela convenção de Genebra de 1951. Os estados nação e suas sociedades nacionais veem esses fluxos como uma questão moral de respeito aos “direitos humanos”, mas, mais especificamente, aos direitos de não serem perseguidos políticos. A questão mostra-se mais sensível no território europeu que sofreu duas guerras mundiais e foi o epicentro da formação do estatuto dos refugiados. Apesar de ser o berço do estatuto, na prática observa-se uma dificuldade dos países desse continente em lidar com a situação dos refugiados agora que deixam de ser fluxos de populações europeias e passam a ser estrangeiros vindo do Sul Global. A isso se soma uma tensão entre as categorias de solicitante de refúgio/asilo e os refugiados, que como Zetter (2007) nos mostrou fica aparente em uma série de novos *labels* criados para denominar esses estrangeiros, tais como “refugiados legítimos” e “falsos solicitantes de refúgio”.

Por último, teríamos os imigrantes *indesejados*. Estes seriam caracterizados principalmente como os “migrantes econômicos” não qualificados que migram para buscar “melhores condições de vida”. Apesar de os meios legais para tal migração serem praticamente inexistentes, estes parecem migrar em parte para responder a oportunidades de trabalho nos mercados de trabalho das sociedades de destino. Os postos de trabalho são em geral aqueles “trabalhos de migrantes” situados na base dos mercados de trabalho e que os colocam em situações de extrema

vulnerabilidade. Se esses migrantes, que muitas vezes migram irregularmente, não encontrassem postos de trabalho nas sociedades de destino, dificilmente os fluxos aumentariam, pois não teriam meios de subsistência nas sociedades de destino. Alguns teóricos até insistem no fato que a mão-de-obra migrante é fundamental para que as economias em países ricos se mantenham. A situação dos migrantes irregulares traz à tona uma contradição entre um discurso hostil em relação aos fluxos, sua presença não invisível para com as autoridades e as sociedades nacionais, principalmente, no mercado de trabalho e a futura necessidade causada por mudanças demográficas nas sociedades, como uma menor natalidade somado de um envelhecimento da população em região mais desenvolvida. Apesar disso, esses imigrantes seriam aqueles sem lugar oficial, sem o direito de migrar, que terminam em situações de irregularidade à margem das sociedades nacionais de destino.

Os imigrantes considerados “irregulares” são aqueles que se encontram nas situações de maior vulnerabilidade. Marinucci e Milesi (2005) em seu trabalho citam uma passagem de um documento da OIT para falar sobre essa condição dos imigrantes irregulares. Segundo os autores,

[...] prestam-se, facilmente, à extorsão e estão indefesos frente aos abusos e à exploração de empregadores, de agentes de migração, burocratas corrompidos e delinquentes organizados. (...) As mulheres em situação irregular são duplamente vulneráveis, devido ao elevado risco de exploração sexual a que estão submetidas com frequência. Assim, pois, violam-se com frequência os direitos humanos fundamentais dos trabalhadores migrantes em situação irregular apesar da proteção que deveriam receber em virtude dos instrumentos internacionais gerais em matéria de direitos humanos, ratificados pela maioria dos países... Por medo de serem descobertos e de uma possível expulsão, os trabalhadores migrantes se absterem de utilizar até mesmo os serviços que lhes são oferecidos. Não podem, pois, valer-se da proteção contra os riscos à sua saúde e segurança, afiliar-se a um sindicato ou organizar-se com fins de negociação coletiva, reivindicar um salário justo ou pedir uma indenização em caso de acidente do trabalho ou de enfermidade profissional e sua segurança no emprego é nula (MARINUCCI e MILESI, 2005, p.29).

Os autores concluem:

Enfim, os migrantes irregulares vivem em condições análogas – não idênticas – à de refugiados, pois são obrigados a se esconder do Estado por medo da deportação. Apesar de contribuírem com o enriquecimento econômico e cultural do país de chegada, são

estereotipados e, muitas vezes, incriminados, inclusive para aumentar sua fragilidade. Eles pagam, biograficamente, pelas responsabilidades sistêmicas (MARINUCCI e MILESI, 2005, p.30).

Da teoria ao estudo dos senegaleses em Porto Alegre

Unindo essas três problemáticas apresentadas, é notável como a questão dos migrantes em um mundo globalizado torna-se um fenômeno cada vez mais complexo e marcado por paradoxos. Da mesma forma que Piché (2013), acredito que o fenômeno deve justapor as teorias apresentadas para ser compreendido. O autor afirma:

[...] Plutôt que de s'opposer, chaque approche apporte un éclairage spécifique et toute explication des phénomènes migratoires doit en tenir compte. Les approches théoriques présentées ici constituent en quelque sorte autant de pièces d'un puzzle [...] (PICHÉ, 2013, p.171).

[...] de représenter un cadre analytique qui considère la migration comme un phénomène multifactoriel et multidimensionnel et intègre les trois ingrédients principaux de la migration: l'origine et la destination, les niveaux d'analyse micro, méso, macro et global, et les dimensions économiques, sociales et politiques (PICHÉ, 2013, p.171).

Assim, da mesma forma, adota-se o princípio de que uma análise multidisciplinar e multifocal é importante para compreender a complexidade do fenômeno migratório. Ao longo deste primeiro capítulo apresentei diversas teorias que buscam explicar esse fenômeno. Em vez de privilegiar uma ou outra, vou buscar justapô-las quando necessário. Em relação ao quadro teórico da tese, resalto aqui pontos que desenvolverei no estudo de caso.

Primeiramente, em relação à questão econômica e às migrações, destaco que o processo econômico continua central e excludente. Busco entender o paradoxo da relação entre uma busca tradicional do imigrante por “melhores condições de vida” em choque com a realidade dos postos de trabalho precários que, na grande maioria dos casos, ocupam nas sociedades de destino. Como hipótese, acredito que há questões que vão além da busca por melhores salários, como fatores que os levam a considerar ter uma melhor condição de vida (direitos sociais, acesso a recursos e segurança), mas também uma dimensão cultural do processo migratório. Esse

paradoxo reforça a complexificação da imagem tradicional do “migrante econômico” que migra em resposta a necessidades nos mercados e trabalho da sociedade de destino ou em busca de melhores empregos. Nesse caminho, busco entender quais as razões que os imigrantes senegaleses possuem para migrar. Considerando as categorias relacionadas aos migrantes econômicos, questiono de que maneira as questões de uma busca por “melhores condições de vida” são entendidas por essas pessoas.

Como segundo ponto, considero as questões políticas e sua relação com o Estado nação. Nessa abordagem pretendo tratar de um segundo paradoxo, que se traduz em um contexto de centralidade do Estado nação no controle dos fluxos migratórios e um aumento e complexificação desses fluxos que ocorre em concomitância. Sobre a relação entre política e migração, observam-se forças desiguais entre nacionais, que possuem uma representação política, e estrangeiros que, a princípio, não possuem maneiras de reivindicar direitos, agravado por um contexto de uso político do tema das migrações e de busca de controle por grupos xenófobos que ganha cada vez mais espaço nos cenários políticos nacionais. Em contrapartida, os fluxos, por diversas razões, tendo como central a questão da globalização, aumentam e se complexificam gerando uma dificuldade para aquelas autoridades que pretendem classificar os migrantes em categorias claramente diferenciadas. Esses fatores levaram os estados, que são centrais na decisão de definir quem tem ‘direitos a ter direitos’ por sua função de “*labelling*”, a restringir cada vez mais o acesso de migrantes a vistos e a meios de migração legais regulares, principalmente aqueles refugiados percebidos com mais hostilidade. Por outro lado, esse acirramento do controle e dos discursos de hostilidade na prática não inibe o processo migratório, que aumenta e se diversifica. Dentre as teorias sociais para explicar o fenômeno destaco a teoria das redes de migrações que mostra como os imigrantes se utilizam de redes sociais para migrar, ficando mais independente das flutuações econômicas e dos controles por parte dos estados. Nesse contexto, busquei entender as estratégias e categorias formais envolvidas no processo migratório dos senegaleses para o Brasil, além das respostas políticas e institucionais do Estado nação brasileiro aos novos fluxos.

Por último, apesar de acreditar que a globalização é central para se pensar o fenômeno migratório, ressalto a ideia de que a globalização acontece para alguns, mas não para todos. Os “desejados” podem circular livremente, enquanto os

“indesejados” encontram inúmeras barreiras. Reconhecendo a centralidade do Estado-nação na definição de quem “tem direito a ter direitos” em seu território, acredito haver uma clara diferenciação entre aqueles migrantes desejados e outros indesejados que vai além das normas jurídicas. Dependendo da nacionalidade, da cor da pele, da etnia e do nível de instrução, alguns têm o direito a circular e a migrar e outros não, além dos diferentes processos de inserção e oportunidade uma vez no destino. Isso demonstra a forma como essa questão é complexa e impossível de ser simplificada. No caso dos senegaleses, imigrantes africanos e negros, busquei perceber qual o tipo de relação e conflito encontraram uma vez instalados em Porto Alegre.

Além disso, dentro dessas categorias impostas pelos estados, os imigrantes traçam estratégias e jogam com elas para se adaptarem aos custos e possibilidade de migração. Utilizam, por exemplo, as redes sociais de migração para alcançar seus objetos. Nota-se ao observar a história da migração que a colonização e o imperialismo não são uma via de mão dupla. A questão dos refugiados é mais considerada nos debates porque traz uma questão moral e porque essa categoria de migrante tem um estatuto jurídico internacional próprio. O mesmo não ocorre para a migração econômica que ainda é desqualificada como um direito. Essa diferença no tratamento das categorias se mostra na necessidade de separação entre elas, em uma ânsia de saber quem são aqueles que realmente são refugiados e teriam direito de migrar e aqueles que somente buscam melhores condições de vida e não teriam tal direito. Esse ponto de vista pressupõe uma análise micro, da agência, das estratégias empregadas pelos migrantes para lidar com essas questões macro, principalmente em relação aos vistos e limites impostos pelos Estados nações. A isso também ligamos a teoria das redes sociais, fundamentais em todos os tipos de migração, mas muito especialmente entre aqueles “indesejados”, que além de contarem quase que exclusivamente com sua agência, utilizam-se das redes sociais para garantir uma maior possibilidade de sucesso para seus projetos migratórios.

Foi demonstrado por meio da análise dos conceitos e *labels* que essa separação não é tão simples, e exporei essa questão ao longo da apresentação da pesquisa de campo. Uma das preocupações em aprofundar o contato com a comunidade senegalesa em Porto Alegre foi para ter a capacidade de perceber que há inúmeras categorias em jogo, formais e sociais, na sociedade de origem e de destino, que devem ser levadas em conta ao analisar um fenômeno complexo como

é as migrações internacionais no mundo contemporâneo.

Considere importante entender de que maneira os imigrantes estavam inseridos na sociedade de destino que, no atual estudo de caso, é representada pela sociedade brasileira. Minha suposição é a de que aconteça aqui o que acontece em outros países, ou seja, o tratamento de forma desigual de diferentes imigrantes. Brasil, país de colonização europeia, com complexo de inferioridade em relação aos países desenvolvidos (chamado popularmente de “complexo de vira-lata”), tende a classificar no senso comum de forma clara aqueles migrantes “desejados” e “indesejados”. A lógica é levada ao extremo em uma sociedade de extremos, marcada por uma desigualdade social que compõe sua própria estrutura. Dessa forma, os imigrantes ou estrangeiros vindos do Norte Global, principalmente aqueles europeus, são vistos como os estrangeiros a serem festejados, enquanto os novos fluxos vindos de países economicamente inferiores, socialmente marcados pelas próprias desigualdades como as nossas, e culturalmente diferentes daquele ideal de civilização que seguimos, são vistos como imigrantes “indesejados”, mostrando de que a concepção ideal ilusória de “país do acolhimento” não se traduz na prática.

O estudo de caso gira em torno dessas questões e tem a preocupação de ver o migrante como o fenômeno complexo que é. Dentre as questões tratadas temos o questionamento das motivações que fizeram os imigrantes senegaleses migrarem e permanecerem no Brasil, fazendo um esforço para entender o que estes consideram “melhores condições de vida” e observar sua relação com mercado de trabalho, economia e sociabilidade. Há também preocupação em entender a relação dos imigrantes senegaleses com o Estado Nação brasileiro, ou seja, qual relação esses imigrantes estão travando com o Estado e suas políticas, principalmente em termos de regularização. Por último, um foco na agência dos migrantes, as redes sociais e as estratégias para assegurar sua instalação e sobrevivência em terras brasileiras. Em se tratando de um grupo de negros em uma sociedade de colonização alemã e italiana, a questão do preconceito racial será abordada. Além de negros são muçulmanos, numa localidade predominantemente cristã. Todos estes fatores contribuem para explicar como são recepcionados e como constroem suas vidas e identidades.

Antes de passar para apresentação dos resultados do trabalho de campo junto à comunidade senegalesa em Porto Alegre, o segundo capítulo a seguir trata

da contextualização do fenômeno estudado. Envolve uma contextualização geral sobre os fluxos migratórios internacionais na atualidade, além de um aprofundamento dos contextos nacionais na sociedade de emigração, senegalesa, e na sociedade de imigração, brasileira.

2. Múltiplos contextos: contexto histórico e geográfico da pesquisa

O tema da migração considerado como um fato social total existe dentro de múltiplos contextos. Sendo o estudo centrado na diáspora senegalesa em Porto Alegre, farei esforço de apresentar alguns desses diversos contextos, partindo de uma perspectiva macro para uma perspectiva micro. Dessa forma tratarei das migrações internacionais em geral, seguido de um contexto regional sobre a África e a América Latina, e por último um overview da questão migratória nos países de emigração, o Senegal, e de imigração, o Brasil.

As migrações no contexto mundial, assunto central e sensível

O tema das migrações vem recebendo atenção nos debates teóricos contemporâneos e ultimamente na imprensa de todo mundo. A questão de refugiados das guerras na Ásia e na África ficou associada, e não sem razão, a uma grave questão humanitária. O drama humanitário é a forma mais urgente de olhar para um problema antigo e muitas vezes dramático: o deslocamento de pessoas entre regiões e países, por diversas razões. O nome genérico desse fenômeno é migrações. Seja tratado de forma positiva ou visto como uma ameaça às soberanias nacionais, a questão das migrações está na pauta das discussões em todos os níveis, desde conversas entre cidadãos comuns aos grandes encontros internacionais entre governos. Esta situação é reforçada por um contexto político mundial em que uma crescente xenofobia, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, agrava a situação e faz do tema dos imigrantes uma questão de segurança nacional e objeto de criminalização.

Sem dúvida, recentemente, o caso da guerra na Síria foi o mais expressivo ao recolocar o tema dos refugiados no centro dos debates. Ao longo de sete anos de conflito, ou seja entre 2011 e 2018, mais de 400 mil pessoas morreram ou desapareceram. A UNHCR (2018a) estima que existam 6.7 milhões de deslocados internos e 5.6 milhões de refugiados sírios no exterior, considerando uma população em 22 milhões antes da eclosão do conflito. Isso significa que mais da metade da população foi obrigada a deixar seus lares. Dentre os refugiados que tiveram como destino outros países, quase um milhão pediu asilo na Europa, enquanto a grande

maioria teve como destino países vizinhos, com destaque para 3,3 milhões de refugiados sírios na Turquia, próximo de 1 milhão de refugiados no Líbano e 660 mil na Jordânia.²⁶

Sabendo que o tema se tornou urgente em vários meios de comunicação e na academia, o objetivo é produzir conhecimento de qualidade em relação ao fenômeno migratório que, segundo Harari (2015), faz parte da nossa história desde os primórdios da humanidade. E, ademais, é um dos marcos fundadores da sociedade brasileira. Apesar de os movimentos populacionais serem identificados em diversos momentos desde a pré-história, hoje possuem características específicas, que os diferenciam inclusive de tempos não tão distantes assim.

Castles e Miller (2003) chamam o período atual, que se inicia após segunda Guerra Mundial, de “a nova era das migrações” e identificam quatro características desse fenômeno. Em primeiro lugar observam uma aceleração do processo, pessoas passam a migrar em maior número do que no passado. Como segunda característica temos a diversificação dos fluxos migratórios, compostos cada vez mais por diferentes países de origem. Em terceiro lugar temos o caráter global do fenômeno, consequência do processo de globalização. Por último, observa-se uma tendência à feminilização dos fluxos migratórios mundiais, em que as mulheres ganham mais espaço não só como acompanhantes, mas também como protagonistas dos seus próprios projetos migratórios. O meu objetivo neste segundo capítulo é contextualizar o fenômeno no qual o estudo de caso acontece.

A imigração está aumentando?

A primeira questão a ser enfrentada é a seguinte: A imigração está aumentando mesmo? Qual a proporção dessa evolução na população mundial? Para responder tal questão apresento dados sobre *Internantional migration stock* fornecidos pelos relatórios da Organização Internacional da Migrações (OIM) (*World Migration Raport* 2017, 2018 e 2020) e das Nações Unidas (UN) (*International Migration Raport* 2015, 2016, 2016a e 2017, e *Populations Facts* n.2019/4). Para o estoque de migrantes consideram-se os dados fornecidos pelos países nacionais, preferencialmente sobre os *foreign-born*, ou seja, aqueles que

²⁶ UNHCR, Syria emergency, 2018a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/syria-emergency.html>>. Acesso em: 02 maio 2018.

nasceram em outros países independentemente de terem recebido a nacionalidade do país atual. Quando não há essa informação, os dados levados em conta são pela categoria *foreign- citizens*.

Quando observado o contexto atual, nota-se que há sim um aumento do estoque de migrantes no mundo tanto em termos absolutos quanto percentuais. Segundo a OIM (2018, 2020), esse aumento estaria ligado a diversos fatores, dentre eles a globalização, que influenciaram cada vez mais países a entrarem nas rotas de migrações, como países de origem, de trânsito e de destino. Os dados mostram que o número de imigrantes no mundo passou de 75 milhões em 1965 para 175 milhões em 2002, alcançando 244 milhões em 2015 e 258 milhões em 2017. Em 2019, chega a 272 milhões (UN, 2019; OIM, 2020).

Além do aumento do estoque em termos absolutos, houve aumento proporcional maior do que o crescimento da população mundial. Se em 1990 os migrantes internacionais representavam 2,9% da população mundial, em 2017 passa para 3,4% e a porcentagem chega a 3,5% em 2019. Observa-se ainda uma diferença entre as regiões. Se no Norte os migrantes internacionais representavam 12% da população, estes representavam somente 1,9% no Sul (UN, 2019). Quando analisado o estoque de migrantes em números efetivos, as mulheres representavam 48% dos 272 milhões de migrantes em 2019. Uma tendência significativa ainda é que 74,0% deles tinham entre 20 e 64 anos, ou seja, encontravam-se em idade ativa para o trabalho.

Ademais, 56% estavam em regiões desenvolvidas e 44% em regiões consideradas em desenvolvimento (UN, 2019; OIM, 2020). Vale expor que os relatórios e dados fornecidos pela OIM e as Nações Unidas sobre migrações internacionais definem as “regiões mais desenvolvidas” como formadas por países da Europa, América do Norte acrescentados de Austrália, Nova Zelândia e Japão, enquanto as “regiões menos desenvolvidas” são compostas pelos países da África, América Latina, Ásia (sem contar Japão), Melanésia, Micronésia e Polinésia.²⁷ Os

²⁷ Nos dados sobre World Migration Stock de 2019, especificam-se os termos empregados da seguinte forma: “The designation “more developed” and “less developed” regions are intended for statistical purposes and do not express a judgment about the stage reached by a particular country, territory or area in the development process. The term “country” as used in this publication also refers, as appropriate, to territories or areas. **More developed regions comprise all sub-regions of Europe plus Northern America, Australia/New Zealand and Japan. Less developed regions comprise all sub-regions of Africa, Asia (excluding Japan), and Latin America and the Caribbean as well as Melanesia, Micronesia and Polynesia.** Countries or areas in the more developed regions are designated as “developed countries”. Countries or areas in the less developed

estados das áreas desenvolvidas são denominados “países desenvolvidos” e considerados como Norte, enquanto os outros “países em desenvolvimento” são também chamados de “Sul”. Apresento os termos e conceitos para que os dados expostos fiquem claros, apesar de olhar de forma crítica para tal definição.

No Norte global, considerado pelos relatórios a região desenvolvida, constavam 152 milhões de migrantes em 2019. Dentre estes uma maioria de originários de países do Sul, 95.2 milhões, que representavam 62,6% de migrantes vindos de países em desenvolvimento. Apesar disso, uma porcentagem significativa de migrantes advinda de outros países do Norte, 56.8 milhões que representavam 37,3% do total. A porcentagem de mulheres no estoque de migrantes era de 51,5% em 2019, tendo tido um aumento desde 1990 quando representavam 51,1% (UN, 2019).

Enquanto isso o estoque de migrantes do Sul global era composto de 119.5 milhões de pessoas. Destes 88,7% tiveram como origem outros países em desenvolvimento, enquanto somente 11,3% nasceram em países do Norte (106 milhões/13.6 milhões). Vale ressaltar também a diferença em termos de gênero nas duas regiões. As mulheres representavam somente 43.3% dos migrantes do Sul em 2019, porcentagem em declínio desde os anos 1990 em que eram 46,4% do estoque. Essa queda é atribuída ao rápido aumento dos fluxos de migrantes homens da Ásia selecionados para trabalhar nos países produtores de petróleo do Oeste do continente (UN, 2019).

Os dados das Nações Unidas (2019) mostram que os estoques mais importantes seriam aqueles de imigrantes Sul-Norte e dos imigrantes Sul-Sul. Os imigrantes Sul-Norte tiveram um aumento linear e são aqueles tradicionalmente estudados pela literatura. Em 2019 representavam 35% dos migrantes internacionais no mundo, ou seja, 95.2 milhões de pessoas. Por outro lado, os imigrantes Sul-Sul tiveram um aumento significativo desde 2005, chegando a ultrapassar o número de migrantes tradicionais Sul-Norte em 2017. O estoque de migrantes Sul-Sul chegou a 106 milhões de pessoas em 2019, representando 39% do total dos migrantes internacionais no mundo (UN, 2019).

regions are designated as “developing countries”. Following common practice, the more developed regions are also **referred to as the “North”**, while the less developed regions are also **referred to as the “South”**.” (UN, 2019)

No mesmo ano, ao observar o estoque de migrantes por área geográfica percebe-se que as duas regiões de maior destino são a Europa com 30,3% (82.3 milhões) e a Ásia com 30,6% (83.5 milhões). A seguir, a região da América do Norte com 58.6 milhões de migrantes internacionais representando 21,6% do estoque mundial, seguido da África com 9,7% (26.5 milhões). Por último, a região da América Latina e Caribe com 11.7 milhões (4,3%) e Oceania 8.9 milhões (3,3%).²⁸ Os principais corredores migratórios do período estudado (1990-2015) são: Ásia-Ásia, Europa-Europa, América Latina e Caribe-América do Norte, Ásia-Europa, África-África e Ásia-América do Norte (UN, 2019).

Quando analisados os países de destino, observa-se que em 2019, 51% do estoque mundial de migrantes internacionais se concentravam em 10 países principais: Estados Unidos (50.7 milhões), Alemanha (13.1 milhões), Arábia Saudita (13.1 milhões), Rússia (11.6 milhões), Reino Unido (perto de 9.6 milhões), Emirados Árabes Unidos (8.6 milhões), França (8.3 milhões), Canadá (8 milhões), Austrália (7.5 milhões) e Itália (6.3 milhões) (UN, 2019).²⁹ Entre 1990 e 2015, o tamanho do estoque de migrantes cresceu em 169 países (UN, 2016a; 2017).

Os corredores migratórios entre dois países também são relevantes para a análise das migrações. O relatório das Nações Unidas apresenta os 10 principais corredores entre países para os períodos de 1990-2000, 2000-2010 e 2010-2015. Entre 1990 e 2000, seis dos dez corredores com maior taxa de crescimento anual tinham como destino um país do Norte, sendo Estados Unidos o destino de quatro deles e a Alemanha dos outros dois. Dentre os outros, três corredores entre países da Ásia e o caso particular dos refugiados palestinos. No período entre 2000 e 2010, metade deles tinha como destino países do Norte e metade países do Sul. Dentre os países do Norte, além dos casos dos USA e da Alemanha, adicionamos dois países da Europa do Sul como destino, Espanha e Itália, com migrantes originários da Romênia no Leste Europeu. Entre os países do Sul, três deles representam casos de fluxos entre países da região Sul da Ásia com destino a países do Oeste da Ásia,

²⁸ A título de comparação os dados da distribuição do estoque de migrantes no mundo por área geográfica em 2017: Europa com 30,2% (78 milhões); Ásia com 31% (80 milhões); América do Norte com 22,4% (58 milhões); África com 9,7% (25 milhões); América Latina e Caribe com 3,9% (10 milhões) e Oceania com 3,1% (8 milhões). (UN, 2017).

²⁹ Os 10 principais países de destino de imigrantes internacionais em 2017: Estados Unidos (49.8 milhões), Alemanha (12.2 milhões), Arábia Saudita (12.2 milhões), Rússia (11.7 milhões), Reino Unido (perto de 8.8 milhões), Emirados Árabes Unidos (8,3 milhões), Canadá (8 milhões), França (8 milhões), Austrália (7 milhões) e Espanha (8 milhões).

produtores de petróleo. Por último, o caso dos refugiados de guerra do Iraque também com destino ao oeste da Ásia e aqueles migrantes de Myanmar para Tailândia. Finalmente, entre 2010-2017 percebe-se grande mudança entre os principais corredores. Somente um país do Norte aparece como destino entre os dez principais corredores migratórios, os Estados Unidos, com imigrantes originários da China, Índia e México, os outros sete tem como destino os países do Sul global. Seis deles são entre países na Ásia e um entre países africanos (Sudão do Sul – Uganda). Vale ressaltar que três desses casos estão relacionados a áreas de conflito, no caso dos Sírios fugindo da guerra em seu país com destino à Turquia, Líbano e Jordânia. Os últimos três tinham como destino países asiáticos produtores de petróleo (Oman, Arábia Saudita e Kuwait) (UN, 2017).

Conclui-se, observando os dados recentes sobre estoque internacional de migrantes, que este vem sim aumentando, mas não de forma linear. Como tendências principais é notável uma continuidade da importância dos fluxos Sul-Norte, seguidos de novos fluxos Sul-Sul.

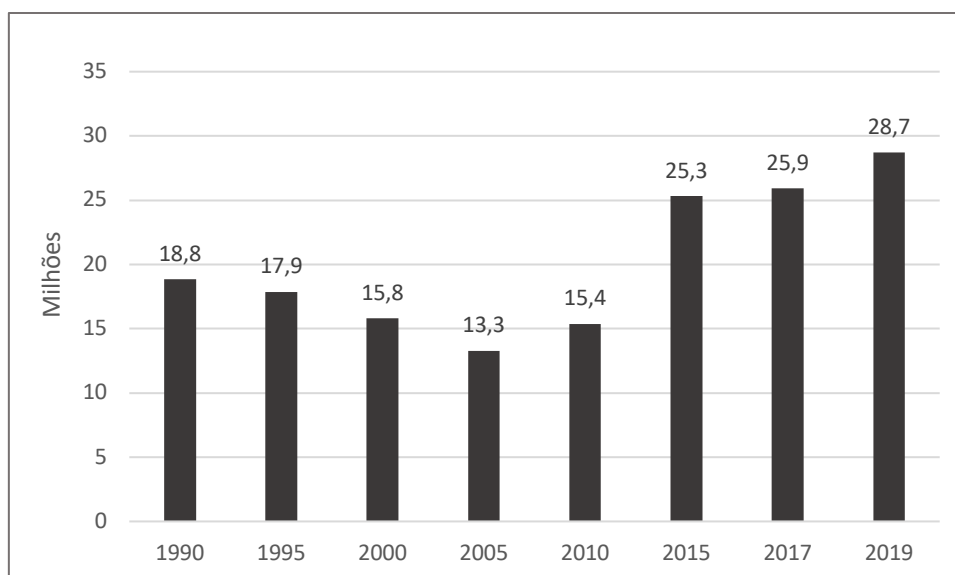
A essa questão do estoque internacional se soma àquela específica dos refugiados:

The number of refugees worldwide has reached the highest level since World War II. In 2014, the total number of refugees in the world was estimated at 19.5 million, representing about 8 per cent of all international migrants (United Nations High Commissioner for Refugees 2015). Developing regions hosted 86 per cent of the world's refugees (12.4 million persons), the highest value in more than two decades. The least developed countries provided asylum to 3.6 million refugees, or 25 per cent of the global total. In 2014, Turkey became the largest refugee-hosting country worldwide, with 1.6 million refugees. Turkey was followed by Pakistan (1.5 million), Lebanon (1.2 million), the Islamic Republic of Iran (1.0 million), Ethiopia and Jordan (0.7 million each). More than half (53 per cent) of refugees under UNHCR's mandate come from just three countries: the Syrian Arab Republic (3.9 million), Afghanistan (2.6 million) and Somalia (1.1 million) (UN, 2016a, p.9).

O Gráfico 1 a seguir apresenta as estimativas do estoque de refugiados no mundo segundo dados fornecidos pelas Nações Unidas entre 1990 e 2019. Ele mostra que, apesar de tendência de queda entre 1990 e 2005, esse número volta a aumentar chegando aos maiores patamares desde a Segunda Guerra Mundial, com uma estimativa de 28.711.526 refugiados e demandantes de asilo em 2019, representando 10,6% do estoque de migrantes internacionais no mundo. Além

disso, apesar da atenção que recebe o fluxo de refugiados para o continente Europeu, grande maioria desse estoque se encontra em países do Sul global, com destaque para países vizinhos das nações em conflito (UN, 2019).

Gráfico 1: Estimativa do estoque de refugiados no mundo segundo as Nações Unidas entre 1990-2019 (incluindo demandantes de asilo)



Fonte: Dados *International Migration Stock UN*, 2019³⁰, elaboração própria.

História das migrações na era moderna e a inversão dos fluxos no final do século XX

Como assinalado, os movimentos populacionais fazem parte da história da humanidade, mas nota-se que durante a era moderna parecem ter criado formas e características específicas.

O termo “migrações” é utilizado para denominar uma série de movimentos populacionais que acontecem desde a pré-história. A história da humanidade é marcada assim por diferentes tipos de movimentos, sejam eles de invasões, colonizações ou até por escravidão de povos. Apesar de ser difícil delimitar de que maneira específica esses movimentos tomaram forma, cientistas e pesquisadores apresentam diversas evidências de tais fenômenos, como similaridades culturais, linguísticas e até genéticas entre populações situadas em diferentes partes do

³⁰United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2019). International Migrant Stock 2019 (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019).

mundo. Em uma história mais recente, grandes impérios foram também responsáveis por deslocamentos populacionais. Estes eram usados como estratégia para manter seu poder. Como exemplos, temos o império Romano, império Mongol e até mesmo o império Otomano (OIM, 2004).

Apesar de o fenômeno estar presente desde os primórdios da humanidade, aqui nos interessamos mais especificamente pela história moderna das migrações internacionais. Esta se desenvolveu em paralelo à expansão do capitalismo e do modo de vida moderno. Massey (1990) separa essa história em quatro principais períodos: o período das grandes navegações (1500 – 1800), um segundo, marcado pelo processo de industrialização nos países Europeus e expansão econômica de algumas ex-colônias (1800 - 1915), um terceiro marcado pela estagnação do entre guerras (1920-1930) e, por último, o período contemporâneo a partir de meados do século XX.

O primeiro período importante é marcado pelas grandes navegações que ocorreram entre os séculos XVI e XVIII. Baseados em descobertas de novas tecnologias de navegação, astronomia e de conhecimentos geográficos, europeus financiados por estados em formação partiram em busca de novas terras e conquistas. Os destinos variaram entre Ásia, América e África, onde navegadores buscavam novas rotas comerciais e a expansão do mercantilismo. A esse processo seguiu-se aquele de colonização do novo mundo. Os países europeus estabeleceram assentamentos nas colônias, e grande número de imigrantes europeus escolheu o caminho do novo mundo em busca de oportunidades. Os fluxos eram compostos em sua grande maioria por trabalhadores agrários, seguido de administradores e artesões em menor número. Apesar desses fluxos, a mão-de-obra para produção agrária das colônias não era suficiente. Nesse contexto nasce um novo fluxo internacional transoceânico: a mão-de-obra escrava, especialmente com destino à América. Em três séculos de colonização cerca de 15 milhões de escravos foram importados, tendo papel fundamental na produção agrícola e na extração de metais preciosos das colônias (OIM, 2004); (MASSEY, 1990).

O segundo período destacado por Massey (1990) é aquele entre 1800 e 1915. Neste período, uma série de fenômenos interferiu nos fluxos migratórios, dentre eles a industrialização na Europa, abolição da escravidão e a expansão econômica de colônias recém independentes. Os três fenômenos se mostram interligados. A revolução industrial na Europa em parte foi possibilitada pelo acúmulo de riquezas

da exploração de suas colônias. Esse processo de industrialização por sua vez teve grande impacto em suas populações, que pela destruição do modo de vida agrário forçou grandes deslocamentos populacionais. Além disso, a abolição da escravidão e os processos de independência e expansão econômica dos países recém-formados criou uma forte demanda de mão-de-obra. O período assim é caracterizado por fluxos massivos de europeus em situação de exclusão e pobreza em direção às ex-colônias independentes em expansão. É nessas condições que surge o sistema de migração laboral, ou seja, uma migração condicionada por trabalhos contratuais. Durante o período de 1800 e 1915 mais de 48 milhões de pessoas deixaram a Europa com destino ao “novo mundo”. Os principais destinos foram Estados Unidos (38 milhões); Canadá (7 milhões); Argentina (7 milhões); Brasil (4,6 milhões); Austrália, Nova Zelândia e África do Sul (2,5 milhões). Como importantes países de emigração temos Itália, Inglaterra, Espanha, Portugal, Suíça e Noruega (OIM, 2004; MASSEY, 1990).

O terceiro período é aquele entre as duas guerras mundiais. Este é marcado pela estagnação dos fluxos migratórios na Europa e Estados Unidos, tanto pelo clima de insegurança política quanto pelas crises econômicas que assolaram os países no período. Na década de 1920 muitos países votaram leis de restrição às migrações e um clima de hostilidade foi agravado ainda pela Grande Depressão em 1929. Os trabalhadores migrantes eram vistos no período como competidores nos mercados de trabalho regionais e os governos responderam introduzindo legislações que controlavam de forma rigorosa sua entrada e permanência, reduzindo suas possibilidades de emprego e punindo aqueles empregadores que forneciam postos a imigrantes irregulares (OIM, 2004; MASSEY, 1990).

Durante a Segunda Guerra mundial, os fluxos internacionais se caracterizaram pelo deslocamento de refugiados. Estima-se que entre 1 milhão e 2 milhões de pessoas migraram no período em busca de segurança e fugindo de perseguições políticas. Alguns optaram por países vizinhos, enquanto outros procuraram os programas de acolhimento de mão-de-obra do novo mundo. Países receptores, como Estado Unidos, Canadá, Austrália e Argentina viam nesses fluxos uma possibilidade de aumentar suas forças de trabalho. Os programas eram orientados especificamente para essas nacionalidades europeias.

O quarto momento de história moderna das migrações seria aquele do pós-Segunda Guerra mundial e que se mantém até os dias atuais. Primeiramente, com

uma estabilização política no “velho continente” os fluxos de emigração europeia praticamente cessaram nas décadas a seguir. Por sua vez, países “receptores” do “novo mundo” foram incluindo gradativamente novas nacionalidades em seus programas, e com o tempo foram estabelecendo-se critérios ligados à qualificação, habilidades e experiência de trabalho em detrimento das nacionalidades.

Esse novo período é marcado por um aumento importante dos fluxos, mas também uma diversificação. Como vimos os fluxos migratórios influenciados pelo processo de globalização se expandem em termos efetivos, em relação à porcentagem da população, mas também com uma maior diversificação de países de origem e destino. Nesse contexto países europeus caracterizados historicamente por fluxos de emigração, após período de crescimento econômico, estabilização política e geração de emprego, deixaram de enviar migrantes para se tornarem locais de imigração. Países tais quais Alemanha, França, Bélgica e Suíça passaram a receber fluxos de trabalhadores internacionais de dentro e fora da Europa. Mesmo países como a Itália com uma história marcada pelo processo de emigração passaram a receber mão-de-obra de países do leste europeu e do continente africano. Os trabalhadores eram recrutados por acordos bilaterais, mas também se moviam de forma espontânea. Desde o início dos fluxos esses trabalhadores imigrantes ficaram sujeitos a condições de controle rigorosos, tanto em termos de entrada e permanência, residência e acesso a emprego, e reunião familiar. O objetivo político era responder às demandas do mercado de trabalho, especialmente nos setores de empregos não qualificados ou semiquualificados, focado em trabalhadores temporários e sem necessidade de uma integração social ampla com a sociedade de destino. Apesar disso, algumas concessões em termos de permanência e reunião familiar desses trabalhadores imigrantes decorreram ao longo dos anos, causando questões de integração que repercutem nos dias atuais.

Fluxos migratórios desse tipo também se desenvolveram entre países do Sul global, mais especificamente tendo como destino nações que produziam e exportavam petróleo. Países como Arábia Saudita, Kuwait, Nigéria e Venezuela se tornaram polos de atração de migrantes pelas oportunidades de emprego.

Observando essa breve recapitulação da moderna migração, destacaremos a seguir dois pontos. O primeiro é uma mudança na direção dos fluxos migratórios internacionais antes marcadamente Norte-Sul, para fluxos Sul-Norte e expansão dos fluxos Sul-Sul. O segundo ponto trata da relação entre a migração e o trabalho.

Notamos, ao recapitularmos a trajetória recente das migrações, que houve uma virada no sentido dos fluxos internacionais. Se em um primeiro momento, que perdurou entre o século XVI e meados do século XX, observamos predominância de um grande número de europeus migrando em direção ao "novo mundo", a partir do final do século XX percebe-se o surgimento de importantes fluxos Sul-Norte, ou seja, de países considerados "em desenvolvimento" do Sul global para aquelas nações do Norte "desenvolvidas". Nessas condições países europeus deixam de ser terras de emigrantes e passam a receber trabalhadores dos países do Sul. Além disso, os Estados Unidos, afirmando-se como potência mundial, passam da mesma forma a ser destino de imigrantes do Sul global. Demonstramos, por meio dos dados apresentados no início do capítulo, como esses fluxos continuam representativos e atuais no início do século XXI, apesar do aparecimento de outros fluxos importantes especificamente entre países do Sul global.

Além disso, esses novos fluxos constituem um problema maior. Na primeira parte narramos que os europeus migraram para o Sul com o objetivo de ocupar terras "vazias", e por mais que saibamos da existência de populações autóctones nas regiões de destino, a superioridade tecnológica e o discurso civilizador fez com que encarassem seu movimento como algo positivo. Na sequência, após a independência das colônias, os emigrantes europeus faziam parte de programas de governo que buscavam nesses trabalhadores soluções para seus problemas de falta de força braçal e eram acolhidos por políticas de emprego e acolhimento bem amparadas. Dentro dessa lógica estavam intrínsecas inclusive políticas de branqueamento das populações por parte dos governos. Apesar de reconhecermos os inúmeros problemas e dificuldades enfrentados por essa população, que era vista somente como "braços para lavoura" e que enfrentava condições de trabalho muitas vezes semelhantes aquelas de escravos modernos, podemos dizer que neste momento também existe uma visão positiva desses migrantes.

A problemática que vamos destacar em relação aos fluxos migratórios começa então a partir do período contemporâneo, ou seja, em meados do século XX. Nesse período vemos um aumento e uma diversificação dos fluxos. Apesar disso, tanto os países do Norte quanto os do Sul parecem estar menos abertos aos fluxos migratórios. Esse fato pode ser explicado em parte por um aumento das populações em geral que fez com que a falta de mão-de-obra não se torne mais uma questão central para o desenvolvimento econômico das nações. Assim, as nações ao Sul,

que receberam milhares de trabalhadores europeus ao longo do século XIX e início do século XX, passam a controlar seus fluxos não mais em termos de nacionalidade, mas em relação a qualificação e profissão dos imigrantes. Por sua vez, os países europeus que eram lugares de emigração, passam a se tornar locais de imigração, buscando trabalhadores estrangeiros para ocupar postos de trabalho pouco valorizados. Estes fazem parte de programas rigorosos baseados na ideia dos trabalhadores estrangeiros como “temporários”, ou seja, que após o período determinado deveriam retornar aos países de origem sem se beneficiar de uma integração. Vários estudos demonstram o limite dessas políticas, que terminaram por gerar uma população estrangeira permanente pouco integrada às sociedades nacionais. A esse fenômeno, se segue aquele dos imigrantes irregulares que migram sem autorização e da mesma forma se inserem na base dos mercados de trabalho dos países de destino.

Bauman (2005) nos ajuda a compreender esse fenômeno relacionando a migração com a questão do progresso econômico, mais uma vez utilizando seu conceito de refugio humano. O refugio humano é uma consequência não intencional do progresso econômico, e, à medida que o estilo de vida moderna se expande, a produção de lixo, ou seja, uma sensação de superpopulação, se expande também. A história do progresso econômico é marcada assim por uma mudança na estrutura da sociedade que passa pelo processo de industrialização. Como vimos, na história da modernização europeia a derrubada de modos de vida tradicionais e o êxodo rural fizeram com que o mercado de trabalho ficasse superlotado deixando em condição de miséria milhares de trabalhadores. Uma das principais soluções para tal problema foi reduzir a oferta de mão-de-obra, escoando-se trabalhadores para as terras do Sul consideradas “vazias”, que necessitavam ser colonizadas. A migração surgiu nesse período como solução para esse excedente, tendo como política a “exportação de problemas sociais”.

Essa colonização como opção para resolver o problema do excedente é o que o autor descreve como problemas locais sendo resolvidos globalmente. Mas à medida que há uma difusão global do modo de vida moderno, como consequência da globalização, esse tipo de solução não é mais válido. O “refugio humano” produzido por esse processo de modernização deixa de ter seus locais de escoamento anteriores e gera uma sensação de que “o planeta está cheio”. Sendo assim à medida que o progresso econômico e a expansão do modo de vida moderno

se acentuam cria-se mais e mais refugio humano, agora situado nos países em desenvolvimento. Ele afirma:

Esses “retardatários da modernidade” são obrigados a buscar soluções locais para um problema causado globalmente - embora com pífias chances de sucesso (BAUMAN, 2005, p. 92).

O progresso era pregado sob o slogan de mais felicidade para um número maior de pessoas. Mas talvez o progresso, marca registrada da era moderna, tivesse a ver, em última instância, com a necessidade de menos (e cada vez menos) pessoas para manter o movimento, acelerar e atingir o topo, o que antes exigia uma massa, maior para negociar, invadir e conquistar (BAUMAN, 2005, p.24).

Sendo assim, parece que para o progresso continuar seja necessário que cada vez menos pessoas consigam chegar ao topo e conseqüentemente cada vez mais pessoas fiquem excluídas e virem redundantes no sistema. Autores, como Piketty (2014), mostram que a tendência mundial é a maior concentração de renda, ou seja, que o mundo está cada vez mais desigual. Isso nos mostra um contexto em que cada vez mais “refugio humano” será produzido e conseqüentemente mais pessoas podem procurar as migrações como solução para seus problemas.

Vemos assim surgir no final do século XX novas questões ligadas a essa migração em um contexto de maior controle dos fluxos pelos países receptores. Migrantes, em especial aqueles do Sul em direção ao Norte global, não encontrando condições de vida digna em seus países de origem que se modernizam rapidamente e não são capazes de os absorver, passam a fazer uma rota contrária com destino a países desenvolvidos em busca de melhores condições de vida e trabalho. Se incluirmos a teoria de Bauman (2005) sobre o refugio humano causado pelo progresso econômico percebemos que esse fenômeno tende a uma expansão à medida que o modo de vida moderno se espalha pelo mundo. A expansão dos fluxos migratórios pode trazer uma série de desafios. Muitos estudos foram dedicados a essa questão, que continua presente na atualidade, e algumas teorias foram utilizadas para explicar tal fenômeno. Vamos apresentar algumas delas nas seções que seguem como Castles (2000), Lee (1966), Messey (1990, 1993) e Sasaki e Assis (2000).

2.1. Migrações internacionais no mundo atual: imigração Sul-Sul e a questão dos refugiados

Hoje, além dos fluxos tradicionalmente estudados que se perpetuam, tais quais os imigrantes qualificados do Norte para o Sul e os imigrantes não qualificados do Sul para o Norte, temos dois outros fenômenos que ganham importância em escala global: a emergência da questão dos refugiados e os fluxos migratórios Sul-Sul.

Como tendências gerais em relação ao estoque de migrantes internacionais em 2015, e seu desenvolvimento desde os anos 1990, podemos ressaltar alguns pontos principais³¹. O estoque mundial de migrantes internacionais aumentou bastante no período, passando de 153 milhões em 1990 para 244 milhões em 2015. Dentre as principais relações temos aqueles migrantes originários de países do Sul Global com destino aos países do Norte. Esses fluxos aumentaram e foram muito bem explorados pela literatura sobre migrações internacionais. Como casos emblemáticos, temos o corredor migratório mais importante do período (1990-2015) entre México e Estados Unidos, dentre outros principais países de destino como Alemanha, França e Reino Unido (que no caso recebem também muitos migrantes de outros países desenvolvidos). Mas vale ressaltar que um novo fenômeno se forma e merece nossa atenção. Muitos migrantes do Sul estão procurando como destino outros países em desenvolvimento. Essa tendência aumentou de tal forma que o estoque de migrantes internacionais Sul-Sul chegou a 90 milhões de pessoas em 2015, ultrapassando aquele dos migrantes Sul-Norte. Mas ao contrário da literatura tradicional sobre as migrações, essa temática recebeu menos atenção. Por esse motivo acreditamos ser interessante explorar essa questão dos migrantes de países em desenvolvimento com destino a outros países em desenvolvimento na nossa pesquisa (UN, 2016).

Como observamos, anteriormente, na história Moderna, vemos um grande predomínio inicial de fluxos do Norte para o Sul, caracterizados principalmente pelos assentamentos coloniais nos séculos XVI e XVIII, seguido do que chamamos "era das migrações" (1846-1939), na qual trabalhadores europeus migraram por diversas razões para países do "Novo Mundo". O final do século XX é marcado por

³¹ Dados sobre a situação do estoque de migrantes internacionais no mundo são apresentados de forma mais detalhada no capítulo 1 desse trabalho.

fluxos de imigrantes do Sul global para o Norte, visando a ocupar postos de trabalhos não qualificados (IOM, 2004). Esse tema é pertinente e continua atual, como nos mostram os dados das Nações Unidas (2016). Mas hoje percebemos a emergência desse novo fenômeno, que são os fluxos de imigração internacional Sul-Sul entre países que não tinham tradição (países vizinhos ou não). Por exemplo, a Organização Internacional para as Migrações, OIM (2014) em artigo chamado *Migration sud-sud: nouer des partenariats strategiques pour le developpement* ressalta a importância de estudar as migrações sul-sul, assunto ainda pouco tratado pela comunidade internacional (OIM, 2014, p.11). O artigo afirma que essas migrações são essencialmente intra-regionais e se reproduzem acima de tudo entre países vizinhos. De uma maneira geral esses fluxos são caracterizados por migrantes irregulares, jovens e pouco qualificados o que os colocaria em uma situação de vulnerabilidade.

Além disso, os dados nos mostram outro ponto interessante: a questão dos refugiados. Quando apresentados à evolução dos dez principais corredores migratórios para os períodos de 1990-2000, 2000-2010 e 2010-2015, notamos que em um curto período de tempo o perfil dos países de origem e destino mudou (UN, 2016). Se no primeiro período os países desenvolvidos eram aqueles destinos principais dos fluxos, caracterizados pela literatura com fluxos de migrantes econômicos, no segundo momento houve um equilíbrio, e os corredores de imigração Sul-Sul ganharam mais espaço, especialmente para aqueles países de origem do Sul da Ásia em que os imigrantes se destinavam respondendo a uma demanda de mão-de-obra aos países produtores de petróleo do Oeste asiático. No último período ocorre uma mudança significativa. Seis dos dez corredores com maior crescimento na sua taxa de migrantes do período têm como origem crises políticas e humanitárias, e são entre países do Sul global. Essas crises envolvem uma categoria de migrantes denominada Refugiados e a qual também vamos dar atenção nesse trabalho.

In 2014, the total number of refugees in the world was estimated at 19.5 million. Turkey became the largest refugee-hosting country worldwide, with 1.6 million refugees, followed by Pakistan (1.5 million), Lebanon (1.2 million), and the Islamic Republic of Iran (1.0 million). More than half (53 per cent) of all refugees worldwide came from just three countries: the Syrian

Arab Republic (3.9 million), Afghanistan (2.6 million), and Somalia (1.1 million) (UN, 2016a, p.1).

É nesse duplo contexto que vamos desenvolver nossa pesquisa: novos fluxos de migrantes Sul-Sul e a emergência e expansão da questão dos refugiados na atualidade. Apesar de não trabalharmos diretamente com a categoria do refúgio, ela vai aparecer em meio à complexidade do fenômeno migratório contemporâneo.

2.2. Breve comentário sobre migrações nos continentes africano e latino-americano

Para estudar os emigrantes do Senegal que se tornam imigrantes no Brasil, acredito ser importante ver de que maneira esse fluxo se enquadra dentro das perspectivas regionais de cada continente.

África e migração

O continente africano é formado atualmente por 55 países independentes, e em seus 30 milhões de km² viviam em 2015 mais de um bilhão de pessoas. Apesar de muitas vezes ser visto como tendo características homogêneas, a diversidade marca a região. Na África contemporânea mais de 2.000 línguas são faladas e as diferenças regionais são grandes (SANTOS, 2017).

Em relação às migrações no continente africano, dados recentes da OIM (2020) demonstram que ela ocorre tanto dentro da própria região (intra-regional) quanto para outras regiões do mundo. Em 2019 havia em torno de 21 milhões de imigrantes internacionais intra-regionais enquanto o efetivo dos imigrantes com destino para outras regiões era de 19 milhões. A imigração intra-continental aumentou desde os anos 2000, mas, apesar desse crescimento, o aumento mais significativo ocorreu entre os imigrantes africanos com destino para outras regiões. Desde 1990, o número de africanos vivendo em outras regiões do mundo mais que dobrou, tendo como destino principalmente países europeus (10.6 milhões), asiáticos (4.6 milhões) e da América do Norte (3.2 milhões) em 2019. Outro dado

interessante sobre a região é a pequena quantidade de imigrantes de países não africanos morando no continente, somente 2.3 milhões³².

Dentre os principais corredores migratórios que caracterizam os fluxos da região temos aqueles entre países do norte africano e países europeus, marcados pelas relações coloniais, como por exemplo Argélia ou Marrocos e a França. Em relação aos refugiados e demandantes de asilo vale destacar que, apesar de a mídia mundial colocar os holofotes naqueles que têm como destino o continente europeu, a maioria deles se encontram em países africanos vizinhos (OIM, 2018). Fatores tais quais conflitos armados, crises políticas, pressões demográficas, secas e degradação do meio ambiente estão presentes nesses movimentos internos (ROBIN, 2007).

Dentro do continente, a região do Oeste da África se destaca como sendo a mais movimentada. Ndiaye e Robin (2010) falam sobre as migrações internacionais na África do Oeste, e assinalam existir uma dinâmica específica dessa região vinculada fortemente ao processo de mundialização. Assim como o continente como um todo, a imigração mais significativa é aquela dentro do próprio continente africano. Em relação à outras regiões do mundo, a Europa é a destinação principal, apesar de fato apenas 1% dos africanos emigraram para Europa. Além disso, os países mais pobres são aqueles com as taxas de emigração mais baixas, sendo a taxa média de emigração dos países com baixa desenvolvimento humano em torno de 4%. A região do Oeste da África é a principal região de destino de migrantes africanos do continente (apesar de representarem somente 3% do efetivo da população).

Segundo os autores (NDIAYE e ROBIN, 2010), esse movimento é consequência de uma integração regional fomentada desde a criação da *Communauté économique des États de l'Afrique de l'Ouest* (CEDEAO) na região. A comunidade foi criada em 1975 em um esforço de unir os países da região pós-independências. Nela, os chefes de governos dos países adotaram uma abordagem comum em termos de migração, com o objetivo de criar uma cooperação entre os

³² Percebe-se um aumento do estoque de emigrantes africanos em comparação com os dados de 2015. Nesse ano, 18.5 milhões de africanos eram protagonistas de movimentos intra-regionais e 17 milhões tinham como destino países de outras regiões, sendo 9 milhões na Europa, 4 milhões na Ásia e 2 milhões na América do Norte. O único efetivo que se manteve regular foi aquele de 2.3 milhões de estrangeiros vivendo no continente africano entre 2015 e 2019 (OIM, 2018).

países membros, propuseram a livre circulação não só de bens e serviços, como de seus membros.

Les citoyens des États membres sont considérés comme citoyens de la Communauté, en conséquence les États membres s'engagent à abolir tous les obstacles qui s'opposent à la liberté de mouvement et de résidence à l'intérieur de la Communauté. Em 1979, le Protocole sur la libre circulation des personnes et le droit de résidence et d'établissement⁽¹³⁾ précise les normes juridiques et les modalités d'application dudit droit d'entrée, de l'abolition du visa⁽¹⁴⁾, du droit de résidence⁽¹⁵⁾ et du droit d'établissement. L'Afrique de l'Ouest est la seule région africaine à s'être dotée d'une approche commune ; la CEDEAO dispose depuis d'une direction de la "libre circulation en charge de l'approche commune" ; ce libellé constitue en soi un acte symbolique fort (NDIAYE e ROBIN, 2010, p.50).

Robin (2007) afirma que o Oeste da África é uma região de muita mobilidade, tanto de migrações internas quanto de migrações internacionais, sendo a principal região de acolhimento de migrantes africanos. A história da migração na região é antiga. No período colonial foi marcada por migrações intra-regionais por questões de implementação administrativa, militares e portuárias das colônias. Na sequência, os fluxos migratórios adaptaram-se às flutuações econômicas e às demandas de cada país da região, criando uma diversificação. No período das independências e ao longo dos anos 1960, alguns países do Oeste africano praticaram uma política de abertura às migrações que foi estimulada pelo *boom* econômico do cacau e do café na região, adotando iniciativas de livre circulação de pessoas e recrutamento de mão-de-obra estrangeira. Os imigrantes eram, em geral, africanos de países vizinhos. Como exemplo a autora cita o caso da Costa do Marfim que em 1960 contava com mais de 800 mil estrangeiros (98% africanos). Além disso, em função de fatores tais quais o desenvolvimento agrícola de alguns produtos (café, cacau e amendoim), da urbanização portuária e da degradação do meio ambiente natural de zonas subsaarianas, as regiões costeiras se afirmam como polos de atração.

No começo dos anos 1970, três subsistemas migratórios aparecem como principais na região. O primeiro é a região da Costa do Marfim e Gana, que se afirma como um polo econômico pela produção de ouro, café e cacau, se transformando em um polo de atração de mão-de-obra originária principalmente do Norte, Burkina-Faso e Mali. O segundo tem a Nigéria como polo de atração. Migrantes de países que fazem fronteira com o Golfo da Guiné foram atraídos pelo

boom econômico da Nigéria dos anos 1970 e 1980, que se tornou o primeiro país africano a exportar petróleo. Por último o Senegal, país do comércio e da produção do amendoim. O país virou um polo de atração pela sua estabilidade política, boas escolas e universidades, pelo comércio desenvolvido e sua abertura aos mercados europeus, mas também pelas redes de migração em torno do cultivo do amendoim (ROBIN, 2007; ASIEDU, EZZINE e TANDIAN, 2016).

Fora essa dinâmica intra-regional, os países do Oeste africano também foram espaços de emigração. Emigração de zonas do interior para as zonas costeiras, para outros países africanos, mas também para países do Norte global. Em relação a outras regiões do continente, destacamos como destino outros países da África subsaariana mais ao Sul, notadamente aqueles nos quais já havia imigrantes do período colonial (Gabão, Congo, Camarões, RCA). Outra região que recebeu emigrantes da região nos anos 1970 principalmente foi a dos países do Maghreb, em consequência do desenvolvimento do setor petrolífero na Líbia e Argélia ou de estudantes muçulmanos com destino ao Marrocos. Por último, temos as migrações com destino a países europeus, em especial as antigas metrópoles coloniais como França, Inglaterra e Portugal. Esse movimento se deu em sua maioria até o fim dos anos 1980, quando passou a ser exigido um visto de entrada para países da região. Na sua maioria eram imigrantes homens pouco qualificados, que se instalavam a longo termo e buscavam o reagrupamento familiar, mas também havia estudantes e pessoas qualificadas de ambos os sexos (ASIEDU, EZZINE e TANDIAN, 2016).

Essa organização se manteve ao longo dos anos 1980 e começo dos anos 1990, mas crises econômicas e problemas políticos da região fizeram com que países tradicionalmente de acolhimento da região adotassem políticas restritivas em relação às migrações. Da mesma forma praticada por países europeus, as políticas ficaram mais exigentes e excludentes, especialmente em relação aos trabalhadores migrantes. Por essa razão, na década de 1990 as características das rotas migratórias da região começam a mudar, havendo uma complexificação e o surgimento de novos destinos. Ao mesmo tempo, esse período de crise econômica, social e política pelo qual passaram os principais países de acolhimento da região do Oeste africano, favoreceu o aumento e a diversificação dos candidatos a emigração internacional (tanto de migrantes econômicos e refugiados). Novas modalidades de circulação apareceram e uma multiplicidade de países passou a ser ao mesmo tempo polo de

emigração, imigração e trânsito (ROBIN, 2007; ASIEDU, EZZINE e TANDIAN, 2016).

Ndiaye e Robin (2010) também afirmam que esse final do século XX foi um período de transição. Novas tendências surgem, principalmente uma diversificação de regiões e países de emigração e imigração. Nesse período, como exemplo, os autores destacam o começo da emigração da bacia do amendoim, no Senegal, que configurou a construção da diáspora *mouride*, mas também a emigração de residentes dos grandes centros urbanos. Dakar destaca-se como a região de emigração mais importante do Senegal, superando aquela da bacia do Rio Senegal, região tradicional de emigração para países africanos e europeus.

Vale notar que a população dos países da região multiplicou-se por quatro entre 1960 e 2007, passando de 78 milhões para 300 milhões de habitantes. Esse crescimento demográfico fomentou uma forte mobilidade da população, principalmente no interior do espaço regional. Uma das principais mudanças foi em relação à urbanização da região, que deixa de ser somente formada por metrópoles no litoral e passa a ser composta por uma rede de cidades “secundárias” entre o Saara e o Golfo da Guiné, chegando inclusive a conectar zonas metropolitanas de países vizinhos (NDIAYE e ROBIN, 2010).

Novas tecnologias também influenciaram as dinâmicas migratórias da região. A chegada de telefonias e a explosão do uso de celulares viraram questões chaves nas redes migratórias da região, tendo as novas tecnologias de informação estimulado a circulação de pessoas (NDIAYE e ROBIN, 2010).

Essas mudanças e fatores diversos interferem nas dinâmicas migratórias, principalmente em relação à capacidade dos migrantes em se adaptar aos contextos sociais e políticos. Se hoje a emigração do oeste da África ainda se baseia em grande parte em argumentos econômicos, a eles se unem novos argumentos políticos, questões demográficas, questões ambientais, que juntas se transformam em questões sociais mais amplas. Muitos emigrantes buscam melhores condições de vida no exterior e procuram todos os meios ao seu alcance para conquistarem esse objetivo, terminando por enfrentar muitas vezes condições e situações de perigo nesse trajeto (NDIAYE e ROBIN, 2010).

América Latina e migração

Na América Latina a maioria dos imigrantes internacionais tem como destino a América do Norte. A região é marcada pela emigração para o exterior em busca de emprego. Cerca de 26 milhões de latino-americanos e caribenhos viviam na região em 2019 segundo OIM (2020), tendo mais que dobrado desde 1990 quando eram cerca de 10 milhões. Outra parte importante de imigrantes da região tem como destino o continente europeu. Cerca de 5 milhões encontravam-se na Europa em 2019 (eram apenas 1.1 milhões em 1990). Assim como no continente africano, a quantidade de imigrantes de outras regiões morando na América Latina continuou baixa nos últimos 30 anos, em torno de 3 milhões (OIM, 2020).

Por sua vez a migração intra-regional é um fenômeno que tem se intensificado na região, mais especificamente na América do Sul, tendo aumentado cerca de 11% somente entre 2010 e 2015, onde cerca de 70% dos imigrantes internacionais da região são intra-regionais. Existem importantes corredores migratórios no interior da América Latina entre países próximos ou vizinhos. Países como Chile, Argentina e Brasil viraram polos de atração de imigrantes laborais da região, originários principalmente de países andinos (OIM, 2012; IOM, 2018).

Se observarmos a história da migração na região, verificamos diferentes períodos com diferentes características migratórias. No século XVI, após o descobrimento das Américas, países europeus como a Espanha, Portugal, França, Holanda e Reino Unido formaram colônias. Junto a esse processo de colonização europeia, outros fluxos migratórios vieram para a região, como os do continente africano (emigração forçada pelo sistema de escravidão), asiático e do oriente médio. Apesar de os dados sobre esse período não estarem disponíveis, ele é caracterizado como um momento de migração para a América Latina e Caribe (ALC) (OIM, 2012).

Além disso, no período chamado de “Era das migrações” (entre 1815 e 1914), entre 22 e 26 milhões de europeus migraram para as “américas”. A maioria desse fluxo foi destinado aos Estados Unidos e ao Canadá, mas uma parte foi para a ALC. Como exemplo, temos o caso do Brasil que recebeu entre 2 e 5 milhões de imigrantes europeus nesse período. Esses fluxos foram importantes até a década de 1960, quando por diversos fatores o estoque de imigrantes internacionais caiu na região. A partir da segunda metade do século XX os países da ALC deixaram de

ser países receptores de migrantes e passaram a exportar emigrantes. Esse processo, que começou em paralelo a um período de urbanização, tem como principal característica a importância dos fluxos em direção aos Estados Unidos e um caráter de imigração laboral (motivada por um desejo dos migrantes de encontrar um futuro melhor nos países de destino) (OIM, 2012).

A partir dos anos 2000, esses fluxos provenientes da ALC se modificam e se consolidam. Primeiramente a região continua tendo maiores índices de emigração do que de imigração. Em segundo lugar, os Estados Unidos continuam sendo o principal país de destino dos migrantes latino-americanos. Mas também novas características surgem nesse início do século XXI (OIM, 2012).

Um primeiro fenômeno são os novos fluxos migratórios de latino-americanos para a Europa. Esses novos fluxos, que têm como principal destino países como a Espanha e a Itália, aumentaram exponencialmente a partir dos anos 2000. Eles são caracterizados também por uma forte feminilização. Nesse período, a Espanha consolida-se como o segundo colocado entre os países de destino dos latino-americanos (9% do total de emigrantes da região em 2009). Esse processo pode ser explicado principalmente pelo fechamento das fronteiras dos Estados Unidos, principal destino, após os atentados terroristas de setembro de 2001 (OIM, 2012).³³

Um outro fenômeno que aparece nesse período, como vimos, é a consolidação das dinâmicas migratórias intra-regionais na América Latina e Caribe. Do total de emigrantes latino-americanos 11% escolheram como destino outros países da região em 2009. Segundo o estudo desenvolvido pela OIM (2012), esse fenômeno é uma consequência de um processo de integração econômica regional que começou a surgir nos anos 1990. Alguns exemplos desse processo de integração é a formação de Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Andina de Nações (CAN), o Sistema de Integração Centro-americano (SICA) e o Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CARICOM) (OIM, 2012).

³³ Esse fenômeno das novas migrações de latino-americanos para a Europa foi tema da minha tese de mestrado na Bélgica, onde estudei a imigração de mulheres brasileiras para o país e a inserção dessas imigrantes no mercado de trabalho belga.

A relação entre as duas regiões

Observando as tendências regionais em relação aos fluxos de migrantes internacionais, percebemos algumas semelhanças entre as duas regiões – América Latina e África. Ambas têm um importante fluxo de emigrantes para países do Norte, destacando a América do Norte para os latino-americanos e a Europa entre os emigrantes africanos. Como segundo ponto em que se aproximam, destacamos a importância da presença de imigrantes intra-regionais nas regiões e um fluxo pequeno de imigrantes internacionais vindos de outras regiões do mundo (somente 2.3 milhões na África e 3 milhões na América Latina). Pensando em nosso objeto de estudo, o fluxo entre os dois continentes atualmente é inexpressivo em termos de dados em escala mundial.

Observando a história, destacamos os fluxos forçados de africanos traficados para as américas ao longo dos séculos XVI ao XIX. Ao longo do período estima-se que 10 milhões de africanos escravizados chegaram no continente, tendo metade deles desembarcado em portos brasileiros. Vale destacar que esse foi o número de africanos que chegou, tendo milhares de vidas sido perdidas ao longo do trajeto.

Após o período de tráfico de africanos escravizados, os movimentos das populações entre as regiões se mantiveram baixos. Nosso objeto de estudo se enquadra nisso que chamamos os novos fluxos Sul-Sul, nos quais observa-se um aumento e uma diversificação de imigrantes entre as regiões. Dentre eles, destacamos os novos fluxos de africanos para América do Sul.

Freier (2011) afirma que a imigração de africanos para América Latina é recente e vem aumentando, sendo caracterizada por fluxos diversos, dentre eles migrantes econômicos, refugiados e demandantes de asilo. Esses fluxos estariam de acordo com tendências observadas nos estudos das migrações africanas, que indicam um aumento dos fluxos e uma diversificação de destinos. Imigrante africanos estariam optando por destinos não convencionais, ou seja, países sem um histórico de fluxos ou afinidades linguísticas, religiosas ou culturais. Esse fenômeno estaria relacionado à instabilidade no continente, mas também a políticas migratórias mais restritivas em destinos tradicionais como países europeus ou da América do Norte. Em termos regionais, segundo Zubrzycki (2012), a Argentina se enquadra nesse fenômeno, aparecendo como principal país de destino entre novos

imigrantes do oeste da África com rumo à América Latina. Nesse país destacam-se imigrantes de nacionalidades senegalesa, ganesa e nigeriana. No Brasil autores como Herédia (2015) e Uerel (2016) também apontam novos fluxos de imigrantes do continente africano.

2.3. Sobre o país de origem

O Senegal, também chamado de “*La République du Sénégal*”, é uma ex-colônia francesa que obteve sua independência em 1960. No mesmo ano formou uma federação com Mali que durou poucos meses, e ainda entre 1982 e 1989, uniu-se à Gâmbia enquanto Senegâmbia. O país é reconhecido como uma das democracias mais estáveis do continente africano, tendo longa história de participação na manutenção da paz na região. Em termos de conflito, há um movimento separatista na região de Casamance, ao Sul, considerado de baixa densidade e em processo de cessar fogo desde 2012. O chefe de Estado é o presidente, enquanto o chefe de governo é o primeiro ministro. As eleições são baseadas em voto direto com maioria absoluta, em dois turnos e sufrágio universal para maiores de 18 anos. O mandato presidencial, desde 2016, é de 5 anos, permitida a reeleição para um segundo mandato. O poder legislativo é representado por uma assembleia nacional também eleita pelo povo, composta por 165 membros, incluindo 15 que representam a diáspora senegalesa no mundo (CIA, 2018).

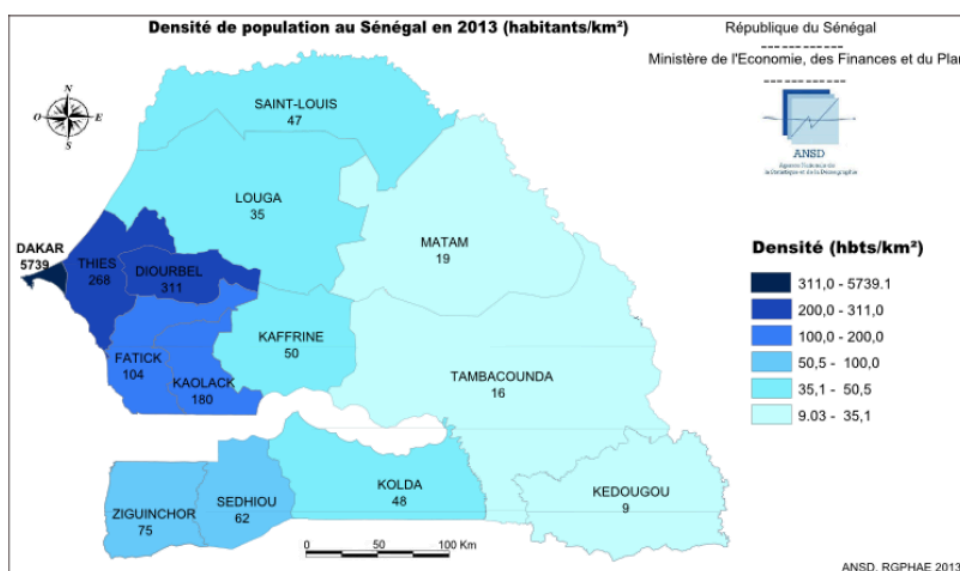
País majoritariamente muçulmano (96,1%), é composto por diversas etnias, dentre elas os *Wolof (Lebous)* (41,6%), *Pular (Peuls, Poulars, Halpulaar, Fula, Toucouleurs)* (28,1%), *Sérèr* (15,3%), *Malinké (groupe mandingue)* (5,4%), *Diola (Joola)* (3,4%), *Soninké (Sarakollé) (groupe mandingue)* (0,8%), entre outras³⁴. A língua oficial é o Francês, mas fala-se também línguas relacionadas aos grupos étnicos³⁵ (CIA, 2018). Questões sobre a religião, grupos étnicos e línguas nacionais serão tratados de forma mais completa nos capítulos 3 e 4.

³⁴ Existem vários outros grupos, com divisões em subgrupos que não necessariamente falem o mesmo idioma. Apresentamos aqui os principais em termos de efetivos. Para mais informações procurar DIOUF, Makhtar. **Sénégal: les ethnies et la nation**. Editions L'Harmattan: Genève, Dakar, Paris, 1994, 205p. e DIENG, Amady. **Question nationale et ethnies en Afrique noire: le cas du Sénégal**. Africa Development/Afrique et Développement, v. 20, n. 3, 1995. p. 129-155.

³⁵ Dentre as línguas destacamos: Wolof, Pular, Jola, Mandinka, Serer e Soninke, reconhecidos como língua nacional pelo governo senegalês.

Com um território de 196.722 km², equivalente ao estado do Paraná/BR, é formado por quatorze regiões: Dakar, Diourbel, Fatick, Kaffrine, Kaolack, Kedougou, Kolda, Louga, Matam, Saint-Louis, Sedhiou, Tambacounda, Thies, Ziguinchor (CIA, 2018). A capital Dakar, na região litorânea, concentra a maior densidade populacional com mais de três milhões de habitantes, o que representava 23,3% da população total no último censo demográfico em 2013. Há uma disparidade regional forte no país. Enquanto a densidade nacional média é de 69 habitantes por km², em Dakar temos 5.735 habitantes por km² e na região menos povoada, Kédougou, 9 por km² (RGPHAE, 2013). O Gráfico 2 a seguir fornecido pelo recenseamento de 2013 do governo senegalês dá uma dimensão da densidade populacional por regiões:

Mapa 2: Densidade da população no Senegal, segundo a região em 2013



Source : ANSD. RGPHAE 2013

Além das diferenças regionais em termos de população, o Senegal é um país com baixa taxa de urbanização. Em 2013, 54,8% da população vivia na zona rural e 45,2% na urbana (RGPHAE, 2013). A CIA (2018) afirma que a taxa de urbanização do Senegal atualmente continua baixa, apenas 47,2% em 2018³⁶. Em termos de composição populacional, o país contava com 15.851.000 pessoas em 2017 segundo os dados do *World Population Prospect* das Nações Unidas (2017), como demonstra Tabela 1. A população, que vem crescendo expressivamente nas

³⁶ A taxa de urbanização atual no Brasil, segundo a mesma fonte, é de 86,6% (CIA, 2018).

últimas décadas, é majoritariamente jovem. Segundo o último censo, metade da população tinha menos de 18 anos e aqueles com menos de 25 anos representavam 62% em 2013. A idade média no país era de 22,7 anos no período (RGPHAE, 2013).

Tabela 1: População Total do Senegal entre 1950 e 2017

1950	2.487	1985	6.485
1955	2.808	1990	7.556
1960	3.207	1995	8.747
1965	3.683	2000	9.884
1970	4.258	2005	11.251
1975	4.936	2010	12.916
1980	5.593	2015	14.977
		2017	15.851

Fonte: Tabela elaborada pela autora, dados UN, 2017.

Senegal é uma democracia liberal multipartidária e aparece como exemplo em matéria de democracia na região. Mas apesar do período de entusiasmo nas décadas após sua independência, a população enfrenta algumas desilusões. Movimentos sociais e greves estudantis reafirmam aos membros do governo que grande parte da população vive abaixo da linha de pobreza. Em dados para o ano de 2011, constata-se que 46,7% da população vivia abaixo da linha de pobreza, havendo ainda disparidades entre meio rural e urbano (57,3% da população no meio rural), mas também entre regiões do país. Dakar, a capital, possuía 26,1% da população abaixo da linha de pobreza, enquanto na região de Kolda chegava a 76,6% para o mesmo ano, 2011 (ANSD, 2013 – ESPPS II 2011).

Senegal e o fenômeno migratório

A relação do Senegal com o fenômeno migratório é extensa e diversificada, sendo caracterizado pela literatura como país de destino, trânsito e origem de migrantes. Isso significa que ao mesmo tempo que ao longo da sua história recebeu importantes fluxos de imigrantes internacionais provenientes em geral de outros países africanos, os movimentos de emigração de senegaleses para o exterior também estão presentes. Observando o desenvolvimento das migrações internacionais, notamos que passou de um local tradicional de imigração intra-

regional em um polo de emigração para o exterior. Faremos esforço na seção que se segue em dar um panorama do processo no país, com enfoque na emigração internacional, ou seja, na saída de emigrantes senegaleses para o exterior, assunto relevante para nosso trabalho. Além disso, o fenômeno das emigrações internacionais está intimamente ligado a movimentos internos complexos, que mudaram ao longo do tempo. As migrações internas e internacionais relacionam-se de forma intercalada. Se em um primeiro momento as regiões de partida eram rurais, com destaque para populações do Vale do Rio Senegal, os movimentos contemporâneos se diversificaram e regiões urbanas se destacam como Dakar e Touba.

Apesar da multiplicidade de informações, consideramos ser importante dar um panorama do processo migratório no país por acreditarmos que os movimentos contemporâneos, dentre eles aquele dos imigrantes senegaleses em Porto Alegre, está relacionado com a história do processo na região. A OIM (2018), em documento sobre o perfil migratório do país, reafirma nosso entendimento: “[...] *les mouvements de population contemporains au Sénégal émanent en grande partie de mouvements migratoires traditionnels, fortement ancrés dans l’histoire économique et politique des peuples de la sous-région ouest-africaine*” (ANSD et OIM, 2018: 17).

Sobre um panorama histórico, a região do Oeste da África onde se encontra o Senegal é conhecida por sua longa tradição de dinâmicas migratórias. Antes mesmo do período colonial, a região era considerada uma unidade econômica na qual bens, serviços e pessoas circulavam livremente. As migrações anteriores ao processo de colonização, apesar de pouco documentadas, foram dinâmicas, e favoreceram a mistura de etnias na região do Senegal. São identificadas duas modalidades de movimentos, um de tipo espontâneo e outro de tipo forçado. O primeiro, movimento espontâneo, é também denominado como povoamento e caracteriza a expansão de sociedades com finalidades econômicas e fundiárias, para produção agrícola e pecuária, por exemplo. O segundo, movimentos forçados em geral de caráter político, é consequência de lutas tribais, guerras entre impérios e dinastias que caracterizaram a região. Independente do tipo, a região apresentava fluxos dinâmicos antes mesmo do processo de colonização (ANSD et OIM, 2018).

Durante a dominação colonial, o processo migratório na região foi ampliado. Surgiram novas correntes migratórias voluntárias e forçadas. Alguns

fatores influenciaram, dentre eles uma nova organização do trabalho pela introdução do sistema capitalista de produção desenvolvendo novas regiões de produção agrícola, mas também a expansão do sistema de transporte no país que permitiu a circulação de bens e da população. Um dos movimentos que se destaca é aquele de regiões do centro do país com destino às áreas costeiras. Além da nova dinâmica econômica e laboral, movimentos tradicionais se mantêm. Os regimes coloniais conviveram com impérios e reinos africanos que possuíam dinâmicas próprias. Processos de conquista de território, de dispersão de grupos étnicos e familiares com finalidade de expansão dos clãs, mas também embates entre grupos diferentes e com as autoridades coloniais propiciaram ambiente de constante movimento migratório na região (ANSD et OIM, 2018).

Após a independência as dinâmicas de mobilidade foram intensificadas e diversificadas, tanto interna quanto internacionalmente. Em relação ao processo de imigração para o Senegal, o país virou polo de atração entre países vizinhos e outros mais distantes do continente africano. É considerado até hoje um importante destino na região. Sobre o processo de emigração notamos dois fenômenos principais: a emigração intra e inter-regional de senegaleses para países africanos, mas também a expansão de fluxos para países do Norte, com destaque ao continente europeu.

A **imigração internacional** para o Senegal é proveniente de vários países, mas fundamentalmente formada por nações fronteiriças. É antiga e tem sua origem no desenvolvimento da cultura do amendoim durante o período colonial. A cultura fomentou movimento sazonal significativo de mão-de-obra interna e internacional para região, transformando o país em destino de inúmeras nacionalidades com destaque para países vizinhos. Além disso, após a independência, o Senegal mesmo com todas as suas dificuldades foi considerado polo de atração pela sua estabilidade política e econômica em comparação a outros países da região (ANSD et OIM, 2018). Apesar de haver escassez de dados sobre a população migrante, o efetivo de imigrantes internacionais para o ano de 2013 somando todas as nacionalidades era de 268.000 segundo o *Recensement Général de la Population*, em uma população nacional senegalesa de 13.508.715, representando 2% do total (RGPHAE, 2013). Dentre as principais nacionalidade temos quatro: em primeiro lugar a Guiné (43%), seguida do Mali (10%), Gambia (7%), Guiné Bissau (6%), somando 66% da população de estrangeiros residentes no país. O número de refugiados era de 14.655 em 2017, sendo 94% de origem da Mauritânia (UNHCR, 2018).

Independente da nacionalidade, a maior concentração da população de imigrantes internacionais está em Dakar (57%), seguido de Zigunchor (6,7%) e Kolda (6,1%).

A **emigração internacional**, assunto de maior interesse para o atual trabalho, é considerado marca do país. Senegal é reconhecido por expressivos fluxos de emigrantes, provenientes de diversas regiões de origem e com destino a diferentes países. Como afirmamos, há duas regiões de destino principais, uma formada pela emigração regional para países do Oeste Africano e outra com destino à Europa. A bipolarização de destinos é retratada por grande parte dos trabalhos sobre o tema (ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000; ROBIN, 2006; LESSAULT e FLAHAUX, 2013; ANSD et OIM, 2018). A tabela a seguir nos mostra o estoque de emigrantes senegaleses no mundo entre 1990 e 2017 segundo estimativas do *World Population Prospect* das Nações Unidas.

Tabela 2: Estoque internacional de emigrantes senegaleses no mundo entre 1990 e 2017, distribuição por região mais desenvolvida e menos desenvolvida

	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2017
<i>Estoque no Mundo</i>	369.263	356.742	388.250	462.698	537.339	544.791	559.952
<i>More Developed Regions*</i>	129.700	141.931	156.273	228.491	300.735	315.368	319.802
<i>Less Developed Regions**</i>	239.563	214.811	231.977	234.207	236.604	229.423	240.423

***More Developed Regions:** Europe, Northern America, Australia/New Zealand, Japan.

****Less Developed Regions:** Africa, Asia (except Japan), Latin America and Caribbean, Melanesia, Micronesia and Polynesia.

Fonte: Tabela elaborada pela autora, dados UN, 2017

Tendo o ano de 2017 como referência, podemos trazer alguns dados interessantes. O estoque de emigrantes senegaleses no mundo era 559.952, o que representava 3,5% da população total do país. Quando observamos a distribuição por regiões, 319.802 senegaleses, ou seja 57,1%, se encontravam nas mais desenvolvidas enquanto 240.423 (42,9%) se encontravam em países de regiões menos desenvolvidas³⁷. Assim, como afirma a literatura, a distribuição se dá em duas regiões principais. Dentre as regiões desenvolvidas escolhidas pelos migrantes temos como destino principal a Europa (85%), destacando-se três países: França

³⁷ Por “*More Developed Regions*” entende-se: *Europe, Northern America, Australia/New Zealand, Japan*. Por “*Less Developed Regions*” entende-se: *Africa, Asia (except Japan), Latin America and Caribbean, Melanesia, Micronesia and Polynesia*. Definição do *World Population Prospect* das Nações Unidas (UN, 2017).

(119.661), Itália (86.307) e Espanha (49.930). A América do Norte vem em segundo lugar de destino das regiões desenvolvidas, com 14,8%, tendo 41.631 senegaleses escolhido os Estados Unidos como destino, e 5.795 o Canadá. Em relação aos países de destino em regiões menos desenvolvidas, 99,7% dos senegaleses encontravam-se em outros países africanos (239.573), destacando-se a presença em países vizinhos: Gambia (126.156), Costa do Marfim (19.183) e Mauritânia (17.829). Na sequência faremos um esforço em entender como esses dois fluxos principais de emigração se formaram, tanto aquele inter-regional, quanto o fluxo Sul-Norte com destino principal para Europa (dados UN, 2017, *World Population Prospect*).

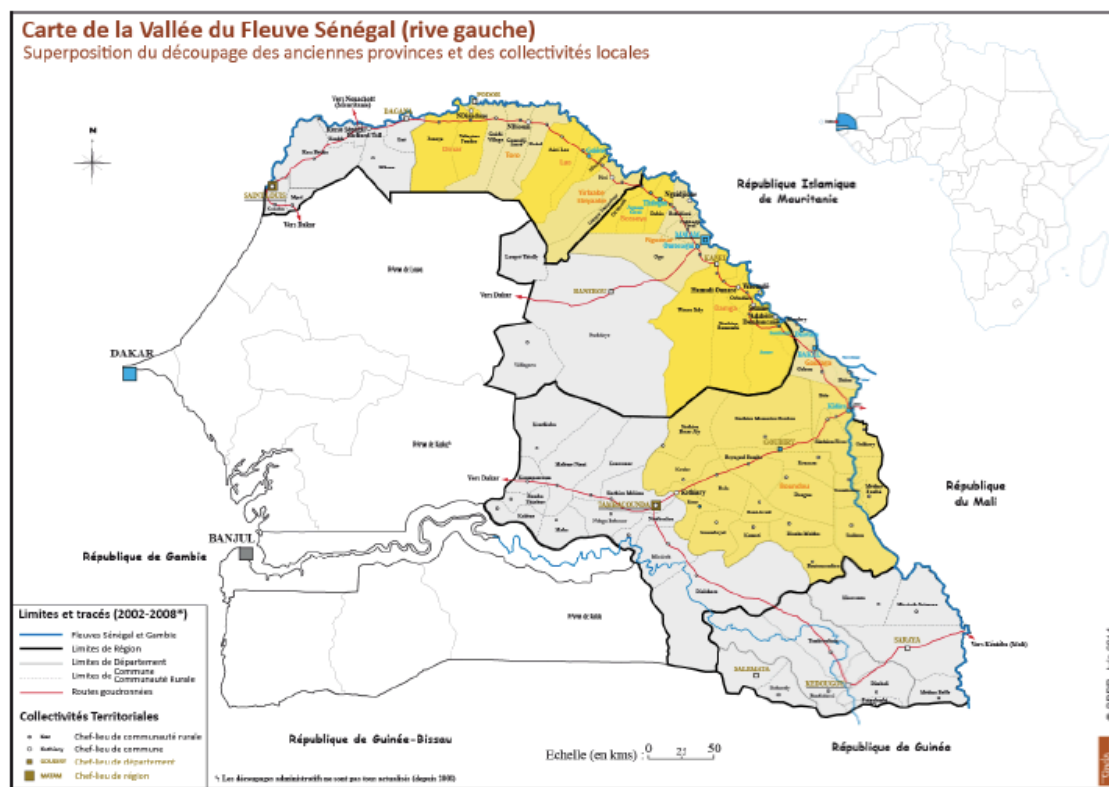
Os pioneiros

Há uma diversidade de trabalhos sobre os “pioneiros” movimentos de emigração internacional na região. Senegal, sendo formado por vários grupos étnicos que se encontravam em movimento constante, e ainda pela escassez de documentação desses fluxos, se mostra difícil para traçar um panorama completo. Apesar da dificuldade na apreensão do fenômeno, algumas diretrizes são consenso na literatura, dentre elas que a região pioneira de expulsão de migrantes fica no Norte do país, ao longo do *Vallée du Fleuve Sénégal* ou Vale do Rio Senegal, como mostra a Figura 3. As primeiras emigrações internacionais foram protagonizadas historicamente por “*gens du fleuve*”, que podemos traduzir como ribeirinhos do Rio Senegal. A região, mesmo anteriormente à colonização, era importante zona de comércio e movimentação de populações. O rio, em função das suas margens inundáveis propensas à agricultura e à produção pastoril, atraía grupos em constante disputa por suas terras³⁸. Como exemplo podemos citar os povos *Peul* e *Maures*, grupos nômades, que migravam em função do ciclo climático da região. Além disso, era ponto de contato com europeus, em especial pela via mercantil, servindo durante séculos como um dos únicos meios de penetração de europeus no continente africano. Desde o século XVII o Vale do Rio Senegal era referência no tráfico de escravos e na produção da borracha. Estados europeus, companhias negreiras e a aristocracia política local eram responsáveis por um processo de

³⁸ A literatura cita dois tipos de terreno na região: *walo* que são as zonas inundáveis e *jeeri* que são as zonas de dunas do vale.

captura e comercialização de seres humanos da região. Os três séculos de comércio na região deixaram marcas profundas em termos culturais e equilíbrios populacionais (LERRICOLAIS, 1975; GUILMOTO, 1991).

Mapa 3: Região do Vale do Rio Senegal



Fonte: Mapa GRDR, 2014, p.7

As disputas entre grupos étnicos, a insegurança do comércio de escravos, acrescentados por enfrentamentos com a dominação colonial a partir do final de século XIX e ainda agravados por um clima rigoroso que propiciava períodos de êxodos causados pela fome desencadearam diversos movimentos populacionais na região. O povo *Toucouleur*, por exemplo, protagonizou importante movimento em direção a Dakar e a partir de 1940 ao Cabo Verde (Lerricolais, 1975). Além disso, autores afirmam que membros do grupo foram responsáveis por pregar a religião islâmica enquanto *Marabouts*³⁹ em países como a Costa do Marfim e Camarões (ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000).

³⁹ Líder religioso muçulmano.

Outra população protagonista de movimentos de emigração da região do Vale é o grupo *Soninké/Sarakollé*⁴⁰, especializado no comércio trans-saariano de borracha e de escravos. Apesar de longa tradição no local, mudanças provocaram um desequilíbrio na dinâmica econômica da região entre o final do século XIX e início do século XX. A crise na produção e comércio da borracha (1903), o decreto que proibia a mão-de-obra escrava (1905) e a introdução de imposto de captação por parte dos franceses (1888) resultou no declínio das atividades. A situação incentivou a emigração de grupos *Soninké* e *Pulaar*⁴¹ (em menor quantidade) para três direções principais. A primeira para a produção de amendoim em expansão no *Bassin de l'Arachide* (Bacia do Amendoim)⁴². A introdução da cultura no país desenvolveu novo polo econômico, criando uma demanda de trabalhadores agrícolas sazonais chamados de *navétanes* (POLLET e WINTER, 1968; POLLET e WINTER, 1971; VANHAEVERBEKE, 1993; BREDELOUP, 1995; ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000; ANSD et OIM, 2018).

Vale uma explicação sobre a Bacia do Amendoim (*le Bassin de l'Arachide*) e seu desenvolvimento econômico no final do século XIX e início do século XX. Encobrindo a planície centro-oeste do Senegal coincide com as regiões administrativas de Diourbel, Louga e Thiès. A ampliação do cultivo de amendoim e as mudanças do modo de produção durante o período colonial transformaram a bacia na região rural economicamente ativa mais relevante do país, além de desenvolver áreas urbanas importantes. Como responsáveis pela produção, destacam-se grupos Wolof e Sérèr, que além substituírem culturas tradicionais, como o milho, e de subsistência pelo amendoim, ocuparam novas áreas antes não produtivas. Destaque para região das “*Terres Neuves*” onde chefes religiosos do grupo *mouride*, também chamados de *Marabouts*, coordenaram o desenvolvimento da produção de amendoim voltada para o mercado e influenciaram o desenvolvimento de centros urbanos na região. Como exemplos temos as cidades de Touba e Mbacké, e a produção agrícola no seu entorno (LERICOLLAIS, 1980).

⁴⁰ O grupo étnico Soninké é chamado pelo grupo Wolof (principal no Senegal) de Sarakollé (DANIEL, 1910).

⁴¹ O termo *Pulaar* designa dois grupos étnicos, os *Toucouleurs* e os *Peuls*, que falam a mesma língua, chamada de *Pularr*, *Pular*, *Poular* ou *Peul*.

⁴² Lericollais (1980): *Le bassin de l'arachide* ou bacia do amendoim coincide com as regiões administrativas de Diourbel, Louga, Sine-Saloum e Thiès, encobrindo as planícies centro-oeste do Senegal.

A expansão progressiva da cultura atraiu importantes fluxos migratórios, tanto nacional quanto internacional. É o caso dos grupos Soninké, que enfrentando crise econômica na região do Vale do Rio Senegal, ao Norte, se direcionaram à região da bacia para suprir uma necessidade de mão-de-obra crescente na agricultura. O desenvolvimento do transporte, principalmente de linhas férreas na região, favoreceu também a ampliação do comércio que progressivamente transformou o porto de Dakar como principal local de escoamento dessa produção, e mais tarde no centro urbano mais importante no país (LERICOLLAIS, 1980). Vale destacar que a partir dos anos 1970, no curso de graves secas e crise econômica na produção, a região da bacia que foi atração de muitos migrantes irá se transformar em região de expulsão de migrantes internacionais senegaleses. Iremos tratar do assunto mais à frente.

Além do trabalho de agricultor de amendoim, como segunda ocupação, marinheiros *Soninké/Sarakollé* chamados de *laptops* começam a integrar a marinha mercante e a marinha de guerra francesa, principalmente em consequência da queda no tráfico no Rio Senegal. Outros destinos foram dos artesões chamados *tarailleurs* que trabalham nos grandes canteiros das construções da potência colonial, mas também os comerciantes que se dirigem a diversos outros países da colônia francesa, chamados “*Bana-Bana*”, termo para designar vendedores ambulantes *Soninkés* (POLLET e WINTER, 1968; POLLET e WINTER, 1971; VANHAEVERBEKE, 1993; BREDELOUP, 1995; ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000; ROBIN, 2006; ANSD et OIM, 2018).

Apesar de menos privilegiados pela literatura, o grupo *Manjak* também é citado como pioneiro nos movimentos de emigração. Sendo originário da Guiné-Bissau, tem histórica mobilidade na região da Senegâmbia em busca de produtos para comércio com europeus. Assim como o grupo *Soninké*, trabalharam como agricultores de amendoim e como marinheiros na costa da África e nos portos franceses (DIOP, 1982; ANSD et OIM, 2018).

Como vimos o movimento de emigrantes senegaleses era comum na região mesmo antes do período colonial, mas aquele com direção à Europa data de meados do século XX. É no período entre as duas guerras mundiais que os primeiros imigrantes senegaleses são percebidos na França. *Soninkés* e *Manjaks*, que começaram a trabalhar nas marinhas mercante e de guerra francesas, foram

empregados em cidades portuárias como Marseille, Bordeaux e Le Havre (KONÉ, 1995; ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000; ROBIN, 2006; ANSD et OIM, 2018).

Migração pós-independência aos dias atuais: dois polos principais

Os movimentos de emigração no Senegal ganham força na década de 60 após a independência. Durante o período, tanto países africanos quanto europeus praticam política de abertura migratória, fomentando a circulação de senegaleses dentro do continente africano e também em direção à França. O processo político de integração regional pós independência da *Communauté économique des États de l'Afrique de l'Ouest* (CEDEAO) culminou na assinatura em 1979 por parte dos Estados membros⁴³ de acordo de livre circulação de pessoas, ampliando os movimentos na região (NDIAYE e ROBIN, 2010; LESSAULT e FLAHAUX, 2013). No caso francês, a assinatura de acordo de livre circulação de mão-de-obra com as antigas colônias estimula a emigração de senegaleses para metrópole. O contexto explica em parte a bipolarização de destinos atualmente concentrados em duas frentes: países africanos vizinhos e alguns países europeus (ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000; ROBIN, 2006; LESSAULT e FLAHAUX, 2013; ANSD et OIM, 2018). Para maior entendimento do fenômeno, vamos dividir o processo histórico em duas frentes de análise: **imigração regional** (intra e inter) e **imigração Sul-Norte**. É interessante notar que a partir do período pós independência muitos estudos citam a emigração senegalesa sem necessariamente especificar o grupo étnico ao qual fazem parte.

Destinos emigração no Senegal – Intra e inter regional

As imigrações regionais de senegaleses foram estimuladas para além do acordo de livre circulação da CEDEAO, pelo *boom* econômico das culturas de renda entre 1950 e 1960 em diversos países africanos. O cultivo de produtos como cacau e café tornaram países tais quais Gana e Costa do Marfim em polos de atração de imigrante para trabalhar na agricultura. Outros como o Gabão, mas também

⁴³ Países membro da CEDEAO em 2019: *Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Cote d'Ivoire, Gambie, Ghana, Guinee, Guinee-bissau, Liberia, Mali, Niger, Nigeria, Senegal, Sierra Leone e Togo*. Disponível em: <<https://www.ecowas.int/etats-membres/?lang=fr>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

Costa do Marfim, atraíram mão-de-obra pouco qualificada para trabalhar em empresas de construção e em obras públicas (BREDELOUP, 1995; BA, 1996). Congo foi destino de comerciantes de diamantes do Vale do Rio Senegal (LERICOLLAIS, 1975; BREDELOUP, 1992). Nos anos 1970, os principais países de acolhimento de imigrantes senegaleses eram a Gambia, Mauritânia e Costa do Marfim, países vizinhos. Dados de recenseamentos de 33 países dos anos 1970 mostram que 95% dos 81.265 senegaleses imigrantes em países africanos estavam na região da África do Oeste protagonizando uma imigração intra-regional (RUSSELL, JACOBSEN e STANLEY, 1990).

Ao final da década de 1970 e ao longo da década de 80, os imigrantes senegaleses são confrontados a dois desafios principais: ondas de seca afetam o país e aumentam os candidatos à emigração, ao mesmo tempo que crises políticas e econômicas em países de destino estimulam medidas de controle e restrição da entrada de imigrantes. Os fluxos, assim, se adaptavam e diversificavam entre países vizinhos que apresentassem condições mais favoráveis. Dentre os países de destino temos, além dos já citados, Mali, Níger, Zaire, Congo, Gabão, Nigéria, Angola, Namíbia, Camarões e África do Sul (BA, 1995; ROBIN, 1996; ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000).

Nos anos 1990, a situação se perpetua, e muitos Estados-nacionais africanos de destino adotam medidas de controle comparáveis a países europeus, como a exigência de *carte de séjour* para os imigrantes. No contexto das dificuldades e restrições citadas, a imigração senegalesa se centralizou em alguns países da sub-região da África do Oeste. Nações como Gambia, Guiné, Mauritânia, Mali e Costa do Marfim se reafirmam como locais de destino (ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000).

No contexto atual, como vimos, os três maiores estoques do continente africano de imigrantes senegaleses para o ano de 2017 se encontram na Gâmbia (126.156), Costa do Marfim (19.183) e Mauritânia (17.829), ou seja, destinos dentro da sub-região da África do Oeste (UN, 2017, *World Population Prospect*). A Gâmbia situa-se geograficamente dentro do território senegalês, facilitando a movimentação. Além da proximidade geográfica, os dois países possuem longa tradição de integração social e econômica. Ambos são majoritariamente muçulmanos, são compostos pelos mesmos grupos étnicos (com a única diferença que no Senegal a etnia principal é o *Wolof*, enquanto na Gambia é o *Mandingue*), e

possuem laços familiares históricos transfronteiriços. Essas proximidades têm como consequência a constância nos fluxos entre os dois países (OIM, 2018).

A Costa do Marfim recebeu importante fluxo de senegaleses no curso dos anos 1960 e 1970, atraídos pela performance econômica favorável no período, muitos dedicando-se ao comércio. Como grupo pioneiro da emigração citam o grupo *Poular/Pulaar* do médio Vale do Rio Senegal. Se o país era o destino regional principal até fins dos anos 80, os fluxos diminuem e sua população se estagna a partir dos anos 90, ficando atrás daqueles da Gâmbia. A baixa dos fluxos explica-se pela crise econômica no país, que causou uma grave recessão e conduziu a políticas de nacionalização do mercado de trabalho e restrições de entrada de imigrantes (como exemplo a obrigatoriedade da *carte de séjour* em 1991). Atualmente a instabilidade política é mais um fator que freia novos movimentos de senegaleses para o país (LERICOLLAIS, 1975; BROU et CHARBIT, 1994; GUILMOTO, 1997; ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000).

A emigração para Mauritânia, país que faz fronteira Norte com o Senegal, está relacionada com o já citado declínio econômico da região do Vale do Rio Senegal. Nos anos 60, um movimento importante de *Toucouleurs* da região se destinou ao país, juntando-se à comunidade *Pulaar*, mais antiga na região, dedicando-se ao comércio. Nos anos 70, os movimentos do vale se intensificam, além de regiões de origem que se diversificam ao longo do Senegal. Os movimentos foram interrompidos durante a crise política entre Senegal e Mauritânia entre 1989 e 1991⁴⁴, tendo como consequência o repatriamento de imigrantes senegaleses. O conflito revelou a presença de 115.432 senegaleses na Mauritânia. Após alguns anos da crise encerrada, os movimentos nos dois sentidos formam retomados (LERICOLLAIS, 1975; BECKER e LERICOLLAIS, 1989; GUILMOTO, 1997, ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000; ANSD et OIM, 2018).

⁴⁴ A crise entre os dois países está relacionada a condições econômicas, ambientais e a disputa por recursos escassos na região do vale do Rio Senegal. Se caracterizou como um conflito entre etnias, que datava de antes do período colonial, em especial entre a população *arabo-berbère/mourides* ao Norte do rio e as sociedades negro-africanas com destaque *pulaar/haalpular*, ao Sul. Para maiores informações sobre o conflito ver: Becker e Lericollais (1989) e Stewart (1989).

Destinos da emigração no Senegal – Sul-Norte

Além dos movimentos dentro do continente africano, no período pós independência, senegaleses começaram a imigrar para países do Norte, com destaque para França. Se os primeiros grupos foram concentrados em cidades portuárias, após a Segunda Guerra Mundial a chegada de senegaleses toma uma proporção maior em termos de efetivos e expande para outras cidades francesas. Como vimos, nos anos 60, após a independência, o governo francês assinou acordo de livre circulação de mão-de-obra com suas antigas colônias, dentre elas o Senegal. O estímulo à chegada de imigrantes estava relacionado à forte demanda no mercado de trabalho pela expansão da indústria automobilística. No começo, imigravam essencialmente homens sozinhos das etnias *Soninké, Toucouleurs e Manjaks*, proveniente do vale do Rio Senegal, mas também da região de Casamance. Com o passar dos anos os fluxos aumentaram e diversificaram em regiões de origem (ROBIN, 1996; LESSAULT e FLAHAUX, 2013, ANSD et OIM, 2018).

O ano de 1974 marca uma mudança importante na política de imigração francesa. Em decorrência de crise econômica ligada ao choque do petróleo, o país anuncia a suspensão da imigração e o fechamento das fronteiras. Apesar disso Senegal não é diretamente afetado pois é assinada uma convenção bilateral de livre circulação de pessoas entre os dois países. Assim, até 1986 não era necessária a obtenção de um visto de entrada para senegaleses na França, a apresentação de uma carteira de identidade nacional ou de um passaporte com validade era o suficiente. O mercado de trabalho foi muito receptivo aos imigrantes, favorecendo o aumento significativo da chegada. Ao mesmo tempo, entre os anos de 1975 e 1976 há o favorecimento de política de reagrupamento familiar, transformando um fluxo essencialmente de mão-de-obra masculino, em imigração familiar, com mulheres e crianças. A mudança na composição dos fluxos, devido à chegada de famílias, é acompanhada da criação de um mercado de comércio ambulante (*marché ambulants*). Sendo essa a atividade de comércio tradicional no país de origem, passa a ser significativo também no destino, com destaque nas atividades entre imigrantes da Bacia do Amendoim e do Vale do Rio Senegal. Além disso, nos anos 1970 o Senegal passou por um dos piores períodos de seca da sua história, favorecendo a busca por parte dos nacionais de oportunidades no exterior, com grande fluxo para

o território francês (ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000; LESSAULT e FLAHAUX, 2013; ANSD et OIM, 2018).

As condições favoráveis, que incluíam oportunidades na indústria no destino, mas também o desenvolvimento de um mercado de comércio informal, e as condições de crise pela seca no país de origem, promoveram a chegada constante de senegaleses até meados dos anos 80. É a partir do final dos anos 80 e a década de 90 que políticas de restrição às migrações postas em prática pelo governo francês começam a afetar diretamente os fluxos senegaleses, tendo como medida principal a exigência de visto de entrada para os migrantes. Os fluxos para a França passam a diminuir, ao mesmo tempo que aqueles para Itália começam a aumentar. Há a aparição de novos destinos, com destaque para países da Europa do Sul, que praticam política de regularização de migrantes ao mesmo tempo que o governo francês busca medidas de “imigração zero” (ROBIN, 1996; ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000).

A imigração de senegaleses para Itália, que começou nos anos 1970, ganha força na década seguinte, e entre 1989 e 1990 ocorrem processos de regularização massiva de imigrantes. Segundo a Lei *Mastelli*, todo imigrante que estivesse vivendo na Itália antes de dezembro de 1989 passaria a se beneficiar de um *permis de travail* a partir de 1990. Além das oportunidades de regularização, outros fatores como a demanda de mão-de-obra não qualificada para a indústria em expansão e o pouco desenvolvimento do comércio ambulante no país serviram como atração para imigrantes senegaleses (LESSAULT e FLAHAUX, 2013; ANSD et OIM, 2018). A emigração com destino à Espanha acontece no mesmo contexto, redução de oportunidades na França e fechamento das fronteiras na Europa. A importância da comunidade senegalesa foi constatada em dois programas de regularização (1986 e 1991) que demonstravam que a comunidade senegalesa era a segunda maior nacionalidade de estrangeiros no país (LESSAULT e FLAHAUX, 2013; ANSD et OIM, 2018). Ambos os países se mantêm como importantes destinos, comportando respectivamente o terceiro e quarto locais de estoque de migrantes senegaleses no mundo em 2017 (Itália - 86.307 e Espanha - 49.930) (UN, 2017, *World Population Prospect*).

A imigração que era tradicional para Europa se estendeu para América do Norte. Nos anos 1980, senegaleses se dirigem principalmente para os Estados Unidos, e em menor medida para o Canadá. Os imigrantes passam a emigrar em

maior número no final da década e se instalam nas grandes cidades. O fenômeno é estudado em diversas cidades, com destaque para o caso de Nova Iorque onde importante comunidade *mouride* se instala, em geral ocupando postos de vendedores ambulantes na região central da cidade (EBIN e LAKE, 1992; LESSAULT e FLAHAUX, 2013; ANSD et OIM, 2018). A região continua sendo importante destino da comunidade, sendo a América do Norte destino de 14,8% dos emigrantes senegaleses no mundo (UN, 2017, *World Population Prospect*).

Diversificação das regiões de origem

Um segundo fenômeno que notamos na história recente do fenômeno migratório, além do aumento do número de países de destino, é a diversificação de região de origem de emigrantes no Senegal. Se até os anos 1970 o Vale do Rio Senegal se destacou como região privilegiada de saída de emigrantes senegaleses, crises rurais e urbanas no país diversificaram as zonas de emigração com destaque para duas regiões: Dakar, a capital do Senegal, e as zonas rurais de influência da comunidade *mouride* (ROBIN, 2006).

Os dados do censo de 2013 listam as principais regiões de saída de emigrantes entre 2008 e 2012. Em primeiro lugar temos Dakar com 30%, em segundo e terceiro, Matam (14%) e Saint Louis (10%). Na sequência, Diourbel (9%), Thiès (9%), seguidos de Tambacouda (7%), Kolda (5%), Louga (5%), Kaolach (3,5%). As menores taxas de emigração estão nas regiões de Zigunchor (3%), Sédhiou (2,5%) e Fatick (2,4%) (RGPHAE, 2013).

Os dados recentes reafirmam essas três dinâmicas contemporâneas principais. A primeira é que as regiões do Vale do Rio Senegal, pioneiras nos fluxos de emigração a partir de fins do século XIX e o século XX, continuam sendo importantes. Por regiões do vale entendemos Saint-Louis, Matam e Tambacounda, respectivamente 10%, 14% e 7% das saídas entre 2008 e 2012 (RGPHAE, 2013; GRDR, 2014; Bruckmann, 2017)⁴⁵⁴⁶.

⁴⁵ Au plan administratif, la vallée du Sénégal est formée de trois régions: Saint-Louis (Départements de Saint-Louis, Dagana et Podor), Matam (Départements de Matam et Kanel) et Tambacounda (Département de Bakel) soit 34 % du territoire national (GRDR, 2014; Bruckmann, 2017)

⁴⁶ Segundo o relatório GRDR (2014), além da divisão da região segundo o plano administrativo, há uma divisão em três zonas hidro ecológicas: “On distingue trois grandes zones hydro écologiques: (1) La Haute vallée située en amont de Bakel qui s’étend sur les 50 km situés le long du fleuve Sénégal jusqu’à la frontière malienne et la rive gauche de la Falémé ; (2) La Moyenne vallée qui se

No momento atual, duas outras destacam-se como zonas de imigração. A primeira é Dakar, região com a maior taxa de emigração, contando 30% para o período (2008-2012). Capital política, econômica e administrativa do país é polo tradicional de atração de imigrações internas. Por exemplo, em 2006 cerca de 33% da população da cidade tinha nascido em outra região que não a capital, composta em sua maioria por homens jovens em idade de trabalhar, que migraram por questões econômicas. Apesar desses movimentos, a região é marcada pela pouca oportunidade de emprego, sendo a taxa de dependência da cidade muito elevada (número de pessoas sem emprego sobre o número de pessoas ocupando postos de trabalho). A situação de precariedade econômica estimula a partida em busca de oportunidade de emprego no estrangeiro. A emigração acontece entre jovens homens de menos de 30 anos, provenientes do êxodo rural da região mas também entre aqueles nascidos em Dakar, que veem na emigração uma alternativa ao desemprego urbano. Esses fatores fazem com que a capital se apresente como principal região de emigração do país (ROBIN, 2006).

A segunda zona que ganha preponderância nos tempos atuais é a Bacia do Amendoim. Desde o começo do século XX, a introdução do cultivo permitiu o desenvolvimento econômico da área. As regiões que fazem parte da bacia são Diourbel (9%), Louga (5%) e Thiès (9%), dados para o período de 2008-2012 (RGPHAE, 2013; LERICOLLAIS, 1980).⁴⁷ A emigração é ligada à crise agrícola, mas também parece ser influenciada pela dinâmica da comunidade muçulmana *Mouride* que habita a região. Polo importante de imigração interna e internacional durante a introdução e expansão da produção do amendoim datando da época colonial, passou nos anos 1970 por diversas secas que resultaram em uma crise agrícola e consequentemente a transformaram em zona de emigração. A cidade de Touba, situada na região de Diourbel e capital religiosa da confraria *mouride*⁴⁸, se tornou parte importante do fenômeno emigratório do país. O grupo *mouride* tem tradição na produção de amendoim na bacia e sofreu diretamente com a crise agrícola. A confraria *Mouride* buscou soluções alternativas para lidar com a crise,

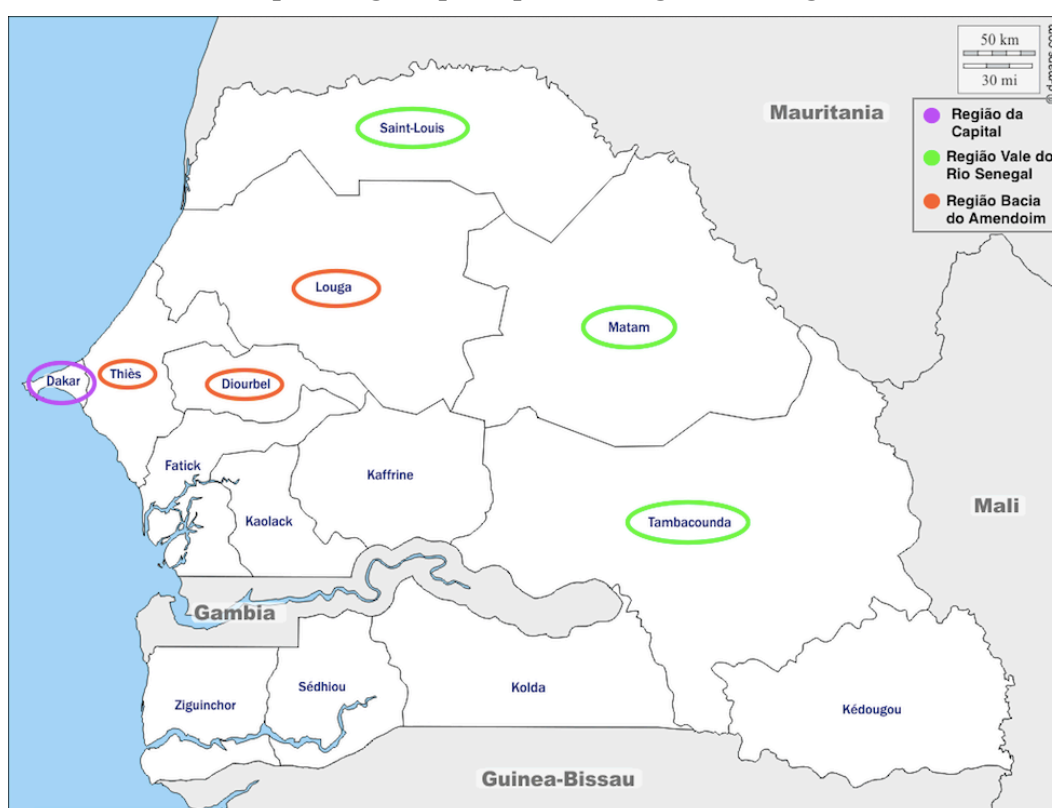
développe de Bakel à Podor ; (3) La Basse vallée incluant le Delta, le territoire qui s'étend de Podor à l'embouchure du fleuve." (GRDR, 2014: 8)

⁴⁷ Le Bassin de l'Arachide co'incide, pour l'essentiel, avec les régions administratives de Diourbel, de Louga, du Sine-Saloum et de Thiès (LERICOLLAIS, 1980).

⁴⁸ A confraria *mouride* é uma confraria religiosa muçulmana no Senegal, com forte influência econômica na bacia do amendoim e também na área do comércio (ROBIN, 2006).

participando ativamente do processo de emigração internacional no país. Se na década de 1960 os *mourides* representavam somente 10% dos emigrantes senegaleses, nos anos 1980 passam a representar 40%. A confraria, que tem dinâmica própria e uma organização que marca práticas comunitárias e de solidariedade nos países de destino (vamos explorar as dinâmicas no capítulo 3), além de ter papel importante nas migrações internas e no processo de urbanização da cidade religiosa de Touba, definiu modalidades de uma nova imigração internacional (ROBIN, 2006).

Mapa 4: regiões principais de emigração Senegal



Fonte: Elaborada pela autora.

Disponível em: <https://d-maps.com/pays.php?num_pay=50&lang=fr>. Acesso em: 11 dez. 2018.

Além das tendências é interessante notar como o fenômeno se expande em maior ou menor número a todas regiões do Senegal. A diversificação de locais de partida indica uma difusão do comportamento migratório no interior do país. Regiões que não eram afetadas tradicionalmente pelo fenômeno passam a ser. A crise agrícola dos anos 1970 perpetuou condições econômicas difíceis e fez com que muitos emigrantes de cidades e zonas rurais buscassem em outros países novas

oportunidades. Podemos afirmar que no período atual, globalmente, o fenômeno toca todas as regiões do Senegal (OIM, 2018).

Conclusão: país de origem, trânsito e destino

Ao observarmos a relação do Senegal com o fenômeno migratório, percebemos que, além de fazer parte do seu processo histórico, é fator relevante nos dias atuais. Em relação à imigração, o país afirmou-se como um dos destinos privilegiados na região da África do Oeste (também chamada de África Ocidental). Historicamente o desenvolvimento da cultura do amendoim atraiu mão-de-obra estrangeira, mas também constituiu-se como modelo de estabilidade política na região. As características atraíram migrantes de países vizinhos e de outras regiões do continente africano, que veem no país um destino final mas também um país de passagem para projetos migratórios mais extensos.

Em relação à saída de senegaleses há uma diversificação de países de destinos nas emigrações internacionais, mas também uma expansão do fenômeno internamente, com cada vez mais regiões protagonizando a saída para o exterior. Em relação aos países de destino, destacam-se dois fluxos históricos, aqueles com destino Sul-Norte, principalmente para França, Itália, Espanha e Estados Unidos, mas também fluxos Sul-Sul intra regionais, em especial para países vizinhos, ou próximos, dentro do continente africano. Além desses destinos, novos se formam. É o caso de imigrantes senegaleses para a América do Sul, com destaque para os casos da Argentina e Brasil, ambos se tornando destino de comunidades no início do século XXI (ANSD et OIM, 2018: 47). Os novos fluxos de caráter Sul-Sul, em especial, de senegaleses para o Brasil, objeto do atual trabalho, serão retratados detalhadamente na seção a seguir.

Além de um aumento na lista de países de destino, há uma diversificação nas regiões de origem. As tendências reafirmam a ideia de que o fenômeno está se estendendo a todas as regiões do país. Destacam-se, além da região tradicional de emigração do Vale do Rio Senegal, a capital Dakar e a Bacia do Amendoim.

Em menos de uma geração, o Senegal, país tradicional de imigração internacional, recebendo migrantes de países vizinhos, tornou-se um dos principais países de emigração do oeste da África (ROBIN, 2006). Percebemos, assim, aquilo que a literatura contemporânea aponta: no início do século XXI, Senegal

caracteriza-se como país de origem, trânsito e destino de imigrantes. O fenômeno migratório faz parte da história do país, mas também do seu mundo contemporâneo.

2.4. Brasil, país tradicional de imigração

No que se refere à situação específica, o Brasil é caracterizado como um país tradicionalmente de imigração. Esses fluxos começaram com a colonização dos portugueses que tinha como objetivo ocupar o território. Logo depois um importante fluxo forçado de africanos escravizados veio reforçar essa característica. Esse sistema se manteve entre os séculos XVI e meados do século XIX (OIM, 2010).

O período seguinte começa no século XIX e se estende até o início do século XX, no qual observamos uma migração que respondia a uma demanda de mão-de-obra no setor agrícola e na indústria. Durante o período, que começa com a chegada da família real no Brasil (1808), passa pelo Império (1822-1889) e pela Primeira República (1889-1930) diversas políticas do Estado brasileiro buscaram fomentar a imigração em resposta às demandas dos setores latifundiários brasileiros em expansão. As primeiras políticas, financiadas pelo Estado, tinham por objetivo ideais de colonização baseada na ocupação, defesa do território nacional e na busca de um ideal de nação branca e civilizada. Desde de 1874, essa questão havia assumido novas dimensões pela transição do trabalho escravo para mão-de-obra livre. Como os escravos libertos não eram considerados adaptáveis ao trabalho, passou-se a estimular a vinda de estrangeiros para ocupar postos vagos de trabalho ligados principalmente ao setor do café que estava em plena expansão. Mas vale ressaltar que não era qualquer estrangeiro que poderia se candidatar, sendo fomentada a chegada de pessoas brancas de nacionalidade europeia, reafirmando um projeto de branqueamento da população por parte do Estado brasileiro. Segundo Vainer (2000), essa política foi baseada em três pilares: necessidade econômica, necessidade eugênica e necessidade nacional (VAINER, 2000; OLIVERIA, 2015; OLIVEIRA, 2015a).

Essa política de Estado iniciada no período do império foi mantida na Primeira República. Segundo Oliveira (2015a):

A etapa que cobre o período 1874-1930 foi a de maior intensidade de fluxos migratórios no Brasil. Contribuíram para

isso a pressão populacional resultante do estágio da transição demográfica na Europa, a necessidade de força de trabalho livre e o projeto civilizatório racista de branqueamento de nossa população. Segundo Levy (1974), teriam entrado no país nessa época cerca de 4,07 milhões de estrangeiros. Esses eram, em sua maioria, italianos, portugueses, espanhóis e alemães. Nas primeiras décadas do século XX, os japoneses passam a ser um coletivo importante, com um contingente de 100 mil pessoas (OLIVEIRA, 2015a, p.256).

Essas características que começaram na época colonial, continuam prevalecendo até os anos 1930, quando os incentivos governamentais para a vinda de estrangeiros começam a diminuir (OLIVEIRA, 2015). As políticas de atração de migrantes foram transformando-se em políticas mais restritivas. Apesar de a política migratória continuar sendo tratada no governo Vargas em termos de aperfeiçoamento eugênico e com um discurso de acelerar o progresso nacional, na prática observou-se uma série de políticas que visavam a reduzir a entrada de imigrantes, criando-se leis que estabeleciam cotas no mercado de trabalho para estrangeiros e cotas para entrada de imigrantes (VAINER, 2000; OLIVEIRA, 2015a). Os fluxos no período efetivamente diminuíram, mas por diversas razões, como maior equilíbrio demográfico no continente europeu e novas oportunidades de trabalho nos países do Norte, em especial, nos Estados Unidos, pelo sistema de produção fordista em expansão. Mesmo assim, entre a década de 1940 e 1970 cerca de 1,1 milhões de imigrantes chegaram ao Brasil. No período, as migrações continuavam a ser reguladas e acordos bilaterais com determinados países foram feitos para responder a demandas nacionais.

Em termos de política migratória, a década de 1980 foi marcada pela aprovação, por parte do governo militar, do Estatuto do Estrangeiro. A Lei 6815, criada em um período de preocupação com possíveis ameaças à segurança nacional, via os estrangeiros como possíveis terroristas e restringia, de forma rigorosa, a entrada e permanência de imigrantes no Brasil. O Estatuto do Estrangeiro vigorou no país até 2017, quando foi aprovada a Nova Lei da Imigração, sobre a qual discorreremos a seguir (OLIVEIRA, 2015a).

Em relação aos fluxos do período, a partir dos anos 1980 observamos uma significativa emigração de brasileiros para o exterior, que em meio a forte crise econômica e política buscaram melhores condições de vida em outros países. Destaca-se o fluxo de brasileiros para os Estados Unidos, mas também temos como

destino o Japão e países europeus, em especial Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido. Esse importante fluxo de emigração de brasileiros para o exterior se manteve nos anos 1990, garantindo um saldo migratório negativo por pelo menos duas décadas (OLIVEIRA, 2015a).

Na década de 2000, com crises econômicas que atingiram os principais países de destino dos emigrantes brasileiros (em especial a crise econômica de 2008), os fluxos diminuem e observa-se uma migração de retorno. Outro fenômeno percebido durante esse período é uma significativa corrente migratória intra-regional de bolivianos e paraguaios para o Brasil, que pode ser explicada pela assimetria no desenvolvimento econômico e social desses dois países em relação ao Brasil. Por último, temos novos fluxos de imigrantes de outros países do Sul global sem tradição de dinâmica migratória com o país, tais quais o Haiti a partir de 2010 e novos fluxos de países africanos (OLIVEIRA, 2015a).

Os dados sobre a imigração recente no Brasil (1990 e 2019) serão apresentados a seguir. A Tabela 3 mostra que o estoque total de imigrantes no país era de quase 800 mil em 1990, tendo sofrido uma queda até 2010, quando voltam a aumentar, chegando em 2017 aos patamares da década de 1990. Em 2019, o estoque era de 807.006 migrantes. Essa queda, segundo Oliveira (2015), se deu em grande parte pelo estoque de imigrantes ser formado por estrangeiros que chegaram no país há mais tempo. Com novos fluxos pouco expressivos durante a década de 2000, não houve número suficiente para compensar as saídas por óbito ou emigração de retorno.

Tabela 3: Estoque total de imigrantes no Brasil entre 1990-2019 (em milhares)⁴⁹

	<i>1990</i>	<i>1995</i>	<i>2000</i>	<i>2005</i>	<i>2010</i>	<i>2015</i>	<i>2017</i>	<i>2019</i>
<i>Total</i>	798.517	741.557	684.596	638.582	592.568	716.568	735.557	807.006
<i>Homens</i>	426.147	396.152	366.156	343.019	319.882	386.838	397.090	386.838
<i>Mulheres</i>	372.370	345.405	318.440	295.563	272.686	329.730	338.467	371.467

Fonte: Elaborada pela autora, dados UN 2019⁵⁰.

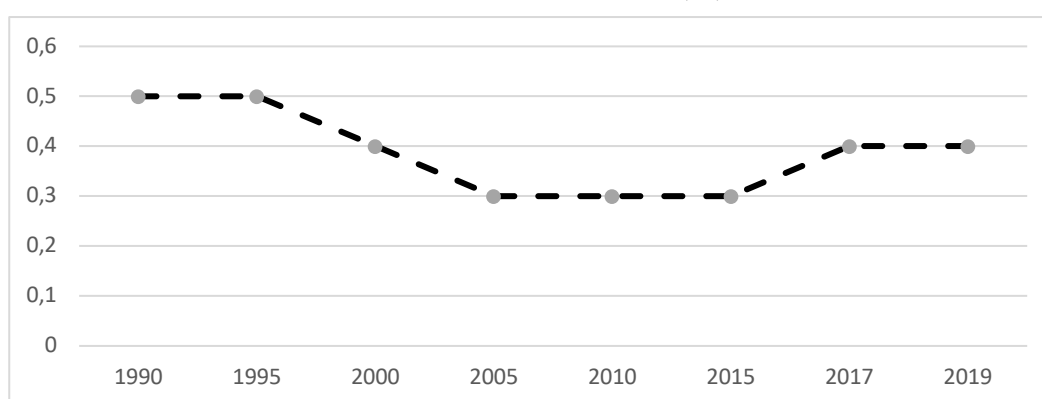
No que toca a porcentagens dos imigrantes em relação à população brasileira como um todo, os níveis variaram entre 0,5% e 0,3% no período como

⁴⁹ International migrant stock at mid-year (both sexes).

⁵⁰ United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2019). International Migrant Stock 2019 (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019).

mostra o gráfico a seguir. Apesar de o Brasil ser conhecido historicamente como um país de imigração, atualmente a proporção de imigrantes em relação à população total é muito baixa se comparada a outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, em 2019 tinham a porcentagem de 15,4%. A Austrália destacava-se com 30%, enquanto a Europa tinha por volta de 11% e a América Latina e Caribe 1,8% (UN, 2019).

Gráfico 2: Evolução da porcentagem de imigrantes em relação à população brasileira entre 1990-2019 (%)



Fonte: Elaborado pela autora, dados Nações Unidas, 2019

A Tabela 4 a seguir apresenta a distribuição do estoque de imigrantes entre as 25 nacionalidades principais no Brasil para o ano de 2019 e 2017. Os dados dos 25 países, fornecidos pelo *World Population Prospect (UN Migrant Stock By Origin And Destination, 2019)*, somados, representam 89,5% do total de imigrantes (721.979 pessoas). Portugal aparece em primeiro lugar com 23% do total do estoque de imigrantes no Brasil, seguido do Japão, Paraguai e Bolívia. A imigração para o Brasil é bem distribuída entre as regiões do mundo, sendo 41.0% proveniente da Europa, 28.5% da América do Sul e 12.8% da Ásia.

Tabela 4: Estoque Imigrantes no Brasil, 25 principais nacionalidades⁵¹

Países	2019	2017
1. Portugal	185.489	169.069
2. Japão	65.955	60.115

⁵¹ United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2019). International Migrant Stock 2019 (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019).

3. Paraguai	52.770	48.098
4. Bolívia (Estado plurinacional da)	52.184	47.563
5. Itália	49.965	45.541
6. Espanha	41.321	37.663
7. Argentina	39.078	35.618
8. Uruguai	32.331	29.468
9. China	26.078	23.769
10. Estado Unidos da América	23.726	21.626
11. Alemanha	21.836	19.902
12. Chile	20.747	18.910
13. Peru	20.194	18.406
14. Líbano	16.584	15.116
15. França	12.851	11.713
16. República da Coreia	11.531	10.510
17. Colômbia	9.211	8.395
18. Angola	8.665	7.897
19. Reino Unido	6.650	6.061
20. Polônia	4.681	4.267
21. Holanda	4.468	4.073
22. Egito	4.189	3.818
23. Suíça	4.012	3.657
24. Venezuela (República Bolivariana da)	3.857	3.515
25. México	3.601	3.282
Total das 25 nacionalidades somadas	721.974	735.557

Fonte: Tabela elaborada pela autora, dados Nações Unidas 2019.

Vale ressaltar que os dados, disponibilizados pelas Nações Unidas, se baseiam em dados oficiais de estrangeiros residentes legalmente fornecidos pelo Governo Federal brasileiro. Além disso, a categoria utilizada como base é a “*foreign-born*”. As categorias utilizadas para analisar os dados sobre migrantes internacionais podem ser de dois tipos: *foreign-born* e *foreign-citizens*. Enquanto a primeira categoria refere-se aos imigrantes como sendo todos aqueles que nasceram em outro país, incluídos, também, aqueles estrangeiros que ao longo de sua vida adquiriam uma nacionalidade no país de destino, a segunda inclui somente aqueles que têm uma nacionalidade estrangeira, excluídos os imigrantes que se naturalizaram no país. Os órgãos internacionais, como as Nações Unidas (ONU) e

a Organização Internacional das Migrações (OIM), buscam em geral dados sobre *foreign-born* e utilizam a segunda, *foreign-citizen*, quando os países não podem fornecer os dados dos primeiros.

Sociologicamente falando também acredito ser relevante utilizar a primeira categoria para falar de “imigrantes”, pois estes em algum momento de suas vidas protagonizaram um movimento de um país de origem para um país de destino. Em muitos países, o peso dado à categoria “imigrante” subjetivamente falando é mais forte que em outros, fazendo com que muitas vezes aqueles que tenham adquirido a nacionalidade do país de destino continuem em sua realidade social ocupando posições, trabalhos e locais de “imigrantes”. Mesmo possuindo um documento de cidadão nacional, na prática, continua sendo tratado pela sociedade como um “estrangeiro”.

Além disso, não estão incluídas algumas categorias de imigrantes nos dados das Nações Unidas, dentre elas os solicitantes de refúgio e os imigrantes em situação de irregularidade. Dois assuntos que merecem ainda destaque em relação à questão da migração internacional no Brasil atual. O primeiro consta sobre o fluxo de demandantes de refúgio para o país, e o segundo sobre a aprovação da Nova Lei da imigração em 2017.

Refugiados no Brasil

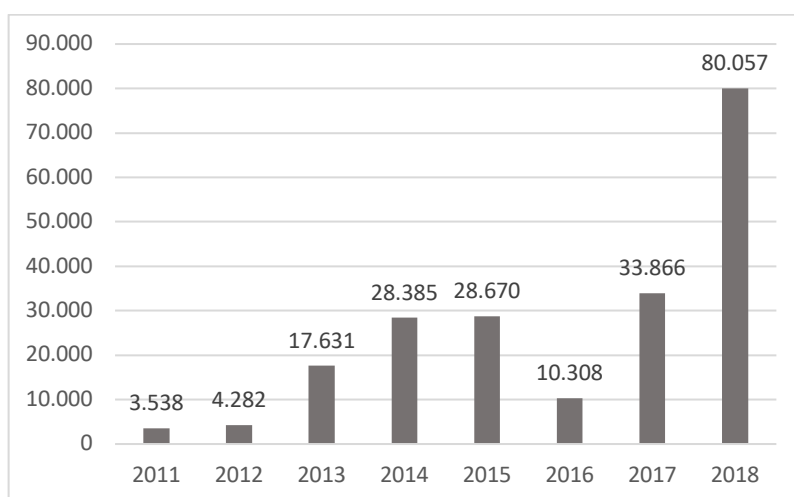
A Lei 9.474/1997 que instituiu a Política Nacional de Refúgio no Brasil é considerada avançada em relação a outros países e foi apontada pelo presidente da ONU em discurso em 19 de setembro de 2017 como uma das mais modernas do mundo. Ela está alinhada à Convenção de Genebra de 1951, ao Protocolo Facultativo de 1967 e à Declaração de Cartagena de 1984, além de levar em conta observações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) (IPEA, 2017). Segundo IPEA (2017) por refugiado entende-se:

A legislação brasileira que regulamenta o refúgio fundamenta a obrigação pátria de concedê-lo ao nacional de outro Estado que fugiu de seu país porque sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões, pela violência generalizada, agressão estrangeira ou conflitos internos, violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.” (IPEA, 2017, p.16).

A mesma Lei instituiu em 1997 o Comitê Nacional para Refugiados (Conare), vinculado ao Ministério da Justiça, como responsável por executar a Política Nacional do Refúgio no país. O Conare é formado por membros de diversas instituições, dentre elas representantes do Governo Federal, como Ministério da Justiça e Ministério das Relações Exteriores, organizações da sociedade civil (como a Cáritas) e membros do Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), sendo este último o único que não tem direito a voto.

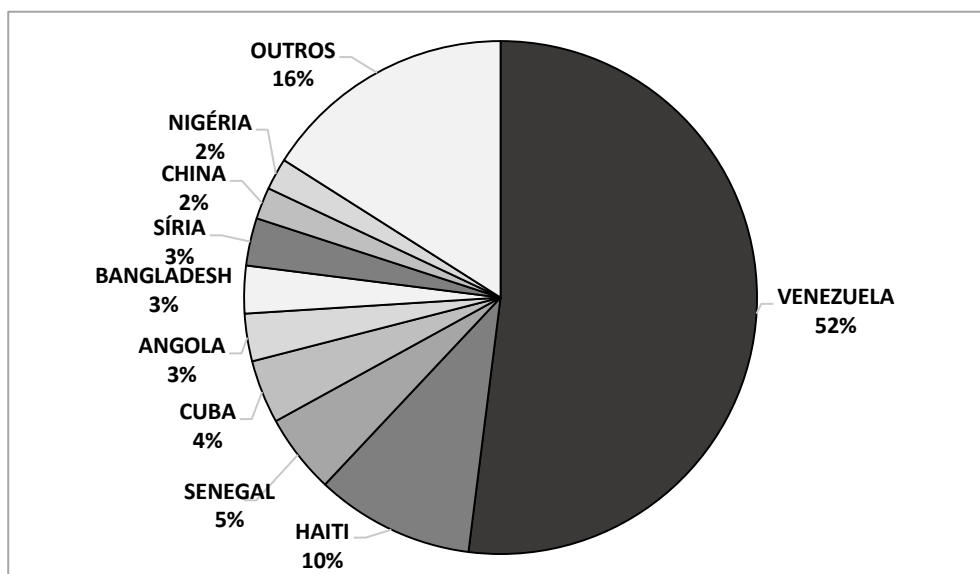
Segundo a 4ª ed. do “Refúgio em Números”, publicação do Conare (2019) sobre dados de refúgio, em 2018 o Brasil tinha 11.231 refúgios reconhecidos. Dos refugiados reconhecidos a maioria, 40%, é de nacionalidade Síria. Em relação às solicitações de reconhecimento, o Brasil contava com 161.057 processos em trâmite. Nos últimos 8 anos, o Brasil recebeu 206.737 solicitações de reconhecimento de refúgio, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 3: Solicitações de refúgio por ano (2011-2018)



Fonte: Dados Conare 2019, fonte Polícia Federal em 2 de janeiro de 2019

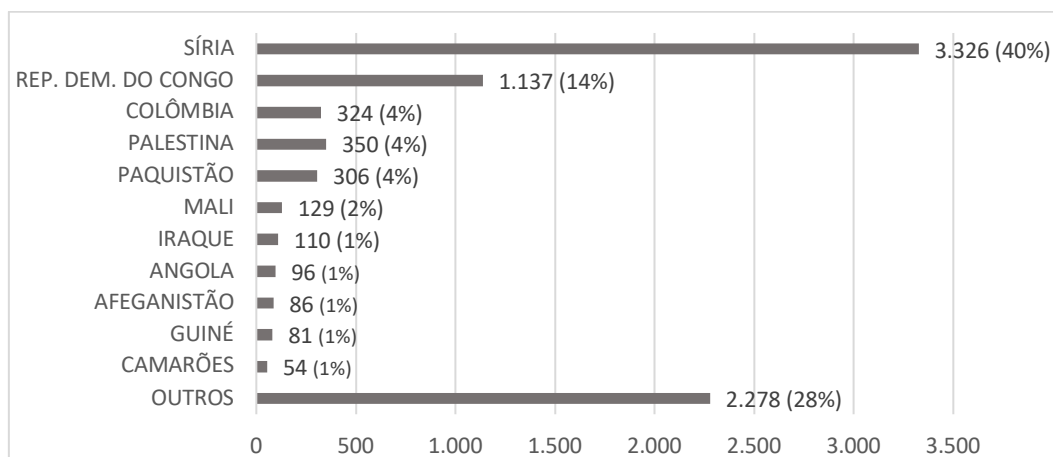
Dentre as principais nacionalidades em trâmite entre 2007 e 2019, temos como destaque a Venezuela com 52%, seguido do Haiti com 10% e do Senegal com 5%, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 4: Principais nacionalidades com solicitações em trâmite (2007-2019)

Fonte: Dados pelo Conare 2019, fonte Polícia Federal, gráfico elaboração própria

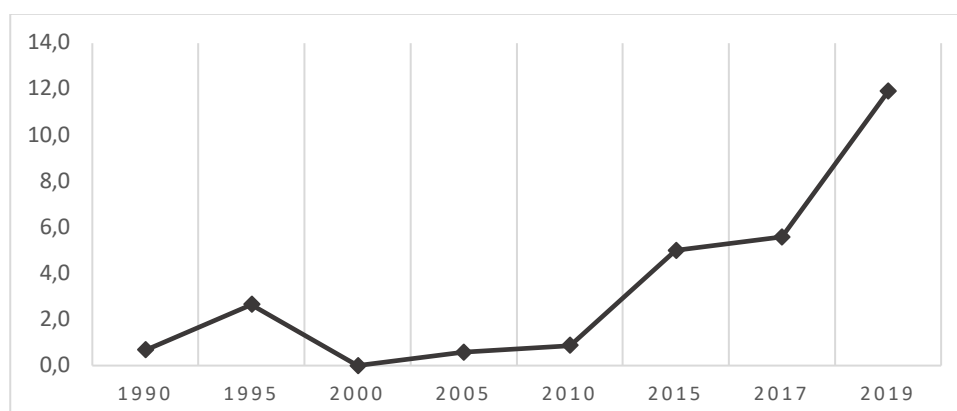
É interessante notar que apesar de Venezuela, Haiti e Senegal serem as três nacionalidades com maior número de processos em trâmite entre 2007 e 2018, é praticamente inexistente o reconhecimento como refugiados até o período⁵². No capítulo 3, exploro mais detalhadamente os casos de regularização da comunidade senegalesa no Brasil. Segundo dados do Conare, um total de 9.318 senegaleses haviam solicitado refúgio no Brasil até dezembro de 2019, tendo somente 24 recebido o visto de refúgio no país. A maioria dos reconhecidos no período eram imigrantes da Síria com 40% e o RDC (República Democrática do Congo) com 14%, países que passam por conflitos armados.

⁵² O processo de regularização dos imigrantes de nacionalidade Haitiana e Venezuelana na maioria dos casos se deu de outras formas, por portaria interministeriais que concediam visto temporário e autorização de residência, no primeiro caso para fins de acolhida humanitária (Para os haitianos vale a Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018 e para os venezuelanos vale a Portaria interministerial nº 9, de 14 de março de 2018 e Portaria interministerial nº 15, de 27 de agosto de 2018).

Gráfico 5: Refugiados reconhecidos no Brasil por nacionalidade (2007-2019)

Fonte: Elaborado pela autora, dados pelo Conare 2019, fonte Polícia Federal

O ano de 2018 é o que se destaca com o maior número de solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, um total de 80.057. A Venezuela é a principal nacionalidade com 61.618 pedidos no ano. Senegal ocupa a sexta posição com 462 pedidos em 2018. Dos vistos concedidos para o mesmo ano, 61,2% eram sírios (462) de um total de 777 refugiados. O gráfico a seguir mostra a porcentagem de refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil em relação ao estoque de imigrantes internacionais entre 1990 e 2019, segundo as Nações Unidas (2019). A proporção de refugiados e solicitantes de refúgio entre os imigrantes no Brasil vem aumentando desde os anos 2000, tendo sofrido um *boom* a partir de 2010.

Gráfico 6: Evolução da porcentagem de refugiados e solicitantes de refúgio em relação ao estoque de imigrantes internacionais no Brasil entre 1990 e 2019

Fonte: Elaborado pela autora, dados UN 2019⁵³.

⁵³ United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division (2019). International Migrant Stock 2019 (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019).

Uma explicação para esse aumento é, não somente a emergência da questão dos refugiados no mundo como um todo, mas a própria legislação brasileira. O Estatuto do Estrangeiro que vigorou dos anos 1980 até o final de 2017 no Brasil era extremamente restritivo, o que fez com que imigrantes que desejassem se regularizar no Brasil buscassem recorrer à Lei do Refúgio, sem que necessariamente se enquadrassem nas características de refugiados. Esse fato terminou por sobrecarregar o Conare, órgão responsável de analisar os processos. Isso nos leva ao próximo ponto que gostaríamos de tratar brevemente, a Nova Lei de Imigração no Brasil.

Nova Lei de Imigração no Brasil

Após 40 anos da vigência do Estatuto do Estrangeiro no Brasil, uma nova lei de imigração foi sancionada. Ricci e Silva (2018) afirmam que a nova legislação supera o antigo estatuto por levar em consideração os direitos humanos. É considerada uma grande conquista para a democracia brasileira que até o momento continuava tratando o estrangeiro baseado em uma política da segurança nacional. O Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815 promulgada em 1980, tratava o imigrante como uma ameaça, restringindo não somente a entrada de imigrantes, mas também sua permanência e acesso a direitos civis, políticos e sociais no Brasil, tendo sua participação como cidadão limitada no território nacional. A nova Lei 13.445/2017 foi proposta pelo senador Aloysio Nunes do PSDB de São Paulo e respondia a uma demanda da necessidade de mudança do antigo estatuto presente desde os anos 1990. Apesar de antiga, somente em 2013 foi criada uma comissão encarregada em elaborar uma proposta de Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil.

O processo de elaboração da proposta de lei teve a intensa participação da sociedade civil. Diversas conferências e encontros entre autoridades competentes, parlamentares, autoridades públicas especialistas, acadêmicos, membros da sociedade civil etc. foram organizadas para discutir o texto, sendo este formulado de maneira ampla e democrática (RICCI e SILVA, 2018).

Apesar do processo democrático de sua formulação, o texto aprovado pelo congresso em 2017 sofreu uma série de vetos por parte do Presidente da República Michel Temer. Dentre os 20 vetos, encontram-se pontos importantes como a

gratuidade do acesso ao SUS por estrangeiros visitantes e a possibilidade de ocupar cargo, emprego e função pública. O veto que recebeu mais duras críticas foi em relação à concessão de uma “anistia migratória” para os migrantes que se encontravam em território brasileiro até julho de 2016. Essa prática que havia sido usada pelos governos de Fernando Henrique em 1999 e Lula da Silva em 2009, concedeu autorização de residência a todos migrantes presentes em território nacional até a data definida. Além disso, na prática a lei encontra obstáculos para sua implementação, como o decreto 9.199/2017 promulgado no mesmo dia em que a lei entrou em vigor, 21 de novembro de 2017, reafirmando posições do Estatuto do Estrangeiro e contradizendo pontos da própria lei recém-aprovada (RICCI e SILVA, 2018).

Apesar das alterações e de obstáculos para sua implementação, a versão aprovada significa um avanço para legislação brasileira em termos democráticos e de respeito aos direitos humanos. Como ponto central encontra-se uma preocupação em tratar a migração como um direito e não fomentar a criminalização, como ocorre em muitos países. Como vimos, os inúmeros obstáculos para regularização dos migrantes no território nacional em função do Estatuto do Estrangeiro faziam com que muitos buscassem sua regularização através da Lei do Refúgio, considerada mais avançada, mesmo que a situação não configurasse um caso específico de refúgio. Esperava-se que com a Nova Lei, a regularização fosse alcançada sem precisar recorrer a essa estratégia. Não foi o que ocorreu. De toda forma, a nova lei ainda é considerada um avanço constitucional, em relação ao combate à xenofobia, ao tráfico de pessoas e também em respeito à participação e manifestação política dos imigrantes (RICCI e SILVA, 2018).

No capítulo 3 e 4 apresentam-se os resultados do trabalho de campo. Fiz esforço em separar os dados pelas temáticas que se sobressaíram em meu diário de campo para dar um panorama melhor dos assuntos tratados, apesar de ressaltar que há conexão entre os temas. Os objetivos de partir, de deixar seu país, por exemplo, estão conectados aos projetos dos migrantes, à escolha de destino, à inserção no mercado de trabalho, aos planos para o futuro e aí por diante. Tudo isso faz parte de um universo complexo que chamamos o fenômeno migratório.

Antes de passar à próxima parte reafirmo dois pontos. O primeiro é o limite das informações para englobar toda uma comunidade, visto que a mesma não é estática e encontra-se em constante movimento entre grupos, cidades, estados e

países. Assim, os dados apresentados aqui se referem a um grupo específico estudado em um determinado período de tempo (entre 2016 e 2019). Por outro lado, como ponto relevante destaco a imersão junto ao objeto de estudo, a comunidade senegalesa em Porto Alegre. A combinação de diversos métodos de pesquisa, junto com a convivência de proximidade à comunidade, proporcionou oportunidade de conhecer a situação a fundo e ter percepção relevante sobre a vida dos imigrantes. É claro que a total compreensão do outro é impossível de ser alcançada, mas no atual trabalho fiz esforço de por em prática uma pesquisa no âmbito das ciências sociais, cumprindo nosso objetivo e também um dos nossos principais desafios: entender o “outro”.

3. A pesquisa, o estudo de caso: senegaleses imigrantes em Porto Alegre

Os dados no capítulo serão divididos em três seções temáticas. Primeiramente discorro no **ponto 3.1 o perfil dos imigrantes** com quem tivemos contato. O perfil é uma conjunção das informações obtidas pelos vinte e dois questionários classificados anonimamente e complementados por conversas ao longo do trabalho de campo. Se nosso primeiro objetivo foi fornecer um panorama mais geral sobre quem são esses imigrantes, na sequência nos esforçamos para entender **o processo de emigração dos senegaleses (3.2)**. Sayad (1991) sinalizou a importância de perceber imigrantes antes de tudo como um emigrante, que deixou sua terra natal por diversas questões dentro de um contexto específico. Infelizmente não tive oportunidade de conhecer esse contexto pessoalmente, visto que não houve recursos para uma viagem de campo ao Senegal. Apesar disso, foi feito um esforço para compreender as condições de emigração do grupo estudado, mesmo reconhecendo que aquilo apresentado é uma visão transmitida pelos próprios migrantes. Deixando claro essa questão, destaco que os dados em si são relevantes visto que transmitem a visão dos indivíduos que deixaram sua terra e rumaram ao Brasil. Na terceira parte o foco é pensar **o porquê da escolha do Brasil como destino (3.3)**, mas também quais são os processos e estratégias durante o trânsito, chegada e instalação no país, com destaque para a burocracia e o processo de regularização.

3.1. Perfil dos imigrantes senegaleses em Porto Alegre

Os imigrantes encontram-se, como vimos, nos bairros centrais e históricos da cidade de Porto Alegre. São jovens e na maioria dos casos vêm ao Brasil para trabalhar em setores específicos do mercado de trabalho, em geral precários. Essa trajetória migratória os coloca em uma posição de vulnerabilidade. A seguir apresentamos tabela sobre o perfil dos imigrantes pesquisados, para na sequência explorar três pontos: (1) a predominância masculina na comunidade, (2) a relação entre escolaridade e religiosidade e (3) questões do idioma.

A maioria dos imigrantes senegaleses que entrevistamos eram homens, 21 de um total de 22 questionários. Veremos, na sequência (seção 3.2.1.), as principais razões para essa predominância masculina já percebida por outros trabalhos sobre

a diáspora senegalesa no Brasil e no mundo. A idade média dos que responderam ao questionário é 28.8 anos, tendo o mais novo 23 e o mais velho 37. Esses dados reafirmam aquilo que vem sendo apontado pela literatura: que o fluxo de senegaleses para o Brasil é marcado em geral por jovens homens em idade ativa para trabalhar (UEBEL, 2016; HERÉDIA, 2015). Dos 22 entrevistados, metade é casada e metade solteira. Em relação a filhos, somente 36% deles (oito entrevistados) têm filhos e são casados.

O nível de escolaridade dos imigrantes com quem conversamos é relativamente baixo. Do total, sete alegaram ter fundamental incompleto (até quatro anos de estudo), nove, ensino fundamental completo (até oito anos de estudo) e apenas quatro completaram o ensino médio. Tivemos uma não resposta. Esses dados podem ser difíceis de analisar, como veremos na seção 3.2.2. Em sua totalidade são muçulmanos e há a forte influência da educação religiosa. A maioria dos senegaleses pesquisados chegou no ano de 2015, 14 dos 22. Cinco chegaram antes e somente dois chegaram após essa data. Como regiões de origem destacam-se duas principais: a região de Diourbel e a de Dakar⁵⁴.

Tabela 5: Perfil imigrantes senegaleses (N=22)

Número	q1	q2	q3	q4	q5	q6	q7	q8	q9	q10	q11
Questio nário	q12	q13	q14	q15	q16	q17	q18	q19	q20	q21	q22
Sexo	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M
	M	M	M	M	M	M	M	M	M	M	F
Idade	34	23	27	30	30	33	34	36	25	27	30
	27	30	24	28	37	24	26	27	35	27	NR
Estado Civil	Casad o	Casad o	Casad o	Solteir o	Casad o	Casad o	Casad o	Casad o	Solteir o	Casad o	Solteir o
	Solteir o	Solteir o	Solteir o	Solteir o	Casad o	Solteir o	Solteir o	Solteir o	Casad o	Solteir o	Casad a
Filhos	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	sim
Nível de escolari dade	Fund. Incom pleto	Fund. Incom pleto	Fund. Incom pleto	Ensino Médio	Fund. Compl eto	Fund. compl eto	Ensino Médio	Fund. Compl eto	Ensino Médio	Fund. Compl eto	Fund. Compl eto
	Fund. Compl eto	Fund. Incom pleto	Fund. Incom pleto	Fund. Compl eto	Ensino médio	Fund. Compl eto	Fund. Compl eto	Fund. Incom pleto	Fund. Incom pleto	Fund. Compl eto	NR

⁵⁴ Diourbel e Dakar são duas das 14 regiões do Senegal. A capital de ambas regiões leva o mesmo nome.

Religião	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana
	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana	Muçulmana
Cidade	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre
	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	Porto Alegre	São Paulo	Porto Alegre	Porto Alegre
Bairro	Centro	Felicíssimo	Centro	Centro	Centro	Centro	Centro	Centro	Centro	Centro	Nonoai
	Farrapos	Centro	Centro	Centro	Centro	Centro	Centro	Centro	Saúde	Centro	Centro
Regularização	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Tipo de visto/documento	Permanente	Permanente	Permanente	Protocolo	Permanente	Protocolo	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente	Permanente
	Permanente	Permanente	Permanente	Protocolo	Protocolo	Permanente	Protocolo	Permanente	Permanente	Protocolo	Permanente
Ano chegada	2015	2015	2014	2015	2015	2018	2008	2012	2015	2015	2015
	2015	2014	2015	2016	2015	2015	2015	2015	2014	2015	NR

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre uma série de razões listadas no questionário, observamos uma regularidade em relação aos motivos para deixar o Senegal. A principal resposta, que apareceu 17 vezes em 22 questionários, é a “Falta de oportunidade profissional”. “Dificuldades econômicas” e “Desemprego” com seis e cinco menções respectivamente, vem como complemento para essa questão. Os imigrantes senegaleses buscaram explicar as razões de ter deixado o país com uma frase recorrente: “*Pas de travail*”. Alegam que no seu país de origem não há trabalho suficiente e que esse é o principal motivo de buscar oportunidade em outros lugares. A imigração senegalesa assim parece se caracterizar como uma imigração de “tipo econômico” caracterizada na literatura, no caso, de imigrantes jovens que não encontram oportunidades laborais satisfatórias em seu local de origem.

Todos os senegaleses com que conversamos estavam regularizados. Dos 22 que responderam ao questionário, 17 tinham documento permanente, e seis ainda tinham o protocolo de refúgio. Não há uma correlação entre tempo de estada no Brasil e acesso ao documento permanente. Apesar dos dois senegaleses que chegaram após 2015 terem um protocolo de refúgio, há imigrantes que chegaram em 2015 que também não tiveram acesso a uma regularização e obtenção de um visto permanente.

3.1.1. Uma comunidade de aparência “machista”?

A imigração senegalesa para Porto Alegre como vimos é **predominantemente masculina**. Essa tendência já havia sido assinalada por trabalhos feitos na região Sul e também sobre imigrantes senegaleses em outros lugares do mundo (JUNG, 2019; UEBEL, 2016; HERÉDIA, 2015; TEDESCO, 2017; DE CÉSARO, BARBOSA E ZANINI, 2017). Na comunidade como um todo, o Presidente da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA) afirmou que de uma estimativa de 1.200 senegaleses em Porto Alegre para o ano de 2018, no máximo 15 seriam mulheres (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018). Dentre aqueles que entrevistei a maioria era masculina (21 homens e uma mulher). Ao longo do trabalho de campo com a comunidade, conversei com mais de quarenta senegaleses, conheci pouco mais de cinco mulheres.

Quando questionados sobre o porquê da predominância masculina, a maioria explicou que o trajeto para chegar ao Brasil era difícil e que as mulheres não seriam capazes de suportar a viagem. Os senegaleses responderam como algo quase inconcebível uma mulher passar pelo que eles passaram para chegar ao Brasil. A viagem, na qual, normalmente, transitam por Madrid, Equador, Peru, Acre, São Paulo e Porto Alegre, intercalando trajetos de avião, ônibus e até a pé, seria penosa, além de perigosa. Segundo Lindstrom (1991), a ideia de que a migração de mulheres é arriscada por se tratar de um grupo mais vulnerável é um discurso predominante de sociedades patriarcais, servindo para controlar e restringir a mobilidade feminina. Adiante retomarei a questão do trajeto migratório ao qual foram submetidos.

Tais questões sobre a relação entre gênero e migrações foram tratadas em trabalhos anteriores, reafirmando nossa percepção da sociedade senegalesa como possuidora de uma divisão social do trabalho muito marcada. Ba e Bredeloup (1997) descrevem de forma detalhada a imigração interafricana de mulheres senegalesas originárias do “*Valée du Fleuve du Senegal*” no início da década de 1990. Demonstram que a imigração de mulheres é desencorajada pelas famílias e pela sociedade como um todo, principalmente com destino à Europa. Mulheres imigrantes desacompanhadas eram uma exceção, sendo na maioria dos casos esposas que se juntavam aos maridos por decisão deles. Os autores apontam estigma em relação à migração independente feminina. Em trabalho mais recente,

Toma e Vause (2014) fazem estudo sobre o papel de gênero em relação às redes sociais de imigração, propondo uma comparação entre os casos senegalês e congolês. O objetivo era entender se a relação entre gêneros e redes varia segundo o contexto de origem. As autoras concluem que as diferenças de gênero nos percursos migratórios são muito mais marcadas no caso senegalês, corroborando dados expostos por Ba e Bredeloup (1997), visto que o país teria normas patriarcais mais rígidas que restringem a mobilidade feminina e suas atividades econômicas. Apesar de nos dois países as mulheres serem tradicionalmente subordinadas à autoridade masculina, que ocupa posições de responsabilidade social e econômica, no caso congolês houve mudança dessa relação em função de crises econômicas e de políticas severas. Por essa razão, a hipótese das autoras sobre o papel central das redes para mulheres senegalesas imigrarem dentro de um contexto de sociedade patriarcal mais rígida foi confirmada.

Seguindo na direção dos autores, em conversas mais aprofundadas com os senegaleses sobre a questão é perceptível uma divisão social de gênero muito marcada na cultura do país. As mulheres nas regiões do Senegal de origem dos migrantes em geral não trabalhavam fora de casa. Segundo os imigrantes, os homens são responsáveis por trazer dinheiro para a família e as mulheres são responsáveis pelos trabalhos reprodutivos, ocupam-se da casa, das crianças e dos mais velhos, estrutura que caracteriza uma divisão social de gênero bem acentuada. Por essa razão são os homens jovens que acabam migrando em busca de recursos por meio de trabalho no mercado formal ou informal.

A resposta dos homens em relação ao porquê de as mulheres não exercerem atividades fora do campo doméstico estava em geral ligada à ideia de que: “*se no Senegal não tem nem trabalho para os homens, imagina para as mulheres*”. Essa resposta referenda uma visão estigmatizado do que é trabalho e uma divisão social de gênero forte na cultura do país, assunto que apareceu como central ao se pensar as especificidades dos fluxos migratórios senegaleses. Em conversa, o presidente da ADSPOA explicou que vários fatores explicam o fato de os homens migrarem mais do que as mulheres. Um primeiro é a dificuldade do trajeto para chegar ao Brasil. Na ocasião perguntou para um imigrante presente se ele veio pelo Acre e se foi fácil entrar no país, e ele respondeu: “*Non, ce n'est pas facile*”, me explicou: “*Cela est une raison*” se referindo ao trajeto. Um segundo motivo citado foi o fato de, no país de origem, as mulheres não costumarem sair do ambiente doméstico

para trabalhar e de o trabalho doméstico não ser pensado como atividade laboral: “*Mulher não costuma trabalhar no Senegal. Mesmo dentro do Senegal. Então não vai sair para imigrar*”. Explicou que os homens costumam trabalhar fora de casa e as mulheres ficam responsáveis pelas atividades domésticas, por essa razão não emigrariam. Perguntei então se as mulheres podiam trabalhar fora do âmbito doméstico, tendo uma resposta positiva e alguns exemplos de mulheres que trabalhavam fora de casa. Mas completou explicando que se é difícil para homens ter emprego, imagina para mulheres (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018).

Outros estudos sobre o mercado de trabalho senegalês nos ajudam a ter uma dimensão da questão no país de origem. Adjamagbo et al. (2006) promoveram pesquisa sobre como mulheres conciliavam casamento e trabalho nas capitais do Senegal e no Togo. Afirmam que o fenômeno de mulheres participando no mercado de trabalho é central no cenário africano atual, sendo uma das razões o contexto de crise econômica do continente no final do século XX. Algumas similitudes estão presentes, dentre elas a inserção das mulheres em trabalho remunerado que não exige qualificação, em geral na economia informal, fruto de uma desigualdade de gênero grande na educação e no mercado de trabalho. No caso senegalês, os papéis são bem definidos no seio da união, a mulher deve ocupar o papel de esposa e mãe, enquanto o marido é o responsável pela segurança econômica da casa exercendo uma atividade econômica remunerada. O casamento tem papel central na vida de ambas as sociedades, Togo e Senegal, devendo ser aprovado pela família e tendo por objetivo principal ter filhos e cuidar deles. Mas se no Togo a atividade econômica é encorajada entre as mulheres para tal objetivo, no Senegal acontece o contrário. Em Dakar, o modelo conjugal socialmente reconhecido é o de que a mulher seja uma esposa perfeita, ou seja, submissa e uma boa mãe. O modelo ideal de casamento descrito pelas próprias mulheres é aquele no qual o marido garanta o conforto material e financeiro e não tenha que participar das obrigações de trabalho doméstico. Isso não impede que uma mulher tenha emprego, mas, no entendimento social, sua remuneração seria para utilização pessoal e não para ajudar o marido nas despesas da casa.

Sakho, Diop e Awiss-Sall (2011) em seu trabalho “*Migration et genre au Senegal*” também trazem dados sobre status econômico para ilustrar a condição das mulheres no Senegal. Segundo dados de 2002 (RGPH3, 2006), somente 26% das mulheres senegalesas em idade para trabalhar estavam ativas no mercado, contra

64% dos homens. Dentre as 63% das mulheres que estavam inativas, 65% eram donas de casa (*femme au foyer*), número que chega a 71% no meio rural. A taxa de desemprego é maior entre as mulheres e somente 15,4% possuem emprego assalariado, enquanto mais da metade ocupa postos informais (situação também vivida pela população masculina). Dentro desse contexto, a parte que nos interessa do artigo é a percepção dos autores sobre o aumento da migração feminina autônoma (SAKHO, DIOP E AWISS-SALL, 2011). Apesar da reunificação familiar continuar tendo papel importante na emigração de senegalesas, mais mulheres estão migrando por razões de trabalho e estudo, com destaque para a região de Dakar e outros centros urbanos do país. Aumentou a proporção da migração em casas em que o chefe de família é uma mulher, principalmente no meio urbano, mas também de mulheres que imigram divorciadas ou solteiras. Segundo os autores, apesar da percepção geral da sociedade senegalesa ser ainda negativa para as mulheres que migram autônomas, por se diferenciarem do papel tradicional, esse é um fenômeno que ganha força. Apresentando dados para o ano de 2008, a principal motivação de partir era de 77,6% relacionadas a razões ligadas ao trabalho para os homens enquanto a reunificação familiar era 40,5% para as mulheres. Mesmo a família sendo motivo importante para as mulheres, 35% delas alegaram imigrar por razões ligadas a trabalho e 19,5% por razões ligadas a estudo, demonstrando um componente importante de mudança na migração autônoma feminina no Senegal.

No caso da atual pesquisa, apesar da realidade tradicional em que se encontram inseridos, nas conversas tanto com os homens quanto com a imigrante com quem conversamos mais aprofundadamente, fica claro que não é uma questão simples de proibição da mulher trabalhar fora. O que pude observar na trajetória dessa jovem migrante senegalesa é que, apesar de casada com um imigrante senegalês no Brasil, foi protagonista do seu projeto migratório. Era chefe de família no Senegal, emigrou sozinha com recursos próprios fruto de anos de trabalho no país de origem. Uma vez no Brasil, exerceu diversas funções no mercado formal e informal, enfrentou exploração e falta de oportunidade. Tem por objetivo ajudar a família que ficou e depende dos recursos. Em uma sociedade com a divisão sexual do trabalho marcada, ter uma imigrante que represente um caso da chamada feminilização das migrações pode indicar novos campos de pesquisa junto a essa

comunidade. Não sendo um caso único, outra imigrante senegalesa com quem tive a oportunidade de conversar na mesquita da cidade também fez o mesmo trajeto.

Segundo o estudo de Reysoo (2004), o fenômeno da feminilização da migração é caracterizado por dois fatores principais: o aumento do percentual de mulheres no estoque global de migrantes nos últimos vinte anos, mas também o surgimento de mulheres como protagonistas dos seus projetos migratórios. Como possíveis causas desse fenômeno, a autora cita o envelhecimento da população no mundo ocidental (e, portanto, um aumento na demanda por trabalho doméstico e cuidados), e emancipação das mulheres em nível mundial, que têm o direito de migrar, isto é, de serem atrizes independentes de seu próprio projeto de vida. Essa chave de análise pode ser interessante para trabalhos futuros com a comunidade senegalesa em Porto Alegre.

Um segundo ponto interessante, é a própria percepção dos membros da comunidade sobre as questões de gênero. Apesar de reafirmarem que é comum nas suas cidades de origem os homens trabalharem fora e as mulheres se ocuparam da casa, das crianças e dos mais velhos, nenhum afirmou haver uma proibição formal da inserção das mulheres no mercado de trabalho, mas sim uma ausência de vontade por parte delas. Estudar uma comunidade predominantemente masculina, muçulmana e conhecida por sua organização patrimonial envolveu muitos estereótipos, que em geral foram relativizados ao longo da pesquisa.

Como assinalei na descrição do trabalho de campo, tive receio no início com o tipo de aproximação que teria com o grupo pesquisado e sentia-me preocupada com comentários de colegas acadêmicos que sabiam das condições do meu trabalho de campo. Entretanto, convivi por longo período com a comunidade e fui muito bem acolhida como mulher. Questionei em diversos momentos as relações de gênero entre eles e o que mais chamou a atenção foi a relação naturalizada de amizade entre membros homens e mulheres da comunidade. Seja no ambiente privado ou no espaço público, os homens da comunidade tinham relações de amizade próximas com senegalesas e com brasileiras. Percebendo logo de início esse tipo de relação, transitei com muito mais naturalidade dentro da comunidade, sempre com sentimento de respeito e acolhimento. Segundo os próprios imigrantes, a amizade entre os sexos é algo comum dentro e fora do seio da família. Em contrapartida, questões sobre os obstáculos para amizade entre homens e mulheres na sociedade brasileira surgiram ao longo das conversas. Um dos entrevistados

comentou em um dado momento que no Brasil “*as amigas do marido não podem visitar a casa dele para conversar*”. Relatou situações em que as esposas brasileiras não aceitavam que os maridos recebessem a visita de colegas do trabalho em casa em sua ausência, em razão de ciúmes. Segundo o imigrante, numa visão provavelmente idealizada da convivência entre os gêneros, no Senegal maridos e esposas podem ter amigos homens e mulheres, e todos podem se visitar e conviver (DIÁRIO DE CAMPO, 23 jun. 2018).

Mesmo reconhecendo a limitação de análise sobre a sociedade senegalesa por não ter posto em prática um trabalho de campo no país de origem, e entendendo que as descrições das questões ligadas ao gênero terem sido feitas pelos próprios membros não necessariamente condizerem a realidade de fato, ou seja, aos índices de desigualdade de gênero no país, é interessante notar a percepção que a comunidade quer produzir sobre si. Em algumas situações em que perguntei sobre a condição da mulher no Senegal e o tipo de liberdade que elas experimentam, os imigrantes exaltaram a liberdade de trabalhar e fazer escolhas, além do respeito. Um dos entrevistados exaltou inclusive a presença das mulheres senegalesas na Assembleia Nacional: “*Nós não somos muito rígidos. Tu sabe quantos por cento do parlamento senegalês tem mulher? Quase 50% dos parlamentares senegaleses são mulheres*” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018). De fato, em 2017 foram eleitas 70 mulheres em um total de 165 parlamentares no parlamento senegalês, representando 42% das cadeiras (SENEPLUS, 2017). Dado relevante para o Brasil, onde 11,3% do Congresso Nacional era composto por mulheres em 2017, sendo 16% no Senado e somente 10,5% da Câmara dos Deputados (IBGE, 2018). Ainda segundo o ranking produzido pelo *Inter-Parlamente Union* em “*Women in Politics*” para 2019, o Senegal constava em 11º lugar no ranking da porcentagem de mulheres no parlamento, estando acima de países reconhecidos pela igualdade de gênero como a Finlândia (41,5% em 12º lugar) e a Noruega (40,8% em 14º lugar). O Brasil por sua vez ocupa o 133º lugar, com 15% das parlamentares mulheres em 2019 (IPU, 2019).

Gueye (2013) explica que a alta presença de mulheres no parlamento é fruto de anos de luta feminina no país, mas especialmente devido a mudanças na lei eleitoral tendo como resultado uma legislação favorável à equidade na esfera da representação política. A representatividade feminina no período pós

independência era muito baixa, menos de 10% na Assembleia. Entre 1972 e 2007, pela pressão das mulheres, vigorou uma política de cotas de 20% que não era alcançada. Foi somente em 2010 que conseguiram aprovar a Lei ° 2010/11 (de 28 de maio de 2010) que institui a paridade absoluta de homens e mulheres em todas as listas das assembleias eletivas e semi-eletivas. O decreto de aplicação n° 2011/819 de 16 de junho de 2011 permitiu sua primeira experiência nas eleições de 2012, quando o número de deputadas mulheres passou de 33 para 64 de um total de 150 (42,6%)⁵⁵ (GUEYE, 2013).

Apesar de o foco do atual trabalho não ser sobre as relações de gênero na comunidade, os dados podem nos dar pistas para pesquisas futuras. Dentro da comunidade convivi com mulheres migrantes que diziam se sentir livres para fazer suas escolhas. Chama atenção que a população masculina dos senegaleses em Porto Alegre tenha uma visão tão tradicional sobre o papel da mulher. Há um paradoxo entre a proporção das mulheres nas atividades parlamentares, relativamente alta em relação a outros países da região, e a baixa participação da população feminina nas atividades econômicas do mercado de trabalho apresentada pelas pesquisas. Uma explicação pode ser o nível de escolaridade daqueles que decidiram imigrar para o Brasil, em acordo com uma visão mais tradicional do papel da mulher. Mas isso merece pesquisas futuras.

Em relação à percepção masculina sobre violência doméstica contra a mulher, diferentes relatos foram encontrados. Em um determinado momento quando questionei sobre a agressividade masculina no Senegal um imigrante foi enfático na negativa. Deu o exemplo fictício de uma situação na qual se o cunhado batesse em sua irmã, interviria e, caso o agressor tivesse deixado marcas, a levaria na polícia com a possibilidade de o marido ser preso. A situação para ele é tida como inaceitável, alegando que no país de origem é crime, inclusive porque a religião muçulmana não permitiria esse tipo de violência. E concluía dizendo que *“nossa religião não permite bater na mulher. Isso não existe. Acho que nenhum religião pode”* (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018).

Em outras situações, contudo, foram citados pelos migrantes situações que demonstram cenário mais complexo. Em relação, por exemplo, à possibilidade de namorar antes do casamento encontrei duas situações. Um outro imigrante contou

⁵⁵ O número total de deputados da Assembleia Nacional do Senegal passou de 150 a 165 em 2017, mas a porcentagem de mulheres continuam em torno de 42% (SENEPLUS, 2017).

que os jovens não podem namorar e nem ter relações sexuais antes do casamento. Admite que as regras são muito rígidas, dando o exemplo de que praticamente não existe mãe solteira na sua comunidade. Ele afirma: “*Se o pai descobre que a menina está namorando briga e bate nela*” (DIÁRIO DE CAMPO, 29 jun. 2018). Quando os jovens chegam aos 17, 20 anos decidem casar, os próprios noivos podem escolher seus pares, mas precisam ter a aprovação dos pais. O pai do noivo entra em contato com o pai da noiva, e caso haja acordo o casamento acontece. Ou seja, a escolha para as mulheres é, de fato, limitada.

Houve também imigrante que falasse de liberalidade nas relações entre homens e mulheres, especialmente pelo fato de o homem poder ter mais de uma esposa se tiver recurso, podendo namorar outras mulheres. Em determinado momento mostrou fotos de amigos, homens e mulheres, que viajavam juntos e festejavam tomando banho de piscina. Havia o caso de um senegalês que já tinha duas esposas e namorava com uma terceira, presente na viagem. Enquanto o casamento não acontecia, aproveitavam o tempo na companhia dos amigos (DIÁRIO DE CAMPO, 30 set. 2018).

Esses exemplos demonstram duas realidades distintas dentro da mesma comunidade. Uma pista para explicar seria as diferenças dos contextos rural e urbano já assinaladas em trabalhos citados, ou também diferenças entre classes sociais, ou seja, famílias ricas e pobres. O que essas diferenças permitem perceber é o quão membros da mesma comunidade podem vir de realidades distintas no país de origem e juntarem-se, como aponta Sayad, em uma nova comunidade no país destino. Além disso, para analisar essas questões talvez fosse necessário distanciamento dos mecanismos de análise utilizados para nossas próprias questões de gênero, muito influenciados pelos modelos norte-americanos e europeu.

Judith Butler (1990), trazendo o conceito de “*gender trouble*”, demonstrou como o gênero é uma variável que pode mudar segundo o contexto. O rótulo da comunidade senegalesa entendida como uma comunidade tradicional patriarcal e apreendida como “essencialmente” machista pelo senso comum e algumas áreas de pesquisa, pode esconder um entendimento mais profundo das relações de gênero dentro da cultura senegalesa. Os autores Fall-Sokhna e Thieblemont-Dollet (2009) em trabalho intitulado “*Du genre au Senegal*” trazem pistas nessa direção. Analisando a historicidade do conceito de gênero na academia senegalesa, demonstram como o conceito no país pode se distanciar daquele tradicional

Europeu, principalmente no aspecto dualista masculino/feminino e em uma necessidade de pensar os gêneros em disputa. Para isso utiliza o exemplo de um movimento social de imigrantes senegalesas na França chamado “*Ni putes ni soumises*” (NPNS), na qual a identidade sexual não é o centro da estratégia, buscando uma diferenciação dos movimentos feministas franceses que se baseiam em uma ideia de “guerra dos sexos”. Esse caso nos mostra que as questões de gênero no país não podem ser entendidas unicamente com base nos discursos de parte da comunidade que alega uma ausência de violência contra a mulher, mas também não podem se basear em estigmas e estereótipos de que a sociedade é por si só legitimadora desse tipo de violência, exigindo análise mais detalhada e profunda sobre essa relação.

A trajetória de uma imigrante senegalesa com quem conversei e que ocupa posição de prestígio e proximidade junto à comunidade em Porto Alegre, pode ser uma chave para pensar a questão. Foi protagonista do seu próprio projeto migratório: chefe de família no Senegal e, independentemente de ter se casado novamente no Brasil, continuou tendo posição economicamente ativa no mercado de trabalho brasileiro indicando uma trajetória que se diferencia daquela esperada de um “tipo ideal” de mulher migrante senegalesa, acompanhante e submissa. Apesar de a comunidade ser predominantemente masculina em Porto Alegre, sua presença permite questionar brevemente as questões de gênero dentro da comunidade.

“Machismo” tende a ser uma palavra forte para descrever uma cultura tão diferente da brasileira. Sendo a comunidade pesquisada marcadamente masculina, não me sinto apta para aprofundar considerações sobre as questões de gênero. O que observei foi uma divisão sexual do trabalho cujo discurso é mais marcado pelo sentimento de complementariedade do que pela disputa entre desejos individuais de homens e mulheres. O que proponho, para trabalhos futuros, é uma tentativa de compreender um universo cultural distante do brasileiro, na atualidade dos centros urbanos, desconstruindo certezas preconcebidas da cultura senegalesa como essencialmente machista nos moldes que utilizamos para falar de culturas europeizadas.

De toda forma, no trabalho de campo foi perceptível a sobrecarga de trabalho das mulheres migrantes em relação à dos homens. A imagem que pretenderam me passar foi de complementariedade entre as tarefas dos homens e

das mulheres não como exigência, mas como escolha. Foi possível notar uma sobrecarga para as mulheres que uma vez no Brasil assumem as tarefas domésticas e os cuidados dos filhos ao mesmo tempo que têm compromissos de trabalho no mercado e de enviar recursos para as famílias que ficaram no Senegal. Isso gera uma sobrecarga emocional e física para as senegalesas, pois ao mesmo tempo que tiveram a liberdade de imigrar, mantêm as mesmas tarefas femininas domésticas que tinham em seu país. Por outro lado, em relação a vivência que tive, percebi um conceito de amizade e de liberdade entre homens e mulheres não parentes que é diferente da nossa cultura e diferente do que esperava encontrar entre muçulmanos. Uma noção de respeito em relação a mim, convivendo durante esse longo período com um grupo majoritariamente masculino e me sentindo à vontade em relação a eles. O respeito foi a palavra central dentro da comunidade, que permitiu que colocasse em prática a minha pesquisa dentro de um universo predominantemente masculino sem que me sentisse em nenhum momento desrespeitada ou inferior. Entendi o quanto era importante não incorporar aqueles estereótipos que possuímos.

3.1.2. Relação entre escolaridade e religiosidade no Senegal

O baixo nível educacional entre os imigrantes pesquisados chamou atenção. Percebi que a escolaridade e a questão religiosa no Senegal estão interligadas. Em um país majoritariamente muçulmano, diferentes tipos de ensino coexistem e os dados demonstraram que jovens têm acesso a trajetórias educacionais distintas. Perceber essa heterogeneidade na formação dos imigrantes senegaleses em Porto Alegre ajudou a compreender um pouco mais a sociedade e a cultura senegalesa como um todo, principalmente o papel central que a religião possui na vida e na trajetória dos imigrantes com quem tive contato.

Dos 22 questionários, sete alegaram ter fundamental incompleto (até quatro anos de estudo), nove, ensino fundamental completo (até oito anos de estudo) e apenas quatro completaram o ensino médio. Houve uma não resposta e nenhum imigrante tinha ensino superior. O Senegal é um país que, apesar dos avanços nos índices educacionais nas últimas duas décadas, mantém relativamente baixos índices de escolarização e alfabetização. Segundo dados fornecidos pelo *Institut de la Statistique de l'UNESCO* (ISU, 2019) para o ano de 2017, apenas 51,9% da

população com 15 anos ou mais era alfabetizada. A proporção é maior entre os jovens de 15 a 24 anos, 69,48%, mas sensivelmente baixa para a parte mais idosa da população, com somente 27,67% daqueles com 65 anos ou mais. O Brasil, em comparação, tem 92,05% da população com 15 anos ou mais alfabetizada, 98,96% entre jovens de 15 a 24 anos e 74,26% entre pessoas com 65 anos ou mais. Apesar de baixos índices algumas evoluções foram percebidas.

Além das taxas de alfabetização, um segundo método de análise dos índices é a Taxa Bruta de Escolarização de um país (*Taux Brut de Scolarisation* - TBS)⁵⁶. Segundo o *Ministère de l'Éducation Nationale*⁵⁷ do Senegal a TBS aumentou de forma significativa entre 2000 e 2018, sendo medidas por setores e faixas de idade. A tabela a seguir mostra como o sistema educacional formal é dividido em quatro etapas: ensino pré-escolar, ensino elementar, ensino médio e ensino secundário. Vale ressaltar que o Ministério da Educação mudou a faixa da apreensão dos dados entre 2013 e 2014 em razão da lei de obrigação escolar entre 6 e 16 anos, idade oficial de acesso à escola (MNE, 2014: 61). As mudanças de definição tiveram efeito nos dados, como por exemplo a taxa bruta de escolaridade (TBS) que era de 93,0% na educação elementar em 2013 passou para 82,6% em 2014. Na tabela a seguir encontram-se as faixas de idade utilizadas nos relatórios de escolaridade do Senegal para cada ano.

Tabela 6: Sistema educacional Senegal entre 2000 e 2018

	2000, 2011 e 2013	2014 e 2018
Pré-escolar	3-6 anos	3-5 anos
Elementar	7-12 anos	6-11 anos
Médio	13-16 anos	12-15 anos
Secundário	17-19 anos	16-18 anos

Fonte: Tabela elaborada pela autora, dados RNSE 2011, RNSE 2014 e RNSE 2018

⁵⁶ Segundo o *Rapport National sur la situation de l'éducation au Sénégal*: “L'intensité de la scolarisation est mesurée par le Taux Brut de Scolarisation (TBS). Cet indicateur mesure la capacité du système éducatif à accueillir les enfants scolarisables. Ce taux est défini comme étant le total des inscriptions dans un niveau spécifique d'éducation, sans distinction d'âge, exprimé en pourcentage de la population officiellement scolarisable, au même niveau, pour une année scolaire donnée” (RNSE, 2018: 40).

⁵⁷ O Ministério da Educação Nacional (MNE) do Senegal produz quase anualmente, desde 2010, um documento chamado *Rapport National sur la situation de l'éducation au Sénégal (RNSE)*. No âmbito da pesquisa tivemos acesso aos de 2011, 2014 e 2018. Disponível em: MNE: <<https://education.sn>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

Quando olhamos os dados do período é perceptível uma evolução significativa para o início do séc. XXI. Aquela mais expressiva é na educação elementar, que seria equivalente à educação primária no Brasil. Em 2000 as taxas eram de 67,2%, passando a 93,9% em 2011, e terminando em 2018 com 86,4%. Como vimos, essa baixa está relacionada a faixa de idade apreendidas nos diferentes períodos, mas o aumento é expressivo. A melhora na escolarização é sentida em todos os setores, tendo o ensino médio passado de 19,6% em 2000 para 49,5% em 2018. No mesmo período a TBS da pré-escola passou de 2,3% para 17,8% e no ensino secundário de 9,3% para 28,3%. Mas apesar dos avanços, as taxas continuam baixas nesses últimos três setores. A tabela a seguir trás dados completos, totais e separados por sexo para o período.

Tabela 7: Taxa Bruta de Escolarização por setor de ensino no Senegal entre 2000 e 2018 (%)

TBS	2000	2011	2013	2014	2018
Pré-escolar Total	2,3	10,7	11,4	14,7	17,8
Pré-escolar Meninos	2,2	10,0	12,7	13,6	16,7
Pré-escolar Meninas	2,4	11,4	12,1	15,8	19,0
Elementar Total	67,2	93,9	93,0	82,6	86,4
Elementar Meninos	71,9	89,5	87,9	76,7	80,4
Elementar Meninas	62,3	98,6	98,4	89,0	92,6
Médio Total	19,6	53,2	58,0	55,0	49,5
Médio Meninos	24,0	52,4	56,9	52,3	45,9
Médio Meninas	15,4	54,0	59,1	57,9	53,3
Secundário Total	9,3	21,7	28,6	31,1	28,3
Secundário Meninos	12,1	24,3	31,2	33,6	27,0
Secundário Meninas	6,7	18,9	25,9	28,6	29,6

Fonte: Tabela elaborada pela autora, dados RNSE: MRE,2011; MRE, 2014; MRE, 2018

Os dados separados por sexo mostram que as meninas que tinham os níveis mais baixos no ano 2000 para quase todos os níveis (com exceção da pré-escola), em 2018 alcançam taxas de escolarização maiores do que os meninos em todas as faixas de idade. O aumento expressivo da educação das meninas segundo o Ministério da Educação tem a ver com campanhas de sensibilização e incentivo à feminina (MNE, 2011). Os trabalhos de Moguero (2011) e Lewandowski (2011) que mostravam que meninas tinham mais acesso à escola primária, mas ainda

possuíam menos chance de chegar à escola secundária em 2011, mantendo níveis altos de desigualdade, poderiam ser atualizados para um cenário mais favorável e menos desigual em 2018.

Além de um histórico de desigualdades de sexo, que vem diminuindo ao longo dos últimos anos, existem outras persistentes. As disparidades entre a zona rural e urbana são expressivas, em um país em que mais da metade da população vive fora das cidades (53% da população habita a área rural) principalmente para as meninas (ISU, 2019). As disparidades regionais também são expressivas. Sobre a taxa bruta de escolaridade para o ensino elementar, enquanto em 2018 a região de Kédougou apresentava 113,7% e Dakar 101,3%, outras como Kaffrine e Diourbel tinham respectivamente 47,3% e 57,6%. Essas disparidades regionais se mostram persistentes ao longo dos anos. Em todos os relatórios analisados (2011, 2014 e 2018) as regiões de Kaffrine e Diourbel se destacam pelos mais baixos índices do país. Nessas zonas de escolaridade mais baixa é comum ainda a desigualdade entre os sexos, com acesso restrito de meninas à educação formal (MNE, 2011; MNE, 2014 e MNE, 2018).

Em estudo sobre o perfil das crianças fora da educação formal no país, notamos múltiplas desigualdades e desafios ainda existentes. Segundo Barry e Slifer-Mbacké (2016) de um total de 4.022.229 crianças entre 6 e 16 anos no Senegal em 2016, cerca de 37% delas se encontravam fora do sistema de ensino. Dessas, a grande maioria é formada por crianças que jamais foram escolarizadas (78,6%) enquanto uma parte menor é composta por crianças que abandonaram o sistema escolar (21,4%). A tabela a seguir mostra a proporção para o período.

Tabela 8: Porcentagem de jovens senegaleses em idade escolar (6-16 anos) dentro e fora do sistema nacional de ensino em 2016 (%)

	Escolarizados (<i>Scolarisés</i>)	Tiveram acesso ao sistema e abandonaram (<i>Décolarisés</i>)	Não tiveram acesso ao sistema escolar (<i>Jamais Scolarisés</i>)
Total	62,7%	8%	29,3%
Meninos	59,6%	8,3%	32,1%
Meninas	66,0%	7,7%	26,4%

Fonte: Tabela elaborada pela autora, dados: Barry e Slifer-Mbacké/USAID, 2016

Dos que estão fora do sistema escolar, a maioria são meninos (57%) com idade entre 6 e 11 anos. No meio urbano a parte mais importante é de crianças que abandonaram a escola, enquanto no meio rural a maior parte é formada por crianças que não tiveram qualquer acesso ao sistema. Enquanto as crianças do meio urbano têm problemas para se manter no sistema, no meio rural o maior obstáculo é a falta de acesso. Há ainda grandes desigualdades regionais, como descrito anteriormente. As regiões de Diourbel e Kaffrine apresentam as maiores porcentagens de crianças de 6 a 16 anos excluídas do sistema educacional formal, com 68% e 64% respectivamente (BARRY E SLIFER-MBACKÉ, 2016).

O estudo indica diversos fatores que influenciam a não escolarização das crianças. O primeiro é relacionado à pobreza. Crianças de lares pobres têm maior chance de não ter acesso à escola, pois muitos dos pais alegam “falta de meios financeiros”. Uma consequência direta da pobreza acaba sendo a inclusão da criança na participação do ganho do rendimento da família. Como segundo ponto constata-se que o nível de estudo dos pais também tem influência. Nas casas em que as mães e os chefes de família são escolarizados é maior a probabilidade de a criança ter acesso à escola. Um terceiro fator citado que interessa diretamente a nosso trabalho é a influência da presença de um emigrante na família para a escolaridade das crianças. Segundo a pesquisa, os lares que possuem pelo menos um emigrante no exterior são mais inclinados a não escolarizar as crianças do que aqueles sem emigrantes em casa. As regiões que possuem as maiores taxas de não escolarização das crianças também são aquelas conhecidas pela tradição de emigração internacional: Louga, Diourbel, Matam et Saint-Louis. Segundo os autores, o projeto de emigração é sobreposto ao projeto escolar, tornando-se a perspectiva que orienta todos os investimentos e interesses dos jovens e de sua família (BARRY E SLIFER-MBACKÉ, 2016).

Existem questões de ordem prática também. Alguns chefes de família justificam a não escolarização das crianças pela distância e indisponibilidade de escolas. As regiões de Louga, Matam, Kaffrine e Tambacounda são aquelas onde a não escolarização justificada pela falta de acesso físico às escolas estão mais presentes. O problema ainda é mais comum no meio rural. Outra questão é a falta de registro de nascimento. Englobando a população senegalesa como um todo, em um país onde uma pessoa a cada cinco não possui *acte de naissance* (certidão de

nascimento), a falta do documento torna-se um obstáculo ao acesso da criança à educação formal (BARRY E SLIFER-MBACKÉ, 2016).

Além desses, existem fatores socioculturais e religiosos que influenciam a não escolarização, que se destacam como os mais citados entre as justificativas dadas pelos chefes de família para a não escolarização. Muitas famílias rejeitam as escolas formais por acreditarem que elas não atendem a suas expectativas educacionais, que dão lugar central ao ensino da religião. A escola formal também muitas vezes é vista como responsável pela introdução de culturas e ideais contrários a valores tradicionais que consideram importante preservar e proteger. Por último, apontam uma incapacidade dos profissionais das escolas de dar o suporte educacional satisfatório às crianças (BARRY E SLIFER-MBACKÉ, 2016).

Em relação a essa última crítica, trabalhos mostram que o sistema expandiu, mas com muitas dificuldades. O documento “*Performances du système éducatif sénégalais*” (PASEC, 2016) detalha os desafios do governo senegalês em relação à educação. Em um país onde os jovens com menos de 20 anos representam mais da metade da população, e no qual a população em idade escolar (6 a 11 anos) cresce 2,7% ao ano, o sistema educacional sofre uma pressão pela superpopulação alinhado a falta de recursos.

Concluimos assim que a escolaridade no Senegal apesar dos avanços significativos em termos de expansão e de uma sensível diminuição da desigualdade de acesso de meninos e meninas, ainda enfrenta inúmeros desafios. Destacamos as desigualdades persistentes entre os meios rural e urbano e entre regiões do país, obstáculos físicos para o acesso de parte da população ou pela qualidade do ensino devido à superpopulação do sistema educativo formal, mas também obstáculos socioculturais e religiosos de um sistema de educação formal laico em uma sociedade fortemente influenciada pela religião.

Além do contexto educacional descrito acima, os dados apresentados nos questionários dos imigrantes senegaleses em Porto Alegre podem ser difíceis de analisar. Os imigrantes citaram o número de ano de estudos de cada um, mas explicam que havia dois tipos de ensino no Senegal: uma educação formal, laica, oferecida pelo governo, no qual ensinam na língua francesa, e uma educação religiosa para estudos do Alcorão e da língua árabe. No final, optamos por medir o

nível de escolaridade pela quantidade de anos de estudo declarada, mas a situação está longe de ser clara.

Senegal é atualmente um país majoritariamente muçulmano, 90% da sua população (TAMBA, 2016). O ensino tradicional, também chamado de ensino corânico, chegou junto com a religião islâmica há vários séculos na região. Dramé (2015) afirma que a religião muçulmana foi introduzida no país no século XI. Sendo o Islã revelado em 610 d.C no Oriente Médio, já em 640 d.C. se estendia ao Norte e Oeste do continente africano por sua porta de entrada, o Egito. No Senegal chegou por influência dos mouros que, seguindo as rotas comerciais, atravessaram o Saara ocidental, e atingiram a região por volta de 1.030 d.C. O ensino arábico-islâmico, baseado na leitura do Alcorão e das ciências arábico-islâmicas, foi logo implementado, criando primeiramente pequenas escolas corânicas e, na sequência, grandes centros de ensino religioso. Relatos de viajantes europeus na África negra entre os séculos XIV e XIX já reconheciam as escolas religiosas, demonstrando o quão enraizadas estavam na cultura do país.

A inserção do Islã e de seus ensinamentos está diretamente ligado à difusão da língua árabe nas sociedades muçulmanas. A língua tem função importante no plano religioso, visto que a compreensão dos textos sagrados é diretamente ligada ao domínio do idioma. O Alcorão é mais do que um livro de fé; nele constam as regras, o direito, a ciência e a moral que orientam os fiéis em todas as esferas da vida. Os ensinamentos confessionais não têm somente uma função religiosa, mas social como um todo (DRAMÉ, 2015).

Historicamente, o ensino religioso senegalês enfrentou períodos de repressão. Durante o período colonial, as autoridades consideravam a prática como um obstáculo à propagação da língua francesa e por essa razão os estabelecimentos foram considerados uma ameaça. Segundo Dramé (2015), o Islã era tido como o principal inimigo da administração colonial, a islamização da África negra um obstáculo ao desenvolvimento, que foi combatido abertamente. Mas apesar das tentativas de repressão a religião não cessou de aumentar sua influência na região. A introdução de escolas “do colonizador”, também chamadas de “ocidental”, “moderna” e “formal”, não significaram a extinção dessa tradição.

Reconhecida a importância milenar do ensino religioso, passemos à situação atual das instituições educacionais no país. O estudo de Chalier (2004) sobre as escolas no Senegal nos ajuda a ter um maior entendimento sobre a questão. Afirma

haver lá três modalidades de escola: escolas públicas, escolas privadas e as Daaras, também chamadas escolas corânicas. Enquanto os dois primeiros tipos são escolas formais, as Daaras são consideradas instituições de ensino não formais. Por instituições formais entende-se aquelas que fazem uso do currículo nacional em um quadro oficial reconhecido pelo Estado, possuindo regras de funcionamento, pedagogia, processo de validação e calendários definidos (CHARLIER, 2004; AIGUEPIERRE, DIA, HUGON, 2017; AIGUEPIERRE, BAUER, 2016).

O documento “*Performances du système éducatif sénégalais*” (PASEC, 2016) lista a relevância das modalidades de escolas formais no território nacional para o ano de 2014. As instituições, que podem ser laicas ou não, seguem o currículo nacional senegalês. A escola pública laica é a mais importante com 82,71% dos alunos do país. Na sequência, temos as escolas privadas laicas com 8,04%, as privadas franco-árabes com 4,01%, as públicas franco-árabes com 3,29% e as privadas católicas com 1,46% (PASEC, 2016: 5). As Daaras ou escolas corânicas não oficiais são, por sua vez, difíceis de quantificar, visto que não há dados gerais sobre sua frequência no país. A Constituição senegalesa de 1963, pós independência, reconhece o país como uma república laica responsável pela escola pública (também laica). Propõe uma separação entre estado e religião, abrindo mão da tutela de instituições e comunidades religiosas ao mesmo tempo em que as reconhece como “meio de educação”, além de permitir instituições de ensino privadas (PASEC, 2016).

Dentre as escolas formais temos dois tipos principais. A escola pública, reconhecida como a escola oficial, laica e gratuita. Referência que estrutura o campo escolar, baseia seu ensino no idioma francês e enfrenta inúmeros desafios para acolher a crescente população jovem do país. Sofre críticas de dois tipos principais, uma cultural e outra estrutural. A cultural é relacionada a partes da população que a considera uma herança da colonização francesa, ensinando uma “língua estrangeira” às crianças. Sobre a estrutural, as reformas que incluíram recentemente grande parte da população e melhoraram os índices de escolaridade, na prática resultaram em escolas superpopulosas o que fez com que muitos as percebem como sinônimo de queda na qualidade do ensino. Existem escolas públicas franco-árabes no país, mas essas são poucas e estão em período de experimentação (AIGUEPIERRE, DIA, HUGON, 2017; CHARLIER, 2004).

A segunda modalidade de educação formal são as escolas privadas. Elas podem ser laicas ou não (católicas e franco-árabes). Em geral, têm melhores resultados do que as escolas públicas, mas acolhem somente famílias que têm condições de financiar o estudo dos filhos. As escolas franco-árabes privadas, de certa forma, são uma tentativa de modernizar as Daaras e resolver um dilema fundamental de ter um ensino laico em um país majoritariamente religioso (CHARLIER, 2004).

Por último, temos as escolas corânicas, também chamadas de *daaras*, que são instituições não formais no Senegal. A *daara* é o modelo mais distante da escola pública, tendo como objetivo principal o ensino do Alcorão e os princípios da religião islâmica. *Daara* significa casa em árabe, seus alunos são chamados de *Talibés* e os professores de *Marabout*. Charlier (2004) expõe três tipos principais: a *daara* tradicional, a *daara* moderna e as escolas corânicas de bairro. Enquanto nas duas primeiras as crianças permanecem na instituição, longe da família, na última os estudos religiosos são somente por algumas horas por dia.⁵⁸

Nas daaras tradicionais os talibés são colocados sob responsabilidade do Marabout, com o objetivo principal de aprender o Alcorão. Todas as crianças são acolhidas, independente da situação financeira. Como muitos chefes religiosos não têm condições financeiras de sustentar seus estudantes, é comum que durante uma parte do dia as crianças saiam às ruas para mendigar e procurar o que comer. Por essa razão são muito criticadas por parte da população, que considera que as crianças sobrevivem em condições insalubres, sem acesso a banho, passam por dificuldades vagando nas ruas mendigando por dinheiro. Os líderes religiosos justificam a prática pela falta de recursos, mas também por uma questão moral de que “o sofrimento educa” as crianças para a vida adulta. Muitas famílias preferem colocar seus filhos nas Daaras tradicionais em vez de no ensino formal exatamente por acreditarem que esse modelo ensina as crianças a enfrentar qualquer tipo de desafio e poderão ganhar a vida futuramente trabalhando no setor informal (CHARLIER, 2004).

⁵⁸ Para quem tiver interesse em aprofundar a questão da educação religiosa no Senegal ver: HUGON, Clothilde. (Re)Penser Dieu à l'école au Sénégal: L'adaptation des politiques publiques au défis de l'éducation “arabe-islamique”. Thèse pour le Doctorat en Science Politique. Direction de M. Dominique DARBON. Université de Bordeaux. 691p.

As daaras modernas, por sua vez, demandam uma contribuição da família e recebem recursos públicos e doações privadas. Em geral, numa parte do tempo ensina-se o Alcorão e noutra fazem trabalho agrícola cultivando as terras do *Marabout*. Elas representam o esforço de uma adaptação a um modelo que combine os ensinamentos tradicionais com exigências do mundo moderno e são reconhecidas por isso. Apesar do ensino religioso rigoroso, procuram banir práticas consideradas inaceitáveis, como a tortura e agressão como castigo (CHARLIER, 2004).

Por último, nas escolas corânicas de bairro as crianças passam algumas horas por dia aprendendo o Alcorão, mas ao final dos estudos vão para casa. Longe do rigor das instituições de daara moderna ou tradicional, muitas famílias optam pelas escolas corânicas de bairro (também chamadas de daaras) para complementar o ensino na escola oficial laica. Essas escolas aparecem assim como uma estratégia para conciliar a modernidade e a tradição, abrindo portas para que seus filhos tenham acesso aos dois tipos de educação (CHARLIER, 2004).

Foi traçado o panorama das instituições de ensino no Senegal com o intuito de melhor compreender as informações fornecidas pelos imigrantes senegaleses no âmbito da nossa pesquisa. Todos os imigrantes com quem tivemos contato no campo de pesquisa eram muçulmanos. Como apontado, a escolaridade dos entrevistados é baixa, mas as trajetórias educacionais são diversas. Uma parte afirma ter feito somente estudos religiosos. Quando questionado por quantos anos frequentou a escola um especificou que estudou “*Daara e Alcorão por 10 anos*”, outro afirmou “*Eu estudar árabe, 10 anos*” especificando ainda que árabe significava o estudo religioso e outro respondeu “*Alcorão por 4 anos*” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 Set. 2018; 27 Set. 2018; 01 Out. 2018). Houve imigrante que admitiu jamais ter frequentado a escola ou somente o ensino formal. Um deles afirmou: “*Estudei sim, mas não terminei. Lá no Senegal, 5 anos. Não no religioso, no colégio*”, fazendo referência à escola pública (DIÁRIO DE CAMPO, 30 Set. 2018).

Por último, há imigrantes que alegaram combinar estudos tradicionais religiosos e ensino público oficial, um explicou: “*Quando [a criança] tem 10 anos começa a aprender o Alcorão. Mas estudo de francês eu fiz só 3 anos*” (DIÁRIO DE CAMPO, 30 Set. 2018). Outros relatos vão na mesma direção: pouca escolaridade dividida entre escola laica e religiosa. Um deles argumenta: “*Alcorão é o que fala todas coisas, é tipo a bíblia. Todas coisa que tá [sic] dentro, você olha*

e fica falando. Tudo certinho, que está escrito” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018).

Houve quem se queixasse de ter que fazer o ensino laico e religioso ao mesmo tempo: *“Eu fazia as duas coisas, não tinha tempo livre de brincar”* (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018). A rotina das crianças que conciliam os dois tipos de ensino é descrita como intensa. Pela manhã, entre 8 e 13 horas, frequentam a escola pública e no período da tarde, entre 15 e 18 horas, o estudo do árabe e Alcorão em uma Daara. Explicou que nas férias também não tinha tempo de brincar porque o ensino religioso não tem recesso. Na escola pública meninos e meninas estudam juntos e na religiosa é separado. Perguntado se era um ensino pago disse que na sua época não, mas agora as coisas mudaram. Antigamente a escola religiosa era gratuita, sendo totalmente financiada pelos líderes religiosos. Hoje em dia foi “modernizada” e os pais dos alunos podem ajudar financeiramente. Um dos motivos alegados é que alguns pais deixavam seus filhos por anos sem qualquer tipo de contribuição. As mensalidades variam, podem ser em torno de 100,00 reais, alguns por mês e outros por ano. Nenhuma criança é impedida de estudar, mas os pais preferem contribuir (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018).

Percebe-se assim que a daara que frequentava passou pelo processo de modernização apontado por Charlier (2004). Na sua época não havia uma mensalidade e quem assumia os custos em sua integralidade era o chefe religioso responsável, mas atualmente os pais contribuem para manter a escola. Um segundo imigrante citou em seu relato que uma das principais razões de enviar remessas para o Senegal é para bancar a escola religiosa do seu filho (DIÁRIO DE CAMPO, 04 jun. 2018).

Ainda sobre as escolas no Senegal, descreveram o cenário desenhado por Charlier (2004). Um dos imigrantes explicou que no país há escolas públicas e privadas, como no Brasil. Quando questionado se as escolas particulares têm melhor desempenho explicou que a pública lá não é ruim, e que diferentemente do contexto brasileiro os níveis de ensino entre pública e privada não são tão contrastantes. Mas apesar das diferenças entre escolas, afirma que a escola pública brasileira que muitas vezes é tratada no país como “ruim” para eles seria considerada maravilhosa. Nas escolas públicas do Brasil, as crianças recebem merenda e não podem ser punidas fisicamente, diferente das escolas públicas no Senegal como descrito na passagem a seguir (DIÁRIO DE CAMPO, 23 set. 2018).

Os relatos dos imigrantes sobre suas trajetórias escolares retratam aquilo que vem sendo exposto na literatura, ou seja, um contexto de baixa escolaridade e a combinação de diferentes tipos de ensino com destaque para escola formal pública, de língua francesa e a escola religiosa não formal que ensina a língua árabe focada no ensino do Alcorão. Quando observamos os anos de estudo, poucos chegam a completar o ensino fundamental, sendo o ensino formal acompanhado por poucos anos. Alguns se declaram analfabetos, não sabendo ler e escrever em nenhum dos idiomas. Além disso, as trajetórias são heterogêneas. Enquanto imigrantes afirmam ter estudado somente na escola religiosa ou formal, o mais comum é a combinação entre os dois tipos de ensino, que culmina em uma rotina exaustiva de estudo. Nenhum dos senegaleses com quem conversamos citou ter tido a opção de acesso à universidade.

3.1.3. Breve constatação sobre idioma

A baixa formação na escola formal também é perceptível no uso do idioma francês. Como comentado na descrição do trabalho de campo, o nível de francês dos entrevistados em geral era baixo e grande parte preferia se comunicar em um português também precário. O Senegal possui diversos idiomas. Apesar do plurilinguismo, o francês é considerado o idioma oficial e é aquele ensinado nas escolas formais, mesmo nas religiosas formais (franco-árabes). A falta de domínio do idioma é um forte indicador de que os imigrantes a que tivemos acesso tinham uma baixa formação em instituições de ensino formais no país.

Recapitulando, o continente africano possui mais de 800 línguas, sendo o plurilinguismo presente tanto em termos sociais quanto individuais. Os países da África Ocidental, dentre eles Senegal, destacam-se pelo multiculturalismo e diversidade linguística (AMAZU e SINGLER, 2014; JUILLARD, 2005). No país são faladas mais de vinte línguas que servem para comunicação cotidiana dos diversos grupos étnicos senegaleses. O tamanho dos grupos varia, mas além do francês que é a língua oficial e administrativa, há seis outras reconhecidas como línguas nacionais: Poular (pular ou peul), Sévère (sereer), Diola (joola), Mandika (mandingue), Soninké (sara kholé) e Wolof. As línguas nacionais não possuem a mesma dinâmica no território, algumas concentradas e majoritárias em determinadas regiões e localidades. Wolof é o mais difundido, cobrindo cerca de

80% do território nacional como primeira ou segunda língua de comunicação. Nasceu como língua de comunicação inter-étnica e se destaca como o principal idioma de diálogo no país (MOUSSA, 1998).

Enquanto o Wolof é considerado a língua veicular no país, o Francês é o idioma oficial. Senegal é país francófono, preenchendo condições fundamentais como reconhecimento, por parte do Estado, do francês como idioma oficial (único ou não), participação do chefe de Estado no “*Sommet des chefs d'état francophones*” e por utilizar o francês como idioma único nas comunicações internacionais oficiais e privilegiado nas comunicações nacionais. Na prática, além da parte administrativa, é a língua ensinada no ensino oficial, tanto público quanto privado. Moussa (1998) afirma que enquanto o francês no Senegal tem um “*corps faible*” e um “*status important*”, o Wolof teria uma “*status faible*” e um “*corps important*”. Ou seja, enquanto o francês é a língua oficial, administrativa e educacional, outros idiomas nacionais, com destaque para o Wolof, ainda são predominantes no campo comunicacional diário no país, seja ele entre as famílias nos ambientes privados ou na vida pública, com destaque para as relações no mercado informal (que ocupa parte importante na economia do país).

Os estudos sobre linguística, que não vamos aprofundar aqui, apontam para uma imbricação dos idiomas no Senegal atualmente. Fatores como a mobilidade, a crescente urbanização e a superdiversidade nas grandes cidades propiciam um ambiente de contato linguístico heterogêneo. As regiões que se destacam pelo multilinguismo são a capital Dakar e a cidade de Ziguinchor na região de Casamance. Por serem centros de recepção de imigrantes internos de diversas regiões, se tornam polos de contato entre os diferentes idiomas do país. Como consequência principal observa-se na prática um *mixing* de idiomas, com destaque nos trabalhos para relação do bilinguismo Wolof-Francês. O uso de palavras em francês mesmo quando as pessoas se comunicam em Wolof demonstraria, por exemplo, a crescente importância do idioma oficial nas relações de comunicação cotidianas (JUILLARD et al, 1994; THIAM, 1994; DREYFUS e JUILLARD, 2001; JUILLARD, 2005; NUNEZ e LÉGLISE, 2017).

No caso da nossa pesquisa, todos os imigrantes com quem conversamos e a totalidade dos entrevistados afirmam ter como idioma principal o Wolof. A comunicação entre eles em todos os ambientes que frequentamos era nessa língua. Seja entre os grupos de imigrantes trabalhando como vendedores ambulantes, nos

encontros da associação e encontros religiosos (*dayras*), ou entre amigos e familiares onde moravam. Foi por essa razão que logo no início do trabalho de campo solicitamos ao presidente da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre que nos disponibilizasse um áudio em Wolof explicando nossa pesquisa, mas também condições, finalidades do projeto e garantias de anonimato. Além disso, ao longo do trabalho de campo muitos tentaram me ensinar palavras e frases básicas no idioma. Aprendi no curso da pesquisa poucas expressões, mas destaco duas “*Jërējēf*” que é obrigado e como me apresentar “*Maa ngi tudd Julia*” e perguntar como a outra pessoa se chama “*Noo tudd?*”.

O francês apareceu como segunda língua mais citada. Apesar de vinte imigrantes, dentre os vinte e dois que responderam ao questionário afirmarem que falavam francês, na prática a comunicação foi mais difícil. Na comunicação da pesquisa predominou uma mistura de português e francês em uma tentativa de aprofundar as conversas. Dentre os que falavam de forma fluente o francês, destaco imigrantes que tiveram acesso a mais anos de estudo no ensino formal. Mesmo reconhecendo que, por ser um país francófono, esperávamos no trabalho de campo comunicar utilizando somente a língua francesa, expectativa que não se concretizou, ela serviu como fonte de aproximação com os imigrantes. Ficavam interessados em saber como aprendi francês e demonstravam simpatia por tentar me comunicar em idioma familiar à cultura do país.

Como terceira língua temos o árabe. Dos vinte e dois questionados, onze afirmavam falar o idioma, sempre relacionado ao ensino religioso e à necessidade de ler o Alcorão. Ainda três imigrantes citaram o idioma inglês e apenas dois afirmaram ser fluente em Poular, outro idioma reconhecido como nacional no país.

Por último, o português foi idioma chave para comunicação junto à comunidade. Todos os entrevistados afirmavam “falar português” e nunca terem tido contato com essa língua antes de chegar ao Brasil. Poucos dentre eles fizeram aulas, a maioria alegando ter aprendido na prática, em geral no ambiente de trabalho. Os níveis de entendimento e fluência variavam em função do perfil dos imigrantes, mas o que mais influenciava era o tempo de estada no Brasil. Era comum me mostrarem conversas por aplicativo com amigos brasileiros que os ajudavam no aprendizado do idioma. Como veremos, esse parece ser um dos principais desafios dos imigrantes na sua inserção no contexto brasileiro. O não conhecimento do idioma nacional na chegada dificulta a comunicação diária com a

população brasileira, mas principalmente a inserção no mercado de trabalho formal que exige um domínio mínimo da língua.

Nessa breve constatação sobre o idioma do grupo estudado podemos afirmar que, assim como a literatura demonstra, no país de origem o Wolof é a língua primeira em termos de comunicação dentro da comunidade, mas também com a família e amigos que ficaram no país. A fluência na língua francesa é para uma pequena parte do grupo, mas o idioma ainda assim serviu para facilitar a comunicação. O português foi também fundamental para as conversas e entrevistas, apesar de muitos ainda terem baixos níveis de domínio do idioma. A aprendizagem é vista como um dos principais desafios para instalação satisfatória no Brasil. As questões ligadas ao idioma nos permitem perceber que apesar de uma vez no território brasileiro os imigrantes serem vistos como “senegaleses”, o contexto multiétnico e multilinguístico de origem merece atenção das pesquisas.

3.2. A emigração

Se o objetivo na seção anterior (3.1) foi fornecer um panorama geral sobre quem são os imigrantes estudados, na sequência procuro entender **o processo de emigração dos senegaleses**. Sayad (1991) sinalizou a importância de perceber todos imigrantes antes de tudo como um emigrante, aquele que deixou sua terra natal por diversas questões dentro de um contexto específico. Como não conheci o país de origem vou me deter na visão que meus informantes transmitem sobre o país que deixaram rumo ao Brasil.

A sessão será dividida em três eixos. O primeiro sobre o *contexto do processo emigratório*. Retomarei pontualmente questões apresentadas no capítulo 2 sobre a história da saída de senegaleses para o exterior. O foco principal é entender de onde vêm os migrantes, ou seja, sua região de origem e a vinculação com o processo migratório no âmbito nacional. A segunda parte concentra-se *nas razões dos imigrantes para terem deixado o país*. Explorarei aquelas tradicionalmente apresentadas, que caracterizam o fenômeno migratório senegalês como de “tipo econômico”, mas também minha percepção da existência de uma “cultura de migrar” no país. Na terceira parte discorrerei sobre *o projeto migratório* dos senegaleses em Porto Alegre, que apesar do percurso individual é caracterizado como projeto familiar.

3.2.1. Contexto da emigração: cidades de origem

Uma das questões que procurei identificar ao longo da pesquisa foi a cidade e região de origem dos imigrantes senegaleses em Porto Alegre. Busquei entender dessa forma como esse fluxo está vinculado ao processo de emigração nacional senegalês como um todo. No caso dos questionários constavam duas questões específicas sobre o tema. As respostas variaram, mas em geral os migrantes buscaram maneiras de explicar um pouco mais sobre a geografia no país de origem como na passagem a seguir. O termo “região” (*région*) seria equivalente aos “estados” no Brasil, e a capital de cada *région* é denominada *chef de lieu*. Em comparação com o Brasil explicavam que o Senegal era um “*petit pays*”, ou seja, um pequeno país perto do vasto território nacional brasileiro.

Mesmo antes da colonização pela França no século XVIII a região era palco de movimentos migratórios de tipo espontâneo e forçado. Seja por questões comerciais, por guerras entre grupos étnicos, conquistas de territórios ou expansão de cultivos, as populações da região foram protagonistas de constantes movimentos (ANSD et OIM, 2018).

Destaca-se a região do Vale do Rio Senegal, pelo comércio de escravos e a produção da borracha, e ainda com longa tradição de comércio com europeus. Durante a colonização outros fatores reforçaram e expandem o fenômeno para outras áreas, como a introdução da cultura do amendoim na região centro-oeste do país, com sua consequente demanda de mão-de-obra, além do desenvolvimento de portos na região litorânea. Após a independência, nos anos 1960, o país se afirma como importante polo de atração de imigrantes internacionais de outros países africanos, tanto por sua expansão econômica (com destaque para Bacia do Amendoim), quanto por sua relativa estabilidade política (em comparação com países da região).

Em relação ao processo de emigração para o exterior, três regiões se destacam. A região do Vale do Rio Senegal, tradicional local de movimentos migratórios, tornou-se no início do século XX, após dificuldades econômicas decorrentes do declínio das principais produções (comércio de escravos e borracha), pioneira nas correntes emigratórias para o exterior. Como principais grupos étnicos protagonistas do fenômeno temos membros do grupo Soninké e Pular. Os destinos são países vizinhos do oeste africano, mas também França a

partir do período pós Segunda Guerra Mundial em diante (LERRICOLAIS, 1975, 1980; GUILMOTO, 1991; ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000; ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000; NDIAYE e ROBIN, 2010; LESSAULT e FLAHAUX, 2013).

No período pós independência, o fenômeno é expandido por vários fatores. Nos destinos observa-se um estímulo aos fluxos com acordos de livre circulação regional, entre países membros da OCDE, mas também com a antiga metrópole, pela necessidade de mão-de-obra para indústria automobilística francesa. Na origem, principalmente a partir dos anos 1970, a crise financeira causada pelos choques do petróleo e o pior período de seca da região fomentaram a saída dos migrantes. A produção do amendoim foi particularmente afetada pelo fenômeno, causando uma crise agrícola aguda transformando a região da bacia que até então recebia muitos imigrantes internos e internacionais em zona de saída. A partir desse período, além da tradicional região do Vale do Rio Senegal, duas novas se afirmam como zonas de saída de migrantes: a Bacia do Amendoim e a capital Dakar. Na bacia vemos a emigração internacional como estratégia do grupo religioso *mouride* para enfrentar a crise. O grupo é responsável por grande parte da produção de amendoim, fomentando a saída de membros em busca de trabalho em diversos países, em especial daqueles de etnia *wolof*. A capital Dakar, por sua vez, é polo de urbanização e recebe importantes fluxos de migrantes internos das mais diversas regiões. A falta de oportunidades na cidade aparece como um dos fatores para a busca de oportunidade no exterior, protagonizada pelos mais diversos grupos étnicos. Os destinos também se diversificaram. Além dos países vizinhos e da França, os destinos contemporâneos são Itália, Espanha, Estados Unidos, Canadá e, mais recentemente, Argentina e Brasil (POLLET e WINTER, 1968; POLLET e WINTER, 1971; VANHAEVERBEKE, 1993; BREDELOUP, 1995; BA, 1995; ROBIN, 1996; ROBIN, LALOU et NDIAYE, 2000; NDIAYE e ROBIN, 2010; LESSAULT e FLAHAUX, 2013; ANSD et OIM, 2018).

Essa breve recapitulação mostra a complexidade do fenômeno na região, o que permite parte da literatura caracterizar o Senegal como país de origem, destino e até trânsito de migrantes. No caso do grupo estudado, busquei identificar as regiões de proveniência perguntando qual era a cidade de origem dos imigrantes. No total tivemos acesso a essa informação vinda de 54 senegaleses em Porto Alegre. Desses, 21 foram imigrantes que responderam ao questionário, enquanto os outros foram migrantes com quem conversei ao longo do trabalho de campo ou tive

acesso no estágio feito na Associação dos Senegaleses de Porto Alegre. Na Tabela 9 a seguir apresento as cidades e regiões de emigração.

Tabela 9: Regiões e cidades de origem dos imigrantes senegaleses em Porto Alegre

Região de Origem	N	Cidade de Origem	N	Região de Origem	N	Cidade de Origem	N
1.Diourbel	15	Touba	6			Keur Ibra Ma	1
		Mbacké	4			Ndiobene Ngounta	1
		Diourbel	3			Keur Code	1
		Bambey	1			Palene	1
		Diola	1			4.Thies	4
2.Dakar	14	Dakar	7	Mbour	2		
		Pikine	4	5.Kaolack	3	Kaolack	2
		Guédiawaye	2			Mboss	1
		Medina Gouna	1	6.Fatick	1	Guinguineo	1
3.Louga	11	Kebemer	2	7.Kaffrine	1	Keur Safadi	1
		Louga	1	8.Saint-Louis	1	Ndialene	1
		Ndande	1	9.Matam	1	Sedo Sébé	1
		Merina Seck	1	Sem Def.	3	Maka Ndiengu	1
		War Cisse	1			Mbayana Sere	2
		Keur Dame	1	TOTAL		54	

Fonte: Elaborada pela autora

Algumas características podem ser destacadas. O primeiro ponto é a diversidade de cidades e regiões de origem. Senegal tem 14 regiões no total, e no pequeno grupo estudado percebemos a presença de migrantes de pelo menos nove delas: Diourbel (15), Dakar (14), Louga (11), Thies (4), Kaolack (3), Fatick (1), Kaffrine (1), Saint-Louis (1) e Matam (1). Os 54 senegaleses eram originários de 29 cidades diferentes. A diversificação e expansão do processo migratório no interior do país já vêm sendo apontadas por parte da literatura sobre o tema. Em documento sobre o Perfil Migratório do Senegal de 2018, ANSD e OIM (2018), afirma-se que além de uma diversificação de países de destino, há uma expansão do fenômeno da emigração internacional na qual cada vez mais regiões protagonizando saídas. O fenômeno expande-se assim a todas as regiões do

Senegal, o que indicaria uma difusão do comportamento migratório (ANSD et OIM, 2018).

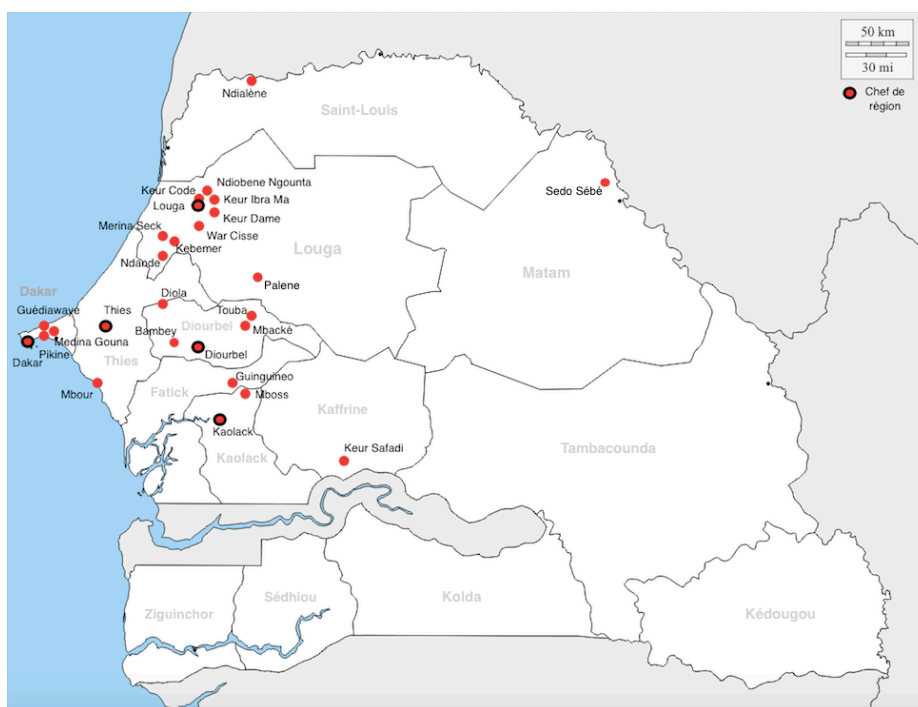
A diversidade de locais de origem também é percebida nas conversas que tive com os imigrantes em Porto Alegre. Notei que apesar de conviverem em uma comunidade unida na região de destino, pouco se conheciam antes de chegarem ao Brasil. Muitos comentaram, inclusive, os diferentes sotaques e maneiras de falar e vestir dos seus compatriotas. Essas sutilezas infelizmente não tive a capacidade de notar. Há também imigrantes de áreas urbanas e rurais. Utilizei aqui a representação dos próprios imigrantes em relação à noção da oposição rural/urbano, que diferenciavam entre *grand villes* (cidades grandes) ou *villes* (cidades), em contraposição aos *villages* (vilarejos). Os imigrantes afirmavam que entre eles era possível diferenciar aqueles que vinham das cidades e aqueles dos vilarejos de diferentes maneiras: sotaque, maneira de ser, de vestir e até de caminhar.

A passagem traz uma questão central: apesar da diversidade de origens, a maioria dos imigrantes com quem tive contato vem de cidades. Ao longo da pesquisa, e como vou expor a seguir, nenhum dos imigrantes com quem conversei tinha ocupação agrícola no Senegal. Como veremos, antes de sair do país trabalhavam com atividades de comércio no setor informal. Apesar desses indícios, a proximidade com os vilarejos é notável. Nas conversas é comum falar sobre parte da família que mora na região rural. Um dos entrevistados relatou, por exemplo, que apesar de morar e estudar na cidade, costumava passar as férias com os irmãos na casa do tio, em uma região rural, ajudando na produção agrícola familiar. Foi recorrente ao longo da pesquisa que imigrantes me mostrassem fotos da família e amigos, do modo de vida nos *villages* e suas produções agrícolas.

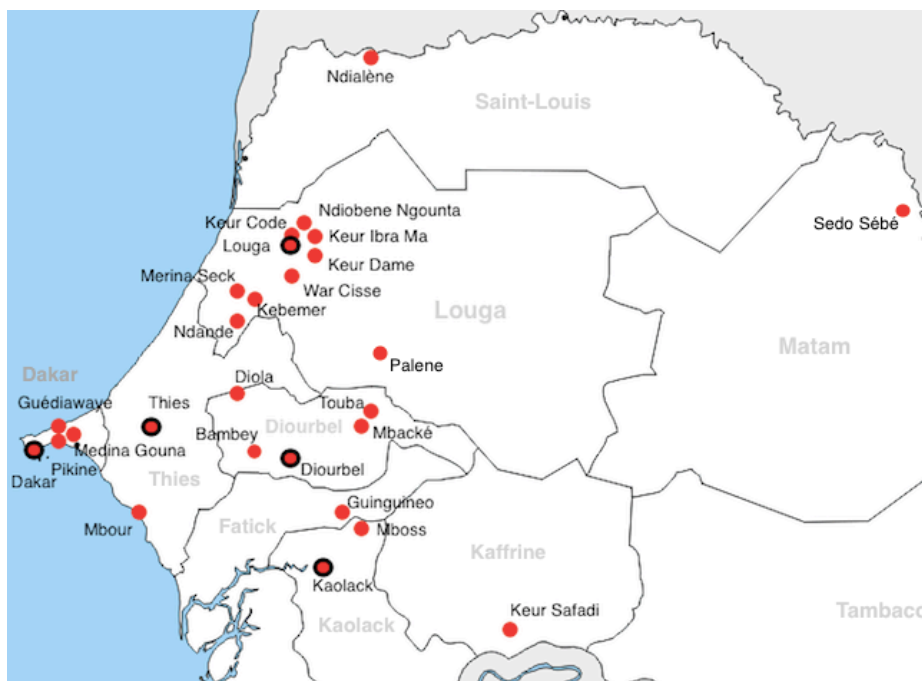
Além da diversificação de origens, outra tendência apresentada pela literatura da emigração no Senegal se faz presente entre aqueles com destino a Porto Alegre. As quatro regiões que se destacaram com maior número de emigrantes na capital gaúcha, Diourbel (15), Dakar (14), Louga (11) e Thies (4) são também aquelas citadas pela literatura como zonas importantes de saída recente, a Bacia do Amendoim e a Capital Dakar (Robin, 2006). Os dois mapas a seguir nos dão uma visão da divisão das cidades ao longo do território senegalês. Constam as 29 cidades citadas no âmbito da pesquisa. A finalidade dos mapas não é uma amostra de tipo quantitativo em busca de uma distribuição relevante em proporção estatística de análise. É, acima de tudo, uma tentativa de mostrar a diversidade de cidades de

origem e em quais regiões elas se destacam no caso dos imigrantes em Porto Alegre. Percebemos assim uma concentração na região centro-oeste do país, com destaque para a Bacia do Amendoim que reagrupa as regiões de Diourbel, Thies e Louga, mas também a região da capital Dakar.

Mapas 5 e 6: Cidades de origem dos imigrantes senegaleses que emigraram para Porto Alegre⁵⁹



⁵⁹ Para fazer o mapa das cidades de origem dos imigrantes senegaleses foi preciso muito trabalho. Primeiramente tivemos acesso a um mapa gratuito do site d-maps Disponível em: <https://d-maps.com/pays.php?num_pay=50&lang=fr>. Acesso em: 12 abr. 2019, que serviu como fundo. Alguns mapas disponíveis na internet estavam errados, não representavam todas as regiões e nem as divisões corretamente. O segundo desafio foi identificar no mapa as cidades e vilarejos de origem. Quase metade dos locais não estavam no google maps. Para ter acesso à localização correta, utilizamos o site Geo SSB – Portail des Services Sociaux de Bases du Sénégal. Disponível em: <<http://sigstat.ansd.sn>>. Acesso em: 12 abr. 2019, disponibilizado pela Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie (ANSD) de la République du Sénégal. Disponível em: <<http://www.ansd.sn>>. Acesso em: 12 abr. 2019.



Fonte: Elaborada pela autora

As regiões de Diourbel, Louga e Thies estão na Bacia do Amendoim e juntas somam local de saída de 30 dos 54 senegaleses a que tivemos acesso. Diourbel é a região mais citada ao longo da pesquisa tendo 15 imigrantes. Segundo dados do censo de 2013, entre 2008 e 2012 as regiões se destacaram como importante zona de emigração, Diourbel e Thies ambas com 9% e Louga com 5% das saídas do período (RGPHAE, 2013)⁶⁰. Historicamente a emigração na região ganhou força nos anos 70 com a crise agrícola causada por graves períodos de seca. Antes desse período foi importante zona de atração de mão-de-obra após a introdução da cultura do amendoim durante o período colonial (LERICOLLAIS, 1980).⁶¹ A questão da produção do amendoim apareceu ao longo das conversas, como em uma passagem na qual um dos imigrantes me explicou que a região de Diourbel era formada por famílias que produziam amendoim, membros da comunidade mouride, e que existe um empresa chamada SONACOS (*La Société Nationale de Commercialisation des*

⁶⁰ Os dados do censo de 2013 listam as principais regiões de saída de emigrantes entre 2008 e 2012. Em primeiro lugar, temos Dakar com 30%, em segundo e terceiro, Matam (14%) e Saint Louis (10%). Na sequência, Diourbel (9%), Thiès (9%), seguidos de Tambacouda (7%), Kolda (5%), Louga (5%), Kaolack (3,5%). As menores taxas de emigração estão nas regiões de Zigunchor (3%), Sédhiou (2,5%) e Fatick (2,4%) (RGPHAE, 2013).

⁶¹ Le Bassin de l'Arachide coincide, pour l'essentiel, avec les régions administratives de Diourbel, de Louga, du Sine-Saloum et de Thiès (LERICOLLAIS, 1980).

Semences)⁶² que compraria todo amendoim produzido no país (DIÁRIO DE CAMPO, 24 Set. 2018).

A confraria muçulmana *mouride* tem forte presença na bacia do amendoim e na sua produção, com destaque para região de Diourbel que abriga a capital religiosa do grupo, cidade de Touba. A confraria religiosa possui dinâmica própria e foi responsável por parte da expansão do processo de emigração como busca para soluções socioeconômicas locais. A comunidade passou a protagonizar projetos migratórios ganhando força com o passar dos anos. Os *mourides* que representavam cerca de 10% dos emigrantes internacionais no Senegal em 1960 passaram a representar 40% dos fluxos em 1980 (ROBIN, 2006). Ao longo do nosso trabalho de campo percebemos a centralidade da confraria *mouride* junto à comunidade senegalesa em Porto Alegre. Será explorada mais detalhadamente a organização e as práticas da confraria ao longo da sessão 4.2 na qual trato da relação da comunidade senegalesa na capital gaúcha e a centralidade da religião na vida dos migrantes. Mas agora é interessante notar como o fluxo estudado parece acompanhar as tendências da emigração recente no Senegal.

No âmbito da pesquisa, Touba é a segunda cidade mais citada, com seis imigrantes, somente atrás da capital Dakar. Está situada na região de Diourbel, a mais importante entre os imigrantes com quem conversei em Porto Alegre. Mesmo não sendo a capital da região (*chef de lieu*), que leva o mesmo nome Diourbel, se afirma como a segunda cidade mais populosa do país. Em poucas décadas o antigo vilarejo se transformou em grande centro urbano, e já em 2013 cerca de 10% da população do Senegal vivia em Touba. A cidade que possuía 30 mil habitantes nos anos 1970 passa para 830.570 habitantes em 2013 (RGPHAE, 2013). A urbanização da região e o crescimento da cidade são consequência da mobilização da confraria *mouride* que buscou a participação da comunidade na construção da cidade religiosa. Os imigrantes têm acesso a inúmeros benefícios, como facilidade no acesso à terra, oportunidades econômicas e redes de inserção e solidariedade religiosa (ANSD et OIM, 2018)⁶³. Ao longo das nossas conversas com imigrantes em Porto Alegre era comum citarem a cidade religiosa como local de acolhida e

⁶² SONACOS (La Société Nationale de Commercialisation des Semences) é uma empresa estatal senegalesa criada em 1975. Primeira sociedade agroalimentar do país, tem parceria com agricultores do setor de amendoim. Disponível em: <<http://www.sonacos.ma>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

⁶³ Para mais informações sobre a cidade procurar: Guèye C. (2002), Touba. La capitale des mourides, Karthala, 536p.

oportunidades. O exemplo mais comum utilizado para ilustrar esse sentimento era que o principal templo da cidade estava sempre de portas abertas para todos e oferecia refeições gratuitas diariamente. Touba afirmou-se assim como importante destino de fluxos migratórios internos por ser cidade santa e sede da confraria muçulmana mouride, mas também se destaca entre as cidades de origem da emigração senegalesa tanto na escala nacional quanto para nosso caso específico daqueles imigrantes com destino a Porto Alegre.

Dentro da pesquisa, a segunda região de saída de emigrantes é Dakar, com 14 emigrantes em um universo de 54. A região inclui também a cidade mais citada entre os entrevistados: a capital do país, com sete senegaleses emigrados. A literatura recente reafirma essa tendência apontando Dakar como o principal polo de emigração atual, somando 30% das saídas entre 2008 e 2012, maior taxa de emigração do país (RGPHAE, 2013)⁶⁴. A região tem taxa de urbanização de 96,5% e concentra quase a metade da população urbana do país (49,6%) (RGPHAE, 2013; ANSD et OIM, 2018). É interessante notar que a capital é destino principal dos fluxos de migração interna, possuindo 43,2% do estoque de migrantes internos. Esses fluxos causam desequilíbrio demográfico em termos de distribuição populacional no país, com forte concentração da população nacional na capital. Possuindo território que encobre somente 0,3% do país, concentrava, em 2013, 23,2% da população nacional, tendência que se reafirma nos últimos anos (RGPHAE, 2013). Se as emigrações na Bacia do Amendoim estão vinculadas a questões de produção agrícola, apesar de tendências de criação de zonas urbanas pontuais como Touba e Diroubel, no caso da região de Dakar encontramos outro tipo de fatores. Os recentes fluxos de migrantes internos para capital foram responsáveis por uma urbanização não controlada, em geral ocupando zonas periféricas. Apesar dos movimentos, a região é marcada por altas taxas de desemprego, o que estimula a partida de emigrantes para o exterior em busca de oportunidade profissional (ROBIN, 2006).

Escrever sobre o contexto de emigração sem ter estado no Senegal é um desafio, e impõe limites à pesquisa. Apesar disso, o conhecimento sobre as cidades

⁶⁴ Os dados do censo de 2013 listam as principais regiões de saída de emigrantes entre 2008 e 2012. Em primeiro lugar, temos Dakar com 30%, em segundo e terceiro, Matam (14%) e Saint Louis (10%). Na sequência, Diourbel (9%), Thiès (9%), seguidos de Tambacouda (7%), Kolda (5%), Louga (5%), Kaolach (3,5%). As menores taxas de emigração estão nas regiões de Zigunchor (3%), Sédhiou (2,5%) e Fatick (2,4%) (RGPHAE, 2013).

e regiões de origem ajuda a situar os fluxos das migrações para Porto Alegre dentro do universo da literatura sobre emigração senegalesa. Além de compreender que o fenômeno dos movimentos populacionais faz parte da história do país, algumas tendências foram destacadas. A primeira é uma diversificação das regiões de saída de emigrantes senegaleses, que é apontada por parte da literatura como fruto de uma expansão do fenômeno migratório. Essa diversificação fica aparente no caso do grupo estudado. Os 54 senegaleses a que tivemos acesso vieram de 29 cidades diferentes, encobrendo nove regiões de um total de quatorze no país. Os imigrantes afirmam inclusive ser perceptível as diferenças dentro da comunidade, por maneiras de falar, andar e se vestir. A segunda questão é o destaque da Bacia do Amendoim como região de emissão. Se em um primeiro momento o Vale do Rio Senegal é o local de partida para o exterior, após os anos 1970, devido à crise agrícola e econômica, a bacia se torna uma das protagonistas no processo. No caso do grupo estudado, as regiões de Diourbel, Louga e Thies que formam a Bacia do Amendoim somaram juntas 30 das 54 cidades de saída, demonstrando se enquadrar no processo nacional de emigração com centralidade das regiões. As três regiões, com destaque para Diourbel que abriga a capital religiosa de Touba, têm forte influência da confraria muçulmana Mouride, influência também sentida na comunidade senegalesa em Porto Alegre na maneira de se organizar e na centralidade das práticas *mourides* entre o grupo. Como terceira e última tendência temos a importância da região de Dakar e da capital senegalesa no processo emigratório. No contexto nacional, a capital destaca-se como principal cidade de emigração para o exterior, e no caso da nossa pesquisa encontramos a mesma tendência. A região é a segunda mais importante, e a cidade de Dakar é a primeira de saída do grupo.

3.2.2. Razões de saída

Outra maneira de abordar a emigração no âmbito da pesquisa foi investigar as *razões de saída dos senegaleses*. Uma pergunta específica no questionário aplicado foi sobre o tema, complementada por conversas com imigrantes. Percebi três fatos principais. O primeiro é a relação da migração com o aspecto econômico, já amplamente caracterizada pela literatura como uma imigração de “tipo econômico”. Pontuarei também sua relação com o objetivo de “ajudar a família”, explorado com maior detalhamento na sessão seguinte sobre o projeto migratório

(3.2.3). O segundo são as razões que constavam no questionário e entre as hipóteses da pesquisa mas foram excluídas pelos imigrantes, com destaque para perseguições políticas e cenários de violência no país de origem. O terceiro, a existência de uma cultura de emigrar, que envolve não somente questões de necessidade econômica, mas também trajetórias e perspectivas de futuro junto à geração de imigrantes a que tivemos acesso. Muitos deles viram seus pais, tios e irmãos emigrarem para diversos países.

A relação da emigração com a questão econômica apareceu como primordial ao longo da pesquisa. Dentre uma série de razões de partida listadas no nosso questionário, observamos uma regularidade em relação aos motivos para deixar o Senegal. A principal resposta, que apareceu dezessete vezes em 22 questionários é a “Falta de oportunidade profissional”. As opções “Dificuldades econômicas” e “Desemprego”, com seis e cinco menções respectivamente, vêm como complemento para essa questão. Os imigrantes senegaleses buscaram explicar as razões de ter deixado o país com uma frase recorrente: “*Pas de travail*”. Alegam que no seu país de origem não há trabalho suficiente e que esse é o principal motivo de buscar oportunidade em outros lugares. A imigração senegalesa pode parecer caracterizada assim como uma imigração de “tipo econômico” já mencionada pela literatura, no caso, de imigrantes jovens que não encontram oportunidades satisfatória em seu local de origem. As razões de saída muitas vezes foram descritas como “*à cause du travail*” ou com a justificativa “*eu vim aqui por trabalho, lá no Senegal tem pouco serviço*” (DIÁRIO DE CAMPO, 01 Out. 2018).

As razões mencionadas na pesquisa se enquadram no perfil dos emigrantes senegaleses como um todo. Segundo o censo de 2013, o perfil da população emigrante do país é majoritariamente de homens jovens em idade ativa para trabalhar. O nível de escolaridade, assim como no caso do nosso grupo, extremamente baixo, 45,5% dos emigrantes do país não tinham nenhuma instrução, 18% com nível primário, 10% secundário e somente 10% nível superior (RGPHAE, 2013). O motivo principal para emigração nacional mencionado no censo é relativo ao trabalho (73,4%), seguido de estudos (12,2%), razões familiares (6,9%) e casamento (3,3%). Segundo estudo da OIM e ASND (2018) a busca de emprego é o fator essencial que explica a propensão elevada de senegaleses de migrar ao estrangeiro.

Essa busca está ligada ao contexto econômico senegalês e à estrutura do seu mercado de trabalho. Como vimos, o país tem significativa população em idade de trabalhar (15 anos ou mais), 58,2% do total, mas isso não significa que a população trabalhe de fato, tendo grande proporção de inatividade e índices elevados de desempregados entre parte da população ativa (RGPHAE, 2013). Se a população nacional é composta majoritariamente por jovens, ao menos um indivíduo sobre dois está em situação de inatividade, sendo maioria mulheres (43,8%) e estudantes (30,4%). Isso significa que a população ativa corresponde a somente 37,5% em relação a população em idade para trabalhar. Além disso, os índices de desemprego entre essa população ativa são altos, apenas 74,3% encontram-se trabalhando enquanto 25,7% estão sem trabalho (RGPHAE, 2013; ANSD et OIM, 2018).

A taxa de desemprego no plano nacional era de 12,8% em 2013, mais elevada entre mulheres (13,4%) que homens (12,1%), e mais elevada no meio urbano (19,9%) que no meio rural (8,6%) (RGPHAE, 2013). A taxa mais baixa no meio rural se explica pelo êxodo dos jovens e mulheres ativas em direção às cidades. O principal emprego é na agricultura, atividade pouco estável por sua característica sazonal e ainda por ficar exposta aos contratempos climáticos. No meio urbano, o mercado de trabalho não consegue absorver por completo os fluxos do êxodo rural. A absorção de mão-de-obra disponível nos setores público e privado é baixa, terminando por fazer do setor informal o principal setor de inserção da população em idade de trabalhar (ANSD et OIM, 2018).

O setor informal, mesmo com a dificuldade de estimativas, parece absorver grande parte dos trabalhadores no país. Estudos estão de acordo que é o principal setor de emprego e o primeiro de remuneração do Senegal. Segundo o *l'Enquête Nationale sur le Secteur Informel au Sénégal (ENSIS)* de 2011 o setor informal não agrícola empregava 48,8% da população ativa, o que representava 41,6% do PIB. Os status dentro do mercado informal variam: 19,1% trabalhavam por conta própria, 33,3% eram assalariados, 37,2% aprendizes, 6,4% ajuda familiar e 4,2% de associados. As condições de trabalho são precárias e o setor se apoia essencialmente em trabalhadores mal pagos. Mesmo com tais condições, o setor informal é responsável pela reprodução de parte importante da população senegalesa.

Para entender o que significa a “Falta de oportunidade profissional” para os senegaleses no caso da nossa pesquisa, fizemos algumas perguntas sobre a situação profissional dos imigrantes antes de virem para o Brasil. Quando questionados se

estariam trabalhando nos últimos três meses antes de deixar o Senegal a grande maioria afirmou que sim, um total de 20 sobre 22. Nas conversas percebemos que tiveram acesso ao mercado de trabalho, mas o posto de trabalho e a remuneração não eram considerados suficiente para sustentar suas famílias e alcançar seus objetivos. Não é à toa que alegam como motivação principal para partir a falta de oportunidade profissional, mais do que o desemprego. Quanto ao tipo de trabalho que exerciam no país de origem temos a maioria envolvida com comércio, mas também em setores de construção e transporte. A tabela a seguir detalha as informações. As categorias empregadas estão baseadas na definição da Classificação Nacional de Atividades Econômicas, versão 2.0 (CNAE 2.0) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):⁶⁵

Tabela 10: Ocupação dos imigrantes no Senegal antes da emigração

Setor de atividade econômica	Profissões	Total⁶⁶
C - Indústria de transformação	Serralheiro (1), Marceneiro (2), Empregado em produção de cerâmica (1) e Costureiro (1).	5
F - Construção	Hidráulico (1), Pedreiro (1) e Construtor (1).	3
G - Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.	Vendedor de loja (3), Vendedor ambulante (3), Vendedor de alimentos (1), Vendedor não especificado (2), Cyber café (1) e Borracheiro (1).	12
H - Transporte, armazenamento e correio	Motorista de carro e/ou caminhão (4)	4
T - Serviços domésticos.	Empregada doméstica (1)	1
Total⁶⁷		25

Fonte: Elaborado pela autora, dados CNAE 2.0

⁶⁵ Descrição CNAE 2.0: A Classificação Nacional de Atividades Econômicas-CNAE é a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/documentacao/cronologia/204-concla/classificacao/por-tema/1365-cnae-2-0.html>>. Versão PDF: <https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_NotasExplicativas.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2019.

⁶⁶ O total se refere ao número de vezes que as categorias foram citadas, tendo alguns entrevistados afirmado estar envolvido em mais de uma atividade.

⁶⁷ O total se refere ao número de vezes que as categorias foram citadas, tendo alguns entrevistados afirmado estar envolvido em mais de uma atividade.

A categoria mais citada é comércio⁶⁸, apareceu doze vezes ao longo dos questionários anônimos. Nas conversas com imigrantes, percebemos como a atividade é central no país de origem. Entre os produtos especificados temos vendedores de alimentos, de produtos de beleza, roupas femininas e artigos domésticos. Muitos trabalhavam em lojas fixas, sendo tanto negócio próprio quanto negócio pertencente a algum familiar.

Além disso, pelo menos três deles especificaram serem “*marchés ambulants*”. A tradução literal seria vendedores ambulantes. Como veremos um setor ao qual os imigrantes senegaleses se inseriram em Porto Alegre é a venda de produtos nas ruas da cidade o que nos faz imaginar que o nicho de trabalho poderia estar presente já na partida. Apesar disso, e de reconhecerem a importância do setor do comércio no país de origem, a ocupação de *marché ambulante* no Senegal era diferente. Os vendedores andavam de cidade em cidade comprando e vendendo seus produtos. No imaginário brasileiro poderia se equiparar aos caixeiros viajantes, pessoas que circulam e vão de casa em casa, cidade em cidade, oferecendo seus produtos. O mesmo tipo de comércio ambulante foi explicitado por outro. O imigrante, antes de vir ao Brasil morou três anos em outro país africano comprando e vendendo mercadorias. Por último, um terceiro utilizava um caminhão pertencente a família para comprar e vender peças automobilísticas entre cidades.

A segunda categoria que mais apareceu foi “Indústria da transformação”, cinco vezes. Encontramos marceneiros, serralheiros, empregado em fábrica de cerâmica e um costureiro. É interessante ressaltar que a atividade de costura e confecção de vestuários no Senegal é uma atividade masculina, diferente do Brasil onde historicamente se apresentou como atividade feminina. Tivemos esse contato também no festival de cultura senegalesa em 2017, no qual houve um desfile de moda assinado por costureiros do país. A prática é algo comum, e inspira organizações não governamentais como a desenvolvida pelo belga Reinout Verbrugghe, chamada *Marché Boucotte*.⁶⁹

Quatro senegaleses trabalhavam com transporte, exercendo a função de motoristas de carro e/ou caminhão. Além desses, outros três na área de construção

⁶⁸ A categoria de comércio também inclui reparação de veículos automotores e motocicletas segundo o CNAE 2.0.

⁶⁹ Página no Facebook do projeto *Marché Boucotte*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/marcheboucotte/>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

(construtor, hidráulico e pedreiro). É interessante notar, além da predominância dos setores do comércio, construção e transporte, que apenas dois dos imigrantes possuíam contrato de trabalho no Senegal. A grande maioria trabalhava como autônomo nas atividades citadas, dentro do mercado informal. Era comum também relatos de trabalho junto a familiares. Trabalhar com o pai ou irmão foi uma resposta recorrente. O fato de trabalhar como independente ou ajudando familiares fez com que a compreensão dos valores de remuneração no país de origem fosse um desafio.

Quando questionados diretamente sobre a remuneração média no Senegal alguns não quiseram responder. Ainda assim, quando perguntados qual era o salário no Senegal a maioria respondeu “*Je n’avais pas de salaire*” (eu não tinha salário). Salário para eles significaria algo fixo com um contrato de trabalho, que como percebemos era situação da minoria. Insisti perguntando se tinham uma remuneração média mensal. Apesar de afirmarem que há uma variação mês a mês, dependendo da situação, as respostas mostram duas tendências principais. Metade afirmou ganhar menos do que no Brasil, entre 50.000 e 60.000 FCFA, ou seja, entre R\$300,00 e R\$400,00 mensais. A outra metade afirmou que ganhava “*Mais no Senegal*” ou “*Melhor no Senegal*”. A remuneração mensal média seria entre 150.000 e 300.000 FCFA no país de origem, ou seja, entre 1.000,00 e 2.000,00 reais. O fato de vir ao Brasil nesses casos estaria relacionado à maior oferta de trabalho, mas não necessariamente a melhores salários que no Senegal. Como vamos ver, essa é uma das principais dificuldades apontadas pelos senegaleses, as dificuldades financeiras decorrente da baixa remuneração. Além da desvalorização da moeda brasileira em relação ao Euro e conseqüentemente em relação ao Franc CFA.

Podemos concluir que a relação entre a emigração e a questão econômica é central no caso dos senegaleses a que tivemos contato. A falta de oportunidade profissional apareceu como a razão mais citada ao longo da pesquisa. O grupo ainda se caracteriza de maneira diferente de outros grupos de imigrantes laborais que em muitos casos possuem formação e qualificação no país de origem e exercem funções de base nas sociedades de destino. Como vimos, os imigrantes com quem conversamos têm o nível de escolaridade relativamente baixo. Desta feita, a falta de oportunidade profissional estaria relacionada a postos de trabalho que não exigem qualificação. Isso diferencia o grupo, por exemplo, de outros jovens que terminam os estudos universitários e não encontram postos de trabalho formais

relacionados a sua formação. Alguns fluxos de imigrantes jovens têm esse perfil, como os nigerianos que se formam nas universidades e procuram oportunidade nos Estados Unidos ou mesmo os brasileiros de classe média alta que têm buscado trabalho em Portugal em decorrência da crise financeira. Alguns desses jovens, de diferentes nacionalidades, apesar de terem uma formação profissional, aceitam ocupar postos de trabalho de baixa qualificação nos países de destino, não trabalhando na área em que se formaram por falta de opção. No caso dos senegaleses que se encontram em Porto Alegre esse não é o perfil.

Complementando a questão da necessidade de trabalho, vários migrantes citaram a importância da reprodução da família como um dos motivos de partir do Senegal. Muitos afirmaram a necessidade de “ajudar a família” (sete vezes ao longo do preenchimento dos questionários). Essa opção foi trazida pelos próprios entrevistados, mas também norteou quase integralmente as conversas com os migrantes senegaleses. Justificativas como “*para buscar dinheiro, para ajudar a família*” ou “*porque no Senegal é muito difícil ajudar a família*” foram recorrentes. A importância da família para os imigrantes senegaleses que apareceu como indício inicial nas razões de emigrar vai ganhando forma e centralidade ao pensarmos o projeto migratório como veremos na seção 3.2.3. O objetivo de enviar remessas e a importância da instituição familiar na vida dos migrantes vai nos permitir caracterizar o fenômeno como parte de um projeto familiar mais amplo e envolvendo diferentes membros da família.

Além da centralidade da questão econômica nos motivos de deixar o Senegal, a pergunta do questionário sobre as razões de partida nos permitiu excluir algumas circunstâncias, como o contexto de perseguição política e a violência generalizada. Quando perguntados se teriam razões políticas para sair do Senegal todos negaram de forma veemente, alegando não terem enfrentado problemas dessa natureza no país. Diziam “*pas de question politique*” ou “*pas de violence*”. O Senegal é tido como um dos países democraticamente mais estáveis da região (CIA, 2018), havendo eleições regulares e alternância de poder. A perseguição política, que justificaria uma condição de refúgio para os emigrados, é quase ausente no país, somente concentrada na região de conflitos de Casamance hoje em situação relativamente estável. Segundo dados do UNHCR, há poucos refugiados senegaleses concentrados em dois países vizinhos, a Gâmbia com 8.029 e a Guiné

Bissau com 10.000, ambos em 2017, em ambos os casos, pessoas que fugiram dos conflitos na região de Casamance (ANSD et OIM, 2018).

Em conversas percebemos que os imigrantes veem o Senegal como uma democracia, na qual as pessoas não têm grandes preocupações com situações vinculadas à violência. Um dos imigrantes falou: *“É uma sociedade muito tranquila”* (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2018). Para demonstrar que a democracia é efetiva dão exemplos recorrentes nos discursos: *“o presidente que implantou as urnas eletrônicas perdeu nas eleições seguintes”*. Alegam também haver uma separação entre política e religião. Os líderes religiosos têm muito poder, até mais que os políticos, mas não se candidatam a cargos executivos, pois se os senegaleses tivessem que escolher entre eles não pensariam duas vezes para seguir seus líderes religiosos. O discurso já nos fornece indícios da centralidade da religião na cultura senegalesa, assunto que será tratado em sessão posterior.

Apesar da democracia senegalesa não ser questionada diretamente, e não ser considerada uma das razões diretas para emigrar, houve muitas críticas aos políticos do país de origem. Os imigrantes reclamaram da corrupção, do enriquecimento ilícito dos políticos e seus familiares e das preocupações com as eleições previstas para janeiro de 2019. Um deles falou sobre a corrupção no país e a decepção com um Presidente que durante a campanha prometeu passar o mandato de sete anos para cinco, mas descumpriu o prometido. Outro afirmou que o Senegal tem um grande problema em relação à classe política, reclamação recorrente em praticamente todas as sociedades: *“Senegal o problema dele é de político. Todo mundo sabia que ele não vai fazer nada. Tem gente que não vota, e tem gente que não vota porque político não fala a verdade”* (DIÁRIO DE CAMPO, 03 out. 2019). Somente um imigrante falou sobre repressão política, mesmo não sendo a razão por ter deixado o país. Citou o caso de um emigrante senegalês que morava nos Estados Unidos e fazia críticas e campanhas contra o governo. Disse que o governo Senegalês acusou o homem de terrorista para o Estado americano, que imediatamente o extraditou do país.

Outra, as razões ligadas à violência e segurança também foram negadas como motivações de partida. Segundo os senegaleses suas cidades de origem eram em geral simples, mas a violência não fazia parte do seu cotidiano. Descrevem o país como um lugar tranquilo: *“Lá não tem violência não tem roubo, armas. É uma paz. Violência não tem no Senegal, nem roubo”* (DIÁRIO DE CAMPO, 23 set.

2018). Além disso, as características pacíficas do país estariam relacionadas às questões religiosas e à devoção ao Alcorão e ao líder religioso Bamba, que segundo eles pregam a não violência. Comparam o Senegal a outros países, citando o diferencial da doutrina religiosa: “*Em 98% dos países tem guerra e Senegal não. Porque proteção do Senegal é Alcorão. Todos os dias rezam*” (DIÁRIO DE CAMPO, 05 Mai. 2019). A questão da violência no Brasil vai aparecer, além das dificuldades financeiras encontradas pelos senegaleses no país de destino, como um dos principais desafios que imigrantes enfrentam em Porto Alegre. De fato, segundo o GPI (*Global Peace Index*)⁷⁰, o Senegal se encontra em 58º lugar no ranking de um total de 163 países, na frente do Brasil em 116º lugar, mas também da França em 60º lugar.

O terceiro fator que gostaríamos de trazer em relação às razões de emigrar é a existência de uma cultura de emigração no país. As conversas com os imigrantes fizeram perceber que o fenômeno pode ser algo além de questões econômicas, vinculado a um processo social, ou mais especificamente, a uma cultura de migração. Percebemos que na questão do “por que você deixou o Senegal”, no sentido do motivo racional para partir, destacaram-se a falta de oportunidade profissional e razões mais gerais vinculadas a dificuldades econômicas, mas esta explicação pode ser complementada pela questão cultural de emigração. Essa questão está vinculada ao momento em que a “opção” de imigrar apareceu na vida das pessoas. Pelos relatos percebemos que pais, irmãos, tios e primos já haviam emigrado, fazendo com que muitos afirmem perceber a emigração como uma opção desde a infância. Um dos migrantes ao ser questionado sobre a centralidade da questão econômica afirmou: “*É mais a questão financeira. Mas também é costume, é cultura. Cultura de emigrar, acostumados na cultura de emigrar*” (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2018).

Essa percepção foi confirmada por relatos dos migrantes, que em alguns casos reconhecem eles mesmos a importância da dimensão cultural na decisão dos senegaleses em partir para o estrangeiro. Enquanto muitas vezes o senso comum brasileiro supõe que os imigrantes senegaleses fugiram por questão ligada à violência ou guerra civil, dedução por ser um país africano, alguns dos migrantes

⁷⁰ Global Peace Index (GPI). Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/indexes/global-peace-index/>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

têm consciência clara do fator cultural do seu movimento migratório, como na passagem a seguir.

Em conversa com imigrante, explicou: **o Senegal tem uma tradição de emigrar que não é de hoje. Talvez a cultura leve até nós mesmo a sair para emigrar.** Meu pai é emigrante já há mais de 30 anos. Talvez não é um problema. Claro, o Senegal, se não me engano, é na classe mundial um dos últimos 30 países mais pobres do mundo. Senegal acaba sendo um país pobre. Mas não é só esse motivo de sair do Senegal. Eu não procurei oportunidade no Senegal. Na minha cabeça estava sair do Senegal pra emigrar para fora. É mais cultural do que falta de oportunidade lá (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2018).

O relato acima nos dá uma ideia da dimensão do fenômeno. O migrante, usando o exemplo do pai que é imigrante há 30 anos num país da Europa, propõe nos mostrar como o Senegal tem uma tradição de emigrar que vai além das condições econômicas ligadas à pobreza e falta de oportunidade. O pai que está aposentado e hoje passa a maior parte do tempo no Senegal vai à Europa esporadicamente. Trabalhou durante um período em redes de supermercado, na parte da indústria de alimentos. A mãe ficou no país de origem, cuidando dos filhos e da família. O migrante, que veio para o Brasil sozinho, nasceu e cresceu em um ambiente de família transnacional, e desde pequeno tinha a ideia da migração como principal objetivo. Não é à toa que explicou que após terminar seus estudos não chegou a procurar oportunidade de emprego no país, optando por migrar diretamente. Hoje seu irmão também mora no Brasil.

Praticamente todos os migrantes com quem conversamos relatam que parentes próximos como pais, tios, irmãos, primos etc. emigraram para outros países, com destaque para Espanha como destino privilegiado, seguido da França. Como vimos ao longo da sessão 2.3, ambos os países são destinos privilegiados entre os migrantes senegaleses desde a década de 1980. Essas trajetórias próximas fazem com que desde criança a migração apareça como um objetivo. Termina por ser uma opção que enxergam dentro da sua cultura, crescendo em meio a famílias transnacionais, influenciados por gerações anteriores de migrantes que retornam ou formam famílias em outros países.

Outros relatam que saíram do Senegal mais pela experiência do que propriamente pela busca de um emprego: *“Eu saí para saber como era no exterior, como a vida era, só uma experiência”* (DIÁRIO DE CAMPO, 04 out. 2018). A questão da experiência versus necessidade também fica clara em outros casos, como

exemplos de imigrantes que não migraram por necessidade, pois tinham uma estrutura familiar e financeira no país de origem. Alguns são descritos pelos colegas como alguém que “*não precisa migrar*”, como no caso de um imigrante que tinha uma loja no Senegal, é casado, vem de uma família que tem estrutura e mesmo sem necessidade decidiu migrar. Deixou a loja aos cuidados do irmão mais novo e veio ao Brasil com uma aposta de que aqui seria melhor. A imigração permeia a cultura e o seu imaginário como uma opção. O exemplo desse imigrante, mas também de outros na mesma situação, mais uma vez reafirma nossa ideia da migração como algo cultural, além da questão prática da busca por oportunidade profissional.

O que podemos concluir sobre as razões de migrar é que não é possível simplificar o processo, que é complexo e envolve diversos fatores. Apesar disso, identificamos razões que constavam no questionário e foram excluídas pelos imigrantes, com destaque para casos de perseguição política e de violência em geral. Apesar das críticas aos políticos e à corrupção no governo, os imigrantes afirmaram que viviam em uma sociedade pacífica e que tinham liberdade política no país de origem. Sobre as razões de saída identificadas que explicam o processo, acreditamos que estejam relacionadas. A busca de oportunidade profissional está relacionada à necessidade de trazer recursos para casa. Com o intuito de ajudar a família, e levando em consideração as poucas oportunidades econômicas no país de origem, os imigrantes que cresceram em famílias transnacionais percebem a imigração como uma oportunidade para alcançar seu objetivo, caracterizando aquilo que chamamos de cultura mais extensa de emigração. Iremos explorar essa questão ao falarmos sobre o projeto migratório dos migrantes senegaleses em Porto Alegre.

3.2.3. Projeto migratório

Na presente seção, explorei o projeto migratório dos senegaleses. Apesar de os fluxos de senegaleses para Porto Alegre serem caracterizados por uma imigração individual, ou seja, a chegada de migrantes sozinhos, o fenômeno faz parte de um projeto familiar mais extenso. Apresentarei primeiramente uma descrição dos resultados da pesquisa em relação à temática e, na sequência, complementarei com teorias que explicam o fenômeno.

O projeto migratório dos senegaleses é complexo e está diretamente relacionado à composição das famílias e à distribuição de tarefas dentro do ambiente privado. Todos os senegaleses com quem tivemos a oportunidade de conversar emigraram sozinhos, caracterizando uma imigração individual. Solteiros ou casados, com filhos ou não, imigram sozinhos. Dos 22 entrevistados, metade deles é casada. Dentre os casados a maioria tem esposas senegalesas que moram no Senegal. Em relação a filhos, somente oito deles (entre 22 entrevistados) os têm. Todos os imigrantes têm filhos morando no Senegal, sendo que três deles, além das crianças que estão no país de origem, tiveram filhos no Brasil. Quando questionados se teriam a intenção de trazer os filhos para morar no Brasil, metade deles respondeu afirmativamente e a outra metade alegou não ter intenção. Apesar de terem imigrado sozinhos, percebemos o fluxo de senegaleses para Porto Alegre como fruto de um projeto migratório familiar. O fato de metade deles serem casados no país de origem, apesar de terem migrado sozinhos, é uma pista para o entendimento do fenômeno.

Um dos primeiros indícios que tive de um projeto familiar foi que, ao questionar as razões para deixar o Senegal, a opção “ajudar a família” esteve presente nas conversas. Um segundo ponto que influenciou tal percepção foi na obtenção de recursos para migrar. Visto que os senegaleses imigraram por alegar que no país de origem “*n`avait pas de travail*” (não tinha trabalho) e que os tipos de trabalho aos quais se dedicavam eram incertos e pouco remunerados, questionei como conseguiram os recursos para migrar. Como resposta mais da metade (14 de 22 questionários) obtiveram um empréstimo de familiares no Senegal para financiar seu projeto. Uma parte alega ter recursos de poupança pessoal (8 de 22), enquanto outros combinaram os dois métodos (4 de 22). Outras opções como empréstimo de amigos no país de origem ou de familiares já instalados no Brasil não apareceram nas respostas. Os trajetos custavam caro, entre 6 mil e 10 mil reais, e os recursos grandes. Vemos adiante, não só o custo da viagem, mas a dificuldade para entrar no país.

Além da obtenção de recursos, foi interessante notar como em alguns casos a família interfere na própria decisão de emigrar. Percebemos assim dois tipos de decisão: individual, na qual os migrantes tomaram a decisão de partir para ajudar suas famílias, mas também decisões familiares, nas quais os migrantes não tiveram opção, e, sim, foram convocados a sair. Muitos migrantes receberam ajuda

financeira expressiva dos familiares. Em alguns casos além de os familiares ajudarem financeiramente no processo, também foram responsáveis pela decisão de migrar em geral, decisão tomada pelo chefe da família, pai ou irmão mais velho. Em conversas escutei dos imigrantes ao questionar o porquê da escolha do Brasil relatos como: “*Não sei, meu irmão que me mandou aqui*” e também “*Não fui eu que escolhi, foi meu pai que escolheu*”.

Para falar de projeto familiar é fundamental entender qual o *conceito de “família” no Senegal*. Fiz diversos questionamentos sobre a composição e a dinâmica das famílias. A relação familiar mostrou ter lugar central na vida dos migrantes senegaleses. Os relatos que seguem são aqueles apresentados pelos migrantes com quem tive contato, lembrando sempre que apesar de alegarem que representam a cultura nacional do país, existem diversos grupos étnicos com costumes diferentes dentro do território. O ponto central é entender o conceito no sentido alargado, incluindo avós, pais, irmãos e irmãs, tios e tias, primos e primas, sobrinhos e sobrinhas. Cada casa tem um chefe, em geral o homem mais velho (pai, avô ou irmão mais velho), que é o responsável pelas decisões familiares. Por serem muçulmanos e poligâmicos um homem pode casar com até quatro esposas. Apesar de a poligamia ser difundida não são todos que a praticam. O fato de os imigrantes serem jovens na época em que deixam o país significa ser também o momento em que os casamentos vão acontecendo. Para um casamento acontecer os pais da noiva e do noivo devem entrar em acordo e depois da união a esposa vai morar com a família do marido. Nesse grupo ainda, é dito, que divórcio é permitido. Para acontecer os pais do marido e da esposa devem conversar e chegar a conclusão de que o casamento não está bem. Uma vez que há uma separação, a mulher volta para casa dos pais.

No ambiente da casa todos moram juntos e vivem em comunidade. Em certo momento perguntei se as esposas conviviam sem problemas e um dos migrantes respondeu: “*Se hoje [esposa x] entra na minha casa lá no Senegal eles são tão misturados que tu não vai saber: esse aqui é filho de tal ou esse aqui é filho de tal. Filho de tal dorme com mãe. Não tem essa separação. Isso também depende de família. Mas a maioria mora junto*” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018). Um outro migrante falou que é comum chamar a mulher do irmão de esposa: “*Eu chamo a mulher do meu irmão de mulher. Ela me chama de amor. Aqui no Brasil não pode*” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018). Em outra ocasião perguntei sobre a

moradia em que vivem no Brasil comparada com a do Senegal: “*Senegal é diferente. Senegal eu tenho baita casa. Tem espaço grande. Família de 30 pessoas. Verdade. Pai, mãe, avô, tio, tia, irmão e mais esposas, todo mundo mora junto*” (DIÁRIO DE CAMPO, 23 out. 2018). A conformação das casas familiares estaria relacionada, segundo eles, mais a uma questão cultural do que propriamente à religião muçulmana. A alta natalidade também influencia nessa composição, com muitas crianças compondo as famílias.

Além da casa ser numerosa, na realidade narrada pelos migrantes há uma divisão do trabalho sexual muito marcada. Somente as mulheres cozinham, enquanto os homens trabalham fora e são responsáveis por trazer dinheiro para casa. Os homens só costumam cozinhar quando tem grande festa no Senegal, como a festa religiosa Magal de Touba. Essa divisão será inclusive um desafio, como veremos, para os migrantes em Porto Alegre que deverão assumir todas as tarefas domésticas dividindo apartamento com seus compatriotas.

Mesmo a preparação dos alimentos é diferente daquela encontrada aqui no Brasil. A maneira de preparo e o tipo de alimentação são diferentes. O destaque principal é que no Senegal cozinham e comem todos os ingredientes juntos. Um dos migrantes explicou: “*Não é a mesma coisa que tem que fazer. Aqui tudo separado, arroz separado, feijão separado, carne separado. Senegal não, Senegal tudo junto*” (DIÁRIO DE CAMPO, 23 out. 2018). Mesmo a salada não é comida crua, mas sim cozida com os outros alimentos. Além do tipo de alimento e da preparação, explicaram que a maneira de servir é diferente da brasileira, pois todos comem juntos em grandes tigelas que são colocadas no chão. Perguntei se havia uma ordem ou se alguns membros, como os mais novos, comiam separados. Falaram que todos comem juntos pois é nesse momento que as crianças são educadas. Comem junto com os mais velhos no mesmo prato no mesmo momento. É assim que lhes ensinam modos, ensinam respeito aos mais velhos, e a educação em si.

Além disso, ao longo da conversa, falou-se também da hierarquia entre os irmãos e da necessidade de respeitar os irmãos mais velhos. Quanto mais velho um irmão mais responsável ele é. Os irmãos mais velhos significam a mesma coisa que o pai, o mesmo respeito, tudo que fizer tem que conversar com eles para perguntar, mesmo sendo mulher (irmã mais velha), não muda nada, é o mesmo respeito. Afirmou: “*Eu lá na minha casa não sou eu que decide as coisas. Sou o mais novo.*

Quando tu quer fazer alguma coisa tem que ligar a família, tem que conversar e escutar a resposta deles”, e completa: “La no Senegal respeita muito de irmão. O irmão mais velho significa mesmo que um pai. Tudo que tu fazer tem que conversar como ele para ele dar opinião e para saber” (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018). Eu perguntei se estando no Brasil ele precisava ligar ou ficava mais independente. Me respondeu que tem que ligar, mas não é uma questão de independência, mas sim de respeito. É ligar para pedir a opinião de alguém com mais experiência, mas no final quem decide é o próprio migrante. Se ele quiser voltar ao Senegal, por exemplo, e não quiser ficar mais tempo morando fora vai ligar para os parentes e pedir a opinião.

A questão da preocupação em relação aos cuidados dos mais velhos também é central para pensar a estrutura das famílias e os projetos migratórios entre os imigrantes pesquisados. Há uma preocupação constante com o respeito às gerações antigas. Nas conversas que tivemos, o que mais se destacou foi a responsabilidade perante os mais velhos, tanto pelos avós, pais e irmãos. Frases e explicações do tipo: *“meus pais cuidaram de mim quando era pequeno e agora eu devo cuidar deles”* foram recorrentes nas respostas inclusive como justificativa para envio de remessas. É uma questão de honra e de dever, enviar esses recursos e cuidar dos familiares que ficaram no país. Mandar remessas é uma forma de retribuir o que os pais fizeram no passado. A situação de responsabilidade em relação aos pais e aos parentes mais velhos também tem a ver com a falta de aposentadoria no país. Como grande parte das famílias vive do comércio, muitas vezes informal ou de agricultura, pouquíssimos têm acesso à aposentadoria e no momento em que se aposentam dependem exclusivamente dos recursos dos filhos para sustentar a si e ao resto da família. Vários migrantes falaram que precisavam ajudar os pais porque estavam mais velhos e tinham parado de trabalhar. Além da questão financeira há preocupação em respeitar os mais velhos da família. Por serem considerados mais experientes é comum os migrantes ligarem antes de tomar decisões para escutar a opinião dos pais, irmãos e irmãs mais velhos. Alegam que não são obrigados a fazer, mas é uma questão de respeito.

Os relatos dos migrantes sobre sua composição e dinâmica familiar estão de acordo com a literatura. Diversos autores escreveram sobre as relações comunitárias em sociedades do Oeste da África e os dispositivos que engendram sua solidariedade. Dumont (1966) fala sobre esse tipo de sociedade, caracterizado

como o modelo ideal tipo “Holista”. Nele o indivíduo é englobado no grupo social e é submisso ao princípio hierárquico que organiza a solidariedade. Diversos autores apontam a predominância do comunitarismo em sociedades africanas tradicionais, presente na região do Oeste da África e no Senegal especificamente. Marie (1997) em trabalho sobre o indivíduo no contexto africano descreve a intensidade dos laços familiares na região, organizados em torno de um elemento comunitário. Ouganda (2007) na mesma direção aponta que tradicionalmente prevalece a orientação comunitária, na qual o grupo impõe-se sobre o indivíduo no Senegal. Sylla (1982) complementa afirmando que além de haver uma predominância do grupo sobre o indivíduo, que só tem capacidade de existir dentro do grupo.

La société sénégalaise, comme toutes les sociétés négro-africaines traditionnelles, était une société communautaire. Cette expression s’entend de plusieurs manières. Elle signifie d’abord que le groupe prime sur l’individu. Celui-ci n’existe et n’a de sens que dans le groupe; l’individu existe bien, mais par le groupe, à l’intérieur du groupe: il vit, agit et se réalise dans le groupe, grâce au groupe. L’existence des classes d’âge l’atteste: à tous les niveaux et à tout âge, l’individu est intégré dans une classe d’âge, dans une structure sociale, littéralement pris en charge par le groupe. L’expression signifie également que la société négro-africaine rejette l’individualisme, plus précisément l’individualisme bourgeois pour lequel le principe premier et fondamental est la recherche de l’intérêt et du profit personnels. Le communautarisme négro-africain signifie plus essentiellement activité de production commune, vie commune, répartition commune, prise en charge des problèmes individuels par le groupe: toutes les énergies et potentialités sont mobilisées et mises au service de l’intérêt commun (Sylla, 1982: 2).

A vida comunitária no caso senegalês possui intensos laços familiares, além de respeitar uma hierarquia rígida dentro dos grupos. A família deve ser entendida, assim como descrita pelos migrantes na nossa pesquisa, no seu sentido estendido, incluindo diversas gerações: *“Elle comprenait plusieurs générations: le père, dans la plupart de cas polygame, et donc ses épouses et leurs enfants; mais aussi les tantes, les cousines, les oncles; souvent les grands-parents lorsque ceux-ci étaient très vieux”* (SYLLA, 1982: 2). É no seio da família que as relações comunitárias são vividas de maneira mais forte. As relações de parentesco são centrais, porque definem os papéis sociais que os indivíduos assumem ao longo da vida (MARIE, 1997).

A vida familiar é marcada por hierarquias rígidas. Segundo Diop (1981), em seu trabalho sobre as famílias Wolof, existem dois critérios fundamentais: os membros mais velhos (*aînés*) são considerados superiores aos mais novos (*cadets*) e os homens têm posição superior em relação às mulheres. O indivíduo é colocado em uma classificação por idade (*classe d'âge*) dentro da família, que define em grande parte seu papel social. Segundo Ouganda (2007), a hierarquia é baseada em um princípio de “senioridade” no qual aqueles com mais idade possuem autoridade em relação aos mais novos. O respeito com os mais velhos está relacionado com a convicção de quem vive há mais tempo acumulou mais conhecimento e por isso deve ser valorizado. Antoine (2007) em estudo sobre as relações intergeracionais na África reafirma a posição de poder dos mais velhos (*aînés*) e descreve o papel que possuem no controle da vida social⁷¹. O chefe da família conhecido como *chef de ménage* em geral é o homem mais velho, sendo pai, avô ou irmão mais velho.

Marie (1997) nos traz pontos importantes para se pensar a questão. Em trabalho sobre o indivíduo na sociedade africana tradicionalmente regida por dinâmicas comunitaristas, defende a existência de uma individualização “à africana” na qual se combina o processo de individualização com a solidariedade comunitária⁷². A lógica que permeia a solidariedade comunitária é baseada em um conceito de “dívida infinita” que liga o indivíduo ao grupo em razão de um sistema cíclico de avanços e retribuição. O indivíduo tem uma dívida em relação ao grupo social pela educação que recebeu e por isso deve reembolsar o grupo criando dinâmicas de dependência pessoal. O autor descreve a produção social do sujeito comunitário desde o nascimento, quando é encaixado em uma longa linhagem

⁷¹ Antoine (2007) faz trabalho específico e aprofundado sobre as relações intergeracionais na África mostrando os desafios aos quais fazem face às gerações contemporâneas em momento de crise econômica generalizada desde a década de 1980. O contexto e as tendências a modernização da sociedade africana engendram tensões dentro das famílias e possíveis mudanças de papéis em negociação.

⁷² Apesar de não ser o foco do atual trabalho, o livro de Marie (1997) sobre o indivíduo na África traz reflexões interessantes sobre a tensão entre as lógicas de solidariedade comunitária tradicionais e o processo de individualização contemporâneo. Ao contrário do que afirmavam alguns autores, o indivíduo ou a individuação existem na sociedade africana comunitária, a hierarquia faz parte disso pela classificação de indivíduos em funções e grupos de idade. Por outro lado, o autor demonstra como a lógica comunitária é avessa ao processo de individualização extrema (no sentido burguês do termo) dando como exemplo os casos de Bruxaria. A individualização vai contra predominância do grupo sobre a parte e sua lógica constitutiva de solidariedade baseada na dívida infinita. Assim conclui que o indivíduo e a individualidade existem na sociedade africana, mas devem estar a serviço da reprodução social para serem aceitos. Qualquer individualismo que não esteja a serviço da reprodução social comum será reprimido por diversos dispositivos, como a acusação de bruxaria que representaria o individualismo ao extremo.

ancestral que descende de deuses. A concepção de pessoa não é independente e autônoma, mas sim plural e hereditária. Desde a infância, o indivíduo, incorporado em sua classe de idade, aprende a noção de compartilhar, o pertencimento ao coletivo, a filiação em larga escala, as regras de parentesco complexas (vários pais, mães, tios, tias, irmãos etc.) e a classificação hierárquica segundo o princípio de senioridade. São ensinadas relações codificadas de respeito e o seu papel definido pela classe de idade em relação ao grupo. O autor complementa afirmando que o *habitus communautaire* é estruturado pelos princípios de solidariedade, de hierarquia, de identidade coletiva e pela repressão das pulsões individualistas, resultando em uma subjetividade essencialmente comunitária. Apesar da repulsa, afirma que a individualidade é aceita quando está a serviço do grupo, o que explica o fato de mesmo os migrantes protagonizarem um percurso individual, fazerem parte de um projeto familiar por exemplo.

Além de descrever a intensa socialização dos indivíduos desde a infância na lógica comunitária, Marie (1997) utiliza o conceito de *don* de Marcel Mauss para explicar o mecanismo da lógica comunitária. As gerações alimentam e educam as gerações descendentes, que, por sua vez, ao viverem longo período dos avanços fornecidos pelas gerações mais antigas, precisam retribuir no momento em que entrarem no ciclo de produção. Aquilo que mantém o encadeamento do tecido social da solidariedade comunitária é o fato de que aqueles que dão, estão necessariamente em posição de anterioridade temporal, ou seja, em situação de superioridades hierárquica em relação aqueles que recebem. Os mais novos crescem em dívida em relação aos mais velhos que desde o nascimento lhe deram primeiramente a vida, mas também alimentaram, educaram, vestiram, cuidaram em caso de doença, arranjaram casamento, ajudaram financeiramente e por aí vai, até a morte dos seus ancestrais. A lógica da dívida está no coração da tradição do culto aos ancestrais, responsáveis pela reprodução da linhagem. O discurso da dívida em relação à família como vimos foi recorrente junto aos migrantes senegaleses em Porto Alegre.

A lei da dívida tolera e aceita a individualidade, mas proíbe a individualização. A individualidade é aceita quando está a serviço do grupo sem alterar a dinâmica das relações sociais como um todo. A dívida é considerada o motor da sociabilidade e do comunitarismo. Ninguém consegue se livrar do ciclo infinito, visto que cada um começa como devedor ainda na primeira infância, antes

de poder ser credor. Em caso de incapacidade de cumprir com a obrigação de retribuir, o indivíduo é levado à “morte social” que na prática apresenta danos sociais e físicos, tais quais o desenvolvimento de patologias como a melancolia persecutiva ou a esquizofrenia.

Blanchard (2011), em estudo sobre imigrantes senegaleses em Marseille, mostra a complexidade das relações sociais e materiais que liga os migrantes às famílias no país de origem. Utiliza o conceito de dívida infinita de Marie (1997) para explicar a complexa relação das mulheres senegaleses em Marseille em relação às suas famílias no Senegal. Defende que entre elas existe um anseio de autonomização em relação às obrigações familiares. Não é o caso dos migrantes senegaleses em Porto Alegre, como vimos. Por ser uma imigração mais recente ou por ser masculina, estes reproduzem o discurso tradicional entre migrantes senegaleses: a importância de enviar dinheiro para a família que tem uma função não somente econômica, pelas condições de pobreza em que suas famílias se encontram, mas também uma importância social ligada ao conceito exposto por Marie (1997). Sustentar a família e principalmente reembolsar a dívida que o indivíduo tem com o grupo social que o criou e educou, investiu em sua formação material, social e moral, é um dever que constitui sua própria identidade social.

No caso da nossa pesquisa, buscando entender a relação dos senegaleses com suas famílias e o projeto migratório, questionei se costumavam enviar dinheiro para o Senegal. Todos, sem exceção, enviam remessas regularmente para suas famílias, reafirmando a dinâmica descrita pela literatura. A resposta pareceu algo “óbvio” para os imigrantes, sendo comum dizerem “lógico” ou “é claro”. Essa questão já havia aparecido em outros trabalhos sobre senegaleses no Brasil, principalmente o fato de terem esposas e filhos no país de origem que dependiam inteiramente desses recursos (TEDESCO, 2010). Mas o que chamou a atenção é o fato de que os imigrantes com quem conversamos serem muito jovens, metade deles solteiros e muitos com poucos filhos, mas, mesmo assim, o objetivo era, e é, enviar recursos para a família. Percebemos assim mais uma vez que as famílias devem ser entendidas no sentido alargado, incluído quando há esposas e filhos, mas também tios, primos e principalmente os pais e irmãos. Muitas famílias dependem exclusivamente desses recursos. Os casos variam, em algumas há dois ou mais membros que trabalham fora, mas outras dependem por completo dos recursos do migrante.

A ideia de retribuir os pais pelo cuidado que tiveram ao longo dos anos com seus filhos aparece como central nesse processo de envio de remessas. Uma conversa com um imigrante foi muito esclarecedora nesse sentido. Quando comentei que estava impressionada com o fato de que todos os senegaleses ajudavam a família que ficou no Senegal, respondeu que isso fazia parte da cultura do país. Quando começam a trabalhar pensam logo em ajudar os parentes a melhorar de vida: *“Todo mundo (ajuda) né. É porque faz parte da nossa cultura no Senegal né? Todo senegalês ele quer ajudar parente. Quando começa a trabalhar ele diz que “eu vou ajudar parente” para melhorar. É nossa cultura. Agora meu pai lá ele não trabalha. Só esperar, só ficar em casa. Filhos ajudam. Para nós é assim.”*. Não só no caso dele, mas muitos outros, argumentam que um dos motivos de ajudar é porque os pais estão aposentados e por isso precisam enviar dinheiro e cuidar deles. Ele comparou a situação com o Brasil, dizendo que quando os brasileiros completam entre 28 e 30 anos eles ficam por conta própria e não ajudam os parentes, são os pais que continuam ajudando os filhos. No Senegal é diferente, quando começam a trabalhar querem pagar tudo que o pai já fez por eles, retribuir todo investimento e cuidado que tiveram: *“Lá no Senegal não. Quando tu começar a trabalhar tu faz assim: eu quer pagar o pai tudo que ele já fez para mim. Ele pagou a escolaridade, ele me alimentou, ele faz tudo quando tava criança, então quando eu começar a trabalhar vou ajudar ele também”*. A lógica que reina a relação é a retribuição dos cuidados e a responsabilidade com os mais velhos. O mesmo entre irmãos. Quando o pai não tem dinheiro para ajudar, são os irmãos que vão te ajudar, e toda a família é assim *“Mas lá também irmãos, todos são iguais, quando pai não tem dinheiro para ajudar, irmão vai se ajudar para melhorar a sua vida. Tudo família, tudo a mesma coisa, tudo família. Ajuda seu irmão, sua irmã. Mais velho ajuda mais novo”* (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018).

Além da percepção alargada de família e da dinâmica de vida comunitária, a grande maioria se configura em famílias transnacionais. Isso significa que um ou mais membros da família moram em outros países. Como vimos, é comum entre os migrantes com quem conversamos haver familiares que emigraram. Em uma mesma casa, por exemplo, pode haver um irmão morando no Brasil e outros dois morando na Espanha e todos serem casados com esposas morando no Senegal na casa da família do marido. Exemplo ilustrado por um dos imigrantes: *“Ma femme habite avec mes parents, ensemble. Même maison. Ma mère, mon père, ma femme,*

petit frère, premier fils...” (DIÁRIO DE CAMPO, 21 set. 2018). Os planos variam, mas em geral notamos que os imigrantes casados não querem que suas famílias venham morar no Brasil. Os casos em que o reagrupamento familiar é um objetivo foram poucos, a maioria alegando que prefere que a família fique no Senegal enquanto eles fazem um movimento de ir e vir entre os dois países. A condição de família transnacional parece fazer parte do projeto migratório.

Dentre aqueles que gostariam de trazer as esposas, identificamos apenas dois. O que notamos é que aqueles casados, em geral, não têm a intenção de trazer as esposas e os filhos para o Brasil, reagrupamento familiar não parece fazer parte do projeto em geral. Essa condição de família transnacional também se enquadra, no caso senegalês, entre aqueles migrantes que são solteiros. Como vimos, a família deve ser entendida no sentido alargado, ou seja, pais, irmãos, avós, tios e primos inclusos. O reagrupamento não aparece no discurso dos migrantes. O caso se diferencia, por exemplo, de imigrantes haitianos e venezuelanos no Brasil que muitas vezes buscam trazer os familiares, filhos, pais e avós, para o país. O fato de emigrarem sozinhos e de não terem a intenção de trazer seus familiares para o Brasil pode ser explicado pela conformação das famílias e pela própria divisão sexual do trabalho. As mulheres não querem vir porque vivem no universo da casa, cuidando das crianças e dos mais velhos. Ao longo da pesquisa as poucas imigrantes senegalesas que conhecemos imigraram sozinhas, como protagonistas, e não ouvimos falar de nenhum caso de reagrupamento familiar no Brasil entre casais, filhos ou mesmo por família estendida.

Podemos concluir assim que, apesar de imigrarem sozinhos, e independente da maneira como conseguiram os recursos para migrar (poupança pessoal ou empréstimo familiar), o projeto migratório está relacionado diretamente à necessidade e objetivo de ajudar a família pelo envio de remessas. Consideramos o tipo de projeto migratório desse grupo como uma estratégia familiar, mais do que somente uma promoção individual. Independente dos migrantes serem casados ou não, de terem filhos ou não, sentem que possuem uma responsabilidade perante a família, entendida no sentido alargado, incluindo pais, tios, primos, irmão etc. Aquele que deixa sua família e seu país com o intuito de mandar recursos tem uma função social importante, de provedor. Provedor que vai para longe a fim de garantir a subsistência da sua família em um país com escassez de recursos. Ainda, o sentimento que parece ser mais decisivo é em relação às gerações mais velhas, pelas

quais, além de sentirem que possuem o dever de retribuir o cuidado e recursos que receberam dos pais e irmãos mais velhos, prezam pelo respeito às opiniões daqueles que têm mais experiência, mesmo estando longe da realidade migratória. O papel da família assim se faz presente mesmo longe, constituindo aquilo que consideramos famílias transnacionais. Além da finalidade central do projeto de enviar recursos para ajudar a família, há em muitos casos a interferência direta dos familiares nas decisões do dia-a-dia dos migrantes, mantendo noções de respeito e hierarquia familiar mesmo estando à distância (do outro lado do oceado Atlântico).

Os três pontos tratados nessa seção nos dão pistas de um fenômeno importante: além das questões econômicas ligadas ao processo migratório dos imigrantes senegaleses estudados, temos uma dimensão social e cultural importante. Nossos dados em concordância com a bibliografia falam de uma difusão de uma cultura de emigrar no Senegal, representada por uma diversificação de zonas de saída, além da reafirmação das zonas tradicionais. No caso da nossa pesquisa, destacamos a região de Diourbel e a cidade religiosa de Touba, com grande importância como zona de expulsão de migrantes. O segundo ponto que fala sobre as razões de partida parece ir na mesma direção. Se tradicionalmente as razões vinculadas à emigração senegalesa estão ligadas a questões econômicas, com destaque para uma busca de oportunidade profissional, notamos, assim como os próprios migrantes assinalaram, uma chamada “cultura de emigrar” ligada à saída de gerações passadas para buscar oportunidades no exterior que fazem com que hoje muitos vejam, desde a infância, a migração para o exterior como um objetivo de vida a ser alcançado. Por último, o projeto migratório complementa essa questão. Percebemos que além da centralidade da questão econômica e da necessidade de ajudar as famílias, existem dinâmicas familiares e relações sociais em jogo ao se colocar em prática o projeto migratório, questões que não devem ficar em segundo plano no caso dos emigrantes senegaleses.

3.3. Brasil como destino

Na seção a seguir, apresento reflexão sobre o porquê do Brasil como destino. O fluxo de senegaleses para o Brasil se enquadra em um contexto em que cidadãos de diversas nacionalidades do Sul Global optam por migrar para o país. O tema será tratado no ponto 3.3.1, no qual também destaco o papel central das redes migratórias. Além disso, no ponto 3.3.2 exploro os processos e estratégias usados durante o trânsito e a chegada no país pelos imigrantes pesquisados. Por último, mas não menos importante, o processo de regularização que envolve burocracia e oportunidades de regulamentação no contexto brasileiro (ponto 3.3.3). O desafio foi compreender como os imigrantes senegaleses se adaptaram às mudanças na legislação brasileira para imigrantes e refugiados, com destaque para a aprovação do novo marco legal de novembro de 2017.

3.3.1. Destino Brasil e a importância das redes migratórias

Após perceber que os senegaleses protagonizam um movimento individual dentro de um projeto migratório familiar mais extenso, é comum nos questionarmos por que escolheram o Brasil como destino. Como vimos no ponto 2.3, a emigração do Senegal para outras regiões do mundo, fora a africana, ganhou forças a partir dos anos 1960 com especial destino para países europeus, destaque para França sua antiga metrópole, mas também Espanha e Itália. É nesses países onde, até os dias atuais, se concentram a maior população de emigrados senegaleses. Além deles, Estados Unidos e Canadá também se transformaram em destinos de alguns fluxos migratórios provenientes do país. A imigração senegalesa para o Brasil é recente, se enquadra em novos fluxos migratórios Sul-Sul e parece estar vinculada aos fluxos de senegaleses para a Argentina (ZUBRZYCKI, 2011; 2012).

Jung (2019), apesar das dificuldades em mensurar a comunidade, separa os fluxos de senegaleses para o Brasil em três fases. A primeira marca a chegada de migrantes pioneiros, entre 2000 e 2012, em torno de 1.000 senegaleses que se instalaram no Brasil no período. O fluxo estaria relacionado aquele para Argentina, mais antigo do que para o Brasil. A segunda fase começa entre 2012 e 2013, até fins de 2015. Durante o período percebemos um aumento significativo, principalmente baseado nos dados de solicitação de refúgio do Conare. É nesse

período que a grande maioria dos migrantes com quem tivemos contato chegou, utilizando-se da rota protagonizada por migrantes haitianos, passando pelo Equador e entrando no Brasil por terra, pelo estado do Acre. Os destinos principais foram as regiões Sul e Sudeste, com destaque para os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. A terceira fase que começa em fins de 2015 até os dias atuais (o capítulo é de fins 2019) é caracterizada pela forte diminuição da chegada de senegaleses no Brasil. Como explicação para redução, o autor cita a mudança de regime de visto no Equador, que antes permitia que pessoas em trânsito entrassem naquele país sem visto, mas também a crise política e econômica brasileira, deixando de ser um destino desejado entre os migrantes internacionais (JUNG, 2019).

Assim, dentro da pesquisa uma das questões iniciais foi a escolha do Brasil como destino. A pergunta era simples e direta, “Por que o Brasil?” As respostas se deram de três formas, complementares entre si. A primeira tem a ver com uma visão positiva do Brasil na época da emigração, um país emergente e com oportunidades de trabalho. A segunda está relacionada com a crescente dificuldade de migrar para países de destino tradicionais, principalmente pela crescente restrição das políticas migratórias em países do Norte Global. Por último, mas não menos importante, a centralidade das redes migratórias no processo.

Levando em conta que os primeiros migrantes chegaram no final dos anos 2000 e início dos anos de 2010, o país aparentava estar atravessando bem a crise econômica mundial de 2008. A crise que trouxe sérios problemas para países de destinos tradicionais, como Espanha e a Itália, não teve o mesmo efeito imediato no Brasil que pareceu suportar de maneira mais estável a onda de instabilidade. Além disso, por estar nos preparativos para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, a imagem passada para o mundo era de um país emergente, dinâmico, em contraste com antigas imagens que vinculavam a nação brasileiras apenas a praias, favelas e futebol. Um relato anotado em meu diário de campo mostra bem como o momento econômico brasileiro e também a imagem do Brasil passada para o mundo como um todo, chegava ao Senegal.

O Brasil foi escolhido porque quando o fluxo imigratório de senegaleses para cá começou um dos poucos países que estava reagindo bem à crise mundial era o Brasil. [...] o Brasil, com Lula, estava em preparação para Copa do mundo e diariamente as televisões

mostravam esses preparativos [...] e mostravam como o Brasil havia crescido economicamente nos últimos anos (DIÁRIO DE CAMPO, 22 set. 2018).

Percebemos assim que o contexto político e econômico teve influência na decisão dos migrantes de escolher o Brasil como destino. Além disso, tendo a maior parte do fluxo chegado entre 2014 e 2015, os preparativos para os eventos internacionais que colocaram o Brasil como um dos protagonistas da imprensa mundial, televisionados e reportados, transmitiam a imagem de um país de oportunidades, um país “emergente”. A par da imagem veiculada pela imprensa, pelo menos três migrantes citaram ter efetuado pesquisas na internet sobre o Brasil, confirmando que “*Brasil era bom*”, estava passando bem pela crise e ainda era um país seguro, que não tinha problema para andar de noite na rua.

A segunda questão vinculada à escolha o Brasil se relaciona ao fato de terem tentado outros lugares mais tradicionais de imigração senegalesa, mas, por não conseguirem, buscaram novos destinos. Não vamos entrar aqui nos detalhes desse processo restritivo, mas como vimos as “portas abertas” para trabalhadores senegaleses encontradas na década de 1960 e 1970 na Europa, que necessitava de mão-de-obra para suas fábricas e serviços, fundamentais para escolha de destino das gerações passadas, quase não existem para a geração atual. Um dos migrantes, a exemplo de vários outros, narrou, que desde criança tinha o sonho de imigrar. Membros da sua família moravam na França e na Espanha, e por essa razão sua primeira opção eram os destinos tradicionais, incluindo a Inglaterra, Itália, Estados Unidos e Bélgica. Não conseguindo partir para os destinos que imaginava desde a infância, abraçou uma oportunidade de vir para o Brasil por meio de contato com um parente que já se encontrava aqui trabalhando. Pesou nessa decisão o fato de o Brasil permitir sua estada aqui de forma legalizada mesmo que em situação provisória. As redes migratórias mostraram-se fundamentais na escolha do Brasil como destino. Por redes migratórias entende-se nos termos de Tilly (1986) e Massey (1990) apresentados no capítulo 1 do atual trabalho. Massey (1990) define redes migratórias como:

Migrant networks are sets of interpersonal ties that link together migrants, former migrants, and nonmigrants in origin and destination areas through the bonds of kinship, friendship, and shared community origin. They increase the likelihood of Migration because they lower the costs of movement and therefore increase the expected net returns to migration. Migrants

costs include the direct monetary costs of making a trip, the information and search costs paid to obtain a new job, the opportunity costs of income forgone while searching for work, and the psychic costs of leaving a familiar environment and moving to a strange setting. All of these costs are reduced when a prospective migrant has a personal tie to someone with prior experience in a particular destination area (Massey, 1990, p.78).

Foi praticamente unanimidade entre os migrantes com quem conversamos a existência de amigos no Brasil, e na maioria dos casos responsáveis por passar uma imagem positiva do país, influenciando o projeto migratório. A questão da escolha do destino indica uma forte rede migratória entre o grupo de imigrantes senegaleses. Dos 22 questionários preenchidos, 17 deles citaram, dentre as motivações de escolher o Brasil, a opção “amigos residem aqui”. Com raras exceções, praticamente todos migrantes senegaleses a quem tivemos acesso falam da centralidade dos relatos daqueles que já estavam em território brasileiro na sua decisão de migrar. A maioria também fala de “amigos” e não familiares no destino. Foi impressionante a regularidade dos discursos, normalmente recebendo informações positivas sobre renda e emprego, como em um relato: *“Quando estava no Senegal teve informação que fala: Brasil não tem problema. Tem trabalho. Para ganhar dinheiro também. Sem problema. Mas cheguei aqui e não é assim”* (DIÁRIO DE CAMPO, 02 out. 2018). A decepção com a realidade que encontraram na chegada sobre trabalho e salários também é exaustivamente contada.

O foco nessa seção era a escolha do Brasil e o papel das redes migratórias. Apesar disso percebemos indícios da decepção que os migrantes encontraram em contraste com a expectativa do cenário descrito pelos amigos que já estavam antes da chegada e por isso fizemos este registro. A propaganda positiva dos que já estavam aqui entrou em choque com a realidade brasileira. Um outro imigrante relatou: *“Amigo fala: Brasil tem muito dinheiro. Vem cá. Vem cá. Mais non”* (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2018). O cenário que encontrou foi outro.

Percebe-se assim que os três fatores que identificamos estão imbricados. O contexto político e econômico em que a primeira onda de migrantes chegou, em especial aquela identificada por Jung (2019) até 2012, era marcado por um Brasil que transmitia para os emigrantes senegaleses em potencial uma ideia de estabilidade enquanto outros países sofriam com a crise econômica de 2008. Além disso, como demonstraram, as imagens que chegavam até eles do Brasil em tempos

de preparação para a Copa do mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 era de um país emergente e cheio de oportunidades. O discurso daqueles que já estavam aqui era de um país com a possibilidade de trabalhar e ganhar dinheiro, além de permitir uma mais fácil entrada e acesso a documentos do que os países do Norte Global. A dinâmica de rede migratória assim se mostra complementar nessa escolha do Brasil como destino, estimulada por amigos que já se encontravam no país, que passavam uma imagem positiva, muitas vezes corroborando aquela transmitida pela mídia mundial. Essas expectativas, como veremos como mais detalhes, adiante, foram frustradas.

Antes de passarmos para o próximo capítulo, em uma análise do contexto de imigração, ou seja, daquilo que os migrantes senegaleses encontraram uma vez chegando no Brasil, consideramos necessário tratar ainda de dois pontos. O primeiro é a trajetória que trouxe os imigrantes ao destino, para na sequência tratarmos do processo de regularização no Brasil. Ambos estão vinculados àquilo que descreveram como parte da escolha, visto que enquanto outros países restringiam a entrada de migrantes e seu processo de regulação, o Brasil era retratado como um local no qual teriam mais fácil acesso a documentos e possibilidades de entrada no país. Porém, menos restrições de entrada e documentação não significaram ausência de desafios no trajeto, que foi custoso e, em muitos casos, perigoso, com dificuldades na regularização a longo prazo.

3.3.2. Trajeto e chegada

Depois de pensar o porquê da escolha do Brasil como destino, vale descrever brevemente a trajetória que os migrantes fizeram até a chegada. O grupo de senegaleses com quem conversamos chegou recentemente no Brasil. A maioria no ano de 2015, 14 em um total de 22 questionários. Cinco deles chegaram antes: um em 2008, um em 2012 e três em 2014. Somente dois chegaram ao Brasil após 2015, em 2016 e 2018. Percebemos assim que o grupo a que tivemos acesso se enquadra dentro do período de maior fluxo de chegada identificado pela literatura (JUNG, 2019; TEDESCO, 2017; UEBEL, 2016). Durante minhas observações participantes na cidade de Porto Alegre a tendência se manteve, sendo 2015 o período de maior destaque de chegada de migrantes.

Em relação ao trajeto que fizeram para entrar no Brasil destacamos dois tipos. O primeiro é aquele assinalado pela bibliografia: a chegada por terra pelo estado do Acre. Um pouco mais da metade dos senegaleses que responderam ao nosso questionário, 12 no total, fez um trajeto que já vinha sendo indicado pela bibliografia como adoção da rota dos migrantes haitianos (UEBEL, 2016). Dos 12 imigrantes que afirmaram ter entrado pelo Acre, 11 chegaram no ano de 2015 e um em 2014. Além desses, há uma outra parte que afirma ter chegado de avião por São Paulo, pelo menos oito casos, em sua maioria, como veremos, antes ou depois de 2015.

Aqueles que entraram pelo Acre, em geral saíram de Dakar de avião, fazendo escala em Madrid, com destino ao Equador. De lá, pegaram um ônibus que passava pelo Peru e entraram no Brasil na fronteira com o estado do Acre. Alguns citaram especificamente a cidade de Brasiléia como ponto de entrada e depois a capital Rio Branco. Uma vez no Brasil, pegavam outro ônibus com destino a São Paulo e depois, dependendo do destino final, mais um para Porto Alegre ou Caxias do Sul. A escolha do Equador, como vimos, se dava pelo regime de vistos do país que não exigia documentos de entrada para imigrantes senegaleses até final de 2015. Por essa razão emigravam do Senegal sem visto, desembarcavam no Equador, e de lá seguiam por terra e atravessavam a fronteira para o Brasil. Para migrar para o Brasil de forma regular precisavam de um visto que deveria ser solicitado junto ao consulado brasileiro ainda no país de origem, documento de difícil acesso. Pelo menos 15 dos 22 migrantes que preencheram o questionário chegaram em território brasileiro sem qualquer tipo de visto, em sua grande maioria no ano de 2015, e entrando no país por terra. O trajeto, já citado pela bibliografia, é muitas vezes pago para um *coyote* e custa caro. Além do alto investimento, é longo e perigoso, havendo uma série de riscos no percurso.

Os trajetos narrados foram, por exemplo: Dakar, Madrid, Guayaquil no Equador e depois Brasil. Os que iam do Equador para o Peru de ônibus passavam por Lima, Cusco e Puerto Maldonado. Sua entrada se dava pela cidade fronteira de Brasiléia no Acre, seguindo de ônibus até São Paulo e finalmente um último trajeto de ônibus até Porto Alegre.

Além daqueles que chegaram pelo Acre, identificamos um grupo que chegou de avião diretamente de Dakar para São Paulo. As escalas foram feitas em diferentes países, como Bolívia, Espanha, Equador, Etiópia e Marrocos. Dos oito

migrantes que chegaram de avião e responderam ao questionário, com a exceção de um, possuíam visto de entrada, de turista ou de trabalho. A cidade de São Paulo, seja para aqueles que chegaram de ônibus pelo Acre ou de avião diretamente ao Brasil, parece se afirmar como um local referencial de passagem, para na sequência se direcionarem para o estado do Rio Grande do Sul.

Os vistos não eram de fácil acesso, e por essa razão necessitaram de estratégias diferentes normalmente com ajuda de intermediários a quem pagam caro para facilitar a documentação. Percebemos assim duas tendências, que como assinalamos, não se pretende que sejam representativas em termos quantitativos. A primeira, de imigrantes que chegaram ao Brasil sem visto, em geral no ano de 2015, e optaram por entrar na rota de imigração dos haitianos pelo Acre, passando por Equador e Peru. A trajetória terrestre pelo Acre em 2015 marca os maiores fluxos de chegada de senegaleses no Brasil até o momento, e dependia diretamente da liberalidade do regime de vistos do Equador na ocasião. A segunda, de imigrantes que conseguiram algum tipo de visto, na sua maioria de turista, chegaram de avião por São Paulo fazendo escala em diferentes países. Os fluxos parecem ser anteriores e posteriores ao ano de 2015.

Independente da opção, os custos do trajeto foram altos. Para aqueles que entraram de forma irregular talvez ainda maiores, pela necessidade de pagar pessoas que permitiram esse trajeto, os chamados *coyotes*. Alguns citam um investimento equivalente a 10 mil reais. Como vimos, a maioria recebeu empréstimo de familiares, sendo o custo um investimento alto não só para o migrante como para sua família. Somente a passagem entre Brasil e Senegal, ou entre Equador e Senegal, já é um custo exorbitante, em torno de seis mil reais, agravado para aqueles que precisaram pagar intermediários. Vale destacar que apesar de haver diferenças nas estratégias de chegada dos migrantes, em termos de regularização parecem terem posto em prática uma forma comum.

3.3.3. Regularização

A questão da possibilidade de regularização apareceu como uma das razões para procurar o Brasil, principalmente em um contexto no qual países de destino tradicionais de migrantes senegaleses dificultavam a obtenção de documentos. Apesar de o Brasil não apresentar o mesmo tipo de restrição dos países europeus,

principalmente na entrada, ainda assim os migrantes encontram dificuldades no processo de regularização em solo brasileiro. Mesmo com os obstáculos, as estratégias postas em práticas pela comunidade permitiram encontrar caminhos e adaptações para que a grande maioria se encontrasse legalmente no país. Todos os imigrantes senegaleses com quem conversamos ao longo da pesquisa, incluídos os que responderam ao questionário, estavam de alguma forma regularizados no Brasil no momento da pesquisa. Isso acontecia independentemente de fazerem parte do grupo dos que chegaram sem qualquer tipo de visto/documento e, em geral, optaram pela rota entrando de ônibus pelo Acre, ou do grupo que tendo tido acesso a um visto de turista (ou trabalho) optou por chegar ao Brasil diretamente de avião por São Paulo. A estratégia de regularização foi a mesma: pedir um protocolo de refúgio assim que entraram no país. O protocolo serve como documentação provisória, mas em alguns casos manteve-se como única opção. Outros conseguiram uma regularização que envolvia um visto permanente, opção extinta atualmente. Há ainda a possibilidade de autorização de residência para senegaleses mas, por ser recente (2017), não houve tempo de examinar sua efetividade.

Vale ressaltar que entre o início da pesquisa de doutorado em 2016 e a conclusão em fins de 2019 diversas situações jurídicas em relação a migrações ocorreram no Brasil. A mais importante foi a promulgação da Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017)⁷³ em novembro de 2017, extinguindo o Estatuto do Estrangeiro⁷⁴ que vigorava desde 1980, gerando mudanças e adaptações nos regimes de vistos. Houve também diversas portarias interministeriais que buscaram dar conta do processo de regularização de novos fluxos migratórios do Sul Global para o Brasil. Destaco os casos de Haitianos e Venezuelanos, mas também nos “45 minutos do segundo tempo” da atual pesquisa, dos imigrantes senegaleses. Por essa razão um esforço será feito para compreender os caminhos, desafios e vitórias da comunidade senegalesa durante o período pesquisado sem abranger os efeitos das regulações posteriores a 2017.

⁷³ BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm>. Acesso em: 08 nov. 2019.

⁷⁴ BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Estatuto do Estrangeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm>. Acesso em: 08 nov. 2019.

A preocupação em entender qual tipo de visto e regularização era central no início da pesquisa de campo, sendo uma das primeiras questões postas aos migrantes senegaleses em Porto Alegre. Ao pesquisar outros grupos ao longo da vida acadêmica, com especial destaque para o caso das brasileiras na Bélgica, que se enquadrava em um contexto mais geral de novos fluxos latino-americanos para a Europa no início do século XXI, a preocupação com documentos e regularização era o tema que norteava nossas conversas. Mas à medida que fui entrando em contato com a comunidade senegalesa pude perceber que essa não era a “grande” questão. Minha expectativa encontrou uma realidade diferente, na qual as preocupações com a regularização não pareciam se encontrar em primeiro plano. Percebi que apesar dos desafios, que de fato existem principalmente em termos de legislação e mudança de regimes como veremos a seguir, esse não foi o principal problema enfrentado pelos migrantes, que relataram outros percalços para efetivação de seu projeto migratório no Brasil, como as dificuldades com emprego, moradia e idioma que já examinamos e serão retomados na sequência (seção 4.1). O relato do diário de campo a seguir demonstra a impressão que me foi passada e que não pode ser generalizada como uma característica para todos no país:

Como os imigrantes explicaram, ninguém na rua pede o documento mesmo sabendo que é estrangeiro. Não tem esse tipo de preocupação que existe em outros países de ser abordado na rua e questionado sobre seus documentos. Sentem-se muito livres no Brasil nesse sentido. Explicaram que nem a polícia sabe o que fazer nessas situações. Documentação não se apresenta como o problema central.

Expliquei em determinado momento que meu interesse inicial era no processo de regularização, mas percebi que isso não era uma grande questão para a comunidade. Um deles respondeu: “Têm vários países que é difícil para regularizar. País de Europa é mais difícil de regularizar. Brasil não é” (DIÁRIO DE CAMPO, 12 dez 2018).

De fato, todos os imigrantes senegaleses, que tivemos acesso em Porto Alegre, estavam regularizados, independentemente de terem ou não um visto de entrada. A regularização se deu pelo pedido de um Protocolo de Refúgio, junto ao Conare. Até a Nova Lei da Imigração brasileira de 2017, a única forma de conseguir uma regularização, estando já presente em território nacional, era obter um visto de refúgio. Qualquer imigrante tem o direito de solicitar um visto de refugiado, pedido que será analisado pelo órgão responsável (Conare). Porém, para ser reconhecido como refugiado precisa se comprovar um fundamentado temor de perseguição no

país de origem. Uma vez que o Senegal é reconhecido internacionalmente como uma democracia estável, o visto definitivo de refugiado não é concedido a imigrantes senegaleses. O processo é demorado, há uma fila de casos para serem avaliados. Não há uma expectativa de tempo para a análise do processo, que pode durar meses ou anos, dependendo da situação. Pouquíssimos senegaleses tiveram acesso ao visto de refúgio, mas uma grande parte conseguiu um documento chamado de visto permanente no Brasil.

A falta de opções para regularização por outros meios no Brasil fez com que muitos imigrantes de diferentes nacionalidades buscassem a opção do protocolo de refúgio, aumentando a demanda e de certa forma sobrecarregando os órgãos responsáveis. Como apresentamos anteriormente, segundo dados do Conare entre 2011 e 2018 o Brasil recebeu 206.737 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado (CONARE, 2019⁷⁵). Apesar disso, até dezembro de 2018, somente 11.231 pessoas haviam sido reconhecidas como refugiadas, sendo 51% de nacionalidade síria (CONARE, 2019). O aumento é exponencial quando notamos que em 2010 houve 966 pedidos, passando para 17.621 em 2013, 28.670 em 2015, marcando aumento de 2.868% entre 2010 e 2015. Em 2016, percebemos uma queda nas solicitações, 10.308, mas na sequência alcançamos patamares nunca vistos, 33.866 em 2017, chegando a 80.057 no ano de 2018⁷⁶, como demonstra a Tabela a seguir.

Tabela 11: Solicitação de refúgio (entradas por ano)

Departamento da Polícia Federal

2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
966	3.220	4.022	17.631	28.385	28.670	10.308	33.866	80.057

Fonte: Tabela elaborada pela autora, dados CONARE, 2019

Nos últimos anos, o Senegal passou a pertencer ao grupo significativo no processo de refúgio no Brasil. Baseando-se nas quatro edições do relatório fornecido pelo Conare “Refúgio em Números” percebemos o lugar importante que a comunidade senegalesa adquiriu no processo entre 2015 e 2018. Em 2015, os

⁷⁵ Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Refugiados em número. 4. ed. 2019. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

⁷⁶ O aumento está relacionado com a chegada de venezuelanos no país.

senegaleses constavam entre as cinco nacionalidades de maior solicitação, junto dos haitianos, sírios, bengaleses e nigerianos. Em 2016, acompanhando a baixa, caíram para décimo lugar com somente 251 solicitações, 2% das solicitações, enquanto o primeiro lugar já se encontrava com a Venezuela, com 33%, 3.375 pedidos. Em 2017, um total de 1.221 senegaleses entraram com pedido, ocupando a sexta posição e representando 4%, em um ano em que venezuelanos fizeram 17.865 solicitações, 53%. Cuba e Haiti com 7% e China também com 4% (1.462 solicitações em 2017). Vale ressaltar que no ano de 2017 o Senegal era o terceiro país com o maior número de solicitações em trâmite, com 13%, antecedido da Venezuela com 33% e do Haiti 14%. Em 2018, como vimos, houve um salto nunca visto desde a promulgação da Lei do Refúgio no Brasil, com um total de 80.057 pedidos de reconhecimento da condição de refugiado. Nesse ano o Senegal cai para sétima posição, com somente 462 pedidos. Em primeiro lugar Venezuela com 61.681, representando 77%, seguido de Haiti com 7.030 (9%). Na sequência, Cuba com 3% (2.279), China com 2% (1.450), e, por último, ambos em torno de 1%, Bangladesh e Angola com respectivas 947 e 675 solicitações em 2018 (CONARE, 2016; 2017; 2018; 2019).

Em termos de efetivos, em 2015 o Senegal acumulava 7.206 solicitações de refúgio (CONARE, 2016⁷⁷). Os dados podem ser difíceis de mensurar. Porém, fundamentando-se em duas bases de dados disponibilizadas no site do Ministério da Justiça e da Segurança Pública sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado ativas (ou seja, aguardando decisões do Conare até 09 de outubro de 2019) e outra constando as decisões sobre pedidos de reconhecimento da condição de refugiado – Acnur (1993-1997) e Conare (1998 a outubro de 2019)⁷⁸, podemos observar algumas tendências recentes. Os dados são de duas categorias diferentes. Os primeiros são de imigrantes que ainda estão portando um protocolo de refúgio e aguardam a resposta do Conare, o segundo grupo é daqueles que já tiveram seus casos analisados pelo órgão, tendo sido reconhecidos ou não

⁷⁷ Ministério da Justiça e Segurança Pública. Refugiados em número. 2016. Fonte: Departamento de Polícia Federal (até 20/03/2016). Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

⁷⁸ “Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado ativas (ou seja, aguardando decisões do Conare) em 09 de outubro de 2019” e “Tabela com decisões sobre pedidos de reconhecimento da condição de refugiado - ACNUR (1993-1997) e CONARE (1998 a outubro de 2019)”. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

como refugiados. A soma das duas bases de dados fornece uma ideia do total de imigrantes senegaleses que passaram por esse processo no período.

Em outubro de 2019 existiam 204.361 solicitações de refúgio ativas acumuladas, ou seja, esperando a decisão do Conare para ter sua condição de refugiados deferida ou indeferida. Dessas, em torno de 2,9% eram senegaleses, um total de 5.993 migrantes que portavam um Protocolo de Refúgio. Os imigrantes que aguardam a análise dos seus processos chegaram entre 2013 e 2019 como mostra a tabela a seguir. Os pedidos foram feitos em três estados principais: Acre (54%), Rio Grande do Sul (23,6%) e São Paulo (14,5%) durante todo período. O destaque do Acre se dá, como vimos, por ser esse estado a principal entrada desses imigrantes por terra. O fato de terem pedido uma solicitação de refúgio no estado não significa que se instalariam por lá. Como demonstramos, na trajetória dos imigrantes que contatamos, o estado de Acre serviu como porta de entrada para grande parte, que se dirigia na sequência para as regiões Sul e Sudeste do país. O Rio Grande do Sul, em segundo lugar, é assinalado pela literatura como o estado com maior concentração de imigrantes senegaleses (UEBEL, 2015) e São Paulo aparece como terceiro, também apontado como possuidor de uma parte significativa da comunidade senegalesa no Brasil⁷⁹.

Tabela 12: Solicitações de reconhecimento da condição de refugiado ativas (ou seja, aguardando decisões do Conare) em 09 de outubro de 2019, de senegaleses que solicitaram entre 2013 e 2019

Ano	Total de imigrantes senegaleses por ano de entrada no Brasil	Acre	Rio Grande do Sul	São Paulo
2013	896	296	403	127
2014	1624	1.011	404	69
2015	1734	1.344	233	137
2016	183	68	48	35
2017	864	406	182	185
2018	436	52	109	208

⁷⁹ O próprio site do Ministério da Justiça e da Segurança Pública onde estão disponibilizados as bases de dados coloca a observação do CONARE de que as informações constam o local onde os pedidos foram feitos, mas que não significa que as pessoas tenham se instalado nesses locais, visto que possuem direito de livre circulação no território nacional portando um protocolo de refúgio. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

2019	256	62	36	112
Total	5.993	3.239	1415	873

Fonte: Tabela elaborada pela autora. Base de dados fornecidos pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública, Conare e Polícia Federal, em formato Excel, sobre solicitações de reconhecimento da condição de refugiado ativas (ou seja, aguardando decisões do Conare) em 09 de outubro de 2019)

Os dados apontam que no final de 2019, existiam quase 6 mil imigrantes senegaleses portadores de solicitação de refúgio aguardando o julgamento do processo junto ao Conare. Além deles, a segunda base de dados disponibilizada pelo governo mostra a quantidade de casos já julgados ao longo dos anos, além do ano do pedido, o sexo, idade e local de abertura do processo. O documento, também fornecido em formato Excel, é intitulado “Tabela com decisões sobre pedidos de reconhecimento da condição de refugiado - Acnur (1993-1997) e Conare (1998 a outubro de 2019)”. A Tabela a seguir nos mostra que entre 1997 e 2019 o Conare julgou 3.325 solicitações de reconhecimento de refúgio de imigrantes senegaleses, com destaque para o ano de 2018 em que 3.025 casos foram analisados, ou seja, 91% das análises feitas. Durante todo período somente 24 imigrantes foram reconhecidos como refugiados, sendo os outros 3.301 pedidos indeferidos ou extintos⁸⁰. Em maio de 2019, segundo dados do Conare havia 6.555 pessoas em condição de refúgio ativo no Brasil, apenas 10 eram senegaleses (CONARE, 2019b)⁸¹. Apesar de o Brasil ter reconhecido até dezembro de 2018 mais de 11 mil pessoas como refugiadas, alguns mudaram de status, se naturalizaram, optaram pela residência nos termos da nova Lei de Imigração nº 13.445/17, retornaram ao país de origem, faleceram etc.

⁸⁰ Apesar de terem o visto de refúgio indeferido pelo Conare, como veremos a seguir, a grande maioria conseguiu uma regularização pelo Cnig (Conselho Nacional de Imigração).

⁸¹ CONARE, 2019b. Tabela com o número de solicitantes com refúgio ativo no Brasil em maio de 2019. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 14 jan 2020.

Tabela 13: Casos de solicitação de refúgio de senegaleses analisados pelo Conare (1997-2019)

Ano da decisão do Conare ⁸²	1997/2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019*	Total
Casos analisados de senegaleses	8	ZERO	18	180	1	3.025	93	3.325
Elegibilidade deferido	7	-	1	4	1	-	11	24
Elegibilidade indeferido	1	-	15	176	-	2.829***	76	3.097
Extinção e arquivamento**	-	-	2	-	-	196	6	204

Fonte: Tabela elaborada pela autora, dados CONARE, 2019.

*Casos analisados pelo Conare até 3 de outubro de 2019

** Os casos de extinção podem ser de dois tipos, pela “Desistência sem formulário próprio” baseado no art. 52 da Lei n. 9784, de 29 de janeiro de 1999, ou “Sem resolução do mérito” Art.6-B da resolução normativa n.18 do Conare, que envolve em geral uma autorização de residência.

*** No ano de 2018 os casos de indeferimento agrupam duas categorias “Extinção/Indeferimento” com 88 casos e “Indeferido Conare/Regularizado CNig” com 2741 casos.

Percebe-se assim que a grande maioria dos casos julgados de solicitantes de refúgio senegaleses foi em 2018, um total de 3.025. Desses, 2.741 casos foram de migrantes que tiveram sua condição de refugiado indeferida pelo Conare, mas foram regularizados pelo CNig, o Conselho Nacional de Imigração⁸³. Fora a exceção de 2018, poucos casos de refúgio para imigrantes senegaleses foram

⁸² As categorias são: (1) **Elegibilidade – Deferido**. Reconhecido como refugiado nos termos do art. 1º da Lei nº 9.474/97; (2) **Elegibilidade – Indeferido**. Não reconhecido como refugiado pois ausentes os critérios do art. 1º da Lei nº 9.474/97 ou presentes as cláusulas de exclusão do art. 3º da Lei nº 9.474/97; (3) **Extinção (sem resolução do mérito)**. Extinção do processo, sem resolução do mérito, por alguma das razões presentes no art. 6º, 6º-A ou 6º-B da Resolução Normativa nº 18/Conare ou no art. 6º da Resolução Normativa nº 23/Conare; (4) **Extinção (desistência sem formulário próprio)**. Extinção do processo, sem resolução do mérito, quando o requerente desiste por meio distinto do formulário próprio para desistência (por exemplo, petição simples); (5) **Extensão dos efeitos da condição de refugiado – Deferido**. Efeitos da condição de refugiado foram estendidos a um membro familiar, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.474/97; (6) **Arquivado**. Arquivado, nos termos dos Parágrafos do art. 6º da RN 18/Conare ou nos termos do art. 6º da RN 18; (7) **Indeferido Conare - Regularizado via CNig**. Indeferido consoante interpretação da Resolução Recomendada nº 08, em conjunto com a Resolução Normativa nº 27, ambas do CNig (Conselho Nacional de Imigração). Ambas Resoluções já encontram-se revogadas. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁸³ “O CNig formula a política migratória laboral brasileira por meio da edição de Resoluções Normativas.

Em atendimento à legislação migratória brasileira, o Conselho Nacional de Imigração, em conjunto com outros atores envolvidos na política migratória nacional, também edita Resoluções Conjuntas. Para disciplinar as atividades administrativas, o CNig edita Resoluções Administrativas.” Resoluções do CNig. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/resolucoes>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

analisados no ano seguinte e a grande maioria foi indeferida. Apesar da dificuldade em mensurar, é possível ter uma ideia do efetivo de imigrantes que passaram por esse processo. Se levarmos em conta que o Conare analisou 3.325 casos, somando-se aos 5.993 solicitantes que aguardam seus casos serem julgados, temos um total de 9.318 senegaleses que passaram ou estão passando pelo processo de solicitação de refúgio no Brasil até outubro de 2019.

Para entender melhor problemas de ordem legal, identificados ao longo da pesquisa, buscamos uma literatura especializada nas questões jurídicas que envolvem o processo migratório de senegaleses. Descrever o contexto em que os fluxos migratórios se estabeleceram é fundamental, assim como os próprios imigrantes lidaram com esse contexto, ou seja, suas opções e estratégias dentro do sistema jurídico brasileiro.

Sobre o contexto jurídico brasileiro, durante o período de pesquisa, houve, como vimos, mudanças que merecem nossa atenção. Recapitulando, quando os maiores fluxos de imigrantes senegaleses chegaram ao Brasil, entre 2014 e 2015, vigorava o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815/1980, aprovada durante a ditadura militar, com caráter baseado em política de segurança nacional e criminalização dos movimentos migratórios. A dificuldade de regularização no Brasil fez com que muitos imigrantes optassem por solicitar refúgio como forma de obtenção de documentos e acesso a uma Carteira de Trabalho. Em 2017 foi aprovada a nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) brasileira, que, na teoria, traria mais possibilidades de regularização. Porém, na prática, há ainda obstáculos sérios criticados por organizações de direitos humanos.

Noschang (2019) traz uma reflexão sobre avanços e entraves práticos da nova Lei da Migração que inaugurou uma nova forma de tratar a política migratória no país mais alinhada com o respeito dos direitos humanos e às convenções internacionais. Em relação aos avanços, a Lei garantiu direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos, direito à educação pública e saúde, além de permitir a transformação de vistos temporários e permanentes em autorização de residência. Estabeleceu novos tipos de visto em relação ao Estatuto do Estrangeiro, como mostra a Tabela a seguir, como visto de visita, temporário, diplomático, oficial e de cortesia. Além disso, o visto de permanência foi extinto e substituído pela possibilidade de “autorização de residência”. A nova Lei faz uma diferenciação importante entre visto e residência. Segundo o artigo 6, visto “é o documento que

dá a seu portador expectativa de ingresso em território nacional”, enquanto a residência, demonstrado no artigo 30, poderá ser autorizada mediante registro do interessado após o ingresso. A possibilidade de autorização de residência já estando em território brasileiro marcou um grande avanço em relação ao antigo Estatuto do Estrangeiro o qual, com raras exceções, restringia a opção ao pedido de solicitação da condição de refugiado.

Tabela 14: Tipos de visto e residência no Estatuto do Estrangeiro e na Lei da Migração⁸⁴

	Estatuto do Estrangeiro Lei nº 6.815/1980	Lei de Migração nº 13.445/2017
Visto	• De trânsito; • de turista; • temporário; • permanente; • de cortesia; • oficial; e • diplomático. (Artigo 4)	• De visita • temporário; • diplomático; • oficial; e • de cortesia. (Artigo 12)
Residência	Registro do visto permanente e de algumas possibilidades de visto temporário (Artigo 13 e 16)	Autorização de residência (Artigo 30)

Fonte: Tabela elaborada pela autora

Apesar dos avanços, o Decreto nº 9.199/2017⁸⁵ que regulamenta a Lei apresentou alguns retrocessos, que vão contra a própria essência humanitária, dificultando a operacionalização. Entre os retrocessos, Noschang (2019) destaca dispositivos que, a exemplo de outros países, especialmente europeus, dificultam a entrada no país de imigrantes de viés econômico, que chegam ao Brasil na busca de emprego. Como exemplo cita a necessidade de apresentação prévia de um contrato de trabalho como condição para concessão de visto temporário de trabalho (artigo 14, parágrafo 5; artigo 38, parágrafo 1, inciso I). No caso dos imigrantes senegaleses que saem do país de origem em geral sem contrato de trabalho prévio no Brasil, essa opção é inviável. Por não possuírem um visto de trabalho na entrada, terminam por pedir um protocolo de refúgio já em território brasileiro, condição raramente reconhecida pelo Conare. Quando a condição de refúgio é negada os imigrantes econômicos buscam uma autorização de residência para permanecer no país, e é

⁸⁴ O visto de refúgio não está contemplado na tabela por estar relacionado com outra legislação, Lei nº 9.474/97 referente a condição de refugiado no Brasil.

⁸⁵ BRASIL. Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm>. Acesso em: 18 nov. 2019.

nesse momento que enfrentam dificuldades para cumprir os pré-requisitos da Lei e do decreto (NOSCHANG, 2019).

Voltando à análise dos dados da pesquisa, dentro desse processo de mudanças, avanços e retrocessos jurídicos, todos os senegaleses a que tivemos acesso estavam de alguma maneira regularizados. Dos 22 questionários respondidos dezesseis deles tinham um visto permanente, e seis ainda tinham o protocolo de refúgio. O documento permanente está vinculado ainda ao Estatuto do Estrangeiro, tendo sido extinto e substituído pela “autorização de residência” no novo marco legal. Não há uma correlação entre tempo de estada no Brasil e acesso ao documento permanente. No caso da nossa pesquisa, apesar de alguns senegaleses que chegaram após 2015 terem um protocolo de refúgio, há imigrantes que chegaram em 2015 que não tiveram acesso a um visto permanente. Sobre as opções e estratégias dos migrantes senegaleses, percebemos entre o grupo estudado uma trajetória comum. Uma vez chegados ao território, pediram um protocolo de refúgio. Dentre aqueles a que tivemos acesso, grande parte obteve, na sequência, o visto permanente, que como veremos era concedido quando estava em vigor o Estatuto do Estrangeiro. Redin & Bertolo (2019) fazem trabalho específico sobre a regularização documental dos migrantes senegaleses antes e depois do novo marco legal. Segundo as autoras, o fluxo dos senegaleses permite desmistificar uma imagem do Brasil como mais acolhedor do que a maioria dos países. Apesar dos avanços, em termos de direitos, a nova Lei da Migração, permite a discricionariedade da administração pública na hora de definir critérios para ingresso e permanência no Brasil, que se traduz em uma exclusão ou impossibilidade de regularização por uma parte dos migrantes não considerada “ideal”. No caso do novo marco legal o visto temporário por trabalho está restrito aos que possuem proposta formal de trabalho antes de acessarem o território ou a pessoas com curso superior.

Sobre o enquadramento jurídico dos migrantes senegaleses no Brasil, percebemos que a solicitação de refúgio foi e continua sendo usada como mecanismo provisório de documentação. Segundo a Lei nº 9.474/1997⁸⁶, qualquer pessoa tem o direito de pedir refúgio junto à Polícia Federal. O solicitante recebe

⁸⁶ BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Lei do Refúgio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm>. Acesso em: 18 nov. 2019.

um protocolo de refúgio, que dá direito ao CPF (Cadastro de Pessoas Física) e Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPs). Isso significa que imediatamente podem se inserir no mercado de trabalho. O migrante fica em situação regular enquanto aguarda o Ministério da Justiça, em especial o órgão Conare, julgar o pedido. O solicitante de refúgio só recebe autorização de residência após ter sido reconhecido como refugiado. Ao solicitante não é permitido viajar ao exterior e nem possui direito de reagrupamento familiar (REDIN & BERTOLO, 2019)⁸⁷.

Como o antigo Estatuto do Estrangeiro praticamente impossibilitava os imigrantes de terem acesso a documentos, o pedido de refúgio era a maneira que encontravam para a regularização em território brasileiro. A escassez de opções de regularização fez com que o sistema dedicado ao refúgio ficasse sobrecarregado. Como vimos, mais de 200 mil pedidos em menos de uma década o que, considerando a lentidão da máquina pública no Brasil, torna a análise lenta e a condição de solicitante de refúgio em algo demorado, perpetuando por anos uma condição jurídica precária. Dentre os senegaleses essa prática foi comum. Como vimos todos os imigrantes a que tivemos contato ao longo da pesquisa afirmaram que ao chegarem ao Brasil pediram o protocolo, tendo grande parte procurado outras formas de regularização na sequência. O que chama atenção é que o novo marco que, na teoria, pretendia propor caminhos para regularização que não sobrecarregassem o processo de refúgio, não parece ter tido sucesso imediato. A nova Lei de Migração possui inúmeros obstáculos para os imigrantes senegaleses que buscam um visto e uma autorização de residência por trabalho. Os documentos exigidos são difíceis de conseguir e se restringem a migrantes que ocupem postos no mercado formal de trabalho, excluindo trabalhadores informais. Dessa forma, fica claro que a tentativa de regularização pela solicitação de refúgio continua sendo uma via importante para comunidade senegalesa no Brasil apesar de sua precariedade (REDIN & BERTOLO, 2019).

Por isso mesmo, as reclamações dos imigrantes em Porto Alegre quanto à demora no processo de análise da solicitação de refúgio são recorrentes. Não há uma correlação entre o tempo do pedido e a obtenção do visto permanente. A situação provisória traz angústia, principalmente pela total ausência de expectativas de prazos. O principal problema dessa situação é não poder visitar a família, pois

⁸⁷ A viagem ao exterior é permitida somente com autorização do Conare.

se viajarem durante o processo perdem o protocolo o que praticamente inviabiliza o retorno. Além disso, o protocolo é uma folha de papel, documento que segundo os migrantes dá pouca credibilidade aos empregadores, além de necessitar de renovação a cada ano. Muitos imigrantes fazem uma fotocópia em papel, em miniatura, plastificam, e andam com esse documento provisório dentro da carteira. É a maneira que encontraram de carregar o documento sem danificá-lo. O mesmo fazem com o CPF: tiram uma cópia e plastificam para poder guardar na carteira.

A única vantagem da solicitação de refúgio exposta pelos imigrantes é a de ter acesso ao mercado de trabalho. No Brasil, ao contrário de outros países, o protocolo de refúgio permite que os imigrantes obtenham uma Carteira de Trabalho e um CPF. Esse fato possibilita que busquem uma forma de sustento mesmo nessa condição jurídica de provisoriedade. Por essa razão, na seção (4.1) no capítulo a seguir quando falo sobre trabalho de imigrantes senegaleses em Porto Alegre, não faço distinção entre os tipos de documentação dos migrantes, visto que todos estavam regularizados no momento da pesquisa, independente do meio. Outros países, como Alemanha, Itália e Bélgica não permitem que os solicitantes de refúgio trabalhem, colocando-os em habitações públicas específicas em locais precários e muitas vezes isolados. Apesar dessa vantagem, todos os imigrantes com quem conversamos buscaram outra regularização para além da obtenção do protocolo de refúgio. A chance de serem reconhecidos e receberem um visto de refúgio são mínimas: somente duas dezenas em um universo de 9 mil casos até fins de 2019. Por essa razão, a busca por alternativas é constante na comunidade, que recebe o apoio da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre entre outros órgãos e instituições, como a Defensoria Pública.

Fora da tentativa de regularização provisória pela solicitação de refúgio, identificamos duas situações de legalização na comunidade local: uma é o visto permanente, quando vigorava ainda o Estatuto do Estrangeiro e outra é a autorização de residência após a nova Lei de Migração.

O primeiro caso engloba a maioria dos migrantes com quem conversamos. Segundo Redin & Bertolo (2019) o visto era concedido pelo CNig (Conselho Nacional de Imigração), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Os imigrantes senegaleses, pelo tipo de atividade que exerciam, não se enquadravam nos critérios para obter um visto permanente pelo trabalho. O CNig, junto a outros órgãos como o Ministério da Justiça e a Defensoria Pública da União, preocupados

com o não reconhecimento de status de refúgio, passaram a reconhecer visto permanente para senegaleses com base na Resolução Normativa 27/1998 para casos especiais ou omissos e na Resolução Recomendada No 08 do CNig ao Conare, de 2006, utilizando a justificativa de “razão humanitária”. O visto permanente por razão humanitária se diferenciava do visto humanitário, criado por política interministerial e restrito aos imigrantes haitianos por não serem reconhecidos como refugiados pelo Conare. Com o visto permanente, os senegaleses tiveram sua residência reconhecida no Brasil, receberam um RNE - Registro Nacional do Estrangeiro (atual RNM – Registro Nacional Migratório), CPF e Carteira de Trabalho (REDIN & BERTOLO, 2019).

A busca pelo “permanente”, como dizem os migrantes, foi um grande desafio para a comunidade em Porto Alegre e motivo de comemoração quando conseguiam. A principal vantagem segundo eles era a liberdade de ir e vir, ou seja, de visitar a família no Senegal e poder voltar ao Brasil para trabalhar de maneira regular. A mobilidade constante faz parte do ideal de projeto migratório senegalês, que busca construir sua trajetória em um constante “aller et retour” entre os países. Todos os imigrantes que possuem “permanente” declararam que tiveram antes o protocolo de refúgio.

A maioria dos migrantes a que tive acesso durante a pesquisa em Porto Alegre, que como vimos chegaram entre 2014 e 2015, se beneficiou dessa política de concessão de visto do CNig e obteve um visto permanente no quadro descrito anteriormente, por “razões humanitárias”. A outra parte, que continua portando o protocolo de refúgio não está satisfeita com a sua situação e tenta sua regularização no novo contexto que entra em vigor com a nova Lei de Migração, enfrentando outros tantos desafios apontados pela literatura (NOSCHANG, 2019; REDIN & BERTOLO, 2019). Para tanto, tem contato com o suporte da Defensoria Pública, mas principalmente da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA).

No segundo caso, o novo marco legal extinguiu o visto permanente a que grande parte dos migrantes que encontramos teve acesso. Inclui novas hipóteses para visto temporário, trabalho, tratamento de saúde, estudo, acolhida humanitária, reunião familiar etc. Apesar das novas categorias de visto, que apresentamos anteriormente, a grande maioria deles deve ser expedida pelas embaixadas e consulados antes de o imigrante ter acesso ao território nacional. Para aqueles, se já se encontram no Brasil, a possibilidade de regularização se dá mediante a

obtenção de uma autorização de residência, status criado com o novo marco que substitui o antigo visto permanente. Os imigrantes com visto expedido na vigência do Estatuto do Estrangeiro devem solicitar uma autorização de residência antes do vencimento do visto. As mesmas hipóteses para visto temporário são consideradas para autorização de residência (REDIN & BERTOLO, 2019).

No caso dos imigrantes senegaleses, uma das possibilidades seria a busca de uma autorização de residência por motivação de trabalho. São concedidas pelo Ministério do Trabalho mediante solicitação online no sistema “MigranteWeb”. O decreto n 9.199/2017 que regulamenta a nova Lei da Migração e Resoluções Normativas do CNig define os procedimentos e possibilidades de acesso por esse meio. É necessário vínculo formal de trabalho, já excluindo todos aqueles que são autônomos, ou seja, todos os senegaleses que se dedicam ao comércio informal de rua. Além disso, outras exigências dificultam o acesso, como uma justificativa por parte do empregador da necessidade da permanência do imigrante e a demonstração da compatibilidade da formação com o cargo exercido. Na prática, são aqueles com formação qualificada e que correspondam aos interesses empresariais que têm acesso à autorização. Além da autorização de residência por motivos de trabalho, Redin & Bertolo (2019) destacam que consta na nova Lei uma opção por “acolhida humanitária”, segundo o artigo 14 “ao nacional de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário”. Na legislação anterior, como vimos, o visto permanente por razões humanitárias foi concedido pelo CNig para algumas nacionalidades, entre eles os senegaleses, pelo menos por um período. Mas desde o novo marco legal a acolhida humanitária estava sendo concedida em âmbito interministerial somente para haitianos e venezuelanos, sendo excluídos outras nacionalidades que se beneficiavam no antigo processo.

Em 2018, o Ministério da Justiça lançou a Portaria Interministerial n.4 para casos não previstos por lei, chamados “casos omissos”. O pedido deveria ser feito na Polícia Federal que seria encaminhado ao Ministério da Justiça para ser julgado. Os documentos necessários eram diversos e de difícil acesso, entre eles certidão de antecedentes criminais nos últimos cinco anos, em geral necessário desde o país de origem, e comprovante de filiação; todos deveriam ser oficiais e traduzidos por tradutor juramentado (REDIN & BERTOLO, 2019). Ao longo da pesquisa

acompanhamos tentativas de regularização pela Portaria Interministerial n.4, que já não está em vigor, pois esteve em vigor por curto período. Em conversas, o presidente da Associação mostrou a Portaria Interministerial nº 4 que saiu em 27 de fevereiro de 2018⁸⁸ que permitia que os imigrantes que chegassem ao Brasil pedissem uma autorização de residência sem necessitar da solicitação do reconhecimento de refúgio. Dentre os documentos necessários estava o certificado de antecedentes criminais. Por essa razão mostrou duas procurações de senegaleses que permitiam que seus parentes no Senegal buscassem os certificados no país de origem para entrar com o pedido de autorização de residência.

Conversa com Presidente ADSPOA: A portaria n.4 agora é o caminho mais rápido para conseguir o “permanente” (que já mudou o nome para autorização de residência). Para conseguir documento. Ali eles são obrigados de ter um acertado de antecedentes criminais senegaleses. Já que eles estão aqui (no Brasil) eles vão ligar para parente no Senegal, para parente que vai lá no Senegal, para pedir a certidão de antecedente. Mas precisa a procuração para poder pedir. Essa procuração ele vai mandar para Senegal no nome de parente.

Assim que aprovar vai levar na embaixada do Brasil no Senegal porque ele tem que reconhecer e mandar para cá. Ele vai pegar e vai levar para Polícia Federal para entrar com um pedido de permanência. Só que aqui eles vão pedir também certidão daqui. Vão pedir procuração, requerimento, declaração (DIÁRIO DE CAMPO, 16 jun. 2018).

Em outro momento quando encontrei com o presidente da ADSPOA em janeiro de 2019 a Portaria Interministerial nº 4 já não era considerada uma opção, e uma nova possibilidade tinha surgido em dezembro de 2018. Explicou que quando lançaram a portaria interministerial n.4 vários imigrantes buscaram uma autorização de residência por esse meio, mesmo com todos os desafios para conseguir os documentos, entre eles a certidão de antecedentes criminais de 5 anos, que na maioria das vezes necessitava de documentos do Senegal. Apesar disso, quando começaram a chegar os resultados dos pedidos quase todos eram indeferidos. Segundo o presidente isso se dava pelo fato de que o Ministério da

⁸⁸ BRASIL. Portaria interministerial, nº 4, de 27 de fevereiro de 2018. Dispõe sobre o procedimento de concessão de autorização de residência para casos não previstos expressamente na Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017 e no Decreto no 9.199, de 20 de novembro de 2017. (Revogada pela Portaria no 748, de 29 de setembro de 2019). Publicado no DOU nº 40, de 28/02/2018, Seção 1, p. 38. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_Nº_4_DE_27_DE_FEVEREIRO_DE_2018_REVOGADA.pdf. Acesso em: 05 dez. 2019.

Justiça alegava que não poderiam aceitar as solicitações porque os imigrantes já estavam com o pedido de protocolo de refúgio em andamento. Essas atitudes, acredita ele, só trariam mais dificuldades, pois deixariam os imigrantes em condição de ilegalidade.

Conversa com presidente da ADSPOA: Porque ela (portaria 4) não passou? Era muito mal analisada. Quando divulgaram a portaria n.4 os imigrantes começaram a pedir permanência (autorização de residência). Precisava estar trabalhando, ambulante com CNPJ, por exemplo. Precisava estar trabalhando, não necessariamente ter contrato de trabalho. Agora quando está chegando o resultado dos pedidos vemos que são quase todos indeferidos. Porque o Ministério da Justiça diz que os imigrantes que pediram pela portaria n.4 já estavam com o pedido de protocolo de refúgio em andamento. Então não tem como entrar com os dois pedidos ao mesmo tempo, as duas coisas não se combinam. Eles veem realmente que estão entrando em um buraco sem fundo. Porque eles estão indeferindo o pedido, os imigrantes vai começar a ser ilegais e isso vai dar trabalho para eles (DIÁRIO DE CAMPO, 17 jan. 2019).

O mesmo aconteceu no caso narrado pelas autoras Redin e Bertolo (2019) de um senegalês que tentou sua autorização de residência. Foi impedido de pedir por autorização por “trabalho” porque não possuía vínculos empregatícios, buscando se enquadrar em “casos omissos”. Em um primeiro momento concederam uma autorização por “razões humanitárias”, que foi retirada na sequência por ser somente permitida para haitianos e venezuelanos. Para voltar ao processo de autorização por “casos omissos”, foi exigido que cancelasse seu protocolo de refúgio para dar início ao processo. O migrante desistiu da solicitação.

Após a impossibilidade de regularização pela Portaria Interministerial n.4 de 2018, já revogada⁸⁹, o presidente da ASDPOA afirmou que uma nova portaria havia sido criada em dezembro de 2018. A chamada portaria, na verdade é a Resolução Conjunta n.1 de 9 de outubro de 2018⁹⁰, publicada em 14 de dezembro

⁸⁹ BRASIL. Portaria, nº 748, de 27 de setembro de 2019. Revoga a Portaria Interministerial no 4, de 27 de fevereiro de 2018, dos Ministérios da Justiça e Extraordinário da Segurança Pública. PUBLICADO NO DOU nº 189, de 30/09/2019, Seção 1, p. 63. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_Nº_748_DE_27_DE_SETEMBRO_DE_2019.pdf>. Acesso em: 05 dez 2019.

⁹⁰ BRASIL. Resolução conjunta no 01, de 09 de outubro de 2018. Dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, à solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare). PUBLICADO NO DOU nº 240, de 14/12/2018, Seção 1, p. 96. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_conjuntas/Resolucao_Conjunta_CNIG_e_Conare_pos_Conare_-_nº_001-2018_-_14.12.2018.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2019.

de 2018. O objetivo era a regularização dos solicitantes de refúgio que estivessem inseridos no mercado de trabalho, condicionando o acesso à autorização de residência para aqueles que tiveram acesso ao mercado formal de trabalho. Qualquer imigrante solicitante de refúgio que estivesse no Brasil, antes da entrada em vigência da nova Lei da Migração em 21 de novembro de 2017 e estivesse com vínculo empregatício, ou seja, trabalhando com a carteira assinada, sem antecedentes criminais, poderia pedir a autorização de residência, independente de portar um protocolo de refúgio. O pedido é feito ao CNig. A medida exclui aqueles que não tiveram acesso ao mercado formal de trabalho, mas também os que chegaram após o novo marco legal de migração de 2017 e subsequentes.

Ao analisar o cenário jurídico percebe-se que, mesmo a regularização não sendo a primeira preocupação dos imigrantes com quem conversamos, que comparam o caso brasileiro com de outros países onde a entrada é mais difícil e o acesso a uma carteira de trabalho e o mercado formal é praticamente impossível, a longo prazo a opção de regularização provisória pela solicitação de refúgio pode se tornar permanente, mantendo os migrantes em condição de vulnerabilidade. Além disso, o acesso ao visto permanente por razões humanitárias que permitiu que uma parte da comunidade senegalesa se regularizasse foi extinto com a nova Lei de Migração. A expectativa de uma possibilidade de regularização pelo trabalho uma vez que já estando em território brasileiro foi sufocada por uma série de decisões administrativas do governo que, a exemplo de outros países, parece exercer uma discricionariedade na escolha do tipo de migrante laboral beneficiado. Os imigrantes senegaleses, mesmo no novo marco legal, ainda enfrentam uma série de desafios de regularização, com especial destaque para aqueles que então inseridos no mercado informal. A opção de muitos ainda é a precariedade do protocolo de refúgio, e a espera indeterminada que muitas vezes leva a um indeferimento por não se enquadrar na categoria de refugiado. Além disso, vale ressaltar, a situação apontada pelos próprios migrantes que se questionam por que pessoas de

nacionalidade haitiana⁹¹ e venezuelana⁹² ⁹³possuem, na visão dos imigrantes senegaleses, o “privilégio” de regularizar mais facilmente por “razões de acolhida humanitária”.

As diversas mudanças de regimes, com destaque para a mudança da Lei de Migração que substituiu o antigo Estatuto do Estrangeiro, mas também o decreto que a regulou geraram confusão e decepções entre os imigrantes. A nova Lei, que como vimos está alinhada com convenções internacionais de direitos humanos e foi vista como uma conquista para aqueles que procuram tratar a imigração de maneira mais humana, deixou espaço para que se criasse um Decreto que em grande medida vai contra o próprio espírito progressista da Lei. Outro desafio após a aprovação da lei e do decreto são as mudanças no processo de regularização expedidas por Portaria Interministerial durante o período, que muitas vezes causam confusão entre os migrantes, mas também entre as autoridades responsáveis.

Para minha surpresa, enquanto escrevia a última frase, o Governo Federal publicou uma Portaria Interministerial do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Relações Exteriores que autoriza o acesso de senegaleses solicitantes de refúgio a uma autorização de residência, sem a exigência de apresentar contrato formal de trabalho ou antecedentes criminais no Senegal. A Portaria Interministerial n.10, de 5 de dezembro de 2019⁹⁴, “Dispõe sobre a

⁹¹ BRASIL. Portaria interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018. Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 09/04/2018, Edição: 67, Seção: 1, p. 57. Órgão: Ministério da Justiça/Gabinete do Ministro. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9580007/do1-2018-04-09-portaria-interministerial-n-10-de-6-de-abril-de-2018-9580003>. Acesso em: 06 dez. 2019.

⁹² BRASIL. Portaria interministerial nº 15, de 27 de agosto de 2018. Altera a Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 28/08/2018 | Edição: 166, Seção: 1, p. 32. Órgão: Ministério da Justiça/Gabinete do Ministro. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38537714/do1-2018-08-28-portaria-interministerial-n-15-de-27-de-agosto-de-2018-38537352>. Acesso em: 06 dez. 2019.

⁹³ BRASIL. Portaria interministerial nº 9, de 14 de março de 2018. Esta Portaria regulamenta a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 15/03/2018 | Edição: 51, Seção: 1, p. 57. Órgão: Ministério da Justiça/Gabinete do Ministro. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/6653698/do1-2018-03-15-portaria-interministerial-n-9-de-14-de-marco-de-2018-6653694>. Acesso em: 06 dez. 2019.

⁹⁴ BRASIL. Portaria interministerial nº 10, de 5 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência aos nacionais da República do Senegal, que tenham processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil. PUBLICADO NO DOU nº 236, de 06/12/2019, Seção 1, p. 103. Disponível em:

concessão e os procedimentos de autorização de residência aos nacionais da República do Senegal, que tenham processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil”. Os interessados devem apresentar o requerimento da autorização de residência à Polícia Federal pessoalmente, devendo apresentar os seguintes documentos segundo o Art. 3 da portaria:

- I - documento de viagem ou documento que comprove a sua **identidade** e a sua **nacionalidade**, nos termos dos tratados de que o País seja parte;
- II - duas fotos 3x4;
- III - certidão de nascimento ou casamento ou certidão consular, caso não conste a filiação em documento mencionado no inciso I;
- IV - **certidão de antecedentes criminais dos Estados em que tenha residido no Brasil nos últimos cinco anos;**
- V - **declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais em qualquer país, nos últimos cinco anos;**
- VI - comprovante de pagamento de taxas, quando cabível; e
- VII - documento que comprove ter apresentado **solicitação de reconhecimento da condição de refugiado** até a data de publicação desta Portaria.

Nota-se que, diferente da Resolução Conjunta n.1, o acesso à autorização de residência não ficou condicionado ao acesso ao mercado de trabalho formal. A justificativa, logo no Art. 1, para a concessão de autorização de residência para nacionais senegaleses que tenham processo de refúgio em trâmite, é “*atender ao interesse da política migratória nacional*”. Uma vez apresentados os documentos, será feito o registro e emitida a Carteira de Registro Nacional Migratório. Caso falte algum documento, o imigrante terá o prazo de trinta dias para tomar as providências. Caso o prazo termine e o imigrante não se manifeste, o processo será extinto, sem prejuízo para o pedido de um novo processo. Segundo o documento, caso o pedido seja indeferido, aplica-se o art. 134 do Decreto nº 9.199, de 2017, sendo o direito de recorrer no período de dez dias . O prazo de autorização de residência será de dois anos, e segundo o Art 5 é possível no prazo de noventa dias antes da expiração pedir uma nova autorização de residência com prazo de validade indeterminado. Para isso é necessário que não tenha se ausentado do Brasil por mais de 90 dias por ano, tenha entrado e saído do país exclusivamente pelo controle

<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_Nº_10_DE_5_DE_DEZEMBRO_DE_2019.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2019.

migratório brasileiro, não apresente registros criminais no país e comprove meios de subsistência. O art. 6 garante ao beneficiário o livre exercício de atividade laboral no Brasil e o art. 7 afirma que caso a autorização de residência no Brasil seja deferida, há uma desistência “expressa e voluntária” da solicitação de refúgio. Por último, destacamos que o art. 8 considera cessado o fundamento da portaria se o imigrante sair do Brasil “em ânimo definitivo”, ou seja, se for comprovado que tentou residir em outro país.

A notícia da publicação da Portaria Interministerial n.10 foi rapidamente divulgada pelos meios de comunicação e entre a comunidade senegalesa. A própria página do Facebook da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre⁹⁵ compartilhou a notícia da imprensa com o seguinte título “Governo facilita regularização de residência para senegaleses no Brasil”. Um dos representantes da ADSPOA explicou que em novembro de 2019 participou de reuniões com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para falar sobre o assunto. Segundo ele os representantes do ministério falaram que ainda em 2019 sairia uma Portaria para ajudar os imigrantes o que de fato ocorreu.

⁹⁵ Página da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre no Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/adspoa/>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

4. A imigração

O capítulo 4 dá continuidade à apresentação dos resultados do trabalho de campo e será dedicado ao processo de instalação como imigrante no Brasil. Primeiramente no **ponto 4.1** busco descrever sua **inserção no mercado de trabalho, suas condições de moradia e principais dificuldades e desafios**. Na sequência discorro sobre **a comunidade senegalesa e sua solidariedade (4.2)**, a centralidade da ideia de diáspora no processo migratório do grupo, com destaque para questões vinculadas à religião e vida associativa.

4.1. Trabalho, moradia e principais desafios em solo brasileiro

Nesta seção, abordarei questões que envolvem o processo de imigração. Ou seja, se anteriormente pensei sobre o processo de emigração do Senegal (3.2) e a escolha do país como destino (3.3), aqui falarei sobre o processo de imigração e instalação no Brasil. Três pontos principais serão tratados. O **primeiro (4.1.1)** é a **inserção dos senegaleses no mercado de trabalho**. Comumente analisa-se a imigração pela chave do trabalho. Percebi dois tipos de inserção: no mercado formal e no informal, além de casos de empreendedorismo. **Na sequência (4.1.2)**, apresento **a questão da moradia**. Ao longo da pesquisa tive a oportunidade de conviver e transitar entre lares de imigrantes senegaleses. O espírito de vida comunitário originário, que dizem ter trazido do Senegal, de alguma forma parece ser mantido entre a comunidade migrante em Porto Alegre. Por último, os **outros desafios** encontrados em solo brasileiro, com destaque para a dificuldade com o idioma, situações de racismo e violência, mas também de aproximação **(4.1.3)**.

Vale destacar que apesar da maior parte da pesquisa ter sido feita em Porto Alegre, conversamos com imigrantes senegaleses no interior do Rio Grande do Sul, em especial na cidade de Passo Fundo, na região serrana do estado, em Cambará do Sul, mas também na região litorânea, em Atlântida e Capão da Canoa. Tivemos algumas conversas também com imigrantes em Santa Catarina, em Florianópolis e na cidade de Governador Celso Ramos.

O trabalho de campo, contudo, foi realizado em grande parte na região central da capital gaúcha. Para a seção atual, na qual falo sobre o processo de imigração, ou seja, aquilo que acontece com os membros da comunidade uma vez

no Brasil e durante o processo de instalação, considero importante destacar o papel que a região do centro histórico de Porto Alegre possui. Durante o trabalho de campo percebemos que a vida de uma parte importante da comunidade literalmente acontece ali. A moradia, os pontos de encontro e confraternização, a mesquita e reuniões religiosas, a própria Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA), tudo se resume entre duas e três quadras da capital gaúcha. Não estou dizendo que outras regiões da cidade não possuem papel junto à comunidade, mas destaco a percepção de que no momento da pesquisa essa região tinha um papel importante para o grupo a que tivemos contato.

O centro histórico, que possui uma função importante para a cidade em termos de concentração de comércio popular, ganha novas funções uma vez ocupado por imigrantes senegaleses. As lojas durante a semana fecham cedo, por volta de 19 horas, e final de semana funcionam mais no sábado de manhã e raramente abrem aos domingos. Enquanto a cidade “ferve”, nas horas comerciais, os imigrantes senegaleses se misturam e é preciso prestar atenção para identificar os grupos. Em geral são mais notados aqueles vendedores ambulantes que expõem seus produtos em banquinhas e calçadas das principais ruas do centro. Por outro lado, uma vez que o comércio é fechado, as ruas ficam desertas, somente alguns moradores de rua transitam. É nesse momento que a comunidade senegalesa se faz mais aparente. Tive a oportunidade de conviver com eles e transitar nos dois momentos. O centro tem função especial para o trabalho, visto que muitos imigrantes são vendedores ambulantes na região, mas também de moradia, pois parte da comunidade habita nos prédios dessa localidade. Mas antes de passarmos para essas questões de trabalho e moradia, me questionei do porque da escolha do Rio Grande do Sul e da cidade de Porto Alegre para a comunidade. Da mesma forma, do questionamento em relação ao por que do Brasil como destino, que apresentei anteriormente, fiz um esforço para entender a opção da cidade aqui estudada.

O estado do Rio Grande do Sul como um todo concentra a maior parte da comunidade senegalesa do Brasil. Estudos como de Uebel (2016) e Tedesco (2017, 2019) entre outros demonstraram o estado como destino privilegiado. Percebe-se a mesma lógica da rede migratória que levou os migrantes a virem ao Brasil. A maior comunidade estava no Rio Grande do Sul, e por isso muitos decidiam o destino. Diversos imigrantes responderam que o fato de a maior parte dos senegaleses

estarem no Rio Grande do Sul está relacionada ao fato de terem amigos que já estavam instalados no estado previamente. Quando perguntei então a origem da ida dos senegaleses para o RS, o exemplo que um dos imigrantes me forneceu foi uma descrição da própria lógica de redes migratórias: se alguém quisesse morar nos Estados Unidos e tivesse uma amiga que morasse em Nova Iorque provavelmente iria primeiro se mudar para lá, para, na sequência, escolher outra cidade caso não goste da primeira. Mas o fato de ter um amigo em uma cidade no novo país justificaria a escolha inicial.

Pelo que investigamos, a razão inicial para que o estado fosse destino da comunidade parece estar na demanda de mão-de-obra de migrantes para frigoríficos. O trabalho de Tedesco (2017) em Passo Fundo cita a demanda, destacando a importância de vagas de trabalho para muçulmanos na busca de empresas pelo corte com certificado *Halal*. Tendo como foco a exportação para países muçulmanos, empresas brasileiras de frigorífico precisam respeitar as regras religiosas que incluem a necessidade de os animais serem abatidos por muçulmanos que falam “em nome de Deus” no momento do corte. Alguns imigrantes senegaleses pioneiros que chegaram em São Paulo antes dos maiores fluxos de 2014 e 2015, foram recrutados por empresas gaúchas de frigoríficos e levados para morar no Rio Grande do Sul. Dentro do universo da comunidade que estudamos, há o caso de um imigrante que chegou em 2008 com destino a São Paulo. Lá foi recrutado para trabalhar com abate de animais no interior do Rio Grande do Sul. A dinâmica que começou pelo incentivo de empresas pela necessidade de mão-de-obra muçulmana, com o tempo favoreceu um fluxo e formou uma rede migratória de imigrantes senegaleses que imigram para onde seus amigos estão instalados.

Criou-se assim uma percepção entre os imigrantes senegaleses de que o Rio Grande do Sul era o local com maiores oportunidade de emprego. Foi comum fazer menção a esse fato ao serem questionados sobre seu destino. Em várias ocasiões escutei a frase “*porque Rio Grande do Sul tem mais emprego*”. Acredito que o fluxo é assim enquadrado na dinâmica de redes migratórias apontada pela bibliografia sobre teoria em migrações internacionais. Tilly (1986), baseando em estudo sobre imigrantes internacionais para os Estados Unidos, mostra que as redes sociais têm a capacidade de moldar as migrações e os projetos migratórios. Massey (1990), na mesma direção, demonstra que com o desenvolvimento dos mecanismos de redes sociais migratórias, os fluxos podem ficar autônomos em relação às condições

econômicas que podem ter influenciado no início. O mesmo acreditamos ser uma das razões do estado do Rio Grande do Sul como destino para os imigrantes senegaleses. Se em um primeiro momento os imigrantes foram recrutados por empresas para trabalhar com o abate de animais específico para o mercado muçulmano, com o tempo a presença de senegaleses na região e a percepção de que é nesse estado onde é possível ter acesso a emprego, criou uma dinâmica de rede social migratória que se manteve mesmo após o período de crise econômica brasileira e gaúcha especificamente. O estado é um dos que atravessam uma das mais graves crises financeiras do Brasil, e mesmo assim continua a abrigar grande parte da comunidade de imigrantes, não só senegaleses, mas também de outras nacionalidades que tenham chegado recentemente (OLIVEIRA, 2015a; DE CÉSARO, BARBOSA e ZANINI, 2017).

O Rio Grande do Sul como principal destino de imigrantes senegaleses já vinha sendo apontado pela literatura. A maior parte dos estudos no estado se concentrou em cidades fora da capital. Já destacamos alguns, como Tedesco em Passo Fundo e Herédia em Caxias do Sul, De César e Zanini em Santa Rosa, além de Benincá e Pinheiro em Erechim etc. Não havia, contudo, estudos publicados sobre senegaleses na capital gaúcha até o momento do começo da pesquisa em 2016. Parte fundamental do trabalho foi questionar os imigrantes sobre o porquê de terem escolhido a capital como destino, visto que muitos senegaleses moravam em cidades de outras regiões do estado. Fiz um esforço para entender qual a trajetória dos imigrantes até chegarem à capital gaúcha, que, como veremos, tem a ver com questões ligadas ao trabalho.

Entre os imigrantes que responderam ao questionário percebi duas trajetórias, um grupo que foi direto para a capital e outro que passou por diferentes cidades do interior do estado antes de chegar a Porto Alegre. O primeiro grupo, uma vez no Brasil, tinha como destino final a capital gaúcha, oito em um total de 22 respostas. As razões são diversas, mas em geral a escolha do destino se deu pela presença de amigos ou familiares que já estavam instalados na cidade. Isso demonstra como as redes migratórias têm papel também na escolha das cidades de destino dentro do Brasil. Outros doze narraram diferentes percursos antes de chegarem à capital, mas que mantêm similaridades. O destino inicial eram cidades do estado, com destaque para Caxias do Sul. Com tradição histórica de imigração de italianos e alemães, a cidade passou a receber novos imigrantes como haitianos,

senegaleses e ganeses. Diversos estudos vêm sendo feitos sobre os fluxos recentes para a cidade, destaco aqueles da professora Vânia Herédia (2015, 2017). Apesar de terem como destino municípios que não a capital, por questões ligadas ao percurso profissional, terminaram se direcionando para lá, passando normalmente algum tempo em outras cidades antes de chegarem a Porto Alegre. Os períodos variam entre poucos dias e alguns meses.

As trajetórias, estão vinculadas à percepção de uma possível oportunidade de emprego na capital em contrapartida da dificuldade de acesso a empregos formais em outras cidades do estado. O importante de destacar nesse momento é que as redes migratórias foram fundamentais para que os senegaleses chegassem ao Sul do Brasil, além de uma percepção de que as oportunidades de emprego eram melhores na região. Vale salientar que todos os senegaleses com quem conversamos estavam, como vimos, regularizados no momento da pesquisa. Esse fato permite que busquem uma forma de sustento independente de terem um protocolo de refúgio ou um visto de residência permanente. Por essa razão, não faremos distinção entre os tipos de documentação dos migrantes ao analisarmos sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.

4.1.1. Mercado de trabalho para senegaleses em Porto Alegre

A presença de imigrantes senegaleses em Porto Alegre é perceptível tanto no mercado formal quanto no mercado informal. A população local identifica os imigrantes negros sem fazer muita diferença entre haitianos e senegaleses. Todas as vezes que expliquei meu tema de pesquisa, citaram casos de senegaleses próximos. Em inúmeras situações, em conversas com pessoas conhecidas e desconhecidas, falam sobre senegaleses trabalhando em restaurantes, como motorista de aplicativo, em fábricas, mercados, postos de gasolina etc. Fiz questão de perguntar para as pessoas, em geral, se conheciam imigrantes senegaleses em Porto Alegre e durante todos os meses de pesquisa não tive nenhuma resposta negativa. Além disso, na maioria dos casos o contato narrado se dava no ambiente de trabalho, como colega, funcionário ou alguém que oferecia um serviço. Em complemento havia casos de vendedores ambulantes, em frases como “*eu compro com um senegalês que vende na rua tal*”.

Dentre aqueles que trabalham no mercado formal, identificamos cinco profissões: cozinheiro em restaurante; serralheiro; jardineiro; motorista e porteiro de condomínio. Os cinco tinham contrato legal de trabalho e ocupavam postos nos serviços. Os salários declarados variavam entre 1.200,00 e 1.500,00 reais, e diziam estar satisfeitos com sua situação profissional.

Mas o fato de identificar imigrantes que tiveram acesso ao mercado formal não significa a ausência de desafios. Enquanto fazia meu trabalho voluntário na Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA), presenciei diversos atendimentos de imigrantes que buscavam orientação de como reivindicar direitos trabalhistas não respeitados por empresas brasileiras. Em uma das situações um dos imigrantes passou para pedir ajuda para leitura de documentos que havia recebido da Justiça do Trabalho. Estava processando o antigo empregador por não pagar o salário – situação também corriqueira com trabalhadores brasileiros. Esta reclamação era recorrente. Tive acesso a vários desses relatos que envolvem não só descumprimento das leis trabalhistas como tratamento humilhante para alguns, mas principalmente ausência de pagamento aos trabalhadores. Em um relato de um líder da comunidade escutei: *“Isso tem de sobra, exploração”* (DIÁRIO DE CAMPO, 01 ago. 2020).

O próprio presidente de ASDPOA compartilhou sua impressão de que para grande parte das empresas há uma percepção de que mão-de-obra estrangeira é mais barata, ou seja, que os imigrantes vão aceitar trabalhar por menores salários que os nacionais brasileiros. Narrou que a maioria das empresas brasileiras que procura a associação em busca de trabalhadores migrantes está em busca de uma mão-de-obra mais barata. Segundo ele, na conjuntura econômica brasileira em que a pesquisa foi feita, era muito difícil ter acesso a trabalhos de qualidade, ainda mais sendo imigrante. A situação econômica mudou entre o início da primeira década do século XXI e a atualidade. Afirma: *“Brasil mudou tanto que são duas realidades. Hoje em dia para conseguir trabalho até para brasileiro é difícil, imagina para imigrantes que recém chegaram.”*. Como consequência teriam que ocupar postos menos desejados e mais mal remunerados, que os próprios brasileiros não “querem”. Conclui: *“Geralmente é um trabalho que um brasileiro não vai querer, alguns imigrantes fazem”* (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2019).

Ao longo da pesquisa os imigrantes narraram diversas situações de exploração sofridas no mercado de trabalho brasileiro desde a sua chegada. Em

geral começam os trabalhos de maneira dedicada, e depois de um período percebem a exploração a que estão sujeitos. Um dos informantes relatou que, depois de meses de trabalho em um estabelecimento comercial, percebeu que trabalhava mais horas e recebia menor salário do que os colegas brasileiros. As jornadas eram de 14 horas, trabalhando final de semana e com folga a cada 15 dias. Pediu demissão e, apesar da insistência dos empregadores para continuar no emprego com oferta de melhores condições, prometeu que nunca mais trabalharia no estabelecimento. Disse em seu relato que: *“O patrão queria me matar! Olha esse horário: 7h30 até 9 da noite. Chega 10 horas da noite em casa. Não dá pra fazer nada. Eu ficava muito cansado. As 6 horas levanta de novo. Sempre levanta, sempre”* (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018). Uma reclamação recorrente foi pelo fato de trabalhar tantas horas que não tinha tempo de falar com a família no Senegal. Essas narrativas entre os imigrantes se repetem: uma dedicação aos empregos no início e depois de alguns meses a percepção de que as condições de trabalho extrapolavam aquilo que o mercado exige e que a condição humana suporta.

Um dos relatos mais marcantes em relação à exploração no mercado de trabalho formal foi de um imigrante que criticou duramente as condições de trabalho brasileiras. Em determinado momento disse: *“Aqui tem escravidão [sic]. As pessoas não vem aqui para morrer”* (DIÁRIO DE CAMPO, 02 maio 2019). Trabalhou em frigoríficos no interior do Rio Grande do Sul no corte de frango, alegou que era exigido matar 1.500 frangos em um período de 3 horas, nos cortes bovinos precisava carregar 27 peças de boi (em média 120kg cada) de manhã e de tarde. Em pouco tempo trabalhando ficou doente, gastava grande parte do salário comprando medicamentos. A família no Senegal ficou brava por estar trabalhando nessas condições e colocar sua saúde em risco. Saiu do ramo dos frigoríficos e decidiu se tornar vendedor ambulante. Sua opção inicial não era o comércio informal, mas por ter encontrado muita exploração nos empregos formais acabou no ramo. Explicou que *“o coração ficava doente”*, concluindo: *“Eu vim aqui para trabalhar e não para morrer”* (DIÁRIO DE CAMPO, 02 maio 2019).

Além dos desafios de exploração e do tipo de trabalho a que podem ter acesso, a reclamação em relação aos baixos salários é uma unanimidade entre os imigrantes que estão no mercado formal, mas também entre aqueles que passaram pelo formal e se encontravam no mercado informal. Mesmo para aqueles empregados no mercado formal, os salários que conseguem são considerados

insuficientes para se sustentar no Brasil, e ainda enviar dinheiro para a família que ficou no Senegal.

Apesar de não parecer ser a primeira opção para os imigrantes senegaleses em Porto Alegre, as condições difíceis do mercado de trabalho formal e os desafios ligados à exploração, desemprego e baixos salários faz com que parte dos imigrantes procurem sua remuneração adaptando-se ao mercado informal. Tendo sua presença forte na região central da cidade, instalam-se lado a lado nas calçadas do centro histórico. Apesar dessa concentração, há vendedores ambulantes senegaleses em diversos bairros.

Os produtos variavam pouco entre eles, sendo o mais comum acessórios para celulares e eletrônicos como: carregadores, capinhas (cases), cabos, fones de ouvido, carregadores portáteis, caixas de som (amplificadores), entre outros. Há também grande incidência de artigos de vestuário e acessórios. Alguns vendiam calças e casacos de moletom, outros luvas, bonés, meias, relógios, óculos, colares e pulseiras. Os artigos de maior valor, em geral ficam expostos em caixas de couro grandes com divisórias de veludo. Por último, bolsas e mochilas, que imitam marcas famosas, e tênis da moda. Os produtos ficavam expostos no chão, em cima de lonas de plástico para proteger de eventuais sujeiras. Muito organizados, enfileirados ao longo das calçadas, muitas vezes com menos de um metro de distância entre eles. Alguns possuíam pequenas bancas para expor seus produtos, que eram montadas e desmontadas diariamente. O transporte é feito em carrinhos de mão, em que acomodam pacientemente todos os produtos quando chegam pela manhã e recolhem no final da tarde. Chama a atenção o nível de organização tanto na exposição dos produtos quanto no manejo e no transporte.

O fato de venderem produtos similares faz com que muitos gaúchos com quem conversamos tenham a impressão de que fazem parte de alguma “máfia”. Esse assunto surgiu diversas vezes em conversas com locais, uma desconfiança de que uma única pessoa seria dona das mercadorias e estivesse explorando os vendedores migrantes. Apesar dessas suposições, quando questionados o motivo de venderem os mesmos produtos explicam: *“Os senegaleses são assim, vendem um produto porque o amigo vende também. No Senegal tem esse costume de um faz uma coisa o outro faz também. Não tem explicação além disso [...]”* (DIÁRIO DE CAMPO, 23 set. 2018). Quanto à origem dos produtos, os imigrantes afirmaram ser de sua propriedade. Podem ser adquiridos em lojas no próprio centro de Porto

Alegre ou em São Paulo. Ao questionar a origem dos produtos um dos imigrantes me respondeu: “*Alguns compram os produtos lá em São Paulo, outros compram direto em Porto Alegre. Alguns se especializam em ir a São Paulo e vender aqui a preço de atacado. Varia da situação de cada um*” (DIÁRIO DE CAMPO, 23 set. 2018). Essa última parece ser uma prática comum. Aparentemente, pelo que contaram, um membro da comunidade vai de ônibus a São Paulo comprar os produtos, que depois são distribuídos entre os amigos. Sendo mercadoria própria, cada vendedor é responsável pelo cuidado e armazenamento. Além disso, em caso de apreensão, os custos e multas são arcados pelo próprio indivíduo.⁹⁶

Apesar da grande parte dos pesquisados trabalharem atualmente como vendedores ambulantes no comércio informal, esse não foi o primeiro emprego que tiveram no Brasil. As trajetórias são diferentes, mas observamos uma certa tendência. Uma vez chegados ao Brasil, tiveram acesso ao mercado formal de trabalho. Muitos fora da capital, como em Caxias do Sul ou outras cidades do interior do estado. Ocuparam por diferentes períodos estes postos de trabalho na economia formal e depois, seja pela perda do emprego ou por opção, migraram para Porto Alegre para trabalhar como vendedores ambulantes. Muitos dos que fizeram a escolha desse trajeto afirmam que os salários oferecidos não eram suficientes para suprir suas necessidades básicas e cumprir seu objetivo principal: enviar dinheiro para família. Apresentaremos alguns exemplos a seguir.

Em conversa, o presidente da ADSPOA também apontou essa trajetória da comunidade. Afirmou que imigrantes senegaleses que trabalhavam em outras cidades fora da capital do estado do Rio Grande do Sul, principalmente em frigoríficos com contrato de trabalho, perderam o emprego por causa da crise econômica e optaram por migrar para Porto Alegre para vender produtos nas ruas. A opção da capital é pela necessidade de público que possa comprar suas mercadorias. Segundo ele “*É uma opção de sobrevivência*”.

Essas trajetórias se repetem: a maioria dos vendedores ambulantes teve acesso a emprego formal, mas, ou por acharem o salário muito baixo ou por terem perdido o emprego, hoje trabalham no comércio informal. Os que optaram pela

⁹⁶ Não se pode descartar a possibilidade de contato com redes ilegais de comércio, tão comuns no Brasil. Obviamente minha pesquisa não suportava incluir esse tipo de suposição. Os relatos dos imigrantes em geral foram no sentido de autonomia em relação a aquisição dos produtos, em contraposição a um imaginário local de “máfia” dos vendedores ambulantes de Porto Alegre.

informalidade consideravam que o tipo de emprego formal ao qual tinham acesso pagava muito pouco e por isso escolheram ser vendedores ambulantes. Além daqueles que tiveram como destino primeiro cidades fora a capital gaúcha, outros fizeram a mudança mercado formal para informal na própria cidade.

Quando questionados sobre as motivações dessa mudança, duas questões se destacaram: a primeira foi a perda dos empregos formais em função da crise econômica que assola o país desde 2015. Já era de se esperar que a redução de postos de trabalho formais também afetasse esse grupo como afetou muitos outros brasileiros. A segunda, uma busca por maiores remunerações e uma estratégia contra a exploração.

Percebemos assim que a maioria dos senegaleses que chegou ao Brasil entre 2014 e 2015, pedindo um protocolo de refúgio (uma parte deles conseguiu um visto permanente), busca estratégias para sua sobrevivência econômica caracterizadas por uma certa regularidade. Independentemente da situação, tiveram acesso ao mercado de trabalho formal pela obtenção da carteira de trabalho. Mas, apesar disso, grande parte se dedica à venda de produtos como ambulantes no centro de Porto Alegre. Apesar de muitos terem tido problemas com empresas brasileiras, por não pagaram os salários ou não respeitavam os contratos de trabalho, uma vez trabalhando na rua os desafios também são imensos.

Independentemente de terem ingressado no comércio informal por opção, em uma busca de maior remuneração, ou por falta de oportunidades, com destaque para aqueles que perderam seus empregos formais em outras cidades, o fato é que uma vez nesse *métier* enfrentam uma série de desafios. Nas calçadas ficam expostos a condições climáticas variáveis, como a chuva, altas e baixas temperaturas. Ao acompanhar o trabalho de muitos ambulantes, em dias chuvosos, por exemplo, muitos eram impedidos de vender seus produtos. Em dias nublados, desempacotavam somente parte dos produtos, de uma forma que pudessem recolher rapidamente caso a chuva aparecesse. Fora as questões meteorológicas, trabalhar na rua os coloca em uma situação de extrema vulnerabilidade. O embate com os fiscais da prefeitura é um dos principais problemas, assim como para a maior parte dos camelôs brasileiros. Ocupando essa função, incorporam desafios do comércio informal no Brasil. Por exemplo, a fiscalização constante faz com que tenham que ficar três dias em casa sem trabalhar pelo medo de ter seus produtos confiscados.

As condições para os senegaleses venderem nas ruas da cidade se degradou durante a pesquisa de campo. Parecia não haver uma linha contínua da administração municipal nesse quesito. A cada mês as regras mudavam e as condições para vender produtos na rua se dificultavam. Os senegaleses afirmaram ter tido problemas de apreensão de mercadorias. Existe uma dinâmica de tensão com os fiscais da prefeitura, em especial dos fiscais do Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio. Abordam os vendedores ambulantes nas ruas, aplicam uma multa e confiscam as mercadorias. Para retirar os produtos é necessário pagar uma taxa considerada extremamente alta pelos imigrantes. Em diversos dias, ao longo do trabalho de campo, encontrei com imigrantes na rua, observando de longe o movimento dos fiscais, analisando se poderiam ou não expor seus objetos e começar o dia de trabalho. É uma dinâmica de “gato e rato”, tensa e que prejudica seu trabalho.

Segundo o presidente da ADSPOA no ano de 2017, por exemplo, a associação tinha conseguido um acordo com a Fecomércio⁹⁷ para que os senegaleses pudessem vender nas ruas do centro nos primeiros seis meses do ano. No ano de 2018 não conseguiram reafirmar o acordo. No momento em que colocava em prática minha pesquisa de campo, as fiscalizações se intensificaram, chegando a duas vezes por dia, e mantendo-se rigorosas em 2019. Ao que parece são os lojistas da região que reclamam e solicitam a fiscalização por parte do Estado. Em 2018 e 2019, não era permitido vender qualquer tipo de produto nas ruas do centro, e a fiscalização interferia diretamente no dia-a-dia dos senegaleses vendedores ambulantes. Alguns dos imigrantes me mostraram um documento chamado Alvará para Atividade Ambulantes⁹⁸, que tinha a validade de três meses, mas que não conseguiram renovar.

A principal reclamação dos senegaleses que praticam o comércio de rua é que não há clareza quanto ao processo e às regras. Os imigrantes ficam confusos pois não sabem quais tipos de produto podem ou não vender, em quais locais e

⁹⁷ Fecomércio-RS: Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do RS. Site da federação: <<http://fecomercio-rs.org.br>>.

⁹⁸ Alvará para Atividades Ambulantes: é uma licença emitida pela Coordenação de Promoção Econômica (CPE) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE) para atividades comerciais e de prestação de serviços exercidas em espaços públicos, que sejam itinerantes, fixas ou transitórias. As licenças são concedidas com base na Lei 10.605/2008 e no Decreto 17.134/2011. Disponível em: <https://www2.portoalegre.rs.gov.br/smic/default.php?p_secao=272>. Acesso em: 12 dez. 2019.

horários. Algumas vezes os fiscais passam e pedem apenas que guardem suas mercadorias, outras confiscam alguns produtos, em geral os óculos de sol. Dependendo do dia, a fiscalização leva tudo. Além das mercadorias, apreendem as cadeiras que usam para se sentar, bancos de madeira e os carrinhos que usam para transportar a mercadoria. Além disso, há ocasião em que reclamam da truculência dos fiscais. Há situações de humilhação, desrespeito e violência. Um dos imigrantes, relatou que não se importa que levassem seus produtos, pois os fiscais estão fazendo o seu trabalho, mas não aceitava desrespeito como xingamentos racistas e xenofóbicos. Um deles, afirmou que quando vê os fiscais chegando não sai correndo, pois sente vergonha. Disse que conhece todos os lojistas e vendedores da região, pois está nesse ponto há mais de um ano. Junta suas coisas com calma e se a fiscalização for apreender, tudo bem. Mas não vai sair correndo como se fosse um “ladrão”, fica com muita vergonha da situação. Ao longo do trabalho de campo acompanhei alguns processos de fiscalização da SMIC por passar horas fazendo observação participante junto aos imigrantes senegaleses que vendiam nas ruas do centro. A seguir um relato do diário de campo:

O dia estava nublado. Cheguei na rua das Andradas no centro de Porto Alegre acompanhada de um dos informantes, estava vazia. Devagarinho começaram a comentar entre eles que os fiscais tinham passado na rua de cima. Estavam na dúvida se iam ou não expor os produtos por causa dos fiscais e por causa da chuva. Um imigrante senegalês foi o primeiro a ir buscar sua mercadoria. Trouxe seu carrinho. Outros fizeram o mesmo. Ele começou a desempacotar as coisas. Toda mercadoria fica em um carrinho com uma base de papelão que eles envolvem com fita e por cima um tecido. Colocou uma lona azul de plástico no chão bem dobrada e foi arrumando os pares de tênis um a um, bem arrumados e alinhados. Eram tênis de todas as marcas. Ficavam enfileirados bem alinhados um em cima do outro, todos no mesmo sentido. Depois foram chegando mais amigos. Os brasileiros ambulantes também abriram seus produtos. Não sabiam se iam abrir ou não todos os produtos. Cuidavam toda hora dos fiscais (DIÁRIO DE CAMPO, 03 maio 2019).

É interessante notar que no momento da legalização e da documentação dos imigrantes parece não haver embate direto com o Estado brasileiro. Esse embate se dá principalmente no mercado informal. A economia informal no Brasil, apesar de cobrir parte importante do mercado, é um espaço de conflito com o Estado mesmo para brasileiros. Uma vez trabalhando nesse domínio, os imigrantes são expostos a uma série de dificuldades e desafios para entender como podem exercer a atividade. Nada é claro, as regras são mutáveis e eles parecem estar em desvantagem ainda maior por não conhecerem o sistema. Essas dificuldades fazem com que muitos

daqueles imigrantes que se encontram no mercado informal como estratégia para enfrentar o desemprego anseiem por postos no mercado formal.

Os imigrantes senegaleses de nossa pesquisa transitam assim entre o mercado formal e informal, buscando estratégias para garantir seu projeto migratório. Esses desafios geram uma série de preocupações e dificuldades econômicas. Os salários nos empregos formais, como vimos, entre 1.000,00 e 1.500,00 reais, muitas vezes são considerados baixos. No caso dos senegaleses que trabalham como vendedores ambulantes a remuneração segue em torno desses valores, tendo um agravamento de não ser fixa e de estarem expostos a embates com os fiscais do Estado. Essas dificuldades são obstáculos para cumprir seu principal objetivo: enviar dinheiro para as famílias no país de origem. Se isso pode ser um fator de desenvolvimento, que se mostra central para o PIB do país, na prática, para os imigrantes senegaleses em Porto Alegre esse objetivo é fruto de muito sacrifício.

Quando questionados se enviavam dinheiro ao Senegal a resposta mais comum é “lógico” ou “sempre”, “óbvio” ou ainda “ajudo muito”, com a insinuação de que a pergunta tem uma resposta moralmente considerada correta. Em conversas me relataram que “*a razão de viver é isso*”, enviar dinheiro aos familiares (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018). As remessas em geral são regulares, de preferência mensais. Os valores variam por pessoa, tendo sido o mínimo declarado 80 reais e o máximo mil reais. A maior parte declarou enviar entre 50.000 Franc CFA (o equivalente a 330,00 reais) e 500,00 reais (equivalente a 75.000 Franc CFA). Levando em conta os salários e a remuneração do comércio informal declarada anteriormente, poucos se encontram satisfeitos com sua situação.

Os imigrantes esperavam ganhar salários maiores, que lhe permitissem enviar mais dinheiro ao Senegal. Alguns afirmam que a totalidade da família depende desses recursos. Filhos, esposas, irmãos, pais, tios e avós dependem das remessas para se alimentar e pagar energia que é muito cara no país de origem. Com isso sobra muito pouco para gastos pessoais no Brasil: “*Todo senegalês envia dinheiro para família. Ele ganha dinheiro, paga o que tem que pagar, o que sobra ele manda*” (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2018). Para dificultar a situação houve a desvalorização do Real em relação à moeda senegalesa. O Franc CFA é vinculado a um preço fixo em relação ao Euro, e com a desvalorização da moeda brasileira as remessas passaram a ser significativamente desvalorizadas no câmbio: “*Agora*

dinheiro está muito baixo, o dinheiro do Brasil não vale nada” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018).

Nos casos mais extremos ainda há aqueles que estão desempregados e não possuem recursos para comprar suas mercadorias. Ao longo da pesquisa não tive contato direto com imigrantes em situação tão extrema, mas foi comum citarem amigos que passam pela situação. Em conversas com a comunidade foi comum escutar a frase *“cada casa tem um”*, para referir-se a imigrantes que se encontram *“sem trabalho e sem dinheiro para comprar mercadoria”* (DIÁRIO DE CAMPO, 04 maio 2019). A solidariedade dessa comunidade senegalesa em Porto Alegre se mostra fundamental para que os imigrantes em tal situação não passem fome ou fiquem morando na rua. Na seção a seguir, 4.1.2, falamos sobre a solidariedade, que permite que membros em condições difíceis sejam cuidados por seus compatriotas.

Por último, ainda sobre a relação dos imigrantes senegaleses com trabalho em Porto Alegre, não podemos deixar de apontar casos raros de empreendedorismo como ateliês de costura ou mesmo lojas ou sociedades em restaurantes que servem refeições brasileiras, no almoço e jantar. Conheci imigrantes que cozinhavam comida típica senegalesa em casa e vendiam para a comunidade, como quentinhas para almoço e jantar. Há senegaleses que se especializam em vender café na rua, o café típico deles com especiarias, gerando momentos de confraternização. Eu mesma, no trabalho de campo, participei de diversos momentos como esse, em que passava o vendedor de café e todos paravam para tomar juntos. Diversos imigrantes ofereceram, não só para mim, mas também para seus colegas.

Além deles, o caso que chamou mais atenção foi o de uma empresa de construção civil que começou com quatro sócios senegaleses, fazendo obras pequenas de reforma, e em fins de 2019 contava com 28 funcionários, em sua maioria senegaleses.

4.1.2. Questões de moradia: vida comunitária adaptada ao contexto migratório

A questão da moradia, além da já exposta preocupação com trabalho, apareceu como central para os imigrantes senegaleses durante trabalho de campo. Ao longo da pesquisa tive a oportunidade de conviver e transitar entre lares de

imigrantes senegaleses em Porto Alegre. O espírito de vida comunitário que dizem marcar a cultura senegalesa no país de origem de alguma forma é mantido entre a comunidade migrante. Visitei cinco prédios na região, em diversos momentos. Em quatro deles, tive a oportunidade de entrar nos apartamentos a convite dos imigrantes para refeição e momentos de confraternização. Os apartamentos que visitei eram pequenos, mais parecendo salas comerciais do que locais de moradia. Situados no centro, poderiam ser classificados como prédios comerciais e não residenciais. Em geral são compartilhados por grupos, formados entre duas e sete pessoas. Os imigrantes se distribuem entre os poucos cômodos para dormir, fazer refeições e confraternizar. Em um apartamento de um cômodo, moravam dois imigrantes. Em um apartamento de dois cômodos pequenos (quarto e sala), habitavam três imigrantes. Em outros dois apartamentos de três cômodos habitavam respectivamente cinco e sete imigrantes.

O mais interessante é a rotina de compras e cozinha nas casas. Há um revezamento por dia de quem faz o jantar. Cada dia há um imigrante que fica responsável pela refeição. Ele compra, cozinha, arruma, lava e guarda tudo. O sistema parece funcionar muito bem, pois é adotado em praticamente todas as casas. As refeições são feitas em conjunto, servindo a comida em um único *bol* (tigela grande de metal) que é colocado no chão, em cima de um pano, no centro do cômodo principal. O café da manhã é individual, enquanto o almoço, em geral, não entra no revezamento. Muitos almoçam no trabalho ou em restaurantes próximos. Tive a oportunidade de participar de algumas das refeições em conjunto, momentos de conversa, lembranças e notícias do Senegal, e acima de tudo confraternização.

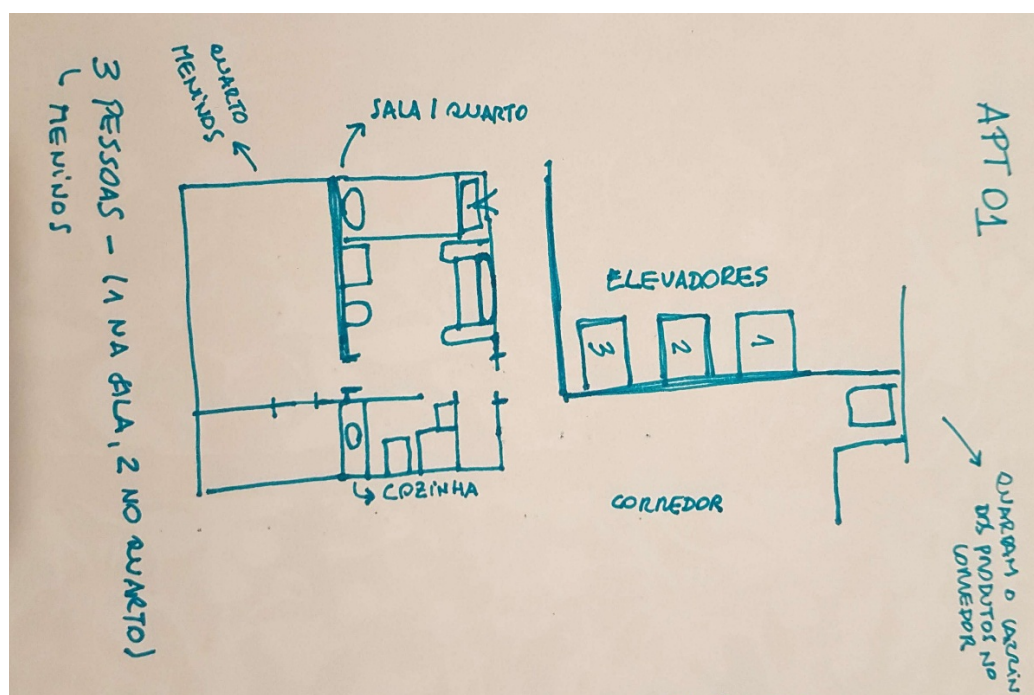
Imagem 1: Jantar na casa dos imigrantes senegaleses em apartamento no centro de Porto Alegre



Fonte: Foto arquivo pessoal

Num dos apartamentos que visitei, no centro de Porto Alegre havia no térreo várias lojas. O hall do prédio tinha pelo menos seis elevadores e um porteiro que ficava atrás de uma mesa no fundo do espaço. Vários imigrantes senegaleses entravam e saíam do prédio. Já era final da tarde, depois da oração na mesquita, e as lojas estavam fechadas. Quando chegamos ao andar de um imigrante a porta do apartamento estava aberta, assim como outras portas no corredor. Três imigrantes moram no espaço, separado em dois cômodos pequenos. Ao entrar havia uma pequena sala, com um sofá de dois lugares, uma cama, uma cadeira e uma televisão no canto. A cozinha era separada por uma meia parede, tinha uma geladeira antiga, um fogão com o botijão de gás aparente e uma pia. O banheiro ficava atrás da porta de entrada. No quarto dois imigrantes dormiam. No ambiente havia claramente o aspecto de algo pensado para uma sala comercial, ou um escritório.

Imagem 2: Desenho no caderno de campo, esboço da planta do apartamento que visitei em setembro de 2018



Fonte: Foto arquivo pessoal

Quando cheguei, um deles estava cozinhando enquanto os outros estavam sentados conversando. A porta do apartamento ficou aberta o tempo todo e vários senegaleses passaram enquanto conversávamos e jantávamos. Todos passavam para dar um oi. O apartamento apesar de pequeno, um quarto e sala conjugados, e muito precário, era ao mesmo tempo limpo e organizado. Em termos de convivência, o combinado deles, como vimos, é um revezamento nas atividades. Cada dia um deles cozinha para os outros dois. Na passagem a seguir do diário de campo descrevo minha primeira refeição na casa dos imigrantes. Comemos todos juntos em uma tigela de metal grande, em torno de 30 cm, que fica no chão em cima de um pano que serve como toalha, no centro da sala do apartamento.

A comida era à base de arroz, no meio um frango (dois peitos de frango unidos) e tinha cenoura, batata e cebola picados. O molho era de cor laranja, fazia quase um ensopado. Ele, o cozinheiro do dia, colocou no meio da sala da casa. Um dos meninos estava sentado na sua cama, outros dois estavam no sofá e eu em uma cadeira. O cozinheiro ficou agachado, de cócoras, do lado da entrada da cozinha. Ele explicou que tudo foi preparado na mesma panela, no fogo. Distribuiu garfos e colheres e todos começaram a comer. Eles misturavam o arroz e comiam sentados

aonde estavam. As pessoas inclinam o corpo para frente para comer. Pelo que percebi não há grandes problemas se caírem alguns pedaços no pano. Todos comem ao mesmo tempo. Um dos imigrantes partiu o frango e se preocupou em colocar alguns pedaços na minha frente e insistiu para eu comer. Um gesto de cuidado. A comida estava simplesmente maravilhosa. Me senti muito acolhida. A comida é apimentada e o molho é mais alaranjado, com base de tomate e pimentas. Era um momento de descontração e risada. Momento alegre. A porta continuava aberta. Comemos tudo, tirei fotos. Pelo que percebi não é um grande problema pisar na ponta do pano, estava preocupada em pisar, mas não pareceu uma ofensa. Eles comentaram que no Senegal come-se com a mão, mas lá estavam comendo com garfo e colher. Quando terminamos, retirou a tigela grande (uns 30 cm) e levou para lavar. Em seguida retirou o pano e dobrou. O pano estava um pouco manchado do que parecia ser uma gordura da comida ou do molho. Depois foi lavar a louça. Serviu como sobremesa, também em um prato, cortada em pedaços, maçã com mais garfos para servir. Todos compartilhavam com muita naturalidade. Ele ainda foi no quarto e me trouxe um chocolate. Foram todos muito delicados comigo. Depois de lavar a louça, desceu e comprou duas garrafas de água, entregou uma para mim e uma para seu irmão (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018).

Além das refeições e da confraternização em geral, foi comum os imigrantes que visitei reclamarem dos gastos excessivos com moradia no Brasil. No caso do apartamento que descrevi, no qual habitavam três imigrantes, os gastos mensais foram declarados da seguinte forma: 800,00 reais é o valor do aluguel do apartamento, 150,00 reais de gás (dois botijões de gás 75,00 reais), 120,00 reais de luz, 120,00 de internet e entre 700,00 e 900,00 reais de comida para os três moradores (o cálculo é uma média de 20,00 reais por jantar e 10,00 reais por café da manhã para o grupo por dia). Somando tudo os gastos na casa seriam de mais ou menos 2.000,00 reais por mês, ou seja, 650,00 reais por morador. Além desse valor, pagam pela recarga de telefone para poder falar diariamente com suas famílias que ficaram no Senegal e outros gastos com artigos pessoais e de higiene. Levando em consideração que todos enviam dinheiro para a família que ficou no país de origem, há uma insatisfação geral com a sua situação.

Voltei ao apartamento algumas vezes. O revezamento entre os imigrantes no preparo para o jantar era sempre respeitado. Tive a oportunidade de experimentar outros pratos do cotidiano no Brasil, como por exemplo massa, carne, tomate,

cebola, ovos e servido com muita maionese. Vale ressaltar que os imigrantes senegaleses pesquisados, em sua grande maioria homens, explicaram que não cozinhavam no seu cotidiano no Senegal. Essa é uma atividade feminina. No Senegal alegam que cozinhavam só em festas.

Apesar dessa divisão sexual do trabalho no país de origem, precisaram se adaptar em um novo contexto em que a maioria da diáspora é formada por homens que imigram sozinhos e compartilham moradia. No entanto, nas poucas casas em que há mulheres todo o serviço doméstico recai sobre elas. Nas casas em que há uma senegalesa, ela será responsável por cozinhar, lavar e cuidar de todos os afazeres domésticos, além de trabalhar fora. Como vimos, as poucas imigrantes senegalesas que contatamos, imigraram sozinhas em busca de trabalho e também com o objetivo de sustentar suas famílias no Senegal. Sua situação se torna duplamente vulnerável ao ter que assumir as responsabilidades domésticas no país de destino, sem deixar de lado suas responsabilidades como imigrante senegalesa de enviar recursos para família que ficou no país de origem.

Imagem 3: Prato servido em jantar com imigrantes senegaleses no apartamento no centro de Porto Alegre



Fonte: Foto arquivo pessoal

Algumas conversas ocorreram nesse ambiente privado, em contraste com os encontros nas ruas do centro da cidade. O mais interessante era acompanhar as conversas em grupo, com os contrastes de opiniões e a sensação de todos estarem mais à vontade. Em uma das ocasiões ao voltar ao apartamento não encontrei um dos integrantes. Explicaram que estava visitando a família no Senegal e mostraram fotos do amigo no avião feliz em retornar à terra natal. Os encontros eram acompanhados de músicas religiosas que tocavam o tempo todo. Meus informantes mostravam fotos da família, das cidades de origem, das paisagens no Senegal, além de cantores e celebridades. Em um determinado momento em meio às visitas escutei “*Você não viria aqui se fossem três homens brasileiros*”. Eu confirmei. Se fossem três homens brasileiros desconhecidos que me convidassem para visitar seu apartamento não iria sozinha. Mas com os imigrantes senegaleses com quem tive contato me senti acolhida e respeitada em todos os momentos.

Outro apartamento que visitei ficava no centro da cidade. O prédio era comercial, em torno de quatro andares. Não havia elevador e era necessário subir de escada. No térreo havia uma loja de artigos de 1,99 reais. Ao subir os lances de escada passei por uma loja de conserto de eletrônicos e outras salas sem identificação. A porta do apartamento, como todas as outras do prédio era de vidro, *blindex*, como porta de estabelecimentos comerciais. Estava coberta com um lençol. O apartamento foi adaptado para acolher os imigrantes, que se distribuíam em três cômodos. O prédio era muito antigo. O fato de habitarem um bairro comercial mais do que residencial faz com que nos momentos de menor movimento, ou seja, de noite e durante os finais de semana, fiquem mais expostos ao andar nas ruas. Reclamam da pouca iluminação das ruas do bairro e do clima de tensão que paira nas ruas desertas, principalmente à noite. Um dos imigrantes explicou: “*Bá imagina. Aqui dá 8 horas (da noite) e ninguém mais caminha. Todo mundo fica em casa*” (DIÁRIO DE CAMPO, 02 out. 2018).

Por último, menciono um fato. Meu trabalho de campo se concentrou no centro de Porto Alegre, onde, no momento da pesquisa maior parte da comunidade estava presente. Porém outros grupos de imigrantes senegaleses habitavam em diversos bairros, periféricos em sua maioria. Mesmo que os imigrantes que compartilham apartamentos no centro da cidade passem por desafios e dificuldade, se queixando dos altos preços pagos para locar espaço em geral precários e adaptáveis, há casos mais graves de vulnerabilidade que merecem atenção de

estudos futuros. Em ocasião em que prestava trabalho voluntário na Associação dos Senegaleses um dos responsáveis mostrou uma visita que fez a moradias precárias após um chamado. Mostrou fotos de senegaleses que moravam em casas de papelão, chão de terra batida. No caso dessas fotos os imigrantes estavam habitando em um local chamado “ocupação progresso” conhecida pela presença maciça de imigrantes haitianos. Eram casebres de papelão, os fios da iluminação desencapados. Os imigrantes senegaleses em questão trabalhavam no centro da cidade onde iam diariamente de ônibus. Na ocasião em que me mostraram as fotos já haviam sido removidos do local.

A Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA) cumpre papel importante em relação à moradia. Como veremos no ponto 4.2, a comunidade senegalesa, apesar dos desafios, se orgulha em enunciar que não há imigrantes senegaleses morando nas ruas da cidade. De fato, em todo período não encontramos nenhum senegalês dormindo na rua. Mesmo em períodos de crise e em geral compartilhando pequenos espaços entre vários imigrantes, com todos os seus desafios e obstáculos financeiros, acolhem aqueles que estão em dificuldade. Afirmam que na atual conjuntura “cada casa tem um” imigrante nessa situação que é acolhido por seus compatriotas sem necessariamente pagar pelo aluguel ou pela comida consumida.

4.1.3. Sociedade brasileira: entre afastamento e proximidade

Nesta seção em que expus o que entendi como o processo de imigração na pesquisa, ou seja, a situação que os senegaleses encontraram uma vez no Brasil, mais especificamente em Porto Alegre, tratei de dois temas que considero fundamentais: o mercado de trabalho e a moradia. Nos estudos de imigração essas duas chaves são comumente utilizadas para analisar o processo. Mas, além desses, gostaria de discorrer sobre algumas outras. A relação com a sociedade brasileira parece ser composta por momentos de proximidade e afastamento, comum quando duas culturas distintas entram em contato. Essas sutilezas, que muitas vezes são deixadas em segundo plano, podem ajudar a problematizar as categorias englobantes e generalizadoras muitas vezes utilizadas para se pensar o fenômeno migratório. Por isso, quais foram as impressões dos imigrantes senegaleses em contato com a sociedade brasileira é uma questão que merece algumas linhas

discorridas. A pergunta que me ajudou a compreender minimamente essas questões foi “quais as principais dificuldades encontradas no Brasil?”. Além das questões de trabalho e moradia, os senegaleses falaram sobre três outros pontos considerados aqui de “afastamento”: as dificuldades com o idioma, situação de racismo e xenofobia, além de episódios de violência. Por último, farei breves pontuações sobre relações de proximidade com brasileiros.

A dificuldade com o idioma foi a principal reclamação dos imigrantes senegaleses. É o grande desafio na chegada, aquilo que todos apontam como o mais difícil para sua inserção no mercado de trabalho e na sociedade brasileira como um todo. O fato de não falarem português, os deixa vulneráveis para os mais variados tipos de abuso e essa foi a resposta mais acionada à questão “Quais as principais dificuldades quando chegou no Brasil”. A falta de domínio da língua portuguesa se mostrou como um obstáculo grave para inserção dos imigrantes senegaleses no mercado de trabalho. Levando em consideração que o objetivo principal do projeto migratório é conseguir um trabalho para enviar recursos para as famílias no país de origem, o desafio do idioma causou grande angústia entre eles, principalmente nos meses iniciais após a chegada. Os relatos resumem-se na frase de um imigrante: “*Difficile pour trouver un travail sans parler portugais*” (DIÁRIO DE CAMPO, 28 set. 2018).

O fato de poucos serem fluentes no francês, língua latina e por isso próxima ao português, também não ajudou. Como vimos na sessão 3.2, o francês é o idioma oficial no Senegal, administrativo e ensinado nas escolas públicas e universidades, mas grande parte da população se comunica no idioma Wolof. Alguns ainda afirmam ter o domínio do árabe, pela educação religiosa focada na leitura do Alcorão. No trabalho de campo, como expus anteriormente, esperava me comunicar com a comunidade em francês. Na prática, poucos eram fluentes e as conversas foram uma mistura com português, o que foi um desafio. O nível de português dos imigrantes a quem tive contato era em geral médio, com o vocabulário girando mais em torno do comércio ou do tipo de trabalho que exercem, visto que uma de suas únicas inserções sociais é pelo trabalho. Há imigrantes também que dominam completamente o idioma brasileiro, mas também aqueles, em geral recém-chegados, que não sabem praticamente nada.

Questionados como aprenderam o idioma nacional brasileiro a grande maioria aprendeu sozinho, tendo poucos casos de senegaleses que frequentaram

salas de aulas. Há instituições que disponibilizam cursos de português gratuitos para imigrantes, mas em geral os horários são incompatíveis com a jornada de trabalho e o local, muitos fora da zona central da cidade onde moram, limita o acesso. Por exemplo, se tiverem que pegar um transporte público para ir e voltar das aulas já deixa de ser uma opção por conta do custo da viagem. São especialmente críticos aos compatriotas que não se esforçam para aprender o idioma. Escutei comentários como *“Tem algumas pessoas que não tem interesse. Quando chega em casa pega o celular e passa maioria do tempo no celular. Mas tem que tem que saber! O preço das mercadorias (por exemplo)”* (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018).

A solução como expliquei foi aprender de forma autodidata e ficam orgulhosos com as conquistas. As estratégias variam, com ajuda de amigos e colegas brasileiros, utilizando ferramentas de tradução disponíveis na internet, assistindo programas de televisão brasileiros, mas principalmente na prática do ambiente de trabalho, seja ele no mercado informal ou formal. Muitos me mostraram conversas de WhatsApp com amigos brasileiros que ajudam e tiram dúvidas sobre português. Um imigrante senegalês explicou o papel das novelas brasileiras para aprender o idioma: *“Eu gosta de assistir novela brasileiro. Eu aprende português nas novelas. Eles fala e eu escuta”* (DIÁRIO DE CAMPO, 04 maio 2019).

Um segundo tipo de situação que promove um afastamento em relação à sociedade brasileira são episódios de racismo e xenofobia. Em geral percebem quando já estão minimamente integrados, com a capacidade para perceber formas de discriminação sutis praticada por brasileiros. Aqueles mais atentos explicam que muitos dos compatriotas senegaleses não me falariam sobre preconceito racial como uma questão porque ainda não tem a capacidade de perceber situações de racismo que em sua maioria são sutis. Em conversa me explicaram: *“Geralmente eles comentam fatos que são visíveis. Porque nem sempre o preconceito é visível. Muitos dos meninos não vão ver a prática porque são inocentes”* (DIÁRIO DE CAMPO, 17 jan. 2019). Em geral, os imigrantes que me narraram situações de racismo, enfrentam seus agressores, tem noção de que é crime e afirmam: *“se precisar nós chamamos a polícia”* (DIÁRIO DE CAMPO, 17 jan. 2019).

Apesar de não fazerem generalizações, meus interlocutores narraram episódios de racismo em diversas situações, como no trabalho, no transporte e no espaço público. Um dos interlocutores afirmou: *“Il y a du racisme, il y a beaucoup.*

Dans le travail il y a du racisme, dans la rue et dans le bus”⁹⁹. Como exemplos citam gestos de mau cheiro, cara de nojo e frases como “tu é negro”. Em relação aos transportes o que acontece é que brasileiros não querem se sentar do lado deles, somente outras pessoas negras. Um dos imigrantes contou que em determinada situação entrou no ônibus e uma senhora estava sentada no lado do corredor, com o assento da janela vago. Pediu “licença” para passar e foi completamente ignorado. Ele só não reclamou porque era uma senhora de mais idade, e preza pelo respeito aos mais velhos. Ficou indignado porque, como falou, a passagem de ônibus é o mesmo valor para estrangeiros e brasileiros, sem distinção e sem justificativa para um tratamento diferente. Relatou: “*Eu vi, a passagem era 3,15 reais. Ela e eu pagamos a mesma coisa. A máquina (roleta) do ônibus não reconhece estrangeiro nem brasileiro*” (DIÁRIO DE CAMPO, 28 set. 2018).

Apesar de não serem todos os imigrantes que percebem esse tipo de situação, aqueles mais atentos reclamam que a discriminação faz parte do seu cotidiano. Em conversa com um grupo de imigrantes na região central de Porto Alegre a frase que mais me chamou atenção foi “***As pessoas pensam que nós não merecemos nada***”, referindo-se ao fato de serem negros e sempre questionados quando estão dirigindo um carro ou na posse de algum bem em público. Para aqueles que dirigem carros é mais visível; relataram escutar frases como “*olha o negão com carro*” ou “*olha o negão dirigindo*”. Além do espanto explicam que quando estão perto do carro as pessoas supõem que por serem negros têm a intensão de roubar, o que não aconteceria se fosse alguém de outra cor de pele. Em conversa, um dos interlocutores narrou que em certa situação ficou encostado no seu carro, com as janelas abertas e o celular carregando dentro. Os seguranças do estabelecimento o abordaram para questionar o que ele estava fazendo ali. Disse que o carro era seu, gerando espanto nos funcionários. O fato de sempre o questionarem por ter um carro novo e estar dirigindo faz com que tenha a impressão de que os outros acham que eles não merecem por serem negros. Além das situações diretas, alguns percebem que os postos de trabalho que os negros brasileiros ocupam são sempre os mais perigosos, como por exemplo os de seguranças de banco ou de carro forte. Relataram: “*Todo lugar que é mais perigoso o negão [sic] que vai ficar lá. Olha em todos os lugares, pensa nisso. Lugar mais perigosos,*

⁹⁹ Tradução da passagem: “*Tem racismo, tem muito. No trabalho tem racismo, na rua e no ônibus*”.

negros que vão estar lá”. Porém, ao mesmo tempo que percebem as estruturas de segregação racial da sociedade brasileira, endossam certas ideias do senso comum sobre o tema. Alguns chegam a dizer que os negros brasileiros que têm atitudes erradas são responsáveis dessa situação. “*São os brasileiros que nasceu aqui que faz isso*”. Fazem um recorte baseado na cor da pele sem conhecer as raízes da construção sócio histórica brasileira, escravocrata e excludente em relação à população afrodescendente. Sem entender a formação do problema, tem a percepção que são, em geral, os negros brasileiros que se envolvem com o crime, e sendo assim são responsabilizados pela fama que também recai neles. Um deles afirmou: “*São alguns negros brasileiros que trabalham isso, que não quer trabalho, eles roubam, eles assaltam, por isso eles (a sociedade) vão pensar que todo negão é assim também*”. Apesar da dificuldade de lidar com as questões de racismo, acreditam que fazendo um bom trabalho e portando-se com respeito estão lutando contra isso, para mudar a impressão ruim das pessoas. De fato, ao longo do trabalho de campo é possível perceber como eles se preocupam com a maneira de se vestir, roupas novas e estilosas, de marcas caras (cópias ou não) ou também vestimentas tradicionais feitas sob medida. Inúmeras vezes escutei o comentário da população local de como os senegaleses se vestiam bem. A conclusão de um dos imigrantes senegaleses não poderia ser melhor: “*negão é pessoa né?*”, como se fosse necessário relembrar do fato de que todos somos seres humanos (DIÁRIO DE CAMPO, 02 maio 2019).

Ao longo do trabalho de campo, houve inúmeros relatos de racismo que não terei espaço para expor na totalidade, mas é interessante notar o espanto dos imigrantes senegaleses ao perceberem isso. Um dos interlocutores explicou que antes de vir ao Brasil pesquisou sobre o país e viu que tinha todas as raças. Chegou na esperança de que por essa razão não enfrentaria esse tipo de problema. Apesar das expectativas, foi diferente: “*Chegando aqui a gente sente na pele o preconceito*” (DIÁRIO DE CAMPO, 05 maio 2019). Essa expressão de “sentir na pele o preconceito” marcou meu trabalho de campo. Apesar do preconceito sofrido em geral, entre aqueles que percebem a dinâmica, não há uma generalização para o sentimento dos brasileiros. Fazem uma ligação entre preconceito e ignorância, principalmente daqueles que veem com maus olhos os imigrantes como responsáveis pela falta de emprego para a população nacional. Afirmam que os

imigrantes geram renda, estão no Brasil para somar e não para tirar o lugar dos brasileiros no mercado de trabalho.

Além das dificuldades com o idioma e episódios de preconceito enfrentados, os imigrantes senegaleses no Brasil precisam lidar com um contexto muito mais violento do que na terra natal. Muito afirmam que o único problema para imigrantes senegaleses em relação aos brasileiros é a violência: “*o problema é a violência. O único problema de imigração aqui no Brasil para o senegalês é a violência*” (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2019). Na conversa referia-se a assaltos e latrocínio, ou seja, roubo seguido de morte. No Senegal a violência seria muito pouca em relação ao Brasil. No trabalho de campo vários interlocutores narraram roubos e até assassinatos de membros da comunidade senegalesa em situações de assalto. Segundo eles há um sentimento constante de medo, ainda mais em contraste com uma sociedade de origem que, apesar de ter muitos problemas, está longe dos níveis de violência brasileiros. Como havia dito, o Senegal encontra-se em 58º lugar de um total de 163 países na lista Global Peace Index (GPI, 2020), à frente do Brasil (116º) e mesmo da França (60º)¹⁰⁰. Segundo os imigrantes, o choque é ainda maior para grande parte da comunidade que vem da cidade religiosa de Touba, local onde as normas religiosas muçulmanas predominam, em relação aos poucos que vêm de Dakar, capital do Senegal.

A narrativa do “medo” é comum, principalmente o medo de sair à noite, momento quando se sentem mais vulneráveis. Em conversa com grupo de imigrantes sobre o tema escutei frases categóricas como: “*Aqui em Porto Alegre se tu caminhar de noite pode ser assaltado, muito perigoso*”, “*Eu tenho medo, eu nunca saio na rua à noite*”, “*Aqui tem muitos bandidos*” e “*Tem pessoas que roubam seu dinheiro, muito complicado*” (DIÁRIO DE CAMPO, 01 oct. 2018). Por estarem no Brasil com o objetivo de trabalhar e mandar dinheiro para a família, ser assaltado é o “pior dos mundos”. Se roubam o salário, a família que ficou no país de origem pode ficar sem receber qualquer ajuda no mês. Além disso, como vimos, os salários já são baixos e a remuneração pouca, logo, perder qualquer recurso em um assalto pode os deixar em uma situação ainda mais vulnerável. Por essa razão a grande maioria dos imigrantes com quem tive contato opta por não sair

¹⁰⁰ Global Peace Index (GPI, 2020). Disponível em: <<http://visionofhumanity.org/indexes/global-peace-index/>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

de casa durante a noite. A rotina é trabalhar durante o dia e depois ir para casa e lá ficar. Como narrado: “*Senegaleses não sai na rua de noite. Só trabalha, trabalhar e ficar em casa, dormir. Depois, amanhã vai trabalhar de novo*” (DIÁRIO DE CAMPO, 18 set. 2018).

No momento da pesquisa os imigrantes apontaram pelo menos cinco casos de morte violenta em assalto, tanto com faca ou pistola e reclamaram: “*Não tem justiça, justiça não faz nada*” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018). Um dos casos de maior repercussão aconteceu em 2019, quando um motorista de aplicativo senegalês foi assassinado durante assalto em Porto Alegre. Tinha 35 anos e estava no Brasil desde 2013, veio para ajudar a família. Trabalhava como motorista em um carro alugado, segundo o irmão que também mora na capital gaúcha: “Perdeu a vida trabalhando”¹⁰¹. A comunidade senegalesa se mobilizou para arrecadar recursos para mandar o corpo de volta para o Senegal, em torno de 17 mil reais. O caso gerou uma grande sensibilização em todo estado do Rio Grande do Sul. Este caso é significativo por mostrar o tipo de violência ao qual os imigrantes senegaleses ficam expostos morando em Porto Alegre. Me explicaram que os imigrantes senegaleses já estão visados pelos assaltantes brasileiros porque sabem que eles andam com dinheiro em espécie.

Apesar das dificuldades narradas acima os imigrantes procuram não generalizar o comportamento dos brasileiros alegando que pessoas no Brasil podem ser boas e ruins como no mundo inteiro. Fora as situações extremas expostas, apontam a falta de conhecimento dos brasileiros em geral sobre os temas da imigração, da África e do Senegal. Muitos são desinformados e não querem saber os reais motivos de sua chegada ao país, como exposto a seguir. Uma das ideias do senso comum que parece incomodar mais os imigrantes senegaleses é o fato de os brasileiros acreditarem que eles fogem da fome e da extrema pobreza, que no país deles não tem “nada”. Em conversa, um de meus informantes reclamou que os brasileiros acham que todos os senegaleses são pobres. Explicou que ele não era pobre, que sua família tinha casa no país de origem. A frase que me marcou foi: “*Uma pessoa com fome no Senegal não chega até aqui (Brasil)*”. Uma pessoa pobre

¹⁰¹ Reportagem de 04/06/2019, disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2019/06/perdeu-a-vida-trabalhando-diz-familiar-de-senegales-motorista-de-aplicativo-morto-durante-assalto-em-porto-alegre-cjw1lfhom02se01qt232i44i2.html>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

no Senegal, segundo ele, jamais poderia emigrar para o Brasil, visto que o custo da viagem fica entre 15 mil e 18 mil reais. O fato de os brasileiros verem os imigrantes senegaleses trabalhando como vendedores na rua faz com que deduzam que eles sejam muito pobres, enquanto o investimento para chegar até aqui exigiu muitos recursos e gastos. A ideia de meu interlocutor está na passagem do diário de campo a seguir:

As pessoas não sabem. Acham que no meu país não tem carro. Minha família não é pobre. Eu não sou pobre. Tenho casa. Se tem uma roupa nova eu compro. Uma pessoa com fome no Senegal não chega aqui. Pensa que o país dele não tem nada. Gastou 15.000 reais pra vir aqui, 18 mil reais para vir do Senegal. Brasileiro acha que senegalês é pobre. Que por estar aqui trabalhando na rua, acha que é pobre. Mas ele não é pobre. No Senegal minha família tem casa que é um prédio. (DIÁRIO DE CAMPO, 02 maio 2019).

Além de serem considerados pobres e de os brasileiros não saberem nada sobre as condições do seu país de origem, em geral, são confundidos com haitianos. Em outra ocasião um dos interlocutores disse que os brasileiros não conhecem nenhum país africano, sempre perguntam se ele é haitiano e ainda acreditam que o Haiti fica na África. Explicou: *“Aqui no Brasil não conhece nada de imigração. Não conhece nenhum país africano. Todo mundo só conhece os haitianos. Se tu conversar com alguém aqui ele vai dizer “é haitiano?”. Eles acham que o Haiti fica na África”* (DIÁRIO DE CAMPO, 01 out. 2018). Segundo o presidente da ASDPOA é muito comum brasileiros confundirem haitianos e senegaleses, apesar de serem completamente diferente. A cor da pele, e o fato de haver muitos imigrantes do Haiti no estado do Rio Grande do Sul faz com que haja essa confusão.

Mesmo com as ideias do senso comum daqueles que têm pouco contato com a comunidade, os imigrantes senegaleses também têm pontos de proximidade com brasileiros. A maioria deles afirma ter amigos brasileiros. Ao questioná-los se tinham amizades com nacionais responderam: *“eu tenho muitos amigos brasileiros”*. As interações se dão em geral no ambiente de trabalho. Para aqueles em empregos formais, há uma proximidade com colegas, enquanto para aqueles que são vendedores ambulantes é comum fazerem amizade com pessoas que trabalham em comércios próximos ao ponto de venda. Foi comum, ao questionar sobre suas interações, me mostrarem conversas no WhatsApp com amigos brasileiros, falavam: *“Eu vou te mostrar aqui, minha amiga olha”*. Explicaram que brasileiras gostam de ter amigos senegaleses porque são mais educados.

No trabalho de campo, principalmente nos momentos de confraternização ou organização de eventos religiosos e culturais senegaleses, há a presença de amigos brasileiros. Não são muitos os casos, mas há gaúchos que mantêm uma relação próxima de amizade com a comunidade. Nesses casos a brincadeira é chamar de “pai”, “mãe”, “filho” e “filha”. Percebi que aqueles brasileiros que convivem ficam muitos próximos e sensibilizados com a condição dos amigos senegaleses. Há também, em menor número, aqueles que se relacionam amorosamente com brasileiras. Conheci quatro casos de senegaleses que se casaram com brasileiras. Dois deles no momento da pesquisa já estavam separados. Em geral a dificuldade de ter relacionamentos amorosos passa, segundo eles, pelos costumes ligados à religião muçulmana que proíbe relações sexuais antes do casamento. Exprimindo a imagem estereotipada da sensualidade da mulher brasileira, um deles deixou clara essa visão: *“Tem outra coisa também, nossa religião não permite nós fazer. Não pode fazer sexo sem casar”* (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2018).

4.2. Solidariedade senegalesa: entre associativismo civil e religiosidade

Nesta seção exploro a chamada solidariedade senegalesa. A comunidade senegalesa de Porto Alegre manifesta um alto nível de organização comunitária. As dificuldades com emprego e moradia apresentadas anteriormente mostram o lugar central da solidariedade na vida dos migrantes. Acredito que estejam envolvidas duas dimensões principais, uma ligada à questão cultural e outra à questão religiosa. Apresentarei duas instituições que considero fundamentais para se pensar a solidariedade dentro da comunidade: a Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA) no **ponto 4.2.1** e os encontros religiosos da confraria mouride chamados *dahiras* no **ponto 4.2.2**. Por último, no **ponto 4.2.3**, uma nota sobre a experiência do Magal de Touba de 2019, festa religiosa mais importante do país celebrada também em Porto Alegre.

Os imigrantes com quem conversamos têm orgulho em falar da sua união e de como a solidariedade dentro da comunidade senegalesa é uma prática que remonta à cultura vivida no país de origem, estimulada mesmo pelas famílias antes da emigração. Essa solidariedade, que envolve uma preocupação com o “outro”, em geral os mais necessitados, faz parte, segundo eles, da cultura nacional, mas

também da tradição religiosa. Explicam que todos os muçulmanos devem ser vistos como irmãos, o que parece aproximar ainda mais quando se encontram em outros países que não o seu de origem. Ao falar sobre o tema foi comum ouvir que tanto no Senegal quanto em Porto Alegre não vemos senegaleses morando na rua. Como vimos, o compartilhamento de moradia é uma prática comum, pelo fato de se manterem próximos aos seus nacionais e também como ajuda para os que estão em situação de dificuldade. É comum abrigarem pessoas que estão passando necessidades: *“cada casa tem um, sem trabalho ou sem dinheiro para comprar mercadoria”* (DIÁRIO DE CAMPO, 06 maio 2019).

Uma conversa em especial foi elucidativa sobre a questão. O migrante tentou me explicar a dimensão da solidariedade senegalesa como algo cultural, que os acompanha antes mesmo da saída: *“Essa solidariedade toda dos senegaleses já tinha no Senegal, tem bastante lá. Já é uma prática cultural lá”* (DIÁRIO DE CAMPO, 03 out. 2019). Além disso, faz parte do aconselhamento dos pais procurar irmãos senegaleses quando chegam ao Brasil, compartilhar suas vidas para diminuir um pouco a dificuldade: *“Isso também foi parte do conselho dos nossos parentes lá [no Senegal]. Porque na hora que tu sai lá o último conselho é esse: procura teu irmão senegalês, tentar de compartilhar principalmente. Para diminuir um pouco a dificuldade”* (DIÁRIO DE CAMPO, 03 out. 2019). A explicação envolve entre outras coisas a preocupação de morar sozinho, e caso aconteça alguma coisa ninguém ficar sabendo. Além disso, ressalta a dimensão cultural, afirmando que parte desse compartilhamento *“já é nossa cultura”*. Exemplificou essa *“base cultural”* ao reafirmar mais uma vez a ausência de senegaleses morando na rua.

Além do conselho de ficar próximo aos seus, os migrantes destacam a obrigação moral e cultural de ajudar aqueles que necessitam, sem esperar um retorno. Ao longo da pesquisa deram diversos exemplos de como os pais e familiares ajudavam pessoas, quase uma obrigação moral comum na cultura senegalesa. Essa ajuda é baseada na noção de humanidade e respeito envolvendo o tipo de educação que receberam como parte de uma cultura religiosa.

As descrições feitas pelos imigrantes estão de acordo com o que observei ao longo do trabalho de campo, uma comunidade unida e extremamente solidária. Seja em períodos de dificuldade financeira ou violência, como o caso do assassinato de um imigrante senegalês que precisou ter seu corpo repatriado, ou em momentos de festas e confraternizações religiosas, os migrantes se reúnem e buscam soluções

conjuntas para os problemas e desafios. Como demonstrado a seguir essa solidariedade senegalesa pode ser materializada em duas instituições principais, a Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA) e a *dahira*, grupo religioso.

4.2.1. Associação dos senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA)

A Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA) foi criada em 2014. A sede fica no centro da cidade, no prédio da secretaria Municipal de Direitos Humanos. Conta uma sala com mesa de escritório, computador, muitos documentos e cadeiras para receber os migrantes que buscam auxílio. A descrição da página do Facebook é: “*Uma associação sem fins lucrativos senegalês. Foi incorporada em 2014. A associação é **apolítica e não religiosa**. A missão da associação é criar uma solidariedade comunidade dinâmica*”. A página possuía 4.190 seguidores em novembro de 2019¹⁰².

O presidente da associação explicou que a data da sua formação está relacionada com o aumento do fluxo de migrantes na época. Apesar de o fluxo senegalês ter praticamente começado a tomar forma em 2012, a grande maioria dos senegaleses chegou entre 2014 e 2015. Aqueles migrantes que já estavam em Porto Alegre há mais tempo eram contatados pela Secretaria de Direitos Humanos e pelas autoridades responsáveis pela acolhida para auxiliar na chegada. Explicou que na época o governo do Acre, principal local de entrada de migrantes, tinha um convênio com o governo do Rio Grande do Sul para “descida” de imigrantes. Os ônibus chegavam cheios de senegaleses na rodoviária de Porto Alegre e o governo municipal entrava em contato com eles para auxiliar no deslocamento. Foi nessa época que surgiu a ideia da associação. Ao ver brasileiros que buscavam ajudar os migrantes recém-chegados entenderam que eles mesmo deveriam ajudar os compatriotas recém-chegados e explicou: “*Então ai pensamos já que tem tantos brasileiros dispostos a nos ajudar não existe alguém melhor entre nós nos ajudarmos em primeiro lugar. Ai surgiu a ideia de criar um associação e assim nasceu a Associação dos Senegaleses de Porto Alegre*” (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2018).

¹⁰² Página da ADSPOA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/adspoa/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

Percebemos que o contato com as instituições municipais começou antes mesmo da formalização e instalação da associação na sede da Secretaria Municipal. O antigo secretário municipal de direitos humanos já havia convidado diversas vezes, alguns senegaleses, instalados na cidade, para darem suporte aos senegaleses recém-chegados ao estado. Quando a comunidade começou a aumentar em 2014 e a Associação tomou forma, pediram uma sala para o secretário que cedeu o espaço onde estão instalados até hoje, após cinco anos. Apesar de estarem alocados na sede da secretaria municipal, a comunidade não recebe qualquer ajuda do governo gaúcho para se manter. Todos os integrantes do corpo administrativo têm seus trabalhos e empregos e fazem parte da associação declaradamente sem fins lucrativos por meio de trabalho voluntário.

Como assinalei na descrição do trabalho de campo, meu primeiro contato com a ASDPOA foi por meio de um migrante senegalês vendedor ambulante. Logo ao me apresentar como pesquisadora me passou o contato do presidente da Associação, afirmando que ele seria a pessoa ideal para me passar informações sobre a comunidade. Minha primeira visita foi junto com o migrante na tentativa de entender quais documentos precisava para reconhecer sua carteira de motorista de caminhão no Brasil. Na sequência fiz trabalho voluntário junto ao órgão durante o período do trabalho de campo. Ficava na sala com o presidente enquanto atendia os migrantes e nos intervalos conversávamos sobre a comunidade, cultura senegalesa e dúvidas que surgiam no trabalho de campo.

A Associação é extremamente organizada, possui um presidente e um vice-presidente, um secretário geral e um tesoureiro. Em caso de necessidade, possuem uma conta bancária para transferir recursos. As doações podem ser feitas diretamente para essa conta. Apesar disso, não lidam muito com dinheiro, praticamente em caso de alguma campanha específica. Os encontros acontecem em geral no último domingo do mês, na Assembleia Legislativa de Porto Alegre¹⁰³. Apesar disso, a reunião que tive a oportunidade de acompanhar se deu em uma Paróquia de uma igreja católica no centro da cidade. Na ocasião, havia cerca de 30 migrantes senegaleses reunidos, debatendo em Wolof, questões sobre aula de Português e a organização de um Festival de Arte e Cultura senegalesa que vamos descrever na sequência. Fora as reuniões mensais, grande parte do trabalho é feito

¹⁰³ A proximidade com o poder público em Porto Alegre é notória o que evidencia o suporte institucional do governo brasileiro.

no dia a dia, quando recebem os migrantes na sala para assessorar nas mais diversas questões. O atendimento é feito diariamente, mas como os membros, incluindo o presidente, possuem outras funções de trabalho, muitas vezes a Associação pode ficar momentaneamente fechada. É comum senegaleses chegarem sem marcar horário. Na primeira vez que fui o presidente estava atendendo a um menino e outros dois estavam à sua espera. As consultas e assessoramentos são feitos em *Wolof*. A ADSPOA possuía em 2018 mais ou menos 500 membros.

O presidente da associação está no Brasil há mais de dez anos. Deu seu exemplo pessoal para demonstrar como a comunidade aumentou expressivamente após 2014. Explicou que quando chegou aqui havia poucos migrantes senegaleses, que sua rotina se resumia a trabalhar e ficar em casa. Porém isso começou a mudar quando seus compatriotas começaram a chegar em maior número entre 2014 e 2015. Hoje está sempre ocupado, em função de questões e confraternizações da comunidade. É muito respeitado dentro e fora da comunidade, uma referência importante para os migrantes. É comum escutar elogios a ele dirigidos “*Ele é muito inteligente*” e “*Ele é muito gente boa, trabalhador*” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018).

As funções da ADSPOA são as mais diversas possíveis, envolvendo desde auxílio para documentação à organização de eventos culturais. Explicaram que o apoio é dado de forma geral, desde a chegada em todas as situações que precisar. As funções são as mais diversas, além de ajudarem com documentos brasileiros e senegaleses, são os responsáveis institucionais da comunidade migrante frente às outras instituições, como os governos municipal, estadual e nacional brasileiro, o consulado senegalês, a sociedade civil gaúcha, associações senegalesas de outras cidades do Brasil etc.

Uma das funções centrais está relacionada à **documentação**. A associação ajuda na comunicação com os órgãos e na interpretação dos documentos. A maioria dos migrantes quando chega não fala português, só alguns dominam o francês e ainda há casos de migrantes que são analfabetos. O processo de regularização é feito em grande parte por meio da associação, desde a explicação do passo a passo, da documentação necessária ao acompanhamento de cada caso. Em geral quem atende aos migrantes é o próprio presidente, que está sempre atualizado sobre a Lei brasileira e as portarias que delimitam os processos de regularização. Além dos documentos como o Protocolo de Refúgio e o Visto Permanente, a Associação

orienta sobre reconhecimento de Carteira de Motorista, orientando quais os documentos necessários e o processo para conseguir realizar o processo de forma exitosa.

Além dos documentos brasileiros também há intermediação em relação a documentos do **governo senegalês**, representado pela embaixada do Senegal em Brasília. A associação tem o controle de todos os senegaleses que estão em Porto Alegre pois cada imigrante que chega ao Brasil precisa passar por eles para se inscrever no consulado e obter uma regularização junto ao governo senegalês. O documento, chamado de *carte consulaire*, é como uma identidade de migrante fornecida pelo consulado, que tem o controle da quantidade e de quem são esses imigrantes. A associação faz o contato direto com a embaixada do Senegal no Brasil, funcionando como o representante institucional em Porto Alegre. Além da carta consular, os migrantes que precisam renovar passaporte senegalês também fazem por meio da associação. Enquanto fazia trabalho voluntário uma das funções que tive foi atualizar uma lista de mais de 200 passaportes vencidos que seria mandada pela associação à embaixada para renovação.

O auxílio na chegada e questões relacionadas à **moradia** também fazem parte das atividades. Insistem que nunca veremos um senegalês dormindo na rua. Quando um senegalês chega em Porto Alegre e não tem onde ficar, em poucas horas os membros da associação encontram uma casa para recebê-lo. Me explicaram: *“Quando chega um senegalês hoje com certeza ele vai ter onde dormir [...] Se alguém chega hoje e não tem moradia para morar daqui 10 minutos vamos conseguir. Eu vou ligar para alguém e vai receber ele. É assim que fazemos com moradia”* (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2018).

Esse auxílio na chegada também é fornecido pela ponte que fazem com a sociedade civil brasileira. Apesar de não receberem auxílio do governo, a **sociedade civil** gaúcha tem papel importante na ajuda e acolhimento dos migrantes na capital. Brasileiros procuram a associação para oferecer ajuda, como instituições que fornecem aula de português gratuita. Quando questionados se recebiam apoio de brasileiros na chegada, um dos membros afirmou: *“Sim hoje em dia não tem muito o que reclamar graças a sociedade civil. Pessoas dispostas ajudar de uma maneira ou de outra os imigrantes. Exemplo temos aulas de português de graça hoje em dia em alguns locais que nós podemos procurar”* (DIÁRIO DE CAMPO, 19 set. 2018). Enquanto frequentava a associação foi comum receber visitas de

peessoas dispostas a ajudar. Alguns já tinham contato com a comunidade, outras não sabiam nada sobre migrantes senegaleses.

Uma terceira forma de ajuda dada pela Associação é na vida prática, em especial em casos relacionados à **saúde dos migrantes**. Muitas vezes esse apoio não é dado de forma presencial, mas sim por telefone. Quando os migrantes ficam doentes têm direito a ir ao hospital pública de Porto Alegre. Uma vez lá, ligam para o telefone da associação para que alguém explique em português aos médicos e enfermeiros o que estão sentindo. Esse é um dos momentos no qual a ausência de domínio da língua portuguesa se mostra um desafio que coloca os migrantes em uma condição de extrema vulnerabilidade.

Quando os migrantes sofrem algum tipo de discriminação, principalmente no **ambiente de trabalho**, a associação também tem um papel importante. A associação presta um auxílio explicando o processo e quais as medidas legais necessárias para ter seus direitos trabalhistas respeitados. É comum os migrantes chegarem com cartas e documentos nas mãos e pedirem para ler, explicar o processo e o que devem fazer. O mesmo ocorre com a procura de empregos. Se algum migrante está desempregado a Associação mobiliza sua rede de contatos para ajudar na busca de emprego.

Se a ADSPOA possui papel importante entre os migrantes que ocupam vagas no mercado formal de trabalho, não deixa de representar também a faixa que se dedica ao **comércio informal**. Está sempre em contato com as autoridades para entender as regras e buscar soluções em conjunto para os vendedores ambulantes da cidade. Enquanto acompanhava o trabalho da Associação, o presidente participou de uma reunião junto ao órgão responsável da fiscalização, a secretaria municipal e a Fecomércio para tratar do aumento da fiscalização, os embates e confiscos de produtos que impediam os imigrantes de trabalharem nas ruas do centro da cidade. Em geral reclamam das regras que mudam e não são claras, da truculência e desrespeito dos agentes, que muitas vezes além de apreender as mercadorias levam junto os carrinhos, barracas e cadeiras dos migrantes, usam violência e xingamentos verbais causando constrangimento aos migrantes.

O auge da solidariedade mostra-se nos momentos de maior dificuldade. Em especial naquele em que precisam se mobilizar para **repatriar um migrante** senegalês que tenha falecido no Brasil. Os associados se cotizam para juntar o montante necessário para o repatriamento do corpo, em torno de 17 mil reais. É

extremamente importante o corpo ser enterrado na terra natal, demonstrando o quão ligados são com o país de origem e sua comunidade natal.

Se um senegalês hoje, Deus me livre, falecer aqui em Porto Alegre o corpo tem que ser transladado para Senegal. E isso é feito pela associação. Se um senegalês chega a morrer hoje aqui, falecer, o corpo vai ser transladado para o Senegal. Mês passado a gente teve um falecido aqui em Porto Alegre e o corpo foi ao Senegal. O governo não paga, somos nós que pagamos. [...] última vez a gente gastou 17 mil reais. (DIÁRIO DE CAMPO, 17 set. 2018).

O governo senegalês não ajuda financeiramente nesse tipo de situação, são os próprios migrantes que assumem a responsabilidade. Como explicaram em conversa, se a Associação não se responsabilizar o corpo será sepultado em Porto Alegre e isso não é “possível”. Os senegaleses sentem que possuem uma obrigação moral de ajudar nessa situação (em outras também, mas o caso de falecimento parece ser um dos mais importantes). Qualquer um deles deseja ser enterrado no Senegal, independente do custo, e todos juntos vão assumir essa responsabilidade. Assim que recebem a notícia entram em contato com a comunidade por grupos de aplicativos de mensagens e a arrecadação de recursos é imediata na conta bancária da associação.

Não (é uma obrigação), mas se a gente não faz isso o corpo vai ser sepultado aqui em Porto Alegre. A família quer o corpo lá. Eu mesmo se eu morrer quero ser enterrado no Senegal. Não tem custo isso, pode ser 1 milhão. Entende isso como uma coisa... É obrigado! Nem questiona. Então quando um senegalês falecer, vai passar mensagem nos grupos (DIÁRIO DE CAMPO, 21 set. 2018).

O repatriamento segundo os migrantes também é feito em casos de saúde mental e física. A associação mobiliza-se para comprar passagens para senegaleses que não estão bem, ou como alguns falaram “perderam a cabeça”. Apesar de serem casos isolados, relatam que “perder a cabeça” está relacionado a situações em que algum migrante passa a se portar mal, pelo consumo de álcool ou drogas, ou ter comportamento agressivo ou depressivo. Nessas situações o mais importante é ajudar o migrante a ser repatriado para que junto à família receba o tratamento adequado.

A associação manda passagem para alguém ir embora. Se alguém começa a ficar mal a associação manda de volta para o Senegal. Pessoa

viva ou morreu. A associação manda as pessoas. Começou perder cabeça. Fumar. Pensar estranho. Exemplo foi um casado, dois anos. Começou a fumar. Brigar. Bebendo. Perde a cabeça. Beber piora. Quando chega lá a família cuida. O que importante é chegar lá. (DIÁRIO DE CAMPO, 02 maio 2019).

Além do assessoramento na documentação e na gestão de problemas jurídicos, de saúde e práticos, a Associação possui **um trabalho cultural** importante. É corresponsável pela organização de encontros e manifestações culturais, pelo contato com outras comunidades brasileiras e estrangeiras. Além disso, promove visitas a escolas para falar sobre cultura senegalesa, mas também em outras instituições públicas e privadas, além de palestras em presídios. Todos são responsáveis por divulgar a cultura senegalesa para a comunidade brasileira, buscando sempre aproximação e respeito mútuo.

Ao longo do trabalho de campo tive a oportunidade de acompanhar e participar da organização de um dos eventos culturais da comunidade. Os migrantes com quem conversamos afirmam que têm liberdade para expressar sua cultura no Brasil. Relatam que além de terem liberdade, em geral os brasileiros são interessados em conhecer suas manifestações culturais: *“Um dos lados bons (no Brasil) é a liberdade. Nós graças a Deus não temos o que reclamar. Tanto que nós temos muito da nossa cultura. Aliás os próprios brasileiros gostam de ver. Nós investimos culturalmente, fazemos manifestações culturais [...]”* (DIÁRIO DE CAMPO, 18 set. 2018).

A reunião aconteceu no último domingo do mês de setembro de 2018 em uma Paróquia no Centro da cidade. O padre da paróquia é haitiano e o local é conhecido pelo acolhimento de migrantes, inclusive alguns dos senegaleses faziam aula de português no salão paroquial. Vale ressaltar que a comunidade senegalesa é muçulmana, mas demonstrou uma relação de proximidade com a comunidade católica da paróquia. A reunião da Associação aconteceu mais cedo, e na sequência fizeram a reunião para organização da semana cultural. Acompanhei parte da primeira com cerca de trinta senegaleses presentes, sem entender muita coisa porque era em Wolof e depois a segunda, já com a presença de brasileiros voluntários na organização. Os voluntários foram convidados a sentarem à mesa de reunião com os cerca de vinte migrantes.

A primeira semana cultural aconteceu no ano anterior, em 2017. Essa era a segunda edição do evento que ocorreu em outubro de 2018. O evento foi composto

de diversas manifestações culturais: música e dança, comida típica, luta tradicional senegalesa, desfile de moda (mais de trinta roupas confeccionadas por costureiros senegaleses), exibição de um filme (brasileiro com atores senegaleses) e roda de conversa. O evento de dois dias foi realizado na capital e eram esperadas pelo menos 300 pessoas em cada dia. A discussão central do encontro foi a falta de fundo para comida. O objetivo inicial deles era que ninguém pagasse pela comida, pois, em geral, nas festas senegalesas, como veremos na sessão sobre a Festa Religiosa Magal de Touba, a comida é oferecida gratuitamente pela comunidade. Conversando com eles percebi que nas festas as pessoas fornecem comida de graça, pois o objetivo é compartilhar, e de preferência em grande quantidade. Fiquei responsável por compor um documento chamado “Nota técnica” do evento, especificando o que aconteceria e qual a programação. Formulei o documento com o presidente da associação.

Imagem 4: Folder de convite para o Festival de Arte e Cultura Senegalesa (1); Foto do voucher para comida típica do evento (2).



Fonte: Imagem de arquivo pessoal.

O convívio com a Associação dos Senegaleses de Porto Alegre permitiu perceber parte do *ethos* da solidariedade senegalesa. A associação civil, sem fins

lucrativos e apolítica, e como vimos, é central na vida dos migrantes senegaleses. Assessora a comunidade em relação a documentos brasileiros e senegaleses, ajuda em situação de dificuldade, migrantes recém chegados, exploração no trabalho, problemas com moradia e de saúde, desemprego etc. Por último, mas não menos importante, a Associação tem um papel central na promoção da cultura senegalesa, organizando festivais e mostras culturais. A Associação é complementada por um segundo tipo, também central na vida dos migrantes, que é o grupo religioso da confraria Mouride, a Dahira.

4.2.2. Dahira: grupo religioso *mouride* em Porto Alegre

O segundo lugar de encontro dos migrantes senegaleses que destaco em importância é a Dahira. Por Dahira entende-se “*une association regroupant les disciples mouride soit sur la base des allégeances maraboutiques, soit sur la base du lieu où ils se trouvent*” (BAVA, 2003: 12). São encontros religiosos semanais de membros da confraria mouride que geralmente acontecem aos domingos à tarde. Existem em diversos locais em que se encontra a comunidade senegalesa no mundo, demonstrando a importância da religião junto à grande parte dos migrantes senegaleses.

Para entendermos a centralidade da Dahira na vida dos migrantes, é importante discorrer brevemente sobre o que é a confraria Mouride. As confrarias sufis são correntes místicas muçulmanas dedicadas à busca interna por Deus. O nome tem origem na palavra árabe *suf*, vestimenta de lã, usada pelos místicos ascéticos. Os seguidores do caminho (*tariq*) com o tempo se organizaram em irmandades (*tariqas*), marcadas pela relação entre o guia espiritual (*marabouts*) e seus discípulos (*talibées*) (DEMANT, 2015). No Senegal, tiveram papel central na expansão da religião no país, que hoje se declara entre 90% e 95% muçulmano. O contato com a religião muçulmana começou ainda no século XI, na fronteira norte do país com a Mauritânia, em especial destaque a região do Vale do Rio Senegal. Apesar de algumas passagens das chamadas “guerras santas”, a implementação dos Islã se deu de forma pacífica no país. As confrarias tiveram papel central nessa expansão. As primeiras confrarias, chamadas exógenas, chegaram por meio de comerciantes e viajantes, trazidas de outras regiões, com destaque para Qâdiriyya e Tijâniyya, sendo a segunda a mais importante no Senegal pelo número de adeptos

até os dias atuais. Existem também as chamadas endógenas, confrarias criadas em solo senegalês, como é o caso da confraria Mouride, hoje a segunda mais importante do país (SAMBE, 2015).

O sucesso das confrarias na região se deu, segundo Sambe (2015), por certas afinidades entre a cultura tradicional negro-africana e as práticas dos grupos religiosos sufis. Lealdade e solidariedade intracomunitária, uma mensagem pacífica, além do foco na questão mística dos sufistas, levou grande parte da população à islamização de forma gradual, sem grandes guerras ou imposições. Além da afinidade e adaptações das práticas ao contexto local, o autor afirma que a expansão do Islã, que no início era uma religião da elite, também se deu por ocupar um vácuo sociopolítico causado pela administração colonial. A dominação colonial francesa deixou um vácuo de poder devido à supressão de antigas formas de dominação tradicional. Esse vácuo foi preenchido em parte pelas confrarias religiosas que hoje possuem importante papel sociopolítico no país. Seus líderes religiosos, chamados marabouts, desde o século XIX têm importante papel de intermediários entre os adeptos muçulmanos e o Estado (SAMBE, 2015).

Apesar de a confraria Tidjâniyya¹⁰⁴ ser aquela com maior adeptos no Senegal, os mourides são a segunda maior, em torno de 40% (THIAM, 2010). Têm destaque importante por terem sido criadas em ambiente senegalês, mas também por sua especial relevância junto à diáspora senegalesa no mundo. O mouridismo nasceu no fim do século XIX na região central do Senegal e tem como fundador *Cheikh* (guia espiritual) Ahmadou Bamba. Baseado em ensinamentos sufis muçulmanos, Bamba criou a confraria Mouride durante o período colonial. Por ser um líder carismático, sua confraria teve uma rápida conversão de fiéis, o que chamou a atenção das autoridades coloniais. Foi perseguido e exilado por mais de dez anos pela administração francesa, primeiramente no Gabão e depois na Mauritânia. Fundou a cidade santa de Touba, revelada pelo profeta Muhammad a Bamba, hoje centro da confraria mouride e local de peregrinação. Por essa razão também é chamado de Serigne Touba. Sua mensagem é de paz e baseia-se em uma ética do trabalho (BAVA, 2003).

Como vimos no ponto 2.1, a cidade Touba, capital religiosa da confraria, passou a ter importante papel no fenômeno emigratório após a independência do

¹⁰⁴ Segundo BAVA (2003, p.13) “La Tidjaniyya est la confrérie numériquement la plus représentée au Sénégal, elle est fortement implantée au Maghreb et en Afrique Subsaharienne”.

Senegal. O grupo mouride baseia grande parte da sua filosofia na ideia de que “*o trabalho faz parte da religião*” (BAVA, 2003: 13) e tornou-se importante produtor agrícola na bacia do amendoim ao longo do século XX. A produção sofreu diretamente com graves crises de seca durante a década de 1970. A confraria, em busca de soluções, passou a investir em outras dinâmicas, com destaque para o comércio. Se em um primeiro momento sua atividade foi nas cidades senegalesas, com destaque para capital Dakar, na sequência expandiram para cidades em outros países. A emigração internacional passou a fazer parte da dinâmica da confraria. Como demonstramos, se na década de 1960 os membros da confraria mouride representavam 10% dos emigrantes internacionais, na década de 1980 representavam já em torno de 40%. O processo de emigração permitiu a expansão das práticas religiosas, comunitárias e de solidariedade para os países de destino (BAVA, 2003; ROBIN, 2006).

É no contexto de migração que as *dahiras* assumem papel central para comunidade Mouride. Em geral onde há imigrantes senegaleses, há formação de *dahiras*. São locais de prática religiosa e oração, mas também funcionam como pontos de encontro, apoio e solidariedade entre a comunidade migrante. A importância do aspecto religioso para comunidade foi identificada por pesquisadores em diversos países, além de diferentes cidades brasileiras. Como exemplo Bava (2003) em Marseille, além dos trabalhos de Rossa (2019), Gonçalves e Koakoski (2015) sobre a *dahira* em Caxias do Sul/RS, Tedesco e Mello (2015) em Passo Fundo/RS e Heil (2018) em Niterói/RJ.

Destaco o trabalho de Heil (2018) sobre a infraestrutura muçulmana de chegada no estado do Rio de Janeiro, no qual acompanha a institucionalização da *dahira* em Niterói. Afirma que apesar da existência de uma Associação de Residentes Senegaleses no Rio de Janeiro, pela sua maior estabilidade, a Dahira se manifesta como o centro principal na estrutura de acolhimento dos recém-chegados, principalmente baseada na devoção religiosa. Assim como percebemos em Porto Alegre, há uma diferenciação das funções das duas instituições ao mesmo tempo em que há sobreposições. Mas diferentemente do caso de Heil (2018), onde há um destaque da Dahira em relação à Associação Civil pela sua estabilidade, em Porto Alegre percebemos uma relação mais equilibrada entre as duas instituições.

Em concomitância com os trabalhos citados, também em Porto Alegre nota-se a importância dos laços da confraria mouride materializada na instituição *dahira*.

As redes que se formam com base nas práticas religiosas funcionam na manutenção de laços que determinam sua identidade coletiva. As práticas fazem parte de um transnacionalismo religioso característico da comunidade mouride, eficaz na manutenção do sentimento de comunidade dos migrantes em diáspora (SALIS e NAVARRA, 2010; BAVA, 2003; TEDESCO e MELLO, 2015; ARDUINO, 2011; ROSSA, 2019; HEIL, 2018).

Antes mesmo de conhecer os encontros da *dahira*, ao longo do trabalho de campo em Porto Alegre, foi possível percebermos a centralidade da religião entre os migrantes senegaleses. Os migrantes senegaleses com quem conversamos falam com frequência de seu líder religioso, Bamba. Cheikh Ahmadou Bamba Mbacké nasceu em 1853 em Mbacké (Diourbel) e, como vimos, é fundador da confraria Mouride. Sufista muçulmano, possui visão esotérica e mística do Islã. Com amplo trabalho intelectual, escreveu sobre diversos assuntos como *tawhid* (dogma mais importante do Islã, monoteísmo), *fiqh* (jurisprudência islâmica), *tasawwuf* (iniciação para elevação espiritual), gramática, *fatwas* (aviso jurídico de um especialista em lei islâmica), teologia islâmica, recitação do Alcorão etc. Destacase seu trabalho místico pela glorificação de Deus, por meio de orações e louvores dedicados ao profeta Mouhammed, além da produção como poeta muçulmano (ABOU, 2016). Os migrantes que contatamos falam com frequência que Bamba “*escreveu sete toneladas de papel*”, representando com orgulho sua larga produção intelectual religiosa. Destacam sua mensagem central de paz passada aos discípulos e a fundação da cidade de Touba em 1887, capital religiosa da confraria Mouride e hoje a segunda maior do Senegal.

Entender minimamente a história de Bamba e sua trajetória pacífica de luta pela liberdade religiosa no Senegal durante o período colonial é fundamental para compreender parte importante da cultura dos migrantes senegaleses em Porto Alegre. Todos os migrantes contatados eram muçulmanos, e a maior parte deles fazia parte da confraria Mouride. Como vimos, o Islã está presente no Senegal desde muito cedo e hoje predomina em 95% da população. A longa história da presença da religião muçulmana na região moldou a cultura senegalesa, e vice-versa. Ao questionar, por exemplo, a diferença do Senegal para outros países árabes muçulmanos, alegavam que “*o Senegal tem religião muçulmana, mas a cultura é senegalesa*”. Essa foi uma afirmação recorrente dentro da comunidade, de que

apesar de seguirem religião muçulmana a cultura senegalesa teria uma predominância forte.

Na prática, conhecemos dois locais de encontro religiosos principais. Em um primeiro momento acompanhamos os migrantes que frequentavam a mesquita de Porto Alegre. A mesquita, chamada de Centro Islâmico de Porto Alegre, existe há 17 anos, está localizada em uma sala de um prédio comercial no centro da cidade. É frequentada por migrantes e brasileiros muçulmanos. Foi recorrente acompanhar os migrantes senegaleses que durante a semana, após suas respectivas jornadas de trabalho tanto no mercado formal quanto no informal (em geral vendedores ambulantes), por volta das 19 horas, se direcionavam para rezar juntos na mesquita. O local fica a somente duas quadras do prédio da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre, e próximo à moradia de parte da comunidade que tive a oportunidade de visitar.

Depois que conversei com os meninos, foram rezar na mesquita. Me chamaram para ir junto. Fui com eles. Entramos no prédio que eu tinha passado já algumas vezes em frente, do lado da cafeteria Alladin, ponto de encontro da comunidade. Subimos ao décimo andar. Havia um hall e duas portas, que davam acesso a duas salas, uma de frente para outra. Chegando lá já estavam rezando, uma porta de vidro aberta. Os sapatos ficavam do lado de fora. Falaram que não tinha problema, que eu podia ficar na parte reservada às mulheres. A parte reservada para mulheres ficava no final da sala, atrás de umas divisórias de madeira. Perguntei para eles se precisava tirar os sapatos e disseram que não. Entrei na parte (de carpete) e me sentei na cadeira. Comecei a fazer minhas notas no meu caderno de campo. Reparei que nessa parte tinha um colchão e umas malhas em cima de uma prateleira que ficava do lado direito. Atrás de mim estava a janela e uma varanda. Enquanto rezavam esperei na parte reservada, havia muçulmanos senegaleses e brasileiros (DIÁRIO DE CAMPO, 29 set. 2018).

Foi somente após acompanhar os migrantes na mesquita durante a semana que tive a oportunidade de participar de uma Dahira da confraria Mouride. O encontro é feito no domingo à tarde, e para minha surpresa, ocorre na sala em frente àquela do Centro Islâmico de Porto Alegre. É interessante notar que a Mesquita e a sala em que a Dahira é realizada ficam no mesmo andar, frente a frente. A própria composição das salas demonstra de que maneira as práticas religiosas são vividas de forma diferente nos dois espaços. Primeiramente enquanto na mesquita há uma divisória de madeira que separa a área destinada às mulheres, na sala da Dahira, as mulheres ficam no fundo da sala, sem haver divisão para a parte dos homens. Uma

segunda diferença importante é que na sala da mesquita não há qualquer símbolo ou imagem nas paredes. Por outro lado, na sala da confraria mouride há diversos painéis e faixas com escritos e fotos do líder Cheikh Ahmadou Bamba.

A Dahira de Porto Alegre nasceu em fins de 2013, e tem o nome de *Moukhadimatoul khitma* que significa “introdução ao serviço”, no caso “serviço de Deus”. Os encontros acontecem todo domingo à tarde. Frequentar as reuniões foi importante para notar o papel central que a religião possui na comunidade senegalesa de Porto Alegre, pois além da questão religiosa, é um espaço de solidariedade. Há um *Dieuwrigne*, responsável pela Dahira (em wolof), que organiza o cotidiano da comunidade. Além dele, existem os *Marabouts*, líderes religiosos que são responsáveis por passar a palavra de Deus e os poemas de Bamba. Em algumas ocasiões líderes religiosos vêm ao Brasil para rezar ou acompanhar festas e celebrações.

A sala é alugada pela própria comunidade mouride, custa em torno de 1.900,00 reais por mês. O pagamento é feito com a contribuição dos membros. Além disso, o espaço serve como local de ajuda. Conversando com os “meninos” sobre a Dahira explicam que todos podem participar, que o objetivo é ajudar as pessoas, pregar a palavra e orar: “*A gente fica lá, cantando e rezando os escritos de Bamba. Todo domingo a gente vai*” (DIÁRIO DE CAMPO, 17 set. 2018).

A primeira Dahira que acompanhei fui convidada de última hora. Por essa razão não estava com lenço. Os meninos falaram que não tinha problema, afinal eu não sabia que iria ao encontro. Era por volta de 17h30, todos deixaram os sapatos do lado de fora e entraram na sala coberta por tapetes. Como falei, o que mais chamou a atenção foi o fato de a sala ser decorada com banners e faixas com dizeres em árabe e imagens de Serigne Touba nas paredes. Cheguei na sala e estavam todos rezando, me encaminharam para o fundo onde estavam sentadas outras mulheres. Havia uma brasileira e outras poucas migrantes senegalesas. Estavam sentadas no chão, cantando e rezando. Na frente estavam membros rezando e cantando em círculo com microfones.

Na minha primeira experiência acompanhei também uma festa na *dahira*. Os migrantes explicaram que as festas religiosas que são comemoradas no Senegal também são reproduzidas lá. Após as orações, chegou um grupo de migrantes na sala carregando duas grandes panelas com comida. No fundo da sala, atrás de onde as mulheres ficam sentadas, tem uma cozinha. Lá o grupo colocou os alimentos em

grandes tigelas e serviu às pessoas na sala. A base era ervilha, servida com um caldo de carne de vaca e cordeiro, batata e cebola, além de pão francês como acompanhamento. As pessoas foram se juntando em grupos de 4 a 6, colocando as tigelas no chão ao centro e comendo com as mãos, todos juntos. Além disso, foram servidos refrigerantes em pequenas latas que estavam gelados por estarem conservados em grandes bacias com gelo. Foi um momento de grande confraternização. Ao questionar se todo domingo era servido comida, um dos migrantes me explicou que não, somente quando há dias especiais de celebração.

Imagem 5: Encontro Dahiria em Porto Alegre, confraternização



Fonte: Foto do arquivo pessoal.

Depois da refeição continuaram rezando. Foi uma festa muito bonita, cantaram o tempo todo. Cantam alto, tudo em árabe. Alguns sabem cantar e outros não. Ficam todos sentados. Conversam no meio tempo. Entram e saem. Não é muito rígido pelo que pude observar. Por volta das 19h30 param para oração. Então, foram para a outra sala, a Mesquita em frente, para orar. Muitos deles saíram. Alguns não voltaram, outros voltaram. Mas a sala ficou mais vazia, visto que antes estava lotada de migrantes. É um momento demorado de muita confraternização, fazem isso todo

domingo. Momento de troca, de conversa, de brincadeira. Realmente um momento de solidariedade, espiritualidade e união.

Nos outros encontros que tive a oportunidade de acompanhar, as primeiras impressões se concretizaram. Alguns foram feitos na sala em frente à mesquita, outros na praça em frente ao Mercado Público de Porto Alegre, ao ar livre. Os migrantes afirmam ser uma maneira de apresentar sua cultura para a sociedade porto-alegrense. Antes de começar as orações e recitações dos poemas de Bamba, ficam na sala conversando, contando da sua semana, vendendo e trocando produtos. As mulheres não necessariamente usam o véu, mesmo estando dentro da sala. Homens e mulheres, que são minoria, ficam conversando no fundo, brincando e rindo. As crianças ficam junto, há um clima de amizade forte. É comum que os amigos peguem as crianças no colo e levem para passear na sala e brincar com os outros membros. O clima antes e depois ao fim é sempre de festa, enquanto durante as orações há uma concentração e devoção. No final de cada reunião alguns membros passam informações práticas para a comunidade, como por exemplo a necessidade arrecadar fundos para uma causa ou os preparativos para eventos religiosos e culturais que ocorrerão junto à comunidade.

Quando questionei qual a importância da religião no contexto da migração, muitos dos migrantes deram a Dahira como exemplo. Explicam que além de ser um local de encontros religiosos é local de solidariedade e ajuda mútua entre os membros: “*Na Dahira quando um senegalês tem algum problema cada um dá pouquinho, cada um dá pouquinho e a gente ajuda ele*” (DIÁRIO DE CAMPO, 21 set. 2018). É um local de prática da religião muçulmana e do Alcorão, mas também de ajuda. Tanto a Associação Civil quanto a Dahira, identificada como associação religiosa, ajudam a comunidade, apesar de não serem a mesma coisa. Explicam a separação porque existem senegaleses que não são muçulmanos, mas sim católicos, ou não fazem parte da comunidade mouride, mas sim de outro grupo religioso islâmico.

Apesar de haver senegaleses que não são muçulmanos ou pertencem a outros grupos religiosos, todos são bem-vindos nas Dahiras. Explicaram-me que qualquer pessoa pode vir, mesmo eu, mulher brasileira não muçulmana, seria bem-vinda. E foi exatamente assim. Todos me receberam de forma acolhedora em todas as visitas à Dahira, tanto homens quanto mulheres. Sentavam-se perto de mim para saber quem eu era e me explicavam o que estava acontecendo, escutei em diversos

momentos se autoproclamarem “abertos”. Além de ser bem recebida, tive contato com migrantes de outras confrarias e grupos religiosos que também frequentavam a Dahira. Um dos migrantes que acompanhei de perto pertencia à comunidade Tidjâniyya¹⁰⁵, que como vimos é a que possui o maior número de adeptos no Senegal. Explicou que é a mesma coisa, a mesma “igreja”, “*tudo é Allah*”. Mesmo pertencendo ao grupo de outro líder religioso, frequenta a Dahira em Porto Alegre, sem qualquer diferenciação.

Apesar de citarem a existência de senegaleses católicos ou que seguem outro líder religioso, a grande maioria faz parte da confraria mouride. A centralidade do líder Bamba é exaltada pela comunidade dentro e fora da Dahira. Segundo um dos interlocutores a Dahira é o local onde são passados os ensinamentos de Bamba. Explica que antes dele, a religião muçulmana na África estava muito fraca devido à repressão dos coloniais, que mataram muito dos chefes religiosos. Foi responsável por uma importante luta, pacífica, pela liberdade religiosa no Senegal. Por essa razão foi exilado durante anos. Por coincidência, o barco que o levou para o exílio se chamava Pernambuco. Os coloniais franceses tentaram matá-lo em diversas situações, mas nunca conseguiram, acreditam que “não era a vontade de Deus”. Bamba foi responsável por uma larga produção intelectual muçulmana, lutando pela sua liberdade e escrevendo as famosas “*sete toneladas de papel*”. É tido como o grande diferencial da comunidade mouride em relação a outras confrarias e práticas dentro da religião muçulmana em geral, exemplo de um migrante: “*Marrocos tem adoração, mas Marrocos não tem Bamba*” (DIÁRIO DE CAMPO, 05 maio 2019).

Foi recorrente nas conversas e convívio com os migrantes que me mostrassem vídeos com mensagens de Bamba no celular. Aproveitavam para me explicar quem era seu líder religioso. A questão da luta pacífica contra as autoridades coloniais e seu exílio eram trazidos para todas as conversas. Quando perguntei se Bamba era o chefe do mouridismo me falaram “*É o DONO do mouridismo. Ele que criou o mouridismo, que é dentro da religião muçulmana*” (DIÁRIO DE CAMPO, 17 jan. 2019).

¹⁰⁵ Para mais informações sobre a confraria sufi Tidjâniyya ver trabalho de: TRIAUD, Jean-Louis. La Tidjaniya, une confrérie musulmane transnationale. *Politique étrangère*, v. hiver, n. 4, 2010, p. 831-842.

Um dos relatos mais detalhados que tive foi de um estudioso dos escritos de Bamba. Na narrativa explicou que os coloniais franceses perseguiram Bamba pela sua influência junto à comunidade senegalesa. Segundo ele, a religião muçulmana estava quase toda destruída pelos franceses, mas Bamba foi responsável por retomar as práticas. Seu objetivo era ensinar as *“coisas verdadeiras da religião”*. Os franceses tinham medo de que se os senegaleses praticassem a religião muçulmana deixariam de seguir as ordens do governo colonial, perderiam influência. O governo francês possuía governantes locais, pagava representantes locais. Mas para comandar eles precisavam de poder, e esse poder era concentrado na religião e no líder Bamba. Os coloniais são considerados “egoístas”, pois achavam que as pessoas tinham que escutá-los, o que não faziam por seguirem o líder religioso. Os coloniais ficaram “bravos” pela sua falta de influência e armaram uma emboscada para Bamba. Fizeram uma falsa acusação de que Bamba estava recebendo armas. O líder entrou em um barco em que havia camas de ferro e as autoridades coloniais afirmaram que era um carregamento de armas. A denúncia foi feita para as autoridades francesas, que segundo o relato que me era feito, não averiguaram a veracidade dos fatos. Assim a *“confusão começou”* e o governo francês colocou Bamba para *“fazer uma expedição”*. As autoridades convocaram Bamba para se apresentar. Em um primeiro momento ele mandou seu irmão, que por engano foi preso no seu lugar. Mandaram o irmão de volta e prenderam o grupo todo, inclusive Bamba, que foi exilado. Tentaram diversas vezes matá-lo, mas não conseguiram porque *“ele era uma pessoa muito sã”*. Além disso, Bamba nunca reagiu *“ele não reagiu nem nada, era uma pessoa bem sagrada na nossa comunidade”*. Uma das tentativas de assassinato pelo governo francês narrada por diversos migrantes foi a tentativa de colocá-lo em um buraco com fogo. *“Os franceses tentaram colocar ele em um buraco com fogo, botaram fogo no buraco e colocou um negócio em cima. Ai mandaram ele vir, quando ele veio caiu no buraco. Mandaram dizer que ele tinha morrido, mas depois ele voltou. Tentaram matar.”* (DIÁRIO DE CAMPO, 03 out. 2018).

A mensagem do mouridismo é passada como a “reabilitação ao caminho do pacto da fidelidade”, na qual Bamba buscou colocar a religião muçulmana como central na vida daqueles que não a viviam mais dessa forma. É o que os membros da comunidade chamam de “Reabilitação do caminho do pacto de fidelidade”.

Os migrantes falaram de outras figuras centrais para a comunidade mouride em complemento à palavra e história de Bamba. O primeiro é Cher Ibraim Fall, considerado braço direito do líder religioso. Ele viveu sua vida em função de Bamba, tinham uma diferença de apenas três anos. Nasceu em 1855 e morreu em 1930. Explicam que seu papel foi anunciar a palavra de Bamba e o mouridismo. Enquanto Bamba ficava em Mbacké, produzindo e estudando o Alcorão, Cher Ibra saía para apresentar sua palavra. *“No antiga ninguém sabe do Bamba, era desconhecido. Quando ele (Cher Ibra) chegou, mostrou tudo do Bamba. Bamba ficava no lugar dele, não saía, ficavam em Mbacké”* (DIÁRIO DE CAMPO, 05 maio 2019). Além do braço direito do líder religioso, outros migrantes falam com frequência de seus filhos e netos. O último filho de Bamba faleceu em 2007. Ao me mostrar imagens do filho de Bamba um dos interlocutores comentou: *“todos senegaleses que tu mostra ele vão ficar rindo. Conhecem ele. E vão ficar feliz com essa imagem”* (DIÁRIO DE CAMPO, 25 set. 2018). Seus netos continuam tendo papel central junto à comunidade.

É comum falarem também sobre a cidade santa de Touba e sua formação. Mostram vídeos da mesquita da cidade. Explicam que Touba é uma cidade aberta para todas as pessoas que precisam. A mesquita está sempre aberta para todos, com comida e bebida gratuita. Recebe homens e mulheres em locais separados, tem refeições disponíveis para todos. É interessante notar como a comida é central para a comunidade, seja na cidade sagrada de Touba, na doação de alimentos no Ramadam ou nas festas religiosas como o Magal de Touba que vamos descrever mais à frente. Além de exaltarem Touba como uma cidade santa e local de peregrinação, foi comum entre os migrantes a explicação de que o morador de Touba deve respeitar regras religiosas que não necessariamente existam em outras cidades do Senegal. Por ser uma cidade santa é ali proibido vender e consumir bebidas alcoólicas e drogas, jogos de azar, prática de roubo, além de “uso de roupas indecentes e impróprias às prescrições do Islã” e “comícios políticos ou qualquer outro tipo de reunião a caráter político” (DIÁRIO DE CAMPO, 13 out. 2019).

Tive a oportunidade de conversar com um migrante que tem papel importante dentro da Dahirah, sendo um dos responsáveis por transmitir a palavra de Bamba para a comunidade durante o encontro. Pedi para que resumisse a mensagem de Bamba que costuma passar para seus irmãos. A mensagem central é o respeito, pela religião muçulmana, pela educação senegalesa, mas também de todas as

pessoas: *“Primeiro tem que respeitar nossa educação senegalesa. Tem que respeitar nossa religião muçulmana. Tem muito respeito para os outros. Respeito para todo mundo. Não tem branco, nem preto, nem azul. Todo mundo tem que respeitar.”* A solidariedade é fundamental na ajuda ao próximo. Se alguém precisa de apoio é fundamental ajudar, independentemente de ser senegalês, muçulmano ou brasileiro: *“Ajuda também. Quando alguém precisar de 20 reais tem que dar pra ele. Isso também pra todo mundo. Isso para todo mundo, até brasileiro”*. Se você perceber que algum amigo está tendo uma atitude errada deve interferir e mostrar para ele o certo. É fundamental ter “coração bom”, ou seja, desejar para o próximo as coisas boas que deseja para si mesmo: *“Tem que ter um coração bom. No meu interior eu sonho em ter uma casa, muito dinheiro, muita saúde muita paz. Tudo que eu quero eu desejo para o outro também. Para todo mundo”*. Não devem fazer as coisas que sua religião não permite, como fumar e beber. Em caso de alguma agressão ou situação de racismo, não é aconselhado revidar, pois só pioraria as coisas, mas sim procurar as autoridades. *“Se alguém fala ô negão [sic] sai daqui. Eu não vou responder para ele. Ele não tem educação. Não responder. Quando tem problema se responde vai ficar pior. Tem que ir na polícia, delegacia. Não vale a pena então, não responde”*. Precisa respeitar as regras em relação ao casamento com mulheres, não pode haver relação antes do matrimônio. Por fim explicou que ele fala as regras e dá o exemplo, mas a decisão no final é de cada um. O exemplo de qualquer maneira é fundamental, como o próprio Bamba que “fez tudo certinho”: *“Você é o exemplo”* (DIÁRIO DE CAMPO, 05 maio 2019).

Além dos encontros na Dahiria e dos conselhos passados pelos migrantes, duas práticas se destacaram junto à comunidade. A primeira é a necessidade de rezar cinco vezes ao dia as orações diárias chamadas *Salah* que devem ser feitas em árabe. Muitos dos que trabalham fora não conseguem fazer as rezas durante o horário de expediente. As rezas podem ser em casa ou na mesquita, mas de preferência na mesquita, como explicou um dos imigrantes *“mosque é muito bom. Mosqué prier tous ensemble”* (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018). Foi comum acompanhar os migrantes quando passavam para fazer a súplica diária na mesquita, mas também em situações em que nos encontrávamos em casa e paravam a conversa para rezar em pequenos tapetes posicionados nos apartamentos. Em geral, os migrantes a quem tive contato recebem um sinal sonoro pelo celular, avisando que está na hora de rezar. Um dos aplicativos que pode ser baixado gratuitamente

em *smartphones* se chama “súplicas diárias”. O aplicativo avisa as horas que devem ser feitas as orações e também possui uma bússola chamada *Qibla* para que os devotos possam se direcionar para Meca. A primeira é chamada *Fajr* ao alvorecer, *Zhur* ao meio dia depois do sol atingir seu ponto máximo, *Asr* entre o meio dia e o pôr do sol, *Magrebe* após o pôr do sol, *Ichá* de noite, antes da meia noite, em geral por volta de 19h30.

Além das orações obrigatórias existem os chamados “99 nomes de Deus”. Para ajudar os muçulmanos possuem um rosário de orações (*misbaha* ou *tasbih*), um cordão com 33 ou 99 contas. Ele pode ser utilizado para meditar sobre as palavras de Allah, versos do Alcorão e outras orações. Muitas vezes é utilizado para orar a Deus, repetindo seus 99 belos nomes. Também no aplicativo há a oração dos 99 nomes, que começa com Allah, O Misericordioso, O Clemente, O Soberano, O Sagrado, A Fonte de Paz, O guardião da fé, e por aí em diante. Muitos dos migrantes com quem tivemos contato andavam com os rosários no pescoço durante o dia. Fora as orações diárias obrigatórias e os 99 belos nomes de Deus, os muçulmanos possuem oração para todo tipo de ação diária. Quando chegam em casa por exemplo: “*Em nome de Allah, nós entramos e em nome de Allah, nós saímos, e em nosso Senhor nos apoiamos / Bismi l-lâhi walajnâ, wa bismi l-lâhi kharajnâ, wa ‘alâ rabbînâ tawakkalnâ*” (transliteração fornecida no aplicativo Súplicas diárias). Há súplicas também ao sair de casa, em caso de viagem, antes de dormir, ao entrar e sair do banheiro, ou em caso de doença: “*Eu imploro a Allah, o Poderosíssimo, Senhor do Trono poderoso que te cure / As’alu l-lâha-l-‘azîma, rabba-l-‘arshi-l-‘azîmi, na yashfiyaka*”. Há também súplicas ligadas ao humor, como em caso de raiva: “*Eu me amparo em Allah contra o maldito Satanás / A’ûdhu bi-l-lâhi mina sh-shaytâni r-rajîm*”, de tristeza, de alegria ou dúvida. Como me explicou um dos migrantes “*muçulmano tem oração para tudo*” (DIÁRIO DE CAMPO, 02 out. 2018).

Outra prática entre os migrantes senegaleses muçulmanos é o *Ramadan*. É um dos cinco pilares da religião muçulmana, um mês dedicado à purificação pelo jejum. Nesse período os fiéis não podem comer, beber (nem água) e ter relações sexuais entre o nascer do sol e o pôr do sol. Após o fim do dia, podem fazer refeições, em geral comunitárias. É um momento de fé, reflexão e devoção. No caso dos senegaleses, explicaram que durante o Ramadan têm o costume de doar comida para as pessoas. É aconselhável fazer “qualquer coisa”, seja jejuar e/ou doar

comida, mas alguns grupos, como os Baye Fall (assistente de Bamba) no Senegal, não jejuam e doam comida.

É interessante ressaltar também que a comunidade muçulmana senegalesa está construindo uma mesquita própria. Ao longo do trabalho de campo mostraram-me fotos do terreno que compraram, na Zona Norte da cidade de Porto Alegre. O terreno era uma casa de eventos, que estava em processo de demolição quando me mostraram as imagens. A comunidade juntou o dinheiro para compra do terreno que foi parcelado em quatro vezes. É um terreno grande. Lá será construída uma “mesquita senegalesa”, além de uma escola religiosa e uma biblioteca. Uma das fotos que me mostraram havia a imagem do dinheiro ajuntado para a compra, em notas de moeda brasileira. Fiquei assustada com tamanho volume e explicaram que era “*coisa de senegalês*”.

Além das práticas religiosas e comunitárias, algumas ideias defendidas por eles me chamaram atenção. A primeira, foi a busca de explicação religiosa para o fato de terem tido como destino migratório o Brasil. O fato de o barco que levou o líder Serigne Touba para o exílio se chamar “Pernambuco” fez com que alguns migrantes expressassem uma certa curiosidade com a coincidência. Alguns inclusive afirmavam que Bamba poderia mesmo ter vindo até o Brasil. Essa ideia foi descartada por um dos interlocutores, mas o barco que o levou exilado para o Gabão era de Pernambuco/BR, usado para o comércio de açúcar. Um segundo ponto, mas não menos importante é a relação de solidariedade entre os migrantes pela religião. Em várias situações escutei dos migrantes que “*Todos os muçulmanos são irmãos*”. Por essa razão precisam se cumprimentar e falar, mesmo sem se conhecer. Uma terceira ideia que foi recorrente no discurso dos migrantes é uma diferença entre religião e política. Afirmam que no Senegal há uma diferenciação clara entre religião e política. Mesmo os filhos e netos de Bamba, líderes importantes para a comunidade, não são considerados políticos, como na passagem a seguir: “*Político não é religião. Político fica sempre mentindo e eles não faz isso. Só as coisas de Deus mesmo*” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018).

Por último, mas não menos importante, a defesa de uma ética do trabalho já identificada por outros pesquisadores junto à comunidade mouride senegalesa. Bava (2003) fala da existência de um *ethos* mouride do trabalho, defendido por Bamba que afirmava que o “trabalho faz parte da religião”. É ensinado aos adeptos o trabalho como dever social, exaltando o esforço individual e coletivo. Um bom

mouride deve ser trabalhador. A ética que foi constituída nos campos de amendoim da comunidade mouride durante a época colonial, é readaptada ao contexto migratório. Há uma ideia passada por Cheikh Bamba de uma santificação e salvação pelo trabalho, nos termos weberianos. E apesar dos migrantes não trabalharem com agricultura, a lógica é transferida para os trabalhos no comércio e para os salários. Segundo o autor, o *ethos* mouride se transformou em um espírito empreendedor, uma ética da *reussite*. O trabalho, muitas vezes associado ao dinheiro, virou um valor central dos migrantes mourides. Em termos weberianos, poderíamos dizer que há uma afinidade eletiva entre religião e o sucesso pessoal e econômico.

Essa ética do trabalho é recorrente no discurso dos migrantes que contatamos em Porto Alegre. As mensagens de Bamba que são passadas por meio de áudios e vídeos falam sobre a questão em muitos casos. Em uma das ocasiões ao me mostrar um vídeo em que um líder religioso falava em Wolof, explicou que a mensagem era algo positivo. “*Trabalha, trabalha, que todas as coisas vai vir com você. Com o tempo tudo vai ficar certo*” (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018). Para explicar a mensagem me colocou como exemplo. No caso eu estava fazendo a pesquisa e entrevistando senegaleses, a mensagem fala que tudo vai ficar bem. Que mesmo se eu tenha a resposta negativa de alguns migrantes, tudo vai dar certo no final, preciso insistir para que as coisas deem certo, acreditar e não desistir. Se estiver trabalhando tudo vai ficar melhor.

Trabalha, trabalha, que todas as coisas vai vir com você. Com o tempo tudo vai ficar certo. Vou te falar uma coisa, te dar um exemplo: tu ta fazendo esse pesquisa, tu ta fazendo entrevista nós né? Ele fala que quando tu ta trabalhando tudo vai ficar melhor. Tu vai ficar presidente desse país (risos). :Exemplo tu ta fazendo essa entrevista, e todo senegalês te deixam mal. Tu vai pensar “a sei lá eu não posso fazer entrevista”, e tu vem e me fala isso. Eu vou te falar assim oh: tudo bem, tu que quer, então fica falando com eles, tudo vai dar certo. É uma mensagem positiva (DIÁRIO DE CAMPO, 27 set. 2018).

4.2.3. Magal de Touba em Porto Alegre: relatos sobre a festa de 2019

Acompanhei o Grand Magal de Touba de Porto Alegre em 2019. É a celebração que marca a data em que Cheikh Ahmadou Bamba partiu para o exílio (BAVA e GUEYE, 2001). Caracteriza-se pela maior peregrinação da comunidade mouride em direção à cidade santa de Touba, além de ser celebrada em todos os

lugares do mundo onde há adeptos ao mouridismo. A festa religiosa é considerada a mais importante do país. Além de marcar a partida de Serigne Touba ao exílio, é uma festa de agradecimento ao profeta Maomé pela transmissão do seu conhecimento, segundo os migrantes senegaleses de Porto Alegre.

Apesar de conviver com a comunidade há bastante tempo, 2019 foi a primeira vez que participei do evento. Sempre soube da importância da data para a comunidade, mas como minha proposta de pesquisa inicialmente não era uma abordagem pela religião, deixei essa experiência para o final. Meu objetivo era entender as dinâmicas dentro da comunidade e percebi que esses relatos eram essenciais para a compreensão da cultura senegalesa. Minha participação foi total, no sentido de que trabalhei como voluntária na organização e realização do evento. Participar e ficar próxima daqueles que trabalharam na realização foi uma experiência de imersão na cultura senegalesa. O que pude perceber é que além da parte religiosa, da cerimônia e das orações, o trabalho em si junto às dinâmicas comunitárias significam o verdadeiro sentido da festa.

No Senegal o Magal acontece na cidade santa de Touba. Explicaram que é uma festa de agradecimento e de muita alegria. Lá funciona basicamente da seguinte forma: todos os habitantes da cidade abrem suas portas para convidados. Montam tendas, preparam refeições, acolhem e proporcionam bons momentos de festa. Um dos migrantes disse que devem ceder o próprio quarto para as visitas. Basicamente os habitantes de Touba trabalham o tempo todo durante a festa para que seus convidados estejam sempre bem servidos e se sintam bem. Oferecem comida com fartura, perguntam se precisam de bebida e fazem de tudo para agradar aqueles que recebem em suas casas. A festa deve ser regada de muita comida e bebida não alcoólica. Como me disse um dos senegaleses, um Magal só é bom quando sobra muita comida, sinal de que os convidados saíram satisfeitos. Percebi a importância dos convidados e de trabalhar no evento mesmo antes do dia 17 de outubro, dia da celebração em Porto Alegre. A comunidade senegalesa fez um vídeo de divulgação em português como convite para brasileiros. O texto foi o seguinte:

A comunidade senegalesa de Porto Alegre tem a honra de convidá-los para participar da celebração de Grand Magal de Touba, que vai acontecer no dia 17 de outubro. A concentração será no Mercado Público às 8h, com caminhada até o Gigantinho, onde a festa segue até às 22h. Venha conhecer a cultura senegalesa e saborear a culinária típica do Senegal! É uma festa totalmente gratuita!" TODOS: "venha celebrar conosco"!

Um dos migrantes explicou que às vezes é difícil fazer o Magal acontecer em lugares que não conhecem a cultura senegalesa porque faz parte dela receber convidados. Essa foi uma das grandes preocupações do evento, divulgar entre os brasileiros para que pudessem comparecer e conhecer a cultura e culinária senegalesa. Os migrantes imprimiram convites explicando a programação e o evento, que era aberto ao público e que as bebidas e alimentação seriam oferecidas gratuitamente. Para participar do evento cada migrante senegalês contribuiu com uma taxa, 300,00 reais para homens e 150,00 reais para mulheres. As taxas são voluntárias e não obrigatórias. No total juntaram 32 mil reais. Desses, 7 mil reais foram gastos para comprar três bois (vivos e abatidos por eles) e mais 7 mil reais no supermercado comprando alimentos, principalmente frango (mais de 500 unidades), bebidas, produtos de limpeza, panelas, material para cozinha, para lavar a louça etc. Além disso, frutas, legumes e ovos foram comprados na CEASA de Porto Alegre.

Participei primeiramente da última dahira antes do Magal, no domingo, às 17 horas. Como já mencionei todos os domingos a comunidade se encontra para dahira na sala em frente à mesquita no Centro da cidade. No mês anterior ao evento os encontros foram feitos ao ar livre, na praça em frente ao mercado público. A reunião começou na sala, passou para a rua, e por conta da chuva voltou à sala fechada. O pessoal que estava organizando o Magal ficou em uma roda sentado definindo a quantidade de comida, o que seria feito etc. Eles conversavam em Wolof e anotavam em um caderno pautado os ingredientes e quantidades. Percebi depois, ao longo do evento, que nas reuniões anteriores eles haviam separado grupos para cada tarefa, como comissões por responsabilidades diferentes. Após o evento teve uma reunião para falar sobre a festa, o que deu certo e o que eles poderiam melhorar para o próximo ano. O grupo com quem mais convivi ao longo do evento foi aquele da organização da comida. Alguns já eram meus conhecidos e outros não.

A *dahira* aconteceu com a presença de um líder religioso que veio do Senegal. Ficou hospedado em um quarto na sala de encontro religioso, que como explicado fica em frente à mesquita de Porto Alegre. Era tratado com muito respeito e reverência pelos presentes. É interessante notar que muitos dos migrantes que conheci ao longo da pesquisa não estavam em Porto Alegre. Um dos meus principais informantes mandou mensagem pelo aplicativo de mensagens mandando

fotos do Senegal. Explicou que foi passar a festa com a família na terra natal e que no momento estavam organizando a casa para receber seus convidados. Comentaram que muitos foram para Touba no Senegal para acompanhar a festa. Inclusive o chefe da *dahira* (*diawrine*) e outros membros estavam passando algumas semanas lá. Enquanto estão no país de origem, outros migrantes ocupam suas posições de liderança na organização.

Na sequência apresento um resumo sobre a festa, além de minhas impressões. Minha participação no evento começou no dia anterior. Acompanhei os imigrantes pela manhã ao supermercado para fazer as compras. Havia em torno de 20 senegaleses que se encontraram no local, todos trabalhando em equipe para comprar os alimentos e o material necessário. A compra custou mais de 7 mil reais, destaco as mais de 500 coxas e sobrecoxas de frango compradas congeladas. Os produtos foram transportados por uma Kombi, alugada para o local do evento. Após as compras do supermercado, o grupo se direcionou para o CEASA de Porto Alegre. Lá foram compradas caixas e mais caixas de frutas, detalhados na descrição do anexo. Todos os preços foram negociados caso a caso, e quem tinha a palavra final era o líder (*diawrine*), que carregava o dinheiro. Vale destacar que todo o dinheiro estava em espécie, ou seja, em uma pequena bolsa atravessada no peito do chefe.

De lá fomos para o local onde organizaram a cozinha do evento. Enquanto a festa foi montada no Ginásio Gigantinho, dentro do complexo do Beira-Rio, estádio do Sport Club Internacional, a cozinha ficava alguns metros à frente, no clube Saldanha, escola de samba porto-alegrense. Foi nesse espaço que estocaram a comida, cozinharam e confraternizaram ao longo dos dois dias. Foi lá também que o transporte entregou os alimentos e os migrantes trabalharam sem descanso para cozinhar e fornecer a comida para festa. Era impressionante o volume de alimentos. Os três bois inteiros foram abatidos com corte *halal*, cortados em pedaços e estavam sendo entregues no momento em que cheguei no clube. Eram sacos e mais sacos transparentes com os pedaços de carne. Aos poucos fui percebendo que a festa do Magal é a festa da fartura. Um bom Magal é aquele que, segundo os senegaleses, “sobra muita comida”. Como falou um dos migrantes, se não sobrar comida “não foi um bom Magal”. Além disso, a carne e o frango são caros no país de origem e por isso reafirmavam a importância de terem comprado 3 vacas inteiras e 500 galinhas, orgulhosos da conquista da comunidade.

Os alimentos chegaram durante a tarde ao clube da Banda Saldanha. Após serem descarregados, começaram a manipulá-los. O trabalho de equipe que já havia notado ao longo das compras, transporte e descarregamento, se intensificou e durou até o final do dia seguinte, dia da festa. Havia cerca de 40 migrantes, homens e mulheres trabalhando incansavelmente em diferentes atividades no salão. Um grupo começou a fazer uma faxina pois o local estava sujo enquanto outro grupo montava a cozinha com panelas e fogareiros ligados a botijões de gás. Depois de limpo o local, uma parte dos migrantes começou a partir a carne em pedaços menores. Um outro grupo, de homens e mulheres, começou a cortar os legumes, principalmente a cebola, muito usada na culinária senegalesa. Uma panela era colocada no chão e em volta grupos de 4 ou 5 migrantes sentavam-se em cadeiras plásticas e descascavam os legumes. Tudo, absolutamente tudo, era feito em conjunto. Nos pequenos grupos os migrantes conversavam entre eles, contavam histórias e riam. A prática da cozinha é permeada de muita conversa e confraternização. À volta das mulheres estavam as crianças.

Todas as etapas da produção da cozinha foram feitas em grupo, formado por homens e mulheres. A equipe principal de cozinheiros era formada por mais ou menos dez homens e duas mulheres. O grupo foi incansável e cozinhou durante toda a madrugada até a noite do dia seguinte. Estima-se que tenham cozinhado refeição para 700 pessoas. Além da equipe da cozinha e daqueles que descascavam e cortavam alimentos, havia migrantes limpando o local, fazendo café, lavando louça, lavando banheiro, entre muitas outras atividades. Alguns eram responsáveis por atender os próprios migrantes que estavam trabalhando, oferecendo bebida, principalmente café, e comida para todos.

É interessante notar que no dia anterior e no dia propriamente da festa o clima era de alegria. Em diversos momentos ao longo dos dois dias grupos pegaram instrumentos típicos e começaram a cantar e dançar juntos. Havia tambores (instrumentos de percussão) de dois tipos principais: os *djambé*, tambores tradicionais do oeste africano e os *khine*, que estavam decorados com fitas listradas de verde, vermelho e amarelo (cores da bandeira do Senegal). Tocavam e cantavam o nome de Deus “Allah” em tom de alegria enquanto dançavam e brincavam em um círculo em volta dos músicos. As crianças participavam no colo. Homens e mulheres dançavam juntos. Vale ressaltar que os *khines* possuem função específica na cultura da confraria mouride, sendo chamados de instrumentos espirituais de

música. A percepção da importância deles veio pela alegria dos momentos em que eram tocados, nos quais praticamente todos migrantes paravam suas tarefas para se unir ao grupo e cantar e dançar em torno dos músicos. Era em função dos instrumentos e da música, que só foram tocados no clube Saldanha com o pessoal que trabalhava na organização e na cozinha, que se percebeu o momento de estopim de alegria.

O dia da festa começou cedo. Para o evento, estava marcado (marcada) a concentração às 8 horas da manhã em frente ao Mercado Público de Porto Alegre para distribuir alimentos e sair em caminhada até o Gigantinho. O mercado fica no centro da cidade e é local de encontro dos migrantes por várias razões. De lá caminhariam até o estádio Gigantinho no Beira-Rio, uma trajetória de 6,3 quilômetros. Porém, em razão da forte chuva, a distribuição e caminhada foram canceladas e a festa transferida diretamente para o local final, um ginásio coberto. O Gigantinho é um ginásio poliesportivo construído em 1973 com capacidade para 5080 pessoas. Fica dentro do complexo esportivo do Sport Club Internacional. O espaço foi emprestado pela administração do Internacional mediante uma carta de pedido feita pela Associação dos Senegaleses de Porto Alegre.

A festa oficial, a celebração do Magal de Touba, aconteceu no Gigantinho. Lá ocorreram as orações desde o período da manhã até a noite. Na quadra poliesportiva foi montada estrutura de tapetes em uma metade, com um palco central no qual estavam microfones posicionados em formato circular. Atrás do palco um telão, caixas de som e uma mesa de som com um técnico responsável. Em torno grades móveis delimitavam a parte destinada à oração, na qual para entrar os migrantes precisavam tirar os sapatos. Somente homens estavam dentro do espaço delimitado, líderes religiosos e seguidores. Um líder religioso veio do Senegal especialmente para celebração. Ao longo do dia foram lidos ensinamentos do profeta Mohammed e do líder religioso chefe da confraria Mouride, Bamba. O presidente da ADSPOA explicou: *“Ali estão todos sentados no chão, rico, pobre, todo mundo igual, é uma lição de humildade”*. Além dos que estavam sentados nos tapetes, outros ficavam na arquibancada. Seguiram as horas das rezas, 6 vezes por dia. Havia cantos de dois tipos, as Khassidas, que são as leituras dos escritos de Cheikh Bamba, mas também as orações do Alcorão, escritos por Mohammed, as palavras de Deus.

Como mencionamos, além das orações, outra parte central do Magal de Touba envolve as refeições e a comida em abundância. Dessa forma, as sessões de oração foram interrompidas durante as refeições principais, almoço e jantar. A oferta de comida já começou pela manhã quando foi servido pão com carne e/ou fígado acompanhado de café. O café tinha um grupo responsável especificamente por ele o tempo todo. Eles fizeram até uma roupa com a inscrição “Café de Touba” nas costas. O café usado era café moído brasileiro, mas com algumas especiarias. Eles me apresentaram o cravo da índia, que dá um gostinho diferente. É servido bem quente e doce. O café da manhã foi distribuído tanto no Saldanha para o pessoal que estava trabalhando quanto no ginásio para aqueles que participavam da reza.

O primeiro grande intervalo nas orações foi na hora do almoço. Enquanto ainda aconteciam as orações, a equipe da organização começou a arrumar na outra metade da quadra os preparativos das refeições. Montaram do lado direito mesas e cadeiras de plástico na qual (nas quais) seriam servidos os convidados. Montaram também uma mesa comprida com as frutas. Do outro lado esticaram compridos rolos de papel pardo no chão em fileiras paralelas onde seria servida a comida para comunidade. Enquanto organizavam o salão, outro grupo foi responsável por transportar a comida que já estava pronta da cozinha do clube Saldanha até o estádio. O transporte foi feito dentro de grandes blocos de isopor e panelas grandes, de carro. Uma vez no estádio, outros começaram a montar as porções em *Boles*, tigelas de alumínio grandes, servidas para serem divididas pelos grupos. Nos *boles* foram servidas porções iguais e todos foram posicionados lado a lado. No almoço foi servido o prato típico *Thiebou Yape/Yapp* que consiste em uma base de arroz com carne e legumes.

Os *boles* servidos foram colocados primeiramente na mesa dos convidados, com colheres para comer. Depois começaram a servir a própria comunidade. Foram posicionados lado a lado nas esteiras de papel pardo no chão, com distância de mais ou menos um metro. Os meninos que saíam da zona de orações iam se posicionando em grupos de quatro a cinco pessoas em volta de cada *bole* e comendo juntos. Ficam agachados com uma perna na frente e a outra atrás, em sua maioria comendo com as mãos. Membros da organização distribuíram bebidas geladas individualmente. Os grupos conversavam entre eles, foi um momento de descontração e felicidade.

Na sequência continuaram as orações e na hora do lanche foram servidos *thiakry*, cuscuz de milho com iogurte e leite condensado, sobremesa tradicional senegalesa.

O jantar aconteceu no final do evento. Foram servidos em porções individuais, em recipientes de “quentinhas” de isopor, o chamado Sosou Guinaar, ou seja, coxas e sobrecoxas de frango acompanhadas com batata frita, molho de cebola refogado, alface, maionese e pão. Novamente serviram primeiro as mesas para os convidados, para na sequência distribuir a comida para a comunidade. O sentimento geral era de dever cumprido, visto que a realização da festa foi um sucesso. As pessoas que trabalharam na organização estavam exaustas, levando em conta que vários membros da equipe vararam a noite preparando as refeições. Mas o sentimento geral era de alívio e alegria, por terem conseguido realizar uma linda festa. Como disse uma das integrantes da organização: “*O Magal é o dia mais feliz do ano*”. A estimativa é que mais de 500 pessoas apareceram na festa no total.

Participar da festa me fez perceber mais uma vez a centralidade da religião na vida dos imigrantes senegaleses. Algumas observações que me chamaram atenção serão apresentadas. Primeiramente, gostaria de destacar que o Magal é para muitos o dia mais importante do ano, aquele de maior alegria, no qual predomina uma mistura de dedicação ao trabalho e gratidão ao líder religioso Bamba e ao profeta Mohammed. Como disse um dos organizadores, “*Onde tem dois senegaleses vai ter um Magal*” (DIÁRIO DE CAMPO, 18 out. 2019). De fato, a festa aconteceu em diversas cidades do Rio Grande do Sul e outros estados brasileiros. A comunidade compartilhava os vídeos e fotos por aplicativos e mensagem no celular, entre imigrantes senegaleses no Brasil, mas também com os parentes e amigos no Senegal. Um dos momentos mais marcantes foi ao sairmos do supermercado no dia anterior à festa. Os imigrantes enfileiraram os mais de 10 carrinhos de compras lotados de comidas e produtos e me pediram para gravar a fila que se direcionava ao estacionamento. Passavam pela câmera, rindo e cantando, orgulhosos da quantidade e fartura adquiridas. Esse vídeo circulou nos grupos e na internet. Foi postado inclusive na página da Associação dos Senegaleses de Porto Alegre no Facebook. A festa de agradecimento é comemorada com fartura, como escutei: “*comemora fazendo bastante comida*”.

Mas apesar de ser uma festa da comunidade mouride, destaco a importância que deram aos convidados brasileiros. Como assinalei, na cidade santa de Touba, durante os dias de festa há uma enorme recepção de convidados que vem dos mais

diversos lugares. Todos são bem-vindos, muçulmanos ou não, mourides ou não, incluindo estrangeiros. No Brasil é mais difícil, pois a comunidade brasileira comparece pouco aos eventos. Fizeram vídeos e panfletos com a divulgação do evento, ressaltando que a entrada e refeições eram gratuitas. No dia da festa havia brasileiros presentes. Alguns conheciam senegaleses, outros viram o convite na internet e ficaram curiosos. Todos foram acolhidos, convidados a assistir à cerimônia na arquibancada e servidos durante a refeição pelos membros da comunidade. Com o intuito de explicar o evento, às 18 horas houve uma palestra em português sobre a festa e a confraria Mouride. Um brasileiro doutorando em antropologia foi convidado a apresentar a trajetória do líder religioso Bamba. Uma personalidade importante da comunidade senegalesa explicou que muitas vezes os brasileiros se aproximam achando que os imigrantes precisam de dinheiro ou de comida, mas na verdade o que eles precisam é de “carinho”. Para ele: *“Na verdade o que precisa é de carinho. Todo mundo junto não tem preço. Sentimento de ser humano. A felicidade é estar todo mundo junto buscando a humanidade”* (DIÁRIO DE CAMPO, 18 out. 2019). Explicou, por último, que onde tem afetividade e proximidade, o lugar é de todo mundo. O presidente da ADSPOA complementou explicando que as pessoas são convidadas para conhecer a cultura senegalesa, e não para serem convertidas ao Islã; acreditava que conhecendo de perto a cultura, aprendia-se a respeitar e a deixar de lado os estereótipos e preconceitos que ligam a religião muçulmana à violência:

Importância desse tipo de festa é isso: nenhum brasileiro ou não muçulmano vai entrar lá e depois que sair de lá vai dizer que somos violentos ou somos fechados. É o contrário. A única coisa que ele sente lá é paz. Eu vi brasileiro entrando lá de manhã e no final da noite não queria sair. Eles não sabem nem o que estávamos falando ou cantando. É uma sensação de paz. Eu to me sentindo em paz, me senti tranquilo, me senti acolhido lá dentro. **Aí que é o motivo real de festa.** Conhecer o que nós somos. Não precisa nem de falar, nem de muita explicação. A gente não convidou para converter, a gente convidou para conhecer. Não é propaganda religiosa, falamos muito pouco em português sobre a religião. Mas sabemos que a convivência entre nós, a convivência com o islamismo é importante. Em harmonia com o diferente. (DIÁRIO DE CAMPO, 18 out. 2019).

Ainda um ponto central da festa é o trabalho. A confraria mouride possui uma ética do trabalho percebida por diversos pesquisadores. O trabalho é central na cultura dos imigrantes e não foi diferente na festa do Magal de Touba. Ao descrever

a festa na cidade santa, no país de origem, explicaram que os habitantes trabalham durante todo o evento: “*Quem mora lá sempre trabalha no Magal, pintando e arrumando os quartos, montando tendas para receber as pessoas, cozinhando, ou vendo se as visitas precisam de algo*”. Participar da organização do Magal de Touba de 2019 me permitiu perceber a centralidade do trabalho para aqueles que se envolvem. As celebrações religiosas aconteceram durante o dia 18 de outubro, no Gigantinho, do período da manhã até a noite. Foi no ginásio que receberam os convidados brasileiros, mas também outros muitos membros da comunidade senegalesa que foram acompanhar as orações e participar das refeições, sem necessariamente terem participado da organização. Por outro lado, o grupo que participou estava reunido desde o dia anterior pela manhã, fazendo as compras, preparando os alimentos, reunidos no Clube Saldanha, onde montaram a cozinha. Por estar acompanhando, tive a oportunidade de transitar entre os dois espaços. Foi perceptível a diferença dos ambientes, quase contrastantes, entre o espaço da cozinha montado no clube, mais informal, e o espaço da celebração religiosa no Gigantinho, completamente formal.

Havia uma separação clara, que me pareceu uma dualidade entre “casa e rua” proposta por Roberto Damatta. O ambiente que tive a oportunidade de conhecer, no qual os integrantes estavam trabalhando e preparando as refeições, era uma mistura de trabalho e descontração. Havia conversas, brincadeiras, muita interação, música e dança. Algo que me fez pensar nas descrições feitas na pesquisa dos ambientes privados na cultura senegalesa, o espaço da casa, do sentimento de comunidade. A música, tocada em instrumentos de percussão africanos, e as danças em círculo aos gritos de “em nome de Allah”, eram contagiantes e alegres. Por outro lado, a celebração religiosa oficial, de uma festa senegalesa, ou seja, proposta pelo líder religioso da confraria mouride Bamba, dentro do universo da religião muçulmana, era mais formal. O predomínio era das orações, sejam elas dos ensinamentos de Bamba, ou leituras do Alcorão. As pessoas estavam concentradas, poucas conversas no ginásio. O local destinado às orações, coberto por tapetes, era separado por grades da arquibancada. As músicas e batidas em ritmo africano que embalavam as pessoas no Clube Saldanha, não estavam presentes no estádio. No momento dos intervalos das refeições é que os “dois mundos” se encontravam. Os membros da organização entravam no espaço da celebração para arrumar o espaço. As mesas eram postas, as esteiras de papel pardo estendidas no chão, os *bols*

(vasilhas de metal grandes) posicionados lado a lado, as bebidas distribuídas, tudo em silêncio. Serviam e recolhiam, perguntavam se os pequenos grupos gostariam de repetir o prato, mas tudo praticamente em silêncio.

Apesar de transitar entre os dois espaços, como mulher senti grande diferença nos ambientes. Se no espaço da cozinha homens e mulheres trabalhavam em equipe na preparação das refeições, na celebração religiosa muçulmana a separação era taxativa, somente os homens participando das orações no espaço destinado à cerimônia no centro do ginásio. As mulheres podiam frequentar a arquibancada, onde se encontrava parte da comunidade senegalesa e os convidados brasileiros de ambos os sexos. No clube, vi homens e mulheres dançarem juntos, cozinhareм, conversarem, interagirem. No ginásio, a celebração muçulmana era destinada à ala masculina da comunidade (que como vimos é a grande maioria em números em Porto Alegre). O choque maior foi ao sair com o grupo do espaço da cozinha e entrar no ginásio para arrumar e servir as pessoas no intervalo do almoço. Pareciam dois mundos distintos. Apesar de reconhecer a complexidade das relações de gênero que existem na cultura senegalesa em geral, marcadamente patriarcal, e que com certeza também estavam presentes no espaço do grupo da organização no Clube Saldanha que considerei mais informal e livre, foi um verdadeiro choque entrar no ginásio em silêncio, em um ambiente em que senti, como pessoa do sexo feminino, praticamente não ter lugar.

De maneira geral, os imigrantes tentaram ao longo da celebração me explicar aquilo que consideravam uma diferença entre o fato de seguirem a “religião muçulmana” mas manterem uma “cultura senegalesa”. Esse discurso, segundo minha percepção, estava vinculado a uma preocupação em se afastar dos estereótipos de muçulmanos radicais e, conseqüentemente, da islamofobia. Os ensinamentos de Bamba estavam baseados em uma “filosofia islâmica da paz”, que apesar de ser o completo oposto das ideias veiculadas por grupos terroristas muçulmanos, não é uma exclusividade senegalesa, mas sim corresponde a grande parte da comunidade islâmica no mundo.

Em banners informativos (em língua portuguesa) expostos na sala utilizada para Dahirа e também no ginásio da festa religiosa que acompanhei havia explicação sobre o que seria a “filosofia islâmica da paz”. Dizia que debater o conceito da paz é considerado uma necessidade, principalmente para os muçulmanos que recebem acusações de terrorismo frequentes e representam mais

de 1,5 bilhões de pessoas no mundo. O Alcorão, livro da palavra de Deus, cita que o Profeta vem ao mundo para misericórdia, sendo a paz considerada o fator de equilíbrio das sociedades e um objetivo em si. Para isso usam o exemplo de Bamba e sua trajetória de luta pacífica contra as autoridades coloniais francesas (DIÁRIO DE CAMPO, 17 out. 2019).

Apesar de perceber “a ideia de si mesmos” que os imigrantes queriam me passar, para verificar essa impressão seria necessário pesquisa mais aprofundada na temática. De um lado, uma comparação com uma ou mais culturas que vivenciam a religião muçulmana no mundo, do outro, um trabalho de campo de imersão no Senegal para poder apreender o que entende-se por “cultura senegalesa”. Uma sugestão de pesquisa futura interessante seria uma comparação entre a comunidade islâmica senegalesa em Porto Alegre e outras comunidades islâmicas na mesma. O contraste entre a sala em que está situada a mesquita de Porto Alegre, sem imagens e com separação física para as mulheres, e aquela em frente onde os senegaleses organizam os encontros da Dahira, coberta por banners de Bamba e tendo a área feminina no mesmo espaço físico, pode ser um local de partida para tal investigação.

5. Conclusão

Meu objetivo no atual trabalho foi colocar em prática um estudo que me permitisse demonstrar o tamanho do desafio de enquadrar o imigrante internacional dentro de uma categoria homogeneizante, estática e bem definida. Escolhi uma comunidade de imigrantes para dedicar um estudo aprofundado com a finalidade de testar minha hipótese de que existem diferentes categorias envolvidas no processo migratório. Os imigrantes senegaleses, como assinalei na introdução, foram ganhando minha curiosidade ao longo do período inicial do doutorado. Ao definir o grupo e o local, nos quais dedicaria meu trabalho de campo, formulei minha questão de pesquisa da seguinte forma: **“Quais categorias, formais e/ou sociais, identifico no processo de imigração dos senegaleses em Porto Alegre?”**.

Duas modalidades de categorias envolvidas no processo se destacaram, aquelas que denomino *categorias formais* e as *categorias sociais*. Meu objetivo nunca foi defender que essas seja as únicas formas de produzir conhecimento sobre os fenômenos migratórios, longe disso. Muito menos tive a ambição de compreender de forma generalizada fenômeno tão complexo e extenso. Apesar disso, identificar e denominar essas duas modalidades de categorias foi a maneira que encontrei para dar entendimento a uma inquietação própria em relação ao tema das migrações internacionais.

Por *categorias formais*, entendo um conjunto de categorias, em sua grande maioria jurídicas, que estão envolvidas no processo e são utilizadas para gerir o fenômeno migratório. Em geral as categorias jurídicas são definidas pelos Estados-nações, mas também por instituições internacionais envolvidas na temática. As próprias definições apresentadas no capítulo 1 de “cidadão nacional”, “estrangeiro”, “emigrante”, “imigrante” e “imigrante naturalizado”, foram consultadas no Glossário de Migrações publicado pela OIM, Organização Internacional das Migrações. Muitas vezes essas categorias são incorporadas no mundo acadêmico sem grandes questionamentos. Apesar de reconhecer a importância dos conceitos para o entendimento, percebi, apoiando-me em parte da literatura mais crítica, que os debates sobre as categorias formais são em grande parte marcados por uma dicotomia entre os tipos ideais de “imigrantes econômicos” e os “refugiados”. Há um esforço conjunto dentro e fora do mundo acadêmico para haver uma separação clara entre os “imigrantes econômicos” que fariam um

movimento de forma voluntária para “buscar melhores condições de vida” e os “refugiados”, ou seja, solicitantes de refúgio legítimos, que deixariam seus países por questões de perseguição política baseado em fundado temor. Mais uma vez, não estou desmerecendo tal esforço, mas chamando a atenção de que na prática essa dicotomia, que ganhou contornos políticos sérios em tempos de crise financeira mundial e fechamento de fronteiras, pode ser de difícil classificação.

A dificuldade de classificação existe por diversos motivos. Destaco uma politização dos discursos de criminalização das migrações, o sentimento de hostilidade em relação a certos fluxos migratórios, um fechamento de fronteiras e a redução de canais de regulação para estrangeiros, fazendo com que em muitos países de destino o canal da solicitação de refúgio seja a única forma de legalização em certos contextos. A resposta é uma corrida contra o tempo para identificar os “verdadeiros” e “falsos” refugiados. Além disso, percebemos que a mobilidade está aumentando no mundo globalizado, e não apenas isso, mas também se diversificando. Os motivos de partir são os mais diversos, os contextos inúmeros, e os perfis em movimento então cada vez menos homogêneos. Como exemplo, temos o aumento da porcentagem de mulheres no estoque mundial de migrantes nos últimos anos. Para completar, considero fundamental perceber o migrante como um ser racional que traça estratégias e busca caminhos para alcançar seus objetivos na sociedade de destino.

Além de reconhecer as dificuldades em se classificar e “encaixar” seres humanos em movimento dentro de *categorias formais* do fenômeno migratório, considero existirem *categorias sociais* que devam ser levadas em conta ao se estudar a temática. As *categorias sociais* seriam aquelas que enquadrariam os imigrantes em uma dicotomia “desejados” e “indesejados” e variariam de contexto a contexto. Sayad (1991) nos chamava atenção para o fato de que nem todo imigrante no mundo é igual, carregando estigmas vinculados à sua nacionalidade que podem favorecer ou não sua circulação e aceitação no mundo. Há também marcadores raciais, sociais, religiosos e de gênero, por exemplo, que fazem com que a categoria social de migrante tenha diferentes tons dependendo do contexto. As categorias estão vinculadas tanto à sociedade de origem quanto à sociedade de destino, variando-se as condições dependendo de “quem é”, “de onde vem” e “para onde vai”.

Levando em conta a problemática acima exposta, a título de resumo recapitulo o trabalho apresentado em quatro capítulos.

No capítulo 1, fiz uma revisão da literatura sobre as teorias em migrações internacionais com o intuito de entender de que maneira as categorias vinculadas ao processo migratório vinham sendo tratadas pela literatura. A separação do capítulo se deu em três pontos. Primeiramente, uma análise da relação entre imigração e a questão econômica, buscando explorar o debate em torno da categoria “imigrante econômico”. O tipo ideal seria daquele “em busca de melhores condições de vida”, entrando em choque com a realidade vivenciada por grande parte dos imigrantes no mundo que enfrentam condições precárias nas sociedades de destino. O fato de os fluxos continuarem aumentando, mesmo havendo uma precarização mundial do trabalho, nos leva a pensar que outras dinâmicas podem estar em jogo, como questões culturais, busca por liberdade e/ou acesso a direitos sociais e bens estatais. No segundo ponto, discorri sobre a relação entre o Estado-nação e a imigração, optando por uma reflexão em relação à categoria “refugiado” dentro desse processo. Os Estados, por meio de políticas de concessão de vistos, controlam os perfis dos imigrantes segundo seus “interesses nacionais”, não sendo segredo e, muito menos, uma prática que deva ser definida como espúria. A categoria de refugiado é central para a discussão, pois teoricamente está vinculada a uma legislação internacional e não envolveria as vontades e arbitrariedade dos Estados, o que não acontece na prática. Em um contexto de redução de canais possíveis para protagonizar movimentos em condições regulares, além da hostilidade cada vez maior aos movimentos migratórios em diversas partes do mundo, a condição de refúgio passou a estar no centro dos debates, principalmente dos Estados, na tentativa de identificar os “verdadeiros refugiados” e diferenciá-los dos “migrantes econômicos” muitas vezes criminalizados pelo simples ato de migrar. Em contrapartida o aumento dos fluxos, sua diversificação e a redução dos canais legais levam grande parte dos migrantes a buscar estratégias para alcançar seus objetivos, sem necessariamente depender das “boas-vindas” das sociedades de destino, e utilizando-se de redes sociais de migração para assegurar seus projetos, quando não de redes “ilegais” de “tráfico de pessoas” popularmente chamados de *coyotes*. No terceiro e último ponto do capítulo 1, defendi a existência de imigrantes considerados desejados e indesejados, envolvendo categorias formais e sociais, e justificando a necessidade de se estudar de maneira aprofundada cada caso de

imigração. Baseando-me em Sayad (1998), defendo que existam diferentes classes de migrantes dentro da mesma condição jurídica, relacionados com categorias sociais que variam segundo os contextos. Nacionalidade, língua, escolaridade, cor da pele, religião, gênero, classe social, etc. são alguns dos exemplos de questões envolvidas nos movimentos migratórios, que podem influenciar diretamente na possibilidade ou não de protagonizar uma ação do tipo.

Após a revisão da literatura sobre teorias migratórias e a definição do quadro teórico contendo as diferentes categorias envolvidas no processo migratório, no capítulo 2 apresentei os múltiplos contextos do estudo de caso. Um panorama das migrações internacionais no mundo de hoje foi apresentado, demonstrando como o estoque mundial de migrantes vem aumentando não só em termos numéricos, chegando a 272 milhões de pessoas em 2019, mas também em relação à proporção da população mundial, 3,5% no mesmo ano. Sobre a relação origem/destino no mundo, além de uma continuidade importante dos fluxos recentes de imigrantes do Sul Global para o Norte, há também um aumento expressivo de fluxos Sul-Sul. O atual estudo de caso enquadrou-se nesse contexto de novos fluxos de africanos para América Latina, tema relevante e atual. Sobre o país de origem, Senegal, país relativamente estável politicamente, enfrenta desafios econômicos graves, tendo parte importante da sua população abaixo da linha de pobreza. Pouco urbanizado e com uma população jovem (média de 22,7 anos), as diversas crises agrícolas fizeram com que uma parte da população procurasse na migração uma solução para o sustento das famílias. Caracteriza-se hoje como país de origem, trânsito e destino de imigrantes internacionais, além de uma diversificação nos destinos de emigrantes senegaleses, como exemplo dos novos fluxos para Porto Alegre. O Brasil, por seu lado, país com longo histórico de imigração, começa a ser destino de novas nacionalidades além dos fluxos tradicionais de europeus e asiáticos do século XIX e XX. Mais uma vez a relevância do caso se mostra em um contexto de aumento de fluxos de africanos para o Brasil, ao mesmo tempo que tradicionais diminuem. Os movimentos ocorrem em um contexto de mudança e promulgação da Nova Lei de Migração, em 2017, trazendo esperanças e decepções aos estrangeiros que vivem no país.

Uma vez colocado o problema e expostos os múltiplos contextos, nos capítulos 3 e 4 apresentei os resultados do meu trabalho de campo. Os resultados foram apresentados respeitando uma separação por temáticas, apesar de reconhecer

que há ligação entre os temas tratados. A pesquisa em si foi centrada na comunidade senegalesa em Porto Alegre. Os encontros e conversas ocorreram na maior parte do tempo na capital gaúcha. Vale destacar que apesar da maior parte da pesquisa ter sido na capital gaúcha, conversei com imigrantes senegaleses no interior do Rio Grande do Sul, em especial na cidade de Passo Fundo, na região serrana do estado, em Cambará do Sul, mas também na região litorânea, em Atlântida e Capão da Canoa. Tive algumas conversas também com imigrantes em Santa Catarina, em Florianópolis e na cidade de Governador Celso Ramos.

No capítulo 3, iniciei apresentando o perfil dos imigrantes estudados. Predominantemente masculino e jovem, com uma idade média de 28.8 anos, enquadram-se no perfil mais geral de emigrantes senegaleses que se dirigiram a outros países e a outras regiões do Brasil. A maioria chegou entre 2014 e 2015, período de maior fluxo apontado pela literatura e era majoritariamente muçulmana. A predominância masculina apareceu como fruto de uma divisão social do trabalho muito marcada no país de origem, com homens trabalhando fora de casa e mulheres atuando no espaço doméstico. Há uma influência cultural forte na ausência de mulheres em movimento, sendo a imigração desencorajada no país natal, possuidor de normas patriarcais rígidas apontadas pela literatura e reproduzidas nos discursos dos imigrantes com quem tive contato. As desculpas para ausência de senegalesas era a falta de oportunidade para mulheres no mercado de trabalho, mas também a dificuldade do trajeto para chegar ao Brasil. A imagem que os imigrantes tentam passar é de complementariedade e de respeito entre os sexos e, apesar de ter sentido o acolhimento e o respeito enquanto mulher trabalhando com a comunidade, foi perceptível a sobrecarga física e emocional das poucas imigrantes mulheres que vieram sozinhas ao Brasil. Estas, uma vez aqui, assumem as tarefas domésticas e reprodutivas além das responsabilidades financeiras para com sua família extensiva no país de origem.

Ainda sobre o perfil dos imigrantes, os níveis de escolaridade dos membros da comunidade são baixos, seguindo os índices de escolarização e alfabetização do país de origem que, apesar da recente evolução, ainda são reduzidos. Além disso, observando as trajetórias escolares percebe-se o papel central que a religião possui na vida dos imigrantes. A grande maioria combinou estudos na escola formal pública, de língua francesa, com as escolas religiosas não formais chamada *daaras*, que ensinam a língua árabe e o Alcorão. A baixa formação escolar também é sentida

nos níveis do idioma francês, língua oficial do país e ensinado na escola pública senegalesa. O plurilinguismo é marca no país, havendo seis línguas reconhecidas como nacionais Poular (pular ou peul), Sévère (sereer), Diola (joola), Mandika (mandingue), Soninké (sara kholé) e Wolof. Este último é o mais difundido no território nacional e a língua veicular do país (cerca de 80% da população), sendo o idioma utilizado na comunicação entre a comunidade senegalesa em Porto Alegre. Poucos tinham domínio do francês.

Sobre o contexto da emigração, segundo a literatura, três regiões se destacam no país: Vale do Rio Senegal, a Bacia do Amendoim e a capital Dakar. Dentre os que tive contato há uma diversificação de regiões e cidades de origem, demonstrando de que forma o fenômeno emigratório se expandiu no país. Mas as regiões de maior relevância entre o grupo estudado ainda foram a Bacia do Amendoim (Regiões de Diroubel, Louga e Thies) e a Capital Dakar. Em relação às razões de saída alegam que no país de origem não há trabalho suficiente e que esse é o principal motivo de buscar oportunidade em outros lugares. A grande maioria dos imigrantes afirma ter deixado o Senegal usando a recorrente frase: “Pas de travail”. Nas conversas percebe-se que os imigrantes tiveram acesso ao mercado de trabalho, mas o posto de trabalho e a remuneração não eram considerados suficientes para sustentar suas famílias e alcançar seus objetivos. Não é à toa que alegam como motivação principal para partir a falta de oportunidade profissional, mais do que o desemprego. Quanto ao tipo de trabalho que exerciam no país de origem temos maioria envolvida com comércio, mas também em setores de construção e transporte. Os senegaleses são, por essa razão, em geral classificados como “migrantes econômicos”, que buscariam melhores condições de vida no Brasil. Além disso, é fundamental levar em conta as questões sociais e culturais do processo no país de origem, que no caso senegalês se traduz em uma chamada “cultura de emigração”, ou seja, a importância da dimensão cultural na decisão dos senegaleses em partir para o estrangeiro. Essa cultura de emigrar está vinculada ao projeto migratório dos senegaleses. Apesar de protagonizarem uma imigração individual, o movimento está ligado a um projeto familiar mais extenso, no qual estão em jogo não somente o retorno financeiro, mas também as expectativas e o investimento de um grupo no processo. Independente dos migrantes serem casados ou não, de terem filhos ou não, sentem que possuem uma responsabilidade perante a família, entendida no sentido alargado, incluindo pais, tios, primos, irmão etc.

Aquele que deixa sua família e seu país com o intuito de mandar recursos tem uma função social importante, de provedor. Meu propósito aqui é ressaltar a importância da dimensão social e cultural no processo, além da econômica que muitas vezes é tratada como central. Essas outras dimensões são ainda mais relevantes quando trabalhamos com um grupo de migrantes que não é composto por refugiados, ou seja, quando o centro das análises recai, quase que naturalmente, na dimensão econômica em jogo.

O Brasil como destino está vinculado com o contexto político e econômico em que a primeira onda de migrantes senegaleses chegou, marcado por uma imagem de estabilidade e oportunidade reproduzida internacionalmente, enquanto outros países sofriam com a crise econômica de 2008. Além disso, uma dinâmica de rede migratória estimulada por senegaleses que já se encontravam no país e passavam imagem positiva do Brasil corroborara com aquela transmitida pela mídia mundial.

Em relação ao trajeto para entrar no país dois tipos se destacam: o primeiro já assinalado pela bibliografia da chegada pelo estado do Acre por vias terrestres, seguindo rota usual de imigrantes haitianos, mas também outra parte que afirma ter chegado de avião por São Paulo. Vale ressaltar que independente da opção, os custos do trajeto foram altos. Para aqueles que entraram de forma irregular talvez ainda maiores, pela necessidade de pagar pessoas que permitiram esse trajeto, os chamados *coyotes*. Alguns citam um investimento equivalente a 10 mil reais. A grande maioria recebeu empréstimo de familiares para financiar seu projeto, sendo o custo um investimento alto não só para o migrante como para sua família.

A questão da possibilidade de regularização apareceu como uma das razões para procurar o Brasil, principalmente em um contexto no qual países de destino tradicionais de migrantes senegaleses dificultavam a obtenção de documentos. Todos os imigrantes senegaleses com quem tive contato estavam de alguma forma regularizados. Apesar disso, em razão da falta de opções para regularização por outros meios a maioria optou pelo protocolo de refúgio, mesmo sabendo que sua condição de refugiado não seria concedida. Essa escassez de opções fez inclusive com que o sistema dedicado ao refúgio ficasse sobrecarregado no país. Um total de 9.318 senegaleses passaram ou estão passando pelo processo de solicitação de refúgio no Brasil até outubro de 2019, e somente 24 casos foram reconhecidos como tal. Apesar do protocolo de refúgio dar direito a um CPF e uma carteira de trabalho

no Brasil, a ausência de resposta e a impossibilidade de sair do Brasil durante o processo sem uma autorização das autoridades, transforma uma situação provisória em permanente, trazendo angústia principalmente pela total ausência de expectativas de prazos. O principal problema dessa situação é não poder visitar a família, causando grande danos emocionais aos imigrantes que estão há anos sem ver seus familiares. A Nova Lei da Migração, apesar dos avanços em termos de direitos, ainda permite uma discricionariedade da administração pública na hora de definir critérios para ingresso e permanência no Brasil. Diversas portarias ministeriais foram abertas sem sucesso para o caso dos senegaleses. A última, Portaria Interministerial n.10 de 5 de dezembro de 2019, traz novamente esperança de regularização aos imigrantes senegaleses, uma vez que é voltada especificamente para essa população.

No capítulo 4, discorri primeiramente sobre as questões ligadas ao mercado de trabalho. Podemos concluir que mesmo tendo acesso a postos de trabalho formais no estado, muitos optaram pela ocupação de vendedor ambulante como uma oportunidade de obter renda maior. Apesar das inúmeras dificuldades e vulnerabilidades em que se encontram por essa opção, estes veem como a única forma de alcançar seu objetivo principal que é enviar remessas para as famílias que se encontram no Senegal e dependem quase absolutamente desses recursos para sobreviver. Além disso, os desafios na inserção no mercado de trabalho geram um sentimento de decepção entre aquilo que os imigrantes esperavam, uma imagem positiva passada pelos amigos que já estavam no Brasil, e aquilo que encontraram de fato uma vez chegando em terras brasileiras. Foi praticamente unanimidade nos discursos essa decepção. Em geral, os imigrantes senegaleses buscam estratégias e se adaptam às condições do mercado de trabalho. Transitam entre cidades do interior e a capital do estado, entre mercado formal e mercado informal, sempre atrás de soluções para sua condição de vulnerabilidade. Destaquei a não suficiência dos salários e remunerações para seus objetivos. Os senegaleses emigram para buscar trabalho com o objetivo de enviar remessas para as famílias que estão no Senegal. Mais do que uma “busca por melhores condições de vida” os projetos migratórios estão diretamente ligados a projetos familiares de obtenção de recursos. Existe uma unanimidade naquilo que condiz ao envio mensal de dinheiro para familiares independentemente do perfil. Os valores variam em torno de 300 a 500 reais por mês. Os empregos formais aos quais os imigrantes tinham acesso não

pagavam salários suficientes para se sustentarem no Brasil e ainda enviar quantias aceitáveis. Com salários em torno de 1.000 reais por mês, muitos afirmaram ter escolhido o comércio ambulante como uma alternativa para ter maior remuneração, apesar da vulnerabilidade que essa posição os coloca. Em fins de 2019, porém, em razão das dificuldades em relação aos embates e fiscalização com o Estado, alguns daqueles que vendiam mercadorias nas ruas do centro buscavam empregos com carteira assinada.

As questões de moradia foram fundamentais para a pesquisa e tive oportunidade de conviver e transitar em lares de imigrantes senegaleses em Porto Alegre. O espírito de vida comunitário que dizem marcar a cultura senegalesa no país de origem de alguma forma é mantido entre a comunidade migrante, principalmente nas rotinas de revezamento no preparo das refeições. Na cidade de Porto Alegre, desde o primeiro contato, foi perceptível a concentração dos imigrantes senegaleses na região central. A Associação dos Senegaleses (ADSPOA) fica no bairro e o maior número de vendedores ambulantes também está nessa região. As moradias do grupo estudado também se localizavam lá. O centro de Porto Alegre é também um bairro histórico. Em geral, a região se caracteriza como área comercial e de comércio popular, além dos prédios de escritório e sede de órgãos públicos. A maioria dos senegaleses a que tivemos acesso, além de trabalhar na região, também mora lá. As ruas de intenso comércio são cheias de passantes, durante o dia há muito movimento. O centro não é mais um bairro residencial e em dias e horários não comerciais é quase inexistente o movimento de pessoas. Apesar disso, a comunidade senegalesa faz sua rotina na região. Seja à noite, ou aos domingos quando o comércio está fechado, os imigrantes circulam pelo bairro, fazem encontros, visitam as casas de amigos e frequentam a mesquita que fica também no centro da cidade. A explicação do local se dá igual às demais: rede de imigrantes que começaram a se instalar no centro da capital e chamaram outros membros da comunidade.

A sociedade brasileira como um todo proporcionou momento de afastamento e de aproximação com a comunidade senegalesa. A primeira dificuldade apontada pelos migrantes é a falta de domínio da língua portuguesa. A dificuldade com o idioma os deixa vulneráveis para os mais variados tipos de abuso e exploração. Em geral, reconhecem a importância de aprender o idioma, mas têm pouco acesso a cursos. A solução é aprender de forma autodidata. Além disso, citam

situação de racismo e xenofobia que sofreram em diversas situações do cotidiano. Narram situações e passagens fortes, sempre deixando claro seu desconforto e indignação com os episódios. Explicaram-me que chegando aqui sentiram “na pele” o preconceito. Episódios de violência também foram considerados pontos de afastamento com a sociedade brasileira, sendo a realidade do país natal menos violenta do que a de destino. Furtos, assaltos a mão armada e latrocínio foram citados, envoltos em uma narrativa comum de “medo”, principalmente de sair à noite, momento em que se sentem mais vulneráveis. Em relação às impressões dos brasileiros, reclamaram que, por estarem vendendo produtos na rua, os brasileiros pensam que são pobres, sem levar em consideração que para estarem no Brasil tiveram que investir em torno de 15 mil reais em recursos pessoais e familiares. Alguns também ficam incomodados ao serem confundidos com haitianos, não pelo fato em si, mas pela falta de conhecimento de muitos brasileiros que pensam que por serem imigrantes negros, são todos “iguais”. Apesar dos pontos citados, há também situações de aproximação com a sociedade brasileira, principalmente de amigos no ambiente de trabalho, independente de ser no mercado formal ou informal.

Por último, no capítulo 4, trato daquilo a que chamei de solidariedade senegalesa. A união da comunidade parece envolver duas dimensões principais, uma ligada à questão cultural senegalesa e outra à questão religiosa muçulmana. Apesar de estarem interligadas, optei por separar para uma melhor compreensão do que foi observado. A dimensão cultural está relacionada com o estilo de vida comunitário e familiar narrado pelos migrantes no país de origem, que engloba praticamente todos os aspectos da vida dos migrantes. Materializa-se institucionalmente na Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA), central para a comunidade na capital gaúcha. A segunda dimensão envolve a questão religiosa, na qual percebi uma sociabilidade baseada em práticas da religião muçulmana dentro da comunidade, com destaque para centralidade do mouridismo. A instituição que materializa essas práticas de sociabilidade é a *dahira*, encontros semanais de membros da comunidade mouride. As duas dimensões de solidariedade conversam entre si, ou seja, a Associação e a *dahira* possuem interesses mútuos e seus líderes são próximos. Apesar disso, há uma diferenciação de estruturas e funções entre elas. Destaco a importância da Associação como representante oficial dos migrantes perante as autoridades brasileiras e senegalesas,

além do suporte técnico em relação à documentação brasileira (vistos e regularização) e senegalesa (renovação de passaportes, direito eleitoral). No caso da *dahira*, organização religiosa, há uma ênfase maior nas práticas da comunidade mouride e do Islã como um todo, e na ajuda prática e financeira para membros em condição de necessidade. Associação e *dahira* estão interligadas e em contato direto. Ambas estão vinculadas à ideia cultural da vida em comunidade.

A recapitulação dos principais pontos apresentados na tese serve para dar um panorama do que foi tratado até aqui. Por último, a título de conclusão, trago questões relacionadas ao futuro dos migrantes, seus planos e estratégias, que por sua vez estão ligados a sentimentos de desilusão, esperança *pour l'avenir* e ideias de retorno.

Diversas categorias surgiram ao longo da pesquisa, exporei algumas a seguir. Em relação à categoria formal, destaco a condição de regularização dos imigrantes senegaleses acima exposta. Se por um lado utilizam-se do canal de regularização pela solicitação de refúgio, sabem que essa solução é uma condição temporária, pois pelas condições do país de origem em geral não são reconhecidos como refugiados. Os próprios imigrantes não se reconhecem como refugiados, e corrigem pessoas e autoridades quando são chamados dessa forma. Têm orgulho em dizer que seu país é menos violento do que o Brasil, além de ser uma referência em termos de democracia política formal no continente africano. Apesar de críticas duras à corrupção dos políticos senegaleses, a perseguição política não fez parte das razões de saída do país. O pedido do protocolo de refúgio deu-se por ser a única forma de regularização no momento da chegada, situação diferente para os compatriotas que chegaram após a promulgação da Nova Lei da Imigração brasileira que apesar das dificuldades na implementação, abre algumas possibilidades futuras de regularização ausentes no antigo Estatuto do Estrangeiro. De qualquer maneira, como solicitantes de refúgio no Brasil têm acesso ao mercado de trabalho, mas têm sua liberdade de visitar a família no Senegal limitada. A situação provisória, se torna permanente para muitos que estão há três ou quatro anos sem ver a família.

Em relação às razões de saída, apesar de serem enquadrados em muitos casos na categoria formal de “imigrante econômico”, por buscarem melhores oportunidades de trabalho no Brasil, ao aprofundar a análise percebe-se outras questões em jogo. A primeira, que já assinalai, é a dimensão cultural nas razões de

saída. Além da questão prática de buscar empregos e melhores salários no Brasil, os próprios imigrantes descreveram uma “cultura de emigração” que envolve diferentes gerações dentro de famílias senegalesas. Muitos viram pais, irmãos, avós, tios emigrarem para buscar trabalho, em geral com destino a países tradicionais como França, Espanha e Itália. Ao crescerem com esses “ausentes” que se faziam “presentes” como provedores da família, enviando recursos de onde estivessem, a ideia de emigrar surgia como um objetivo ainda na sua formação. Muitos nem tentaram procurar emprego no país de origem, buscando somente oportunidades no exterior. Esse cenário ficou mais claro ao perceber a multiplicidade de perfis que emigraram para o Brasil, inclusive alguns que nas palavras deles “não precisavam emigrar”, ou seja, tinham seus próprios negócios e uma condição financeira razoável no Senegal.

Além disso, reclamam dos estigmas que carregam por serem imigrantes africanos uma vez no Brasil. Pelo imaginário do brasileiro médio, o fato de terem saído do continente africano parece estar necessariamente vinculado a um contexto de guerra ou de fome generalizada. Em geral, não ficam confortáveis com esse tipo de imagem, reclamando da falta de conhecimento do contexto em que vivem por parte da sociedade de destino. Como expliquei, há um investimento financeiro e emocional grande por parte do indivíduo e da família para a realização do projeto migratório. Na sociedade de origem, pelo que descreveram, há sentimentos de orgulho, respeito, prestígio e responsabilidade mútua em relação aos que partiam para o exterior. O fato de brasileiros ignorarem esse cenário causa desconforto em parte da comunidade a que tive acesso.

Aos estigmas de imigrantes africanos, soma-se a condição de se perceberem “negros” uma vez no Brasil. Como descrito anteriormente no trabalho, situações de racismo são recorrentes no cotidiano dos imigrantes em Porto Alegre, causando um sentimento duplo. Se por um lado há uma revolta em relação aos episódios, gerando na maioria dos casos reações imediatas quando se sentem desrespeitados, há também uma falta de compreensão histórica em relação à condição socioeconômica de afrodescendentes no Brasil. O fato de se reconhecerem como “negros” somente ao chegarem no Brasil e de, como me explicaram, “sentirem o preconceito na pele”, faz com que criem expectativas de que teriam uma aproximação maior com a população afrodescendente brasileira que, ao seu entender, deveria tratá-los como “irmãos”. A expectativa, uma vez não atendida, gera um sentimento de frustração.

Aos estigmas soma-se a confusão com imigrantes haitianos. Os senegaleses falaram em diversos momentos que a população local não sabe diferenciar haitianos de senegaleses. De fato, o que parece é que uma vez chegados ao Rio Grande do Sul são rotulados pela categoria social de “imigrantes negros” que engloba suas nacionalidades. Apesar disso, com exceção da cor da pele, explicam que não há qualquer semelhança entre sua comunidade e os nacionais haitianos. A língua não é a mesma, a religião também não, costumes, brincadeiras e maneira de ser são diferentes. Em resumo, ficam incomodados de os brasileiros não saberem o mínimo: que o Haiti e o Senegal não se encontram no mesmo continente.

O tipo ideal do tradicional “imigrante econômico” também é colocado em cheque quando expõem os projetos migratórios. Primeiramente, apesar de protagonizarem um movimento individual, o projeto é claramente uma construção familiar, tendo em vista que as famílias ajudam a financiar os projetos. O segundo ponto é a escolha do destino, mas também a própria escolha de emigrar. Alguns explicaram que a decisão de partir não foi individual, mas sim do chefe da família, pai ou irmão mais velho. Além disso, durante o período no Brasil, na maioria dos casos que conheci, a família continua fazendo parte do cotidiano de decisões do imigrante. Caso decida mudar de cidade ou de emprego, por exemplo, ligam para os familiares para fazer uma consulta com as pessoas que tenham mais autoridade e experiência. É uma questão de respeito, segundo eles. Os projetos migratórios em si também se distanciam do tipo ideal tradicional. A grande maioria não pretende trazer a família para o Brasil. Os projetos ideais são ambiciosos: passar um ano no Brasil e depois férias de três meses no Senegal, retornando ao país de destino na sequência. A instalação no país de destino é sentida como algo temporário, sem expectativa de trazer o resto da família, incluindo esposas e filhos¹⁰⁶.

O plano ideal seria passar temporadas trabalhando no Brasil enviando remessas, para no final visitar a família e passar pelo menos 90 dias com eles no país de origem. Pelas condições de vida encontradas no Brasil, tanto pelas dificuldades de regularização quanto pelos desafios no mercado de trabalho, nenhum senegalês conseguiu colocar em prática esse plano inicial. O sentimento de frustração e saudades da família eram constantes. Alguns saíram com a expectativa de um reencontro dentro de meses e estão há anos sem ver os familiares

¹⁰⁶ Foram raros os casos em que os imigrantes senegaleses declararam que pretendiam trazer as esposas e os filhos para morar no Brasil.

pessoalmente. A saudades é mitigada no dia a dia pelas conversas diárias em aplicativos de mensagem no celular. A expressão “*Namu Nala*” em Wolof estava presente em todas os diálogos que me mostravam e significa “estou com saudades”.

O projeto migratório dos imigrantes senegaleses se diferencia dos tradicionais fluxos de instalação permanente que o Brasil recebeu em diversos momentos de sua história. O objetivo primeiro é trabalhar e enviar remessas ao Senegal, para ajudar a família e retribuir aos pais e irmãos mais velhos o cuidado que receberam na infância. Ao final, o retorno ao Senegal para envelhecer junto dos familiares, provavelmente sendo cuidado por mulheres que se ocupam dos afazeres domésticos e trabalho reprodutivo. Por não contarem com o sistema de previdência, é na família que terá sua “aposentadoria” garantida, em termos de recursos e de cuidados. E o mais importante, ser enterrado em sua terra natal.

Os senegaleses contatados deixam claro sua relação próxima e de orgulho com o país de origem. São senegaleses e não pretendem se tornar brasileiros. Ser senegalês quer dizer muita coisa, uma solidariedade própria ligada fortemente ao sentimento de comunidade e a dogmas religiosos, um vínculo com a cultura e o país de origem, laços muito fortes com familiares e os irmãos muçulmanos, uma intenção de voltar. Em resumo, dizem que não querem virar brasileiros, mas respeitam o Brasil. Uma das questões mais importante é ser enterrado na terra natal. A comunidade, com todas as dificuldades econômicas que enfrenta, se une em caso de morte de algum compatriota com intuito de financiar o traslado do corpo ao Senegal. Quando questionados, todos afirmam que querem ser enterrados lá, sendo inimaginável não contribuir, pois gostariam que fizessem o mesmo por eles. O plano de “trânsito” pode ser resumido na passagem a seguir: “*Não quero ficar no Brasil. Eu vim aqui por trabalho, para buscar dinheiro. Tenho família lá no Senegal. Eu quero vai e volta. Quer ficar aqui, depois vai lá no Senegal e passa 3 meses e volta depois*” (DIÁRIO DE CAMPO, 03 out. 2018). Os planos dos senegaleses de se manterem em trânsito entre os dois países, ou até mais países, parece ser melhor encaixado na categoria migratória de McGarrigle e Ascensão (2017). Por migração de trânsito ou *onward migration* entendem um conceito que busca englobar as estratégias complexas das migrações contemporâneas que não poderiam ser explicadas somente em um modelo de origem-destino.

A não realização do plano inicial leva muitos imigrantes a relatarem sentimentos de desilusão em relação as suas situações. As condições difíceis de

vida, moradia e trabalho no Brasil que encontraram, além dos inúmeros desafios pela condição de serem imigrantes africanos e negros em um país com forte histórico de racismo, faz com que poucos se encontrem satisfeitos com suas situações. A crise econômica brasileira pegou em cheio a comunidade senegalesa, que fica circulando entre o mercado formal e informal em busca de alcançar seus objetivos de envio de remessas aos familiares.

Por último, gostaria de destacar que esses imigrantes que estão de fato em trânsito, apesar de todas as ressalvas, encontram no Brasil uma possibilidade de acesso a direitos básicos que não encontrariam em outros países se estivessem na mesma condição. Mesmo antes de receberem um visto de refugiado ou uma autorização de residência, enquanto portadores de um protocolo de solicitação de refúgio, têm direito a uma carteira de trabalho e também ao sistema de saúde e educação públicos. Dentro de todas as dificuldades, a relação da comunidade senegalesa, extremamente organizada e materializada na Associação dos Senegaleses de Porto Alegre (ADSPOA), parece ter uma relação próxima das autoridades estatais brasileiras, tanto em nível municipal, regional e nacional. A própria sede da associação localiza-se em um prédio público de uma secretaria municipal. Neste último aspecto, o Brasil, por sua vez, procura manter a imagem de um país de “braços abertos” a quem chegar e vier apesar de todas as dificuldades enfrentadas na prática.

6. Bibliografia

ADJAMAGBO Agnès; ANTOINE Philippe; BÉGUY Donatien; DIAL Fatou Binetou. **Comment les femmes concilient-elles mariage et travail à Dakar et à Lomé?** Paris: DIAL, 2006. 18 p. multigr.

AIGUEPIERRE, Rohen; DIA, Hamidou; HUGON, Clothilde. Peut-on ignorer l'éducation araboislamique en Afrique subsaharienne? **Question de développement**, n.36, 2017.

AIGUEPIERRE, Rohen d'; BAUER, Arthur. Quantifier et qualifier le choix de l'enseignement arabo-islamique en Afrique subsaharienne. **Afrique contemporaine**, n. 257, 2016. p. 25-40.

ALMEIDA, Gisele Maria Ribeiro de; BAENINGER, Rosana. Modalidades migratórias internacionais: da diversidade dos fluxos às novas exigências conceituais. **Nepo/UNICAMP**: Por dentro do Estado de São Paulo, 2013 v.9, p.23-34.

Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas - ACNUR, 2012. Apatridia: Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Apatridia_Cartilha-informativa_Acnur-2012.pdf>.

Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas - ACNUR, 2018. Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas. <<http://www.acnur.org>>.

Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas -Acnur, 2018a. **United Nations High Commissioner for Refugees**. Qual a diferença entre 'refugiados' e 'migrantes'? Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/qual-a-diferenca-entre-refugiados-migrantes/>>.

AMUZU, Evershed; SINGLER, John Victor. Introduction of Codeswitching in West Africa. **International Journal of Bilingualism**, v.18, n.4, p. 329-45, 2014.

ANSD (2013). **Deuxième Enquête de Suivi de la Pauvreté au Sénégal (ESPS II, 2011)**, Rapport de la Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie, 2013, 191p.

ANSD et OIM (2018). Migration au Senegal: Profil National 2018. Rapport fait par l'Agence Nationale de la Statistique et de la Démographie (ANSD) et par l'Organisation Internationale pour les Migrations (OIM), 2018. 161p.

ANTOINE, Philippe. **Les relations intergénérationnelles en Afrique: approche plurielle**. Paris: Ceped, 2007. 255p.

APOSTOLOVA, Raia. Economic vs. political: Violent abstractions in Europe's refugee crisis. **Focaal Blog**, 10 December, 2015a. Disponível em:

<<https://www.focaalblog.com/2015/12/10/raia-apostolova-economic-vs-political-violent-abstractions-in-europes-refugee-crisis/>>.

APOSTOLOVA, Raia. Of Refugees and Migrants: Stigma, Politics, and Boundary Work at the Borders of Europe. **American Sociological Association Newsletter**. September 14, 2015b. Disponível em: <<https://asaculturesection.org/2015/09/14/of-refugees-and-migrants-stigma-politics-and-boundary-work-at-the-borders-of-europe/>>.

ARDUINO, Maria Eugenia. Resignificación religiosa de inmigrantes senegaleses em La Ciudad de Buenos Aires actual. **Magribeira: Revista anual de investigaciones ibéricas e Iberoamericanas**. Marrocos, n.4, p. 185-187, 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3897646.pdf>>.

ARENDT, Hannah. We refugees. In: FELDMAN, Ron (ed.). **The Jew as Pariah**. Nova York: Grove Press, 1978.

_____. **Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. 8. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 406p.

ASIEDU, Alex; EZZINE, Abdelfattah; TANDIAN, Aly. La migration africaine etat des lieux: resume du rapport. **MADE Migration and Development Civil Society network e Caritas Senegal**, nov. 2016. 63p.

BA, Cheikh Oumar Un exemple d'essoufflement de l'immigration sénégalaise: les Sénégalais au Cameroun. **Mondes en Développement**, t. 23, n. 91, 1995. p. 31-44.

BA, Cheikh Oumar. **Migrants sénégalais en Afrique Centrale entre intégration et rejet**. Colloque Systèmes et dynamiques des migrations internationales ouest-africaines. Dakar, Sénégal, 3-6 décembre, 1996.

BA, Cheikh Oumar; BREDELOUP, Sylvie. **Migrations inter-africaines des femmes de la vallée du fleuve Senegal**. Face aux changements: les femmes du Sud. Ed. Bisilliat, J. Paris: L'Harmattan, 1997, p. 61-86.

BARRY, Souleymane; SLIFER-MBACKÉ, Lisa. **Étude nationale sur les enfants et les jeunes hors du systeme educatif au Sénégal**. Projet de Suivi-Evaluation USAID/Sénégal 2016. United States Agency for International Development (USAID). 154p.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAVA, Sophie. De la «baraka aux affaires»: ethos económico-religieux et transnationalité chez les migrants sénégalais mourides. **Revue européenne des migrations internationales** [En ligne], v. 19, n.2, 2003, p.69-84. Disponível em: <<http://remi.revues.org/454>>.

BAVA, Sophie; GUEYE, Cheikh. Le grand magal de Touba: exil prophétique, migration et pèlerinage au sein du mouridisme. **Social Compass**, n. 48, v. 3, 2001, p. 421-438.

BECKER, Charles; LERICOLLAIS, André. Le problème frontalier dans le conflit sénégal-mauritanien. **Politique Africaine**, n.35, 1989. p.149-155. Disponible à: <<http://www.politique-africaine.com/numeros/pdf/035149.pdf>>.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp, 1996.

BENINCÁ, Dirceu; PINHEIRO, Vânia Aguiar. Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do RS. **Revista Filosofazer**. Passo Fundo, n. 45, jul./dez. 2014.

BIANCO, Bela Feldman. Deslocamentos, desigualdades e violência do Estado. **Ciência e Cultura SBPC**, v.67(2), 2015. p.20- 24, 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252015000200009&lng=pt&nrm=iso&tlang=pt>.

BLANCHARD, Melissa. Entre logiques de redistribution et volonté d'entreprendre: les relations complexes des migrants sénégalaises avec leurs familles d'origine. **Revue européenne des migrations internationales**, v.27, n.2, 2011. Disponible à: <<http://remi.revues.org/5543>>.

BOURDIEU, Pierre. Um analista do inconsciente. (Prefácio). In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp, 1998, p. 9-12.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Lei do Refúgio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19474.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>.

BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Estatuto do Estrangeiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm>.

BRASIL. Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a Lei de Migração de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Decreto/D9199.htm>.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº4, de 27 de fevereiro de 2018. Publicado no Diário Oficial da União nº40, de 28/02/2018, Seção 1, p.38. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_Nº_4_DE_27_DE_FEVEREIRO_DE_2018_REVOGADA.pdf>.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018. Publicado no Diário Oficial da União, Edição: 51, de 15/03/2018, Seção: 1, p. 57. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38537714/do1-2018-08-28-portaria-interministerial-n-15-de-27-de-agosto-de-2018-38537352>.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018. Publicado no Diário Oficial da União, Edição: 67, de 09/04/2018, Seção: 1, p. 57. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/9580007/do1-2018-04-09-portaria-interministerial-n-10-de-6-de-abril-de-2018-9580003>.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 15, de 27 de agosto de 2018. Publicado no Diário Oficial da União, Edição: 166, de 28/08/2018, Seção: 1, p. 32. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/38537714/do1-2018-08-28-portaria-interministerial-n-15-de-27-de-agosto-de-2018-38537352>.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial nº 10, de 5 de dezembro de 2019. Publicado no Diário Oficial da União, nº 236, de 06/12/2019, Seção 1, p. 103. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_Nº_10_DE_5_DE_DEZEMBRO_DE_2019.pdf>.

BRASIL. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Portaria nº 748, de 27 de setembro de 2019. Publicado no Diário Oficial da União, nº 89, de 30/09/2019, Seção 1, p. 63. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_Nº_748_DE_27_DE_SETEMBRO_DE_2019.pdf>.

BRASIL. Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Resolução conjunta nº 01, de 09 de outubro de 2018. Publicado no Diário Oficial da União, nº 240, de 14/12/2018, Seção 1, p. 96. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_conjuntas/Resolucao_Conjunta_CNig_e_Conare_pos_Conare_-_nº_001-2018_-_14.12.2018.pdf>.

BRASIL. Ministério da Justiça. Vistos no Brasil. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/migracoes/permanencia/vistos/vistos>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do trabalho e Emprego, Conselho Nacional de Imigração (CNig). Resolução Recomendada Nº 08, de 19 de dezembro de 2006. Publicada no Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://trabalho.gov.br/mais-informacoes/cni/2016-02-16-20-30-45/itemlist/category/633-cnig-resolucoes-recomendadas>>. Acesso em: 27 abril 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Estimativas populacionais das comunidades brasileiras no Mundo 2013**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.ita-maraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades>>.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Brasileiros no Mundo - estimativas do Ministério das Relações Exteriores 2008**. [En ligne]. 2008. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-dascomunidades/Brasileiros%20no%20Mundo%20-%20Estimativas.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Justiça. CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados. **1ª edição do relatório do Conare “Refúgio em Números”**. 2016. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>.

BRASIL. Ministério da Justiça. CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados. **2ª edição do relatório do Conare “Refúgio em Números”**. 2017. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>.

BRASIL. Ministério da Justiça. CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados. **3ª edição do relatório do Conare “Refúgio em Números”**. 2018. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf>.

BRASIL. Ministério da Justiça. CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados. **4ª edição do relatório do Conare “Refúgio em Números”**. 2019. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>.

BRASIL. Ministério da Justiça. CONARE - Comitê Nacional para os Refugiados, 2019b. Tabela com o número de solicitantes com refúgio ativo no Brasil em maio de 2019. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>>.

BREDELOUP Sylvie. Sénégalais en Côte d’Ivoire, Sénégalais de Côte d’Ivoire. **Mondes en Développement**, t. 23, n. 91, 1995. p. 13-29.

BREDELOUP, Sylvie. Les migrants du fleuve Sénégal: À quand la «Diams’pora»? **Revue Européenne de Migrations Internationales**, v. 9, n. 1, 1993. p. 205-232.

BREDELOUP, Sylvie. Itinéraires africains de migrants Sénégalais: Migrants d’Afrique de l’Ouest. **Hommes et Migrations**, n.1160, 1992. p. 16-22.

BROU, Kouadio; CHARBIT, Yves. La politique migratoire de la Côte d’Ivoire. **Revue Européenne des Migrations internationales**, v. 10, n. 3, 1994. p. 33-60.

BRUCKMANN, Laurent. Les territoires du fleuve: une analyse par l’image de l’intégration territoriale du fleuve Sénégal. **EchoGéo**, n. 42, 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/echogeo/15160>> DOI: 10.4000/echogeo.15160.

BUTLER Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routedge, 1990. 172p.

CASTELLS, Manuel. **The Informational City: Information Technology, Economic Restructuring and the Urban-Regional Process**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CASTLES, S.; KOSAK, G. **Immigrant workers and class structure in Western Europe**. London: Oxford University Press, 1973.

CASTLES, S. International Migration at the Beginning of the Twenty First Century: Global Trends and Issues. **International Social Sciences Journal**, UNESCO, n. 165, 2000, p. 269-281.

CASTLES, S.; MILLER, M. J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. London: Guildford, 2003.

CHARLIER, Jean-Émile. Les écoles au sénegal: de l'enseignement officiel au daara, les modèles et leurs répliques. **Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs**, n.3, 2004. p. 39-57.

CIA, **The World Factbook**, 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sg.html>>.

CIRÉ asbl. **Centres fermés pour étrangers - état des lieux**. Brucelas: CIRÉ asbl, dez. 2016.

DANIEL, Fernand. Etude sur les Soninkés ou Sarakolés. **Anthropos** Bd. 5, H. 1, 1910. p. 27-49. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40443499?readnow=1&refreqid=excelsior%3A2950ecd376b215424939115ae36e53a&seq=1#page_scan_tab_contents>.

DE CÉSARO, Filipe; BARBOSA, Lorena Salete; ZANINI, Maria Catarina. Um panorama das migrações internacionais para o sul do Brasil: haitianos e senegaleses em movimento. In: ZIMERMAN, Artur (org.). **Impacto dos fluxos migratórios recentes no Brasil**. Santo André: Editora da UFABC, 2017, p. 80-101.

DE CÉSARO, Filipe Seefeldt; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Tem que estar bonito pra vender: a produção senegalesa de espaços de venda em Santa Maria. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum**, Brasília, v. 26, n. 52, abr. 2018, p. 95-110.

DEMANT, Peter. **O mundo muçulmano**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DIENG, Amady Aly. Question nationale et ethnies en Afrique noire: le cas du Sénégal. **Africa Development / Afrique et Développement**, v.20, n.3, 1995. p. 129-155.

DIOP, A. Moutapha. La diaspora manjak en France. Relations avec le milieu d'origine. **Notes Africaines**, n.176, 1982. p. 103-109.

DIOP, Abdoulaye-Bara. **La société wolof. Les systèmes d'inégalité et de domination**. Paris: Karthala, 1981. 355p.

DIOUF, Makhtar. **Sénégal: les ethnies et la nation**. Paris: Editions L'Harmattan, 1994, 206p.

DIPLOMATIE, Visa pour la Belgique. Disponível em: <https://diplomatie.belgium.be/fr/Services/venir_en_belgique/visa_pour_la_belgique>. Acesso em: 17 jun. 2018.

DOMENECH, Eduardo. Controle da imigração indesejável: expulsão e expulsabilidade na América do Sul. **Ciência e Cultura**, n. 67, v. 2, 2015. p.25-29.

DRAMÉ, Djim. **L'enseignement arabo-islamique au Sénégal: le daara de Koki**. Paris: l'Harmattan, 2015. 215p.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**, um parcours philosophique. Gallimard, 1984.

DREYFUS, Martine e JUILLARD, Caroline. Le jeu de l'alternance dans la vie quotidienne des jeunes scolarisés à Dakar et à Ziguinchor (Sénégal). **Cahiers d'Études africaines**, XLI-3-4, 2001. p. 667-696.

DRIESSEN, Henk. The "new immigration" and the transformation of the European-African frontier. In: WILSON, Thomas M.; DONNAN, Hastings (ed.). **Border identities: nation and state at international frontiers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 96-116.

DUMONT, Gérard-François. **Les nouvelles logiques migratoires au XXI^e siècle**. Outre-Terre, n. 17, 2006/4. p. 15-25. DOI 10.3917/oute.017.0015 Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-outre-terre1-2006-4-page-15.htm>>.

DUMONT, Louis. **Homo hierarchicus**. Paris: Gallimard, 1966. 445p.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Edipro, 2012.

EBIN, Victoria; LAKE Rose. Camelots à New York: les pionniers de l'immigration sénégalaise. **Hommes et migrations**, n.1160, 1992. p. 32-37.

Disponível em: <https://www.persee.fr/docAsPDF/homig_1142-852x_1992_num_1160_1_1932.pdf>.

ESTERBENG, Kristin G. **Qualitative Methods in Social Research**. Boston: McGraw-Hill, 2002 256 p.

EURODICAS. Visto para Portugal. Disponível em: <<https://www.eurodicas.com.br/visto-para-portugal/>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

EUROSTAT, 2015. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/eurostat>>. Acesso em: 15 maio 2015.

FALL-SOKHNA, Rokhaya; THIÉBLEMONT-DOLLET, Sylvie. Du genre au Sénégal. **Questions de communication**, n.16, 2009. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/questionsdecommunication/350>; DOI: 10.4000/questionsdecommunication.350>.

FASSIN, Didier. La economía moral del asilo: reflexiones críticas sobre la ‘crisis de los refugiados de 2015 en Europa. **Revista de Dialectología y Tradiciones Populares**, v. LXX, n. 2, jul.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/290212557_La_economia_moral_del_asilo_Reflexiones_criticas_sobre_la_crisis_de_los_refugiados_de_2015_en_Europa>.

FIGUEIREDO, Joana Miranda. **Fluxos migratórios e cooperação para o desenvolvimento: realidades compatíveis no contexto Europeu? – Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional**. Universidade Técnica de Lisboa, 2005. ISBN 989-8000-18-X. Disponível em: <http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/3_JMF.pdf>.

FREIER, Luisa F. Crossing the Atlantic in search of new destinations: Contemporary African migration to Latin America. **London school of economics and political science**, p. 1-16, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GEERTZ, Clifford. **Dichte Beschreibung**. Beitrage zum Verstehen kultureller Systeme. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1983.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOLUB, Stephen S.; MBAYE, Ahmadou Aly. National Trade Policies and Smuggling in Africa: The Case of The Gambia and Senegal. **World Development, Michigan**, v. 37, n. 3, p.595-606, mar. 2009.

GONÇALVES, Maria do Carmo dos Santos; SANGALLI, Lucas Sé. A abordagem biográfica das migrações transnacionais: os casos haitiano e senegalês no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica**. Salvador, v. 03, n. 07, p. 91-108, jan./abr. 2018.

GONÇALVES, Maria do Carmo; KOAKOLKI, Yan. “Salaam Aleikim”: o aspecto religioso na dinâmica migratória dos senegaleses para Caxias do Sul, RS. In: HERÉDIA, Vania et al. **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no Sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015. 292p.

GORDON, D. M. Segmented work, divided workers: the historical transformation of labor in the United States. **Cambridge University Press**, 1982.

GRDR (2014). Monographie vallee du fleuve Senegal. Etude La dimension locale de la dialectique Migration et développement. **Agence Française du Developpement**, 2014. 75p. Disponible a: <https://grdr.org/IMG/pdf/monographie_vallee_du_fleuve_senegal_etude_afd_vf_.pdf>.

GUEYE, Awa. **Parlements sensibles aux genres: La parité au Senegal**. Documente apresentado ao Seminário regional para os parlamentos africanos, Assembleia Nacional do Senegal, 2013.

_____. **Assimilation in American life: the role of race, religion, and national origins**. New York: Oxford University Press, 1964.

GUIA, Maria João; PEDROSO, João. A insustentável resposta da “crimigração” face à irregularidade dos migrantes: uma perspectiva da União Europeia. **REMHU - Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 129-144, jul./dez. 2015.

GUILMOTO, Christophe Z. **Démographie et développement dans la moyenne vallée du fleuve Sénégal**. Séminaire ENSEA-ORSTOM, Croissance démographique et stratégie de développement en Afrique, Abidjan: 1991. 13p.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM, 2015. 464 p.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, unemployment and development: a two sector analysis. **American Migration Review**, v. 60, n. 1, mar. 1970. P.126-142.

HEIL, Tilmann. Uma infraestrutura muçulmana de chegada no Rio de Janeiro. **REMHU, Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, v. 26, n. 52, abr. 2018 p. 111-129.

HERÉDIA, Vânia et al. **Migrações internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015.

HERÉDIA, Vânia; GOLÇALVES, Maria do Carmo dos Santos. Deslocamentos populacionais no Sul do Brasil: o caso dos senegaleses. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele. (org.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina**. Porto Alegre: EST, 2017, v. 1, p. 209-228.

HUGON, Clothilde. **(Re)Penser Dieu à l'école au Sénégal: L'adaptation des politiques publiques au défis de l'éducation "arabe-islamique"**. Thèse pour le Doctorat en Science Politique. Direction de M.Dominique DARBON. Université de Bordeaux. 691p.

IBGE. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INDEXMUNDI. Net migration rate of Brazil, 2018. <https://www.indexmundi.com/brazil/net_migration_rate.html>.

INFOMONEY, The million dollar visa. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/onde-investir/acoes/noticia/3704215/visto-investidor-mais-requisitado-por-brasileiros-consulado-americano>>.

IPEA. **Refúgio no Brasil:** caracterização dos perfis sociodemográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília: Ipea, 2017. 234 p.

IPU, 2019. **Women in politics: 2019.** Inter-Parliamentary Union, 2019. Disponível em: <<https://www.ipu.org/resources/publications/infographics/2019-03/women-in-politics-2019>>.

ISU (2019). Senegal: Éducation et alphabétisme. Institut de statistique de l'UNESCO, 2019. Disponível em: <<http://uis.unesco.org/fr/country/sn>>.

JUILLARD, Caroline. Hétérogénéité des plurilinguismes en Afrique à partir du terrain sénégalais. **La linguistique**, v. 41, 2005. p. 23-36. DOI: 10.3917/ling.412.0023. URL: <<https://www.cairn.info/revue-la-linguistique-2005-2-page-23.htm>>.

JUILLARD, Caroline et al. Leur wolof dit-il qui ils sont? La perception des appartenances régionales et ethniques au travers du wolof urbain parlé par les adolescents. **Langage et société**, n. 68, 1994. p. 35-62. Disponible à: <https://www.persee.fr/doc/lsoc_0181-4095_1994_num_68_1_2656>.

JUNG, Philipp Roman. Desenvolvimento e processos migratórios do Senegal para o Brasil e suas alterações. In: TEDESCO, João Carlos. **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**. v. II. 2019. p. 45-76, Porto Alegre: EST, 359p.

KATZ, E.; STARK, Oded. Labor migration and risk aversion in less developed countries. **Journal of Labor Economics**. n. 4, 1986. p. 131-149.

KEBE, Mababou; CHARBIT, Yves. Genre et vulnérabilité au Sénégal: les femmes chefs de ménage. **Revue européenne des migrations internationales**, v. 23, n.3, 2007. p.1-14. URL: Disponível em: <<http://remi.revues.org/4203>> DOI: 10.4000/remi.4203>.

KONÉ, Daouda. Noirs-Africains et Maghrébins ensemble dans la ville. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v.1, n.1, 1995. p. 99-114.

LAUBY, Jennifer; STARK, Oded. Individual migration as a family strategy: Young women in the Philippines. **Population Studies**, n.42, 1988. p. 473-486.

LEE, Everett. A Theory of Migration. In: COHEN, R. (ed.), **Theories of Migration: Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited. Demography**. v.3, n.1, 1966. p. 47-57.

LERICOLLAIS, André. Peuplement et migrations dans la vallée du Sénégal. **Cahiers de l'ORSTOM, série Sciences Humaines**, n.12, v.2, 1975. pp. 123-135.

LERICOLLAIS, André. Le Bassin de l'arachide. **Atlas du Sénégal**. Paris: Éditions J.A. 1980. 72 p.

LESSAULT, David; FLAHAUX, Marie-Laurence. Regards statistiques sur l'histoire de l'émigration internationale au Sénégal. **Revue européenne des migrations internationales**, v.29, n.4, 2013. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/remi/6640>>.

LEWANDOWSKI, Sophie. Politiques de lutte contre la pauvreté et inégalités scolaires à Dakar: vers un éclatement des normes éducatives? **Autrepart**, n.59, 2011. p. 37-56.

LEWIS, Arthur. Economic development with unlimited supplies of labor. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, n.2, 1954. p. 139-191.

LINDSTROM, David. The Differential Role of Family Networks in Individual Migration Decisions. **Annual Meeting of the Population Association of America**. Ed. in press. Washington: 1991. 31p.

MARCELLINO, P.; CERRUTTI, M. **Recent african immigration to South America**: the cases of Argentina and Brasil in the regional context. CELADE, Population Division, ECLAC. 2011. [Online] Available: <http://www.cepal.org/cgibin/getProd.asp?xml=/celade/noticias/documentosdetra_bajo/5/44525/P44525.xml&xsl=/celade/tpli>.

MARIE, Alain. Du sujet communautaire au sujet individuel. Une lecture anthropologique de la réalité africaine contemporaine. In: MARIE, Alain. **L'Afrique des individus**. Paris: Karthala, 1997. p. 53-110.

MARINUCCI, Roberto. Criminalização das migrações e dos migrantes. **REMHU – Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XXIII, n. 45, p. 7-10, jul./dez. 2015.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, R. **Migrações Internacionais: em busca da cidadania universal**. **Sociedade em Debate, Pelotas**, 11(1-2): 13-37, dez./2005.

MARTINIELLO, Marco; SIMON, Patrick. Les enjeux de la catégorisation. **Revue européenne des migrations internationales**, v. 21, n.2, 2005. Disponível em: <<http://remi.revues.org/2484>>.

MASSEY, Douglas S. The social and economic origins of immigration. **Annals, AAPSS**, 510, July 1990.

MASSEY, Douglas et al. Theories of International Migration: A Review and Appraisal. **Population and Development Review**, v. 19, n. 3, sep. 1993. p. 431-466.

MASSEY, Douglas, et al. Migration, ethnic mobilization and globalization – causes of migration. In: GUIBERNAU, Montserrat; REX, John (ed.). **The Ethnicity**

reader – nationalism, multiculturalism and migration. UK: Polity Press, 1997, p. 257-269.

MCGARRIGLE, Jennifer; ASCENSÃO, Eduardo. Emplaced mobilities: Lisbon as a translocality in the migration journeys of Punjabi Sikhs to Europe. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, abril 2017.

MENIN, Assis Felipe. Novos Imigrantes em Caxias do Sul. **Revista Ponto e Vírgula – PUC/SP**, n. 20, Segundo Semestre, p. 42-65, 2016.

MOCELLIN, Maria Clara. Senegaleses na região central do Rio Grande do Sul: deslocamentos, trabalho, redes familiares e religiosas. In: HERÉDIA, Vânia (org). **Migrações Internacionais: o caso dos senegaleses no sul do Brasil**. Caxias do Sul: Belas-Letras, 2015, p. 115-136.

_____. Maria Clara. Deslocamentos e trabalho ambulante entre jovens senegaleses no Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele. (org.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina: múltiplos olhares**. Porto Alegre: EST Edições, 2017, p. 339-357.

MOGUÉROU, Laure. **La démocratisation de l'école à Dakar: les enseignements d'une enquête biographique**. Autrepart, n.59, 2011. p. 91-108.

MORAWSKA, Ewa. The sociology and historiography of immigration. In: MCAUGHLIN, Virginia Yans. (ed.). **Immigration Reconsidered: History, Sociology, and Politics**. New York: Oxford University Press, 1990. p. 187-240.

MOUSSA, Daff. L'aménagement linguistique et didactique de la coexistence du français et des langues nationales au Sénégal. **DiversCité Langues**, v.3, 1998. Disponible à <<http://www.uquebec.ca/diverscite>>.

MYRIABE, Centre Fédéral de Migration em Belgique. Qui peut obtenir un visa humanitaire? Chiffres et analyse de Myria. Disponível em: <http://www.myria.be/files/Myriadocs4_Humanitaire_Visa_communique_de_pre_sse.pdf>.

NDIAYE, Mandiogou; ROBIN, Nelly. Les migrations internationales en Afrique de l'Ouest », Hommes et Migrations. **Hommes et migrations**, n.1286-1287. Dossier Migration subsahariennes. 2010. p. 48-61.URL: <<http://hommesmigrations.revues.org/1724>>.

NOSCHANG, Patricia Grazzintin. Imigrantes no Brasil: os avanços da Lei de migração e seus entraves práticos. 2019. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**. v. II, Porto Alegre: EST Edições, 2019. p.249-264.

NUNEZ, Joseph JeanFrançois; LÉGLISE, Isabelle. Ce que les pratiques langagières plurilingues au Sénégal disent à la linguistique du contact. In: AUZANNEAU, Michelle; BENTO, Margaret et LeclèreMalory. **Espaces, mobilités et éducation plurilingues: éclairages d'Afrique ou d'ailleurs**. France:

Editions des archives contemporaines, 2017. Disponible à: <http://www.archivescontemporaines.com/index.asp>.

OGANDAGA, Gwenaëlle. **Le respect de l'âge comme caractéristique du management des hommes: existe-t-il un modèle africain de GRH?** Document de travail du LEM (Lille Economie et Management), CNRS, 2007. Disponible à: http://lem.cnrs.fr/Portals/2/actus/DP_200722.pdf.

OIM - Organização Internacional para Migrações, 2007/2009. **Análise dos padrões de migração brasileira e do programa de apoio ao retorno voluntário de Estados:** Membros europeus para o Brasil. Geneva: International Organization for Migration (OIM), set. 2007-fev. 2009.

OIM - Organização Internacional para Migrações. **Migration and History.** Essentials of migration Management. 2004. Volume One: Migration Management Foundations. Genève: International Organization for Migration (OIM), 2004.

OIM - Organização Internacional para Migrações. **Perfil migratório do Brasil 2009.** 2010. Geneva: Organización Internacional para las Migraciones (OIM), 2010. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/Brazil_Profile2009.pdf.

OIM - Organização Internacional para Migrações. **Glossary on migration.** 2011. 2. edition. Genève: International Organization for Migration (OIM), 2011, 118 p.

OIM - Organização Internacional para Migrações. **Rutas y dinámicas migratorias entre los países de América Latina y el Caribe (ALC), y entre ALC y la Unión Europea.** 2012. Bruxelas: Organización Internacional para las Migraciones (OIM), Oficina Regional para el Espacio Económico Europeo, la Unión Europea y la OTAN, 2012. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/Rutas_Migratorias_Final.pdf.

OIM - Organização Internacional para Migrações. **Migration sud-sud : nouer des partenariats stratégiques pour le développement.** 2014. Dialogue international sur la migration, n 23. Organisation internationale pour les migrations (OIM). 111 p. Disponível em: http://publications.iom.int/bookstore/free/RB23_FR_2Oct.pdf.

OIM - Organização Internacional para Migrações. **World Migration Report 2018.** 2018. Geneva: International Organization for Migration (OIM). 364 p.

OIM - Organização Internacional para Migrações. **World Migration Report 2020.** 2020. Geneva: International Organization for Migration (OIM). 498 p.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu. **O perfil geral dos imigrantes no Brasil a partir dos censos demográficos 2000 e 2010.** Cadernos OBMigra, v. 1, n. 2, 2015, p. 48 -73. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra/article/view/14895>.

OLIVERIA, Antônio Tadeu. Migrações internacionais e política migratório na Brasil. **Caderno OBMigra Revista Migrações Internacionais.** v. 1, n. 3, p. 252-

273. 2015a. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/16174/11521>.

OLIVEIRA, Aline Passuelo. **Seres humanos em deslocamento internacional: categorizações jurídicas, discursos, rotulações e seus diferentes sentidos**. Artigo apresentado no GT 29 Migrações contemporâneas no Brasil: novos fluxos, novas perspectivas sociológicas, 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, UFSC - Florianópolis, SC, 2019. p.1-18.

ORDONES, Arthur. Visto de investidor é o mais requisitado por brasileiros no Consulado Americano. **Infomoney**, São Paulo, 26 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/onde-investir/acoes/noticia/3704215/visto-investidor-mais-requisitado-por-brasileiros-consulado-americano>>.

PASEC. **Performances du système éducatif sénégalais: Compétences et facteurs de réussite au primaire (PASEC)**. CONFEMEN: Dakar, 2016.

PETEK, Julia. **Venir «com a cara e a coragem...»**. Étude de cas sur les jeunes travailleuses brésiliennes dans le secteur du nettoyage et du service domestique à Bruxelles. Dissertação para o curso: Master en sciences de la population et du développement [120], finalité développement, Université catholique de Louvain, Bélgica. Année académique, 2014-2015.

_____. **Migrar «com a cara e a coragem...»**. Estudo de caso sobre jovens trabalhadoras brasileiras no setor de limpeza e serviços domésticos em Bruxelas. O Social em Questão. Ano 21, n. 41, maio-ago./2018.

PETRAS, Elizabeth M. The global labor market in the modern world-economy. In: KRITZ, Mary M.; KEELY Charles B.; TOMASI, Silvano M. (ed.). **Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements**. Staten Island, N.Y.: Center for Migration Studies, 1981. p. 44-63.

PICHÉ, Victor. Les théories migratoires contemporaines au prisme des textes Fondateurs. *Population*, v. 68, 2013/1. p.153-178.

PICHÉ, Victor. Les théories migratoires: vers um nouveau paradigme à la croisée de l'économie politique, le cosmopolitisme et les droits des migrants et des migrantes. **François Crépeau: Chaire Oppenheimer en droit international public**, 2015. p.1-17. Disponível em: <<https://francoiscrepeau.com/fr/sixth-post/>>.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIORE, Michael J.; DOERINGER, Peter B. **Internal labor markets and manpower analysis**. Lexington: Heath, 1971.

PLACES, Ségolène Barbou des. Les étrangers “saisis” par le droit: enjeux de l'édification des catégories juridiques de migrants. **Migrations Société**, n.128, 2010. p.33-49. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-migrations-societe-2010-2-page-33.htm>>.

POLLET Eric; WINTER Grace. *L'organisation sociale du travail agricole des*

Soninke (Dyahunu, Mali). **Cahiers d'études africaines**, v. 8, n. 32, 1968. p. 509-534. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1968_num_8_32_3142>.

POLLET Eric; WINTER Grace. **La société soninké (Dyahunu, Mali)**. Université Libre de Bruxelles. Institut de Sociologie. Belgique, 1971. 563p.

PORTES, Alejandro. Modes of structural incorporation and present theories of labor immigration. In: KRITZ, M. et al. (ed.). **Global trends in migration, New York, Center for Migration Studies**, 1981. p. 179-197.

PORTES, Alejandro; WALTON, John. **Labor, Class, and the International System**. New York: Academic Press, 1981.

PORTO VISTOS. Tipos de vistos para os Estados Unidos. Disponível em: <<https://www.portovistos.com.br/tipos-de-vistos-para-os-estados-unidos/>>.

RANIS, Gustav; FEI, J.C.H. A theory of economic development. **American Economic Review**, n. 51, 1961. p. 533-565.

RAVENSTEIN, E. G. The Laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, XLVIII, Part 2, June 1885.

_____. The Laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, LII, June 1889. p. 241-301.

REDIN, Giuliana; BERTOLO, Jaqueline. Regularização documental da imigração senegalesa no Brasil no novo marco legal. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**. v. II, Porto Alegre: EST Edições, 2019. p. 265-285.

REITER, P. **Una aproximación etnográfica a los procesos identitarios de migrantes senegaleses en la Argentina**. XIII Jornadas Interescuelas/Departamentos de História. Catamarca, Argentina, August 10-13, 2011.

REYSOO, Fenneke. Féminisation de la migration. In: **Femmes en mouvement**. Genre, migrations et nouvelle division internationale du travail [en ligne]. Genève: Graduate Institute Publications, 2004. Disponível em: <<http://books.openedition.org/iheid/6242>>.

RGPHAE, 2013. **Recensement Général de la Population et de l'Habitat, de l'Agriculture et de l'Elevage**. Rapport définitif. Chapitre II: ETAT ET STRUCTURE DE LA POPULATION. p. 52-70. Publicado em setembro 2014.

RICCI, Carla; SILVA, Jéssica M. C. da. **Atualizações da lei migratória brasileira: um novo paradigma das migrações? O Social em Questão**. Ano 21, n. 41, maio-ago./2018.

RICHMOND, Anthony H. **Immigration and ethnic conflict**. London: MacMillan Press, 1988.

ROBIN, Nelly. L'émigration internationale à Dakar: au coeur des nouveaux trafics mondiaux. In: LOMBARD, Jérôme (ed.), MESCLIER, Evelyne (ed.), VELUT S. (ed.). **La mondialisation côté Sud: acteurs et territoires**. Paris (FRA); Paris: IRD.

_____. Panorama des migrations en Afrique de l'Ouest. **Grain de sel**, n. 40, sept./nov. 2007, p. 12-15.

ROBIN, Nelly. **Atlas des migrations ouest-africaines vers l'Europe, 1985-1993**. Montpellier: IRD Éditions, 1996. 85 p. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/52193679.pdf>>.

ROBIN, Nelly; LALOU, Richard; NDIAYE Mamadou. **Facteurs d'attraction et de répulsion à l'origine des flux migratoires internationaux**: Rapport national Sénégal. Dakar, IRD et Eurostat, 2000. 213p.

ROSENTAL, Gabriele. **Pesquisa Social interpretativa: uma introdução**. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

ROSSA, Juliana. Seguidores de Cheikh Ahmadou Bamba: apontamentos etnográficos sobre a vivência da fé no contexto migratório de senegaleses Murides. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**. v. II. Porto Alegre: EST Edições, 2019. p. 287-312.

RUSSELL, Sharon, JACOBSEN, Karen; STANLEY, Willian D. **International migration and development in Sub-Saharan Africa**. v. 1 e 2, World Bank Discussion Papers, n.101, n.102, 1990.

SALIS, Ester; NAVARRA, Cecilia. **Una Comunità di Associazioni: rassegna della letteratura sull'associazionismo senegalese in Italia**. Forum Internazionale ed Europeo di Ricerche sull'Immigrazione, 2010. Disponível em: <http://fier.it/wp-content/uploads/2013/05/Paper-Una_Comunita_di_AssociazioniRassegna_della_letteratura_associazionismo_senegalese_in_Italia.pdf>.

SAKHO, Papa; DIOP, Rosalie A.; AWISSI-SALL, Madon. Migration et genre au Sénégal. **CARIM-AS**, n.2011/10, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, San Domenino di Fiesoli (FI): Institut universitaire européen, 2011.

SAMBE, Bakary. **Senegal: un islam local em épocas de globalización religiosa**. Nueva Sociedad, n. 257, maio/jun. 2015. p. 124 – 137.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **História da África e do Brasil afrodescendente**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017. 408p.

SASAKI, Elisa M.; ASSIS, Gláucia de O. **Teorias das Migrações Internacionais**. XII Encontro Nacional da ABEP, Caxambu, 2000. 19p.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow**. New York: Cambridge University Press, 1988.

_____. **The Global City**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração: os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SENEGAL. Ministère de l'Éducation National (MEN, 2018). **Rapport National sur la Situation de l'Éducation** (RNSE 2018). Ministère de l'Éducation Nationale, Senegal: 2018. 181p.

SENEGAL. Ministère de l'Éducation National (MEN, 2014). **Rapport National sur la Situation de l'Éducation** (RNSE 2014). Ministère de l'Éducation Nationale, Senegal: 2014. 142p.

SENEGAL. Ministère de l'Éducation National (MEN, 2011). **Rapport National sur la Situation de l'Éducation** (RNSE, 2011). Ministère de l'Éducation Nationale, Senegal: 2011. 123p.

SENEPLUS, 2017. **Le nombre de femmes passe de 64 a 70, mais le taux de representation stagne**. Assemblée nationale. Seydina Bilal DiALLO| Publication 09/08/2017 <<https://www.senepius.com/politique/le-nombre-de-femmes-passe-de-64-70-mais-le-taux-de-representation>>. (Reportagem)

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 26, n. 77, p.47-62, out. 2011.

SJAASTAD, Larry A. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy** 70S. p. 80-93, 1962.

STARK, Oded; BLOOM, David E. The new economics of labor migration. **American Economic Review**. n.75, p. 173-178, 1985.

STARK, Oded. Migration decision making: a review article. **Journal of Development Economics**. n.14, p. 251-259, 1984.

STARK, Oded; LEVHARI, D. On migration and risk in LDCs. **Economic Development and Cultural Change**, n.31, p. 191-196, 1982.

STEWART, Charles. Une interprétation du conflit sénégal-mauritanien. **Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée**, n. 54, 1989. p. 161-170. Disponible à: <https://www.persee.fr/doc/remmm_0997-1327_1989_num_54_1_2323>.

SYLLA, Abdou. Les valeurs de civilisation sénégalaises d'hier à aujourd'hui (aspects philosophiques). **Ethiopiques: revue socialiste de culture négro-**

africaine, n.31, 1982. Disponible partir: <http://ethiopiques.refer.sn/spip.php?article894>.

TAMBA, Moustapha. **Histoire et sociologie des religions au sénégal**. Paris: L'Harmattan, 2016. 426p.

TAYLOR, J. Edward. 1986. Differential migration, networks, information and risk. In: STARK, Oded. (ed.). **Research in Human Capital and Development**. v. 4. The Migration of Labor. Cambridge: Basil Blackwell, 1991.

TEDESCO, J.C.; GRZYBOVSKI, D. Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 317-324, jan./jun., 2013.

TEDESCO, João Carlos; MELLO, Pedro A. T. de. Imigração e transnacionalismo religioso. Os senegaleses e a confraria Muride no centro-norte do Rio Grande do Sul. **Revista Nures**, n.30, p. 1-26, maio-ago, 2015.

TEDESCO, João Carlos; MELLO, P. **Senegaleses no Centro-norte do Rio Grande do Sul. Imigração Laboral e dinâmica social**. Porto Alegre: Letra & Vida, 2015a. v. 1. 295p.

TEDESCO, João Carlos. “Em nome de...” Religião, trabalho e mercado. Senegaleses em frigoríficos no Centro-Norte do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João Carlos; KLEIDERMACHER, Gisele. (org.). **A imigração senegalesa no Brasil e na Argentina**. Porto Alegre: EST, 2017, v. 1, p. 311-338.

TEDESCO, João Carlos. **Imigração senegalesa: múltiplas dimensões**. v. II, Porto Alegre: EST Edições, v. 1, 2019, 356p.

THE MIGRATION OBSERVATORY, University of Oxford COMPAS (Centre on Migration, Policy and Society). Disponível em: <http://migrationobservatory.ox.ac.uk>. Acesso em: 21 ago. 2018.

THIAM, Ndiassé. La variation sociolinguistique du code mixte wolof-français à Dakar: une première approche. **Langage et société**, n.68, 1994. p. 11-34. Disponible à: https://www.persee.fr/doc/lsoc_0181-4095_1994_num_68_1_2655.

THIAM, El Hadji Ibrahima Sakho. Les aspects du mouridisme au Senegal. Tese Doutorado em Ciências Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais, Universidade De Siegen, Siegen, 2010. 219p.

TILLY, Charles. **Transplanted Networks**. New School for Social Research, October 1986.

TODARO, Michael P. A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries. **The American Economic Review**, n. 59, 1969. p. 138-48.

_____. **Internal Migration in Developing Countries**. Geneva: International Labor Office. Office, 1976.

_____. Internal migration in developing countries: A survey. In: EASTERLIN Richard A. (ed.). **Population and Economic Change in Developing Countries**. Chicago: University of Chicago Press, 1980. p. 361-401.

_____. **Economic Development in the Third World**. New York: Longman, 1989.

TODARO, Michael P.; MARUSZKO, Lydia. Illegal migration and US immigration reform: A conceptual framework. **Population and Development Review**, n.13, 1987. p. 101-114.

TOMA, Sorana; VAUSE, Sophie. Gender differences in the role of migrant networks: Comparing Congolese and Senegalese migration flows. **International Migration Review**, v. 48, n. 4, 2014. p. 972-997.

TRIAUD, Jean-Louis. La Tidjaniya, une confrérie musulmane transnationale. **Politique étrangère**, n. 4, 2010, p. 831-842.

UEBEL, R.R.G. **Panorama e perfil da imigração senegalesa no Rio Grande do Sul no início do Século XXI**. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 28, p. 56-77, set. 2016.

UNHCR, 2018. **Syria emergency**, Disponível em: <<http://www.unhcr.org/syria-emergency.html>>.

United Nations (UN). International Migration Report 2013. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2013.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2015. **Trends in International Migrant Stock: The 2015 Revision** (United Nations database).

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division, 2016. **International Migration Report 2015**. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2016. (ST/ESA/SER.A/384).

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division, 2016a. **International Migration Report 2015: Highlights**. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2016a). (ST/ESA/SER.A/375).

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division, 2017. **International Migration Report 2017**. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). (ST/ESA/SER.A/403).

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division, 2018. **Database International migrant stock: The 2017 revision**. United Nations,

Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). <<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/data/estimates2/estimates17.shtml>>.

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division, 2019. **International Migrant Stock 2019** (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019).

United Nations, Department of Economic and Social Affairs. Population Division, 2019. **Populations Facts n.2019/4**. United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2019).

VAINER, Carlos. **Estado e Migrações no Brasil** – anotações para uma história das políticas migratórias. Travessia, São Paulo, v. XIII, n. 36, 2000, p. 15-32.

VANHAEVERBEKE, Virginie. **La migration des gens du fleuve vers la France: histoire, conséquences et perspectives**. Master thesis, Université Libre de Bruxelles, 1993. 213p.

VAUSE, Sophie. Genre et migrations internationales Sud-Nord: une synthèse de la littérature. **Documents de travail du SPED**, n.3, 2009. 50 p.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System: Capitalist, Agriculture and the Origins of the European World Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academic Press, 1974.

WENDEN, Catherine Wihtol de. Le glissement des catégories de migrants. **Migrations Société**, n.128, 2010. p. 193-195. ISSN 0995-7367. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-migrations-societe-2010-2-page-193.htm>>.

WENDEN, Catherine Wihtol de. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. **Hommes & migration**, n. 1233, 2001.

ZETTER, Roger. More Labels, Fewer Refugees: Remaking the Refugee Label in an Era of Globalization. **Journal of Refugee Studies**, v. 20, n.2, 2007. p. 172-192.

ZIZEK, Slavoj. Sobre homens e lobos. **Folha de São Paulo**, 23 out. 05. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2310200504.htm>>.

ZUBRZYCKI, Bernarda. **Senegaleses en Argentina: un análisis de la Mouridyya y sus asociaciones religiosas**. Boletín Antropológico, Buenos Aires, n. 81, p. 49-64, 2011.

_____. Recent African migration to South America: The case of Senegalese in Argentina. **International Journal of Humanities and Social Science**, v. 2, n. 22, p. 86-94, nov. 2012.